UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO

VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

CURITIBA

2008

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO

VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto.

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO

VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

DEDICATÓRIA

A

Val, sinônimo de amor, apoio e compreensão.

Bibi, pela alegria de ser pai.

Meus pais pelo apoio contínuo.

AGRADECIMENTOS

Apesar de assumir inteiramente a responsabilidade pelos possíveis equívocos e erros presentes nessa tese, devo reconhecer que a mesma é o resultado de um esforço coletivo e que sem um número significativo de pessoas e instituições seria impossível concluí-la.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família pelo apoio e compreensão que generosamente dispensaram a mim durante esse período de trabalho.

Agradeço também ao Prof. Renato Monseff Perissinotto pela confiança depositada e pela orientação sempre precisa e estimulante.

Como a presente versão é resultado de uma revisão posterior à defesa, gostaria de agradecer aos membros da banca de avaliação pelas sugestões e observações críticas que muito contribuiram para a melhoria do trabalho.

Estendo esse agradecimento a todos os professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, por terem propiciado um espaço de discussão e crescimento intelectual fundamental à minha formação.

A Universidade Estadual de Maringá que através do Programa de Capacitação Docente tornou possível que durante esses anos eu pudesse me dedicar inteiramente aos trabalhos relacionados ao doutoramento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, pela concessão de uma bolsa de estudos que foi crucial para a realização das atividades de pesquisa que culminaram nessa tese.

Ao Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade de Campinas, pelo fornecimento das bases de dados necessárias à realização da pesquisa.

Aos dirigentes do projeto World Values Survey, em especial ao Prof. Ronald Inglehart, também pela disponibilização de todas as suas bases de dados.

Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para tornar possível esse momento.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES **8**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **11**

RESUMO **12**

ABSTRACT **13**

INTRODUÇÃO **14**

1 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA **21**

1.1 DEFININDO DEMOCRACIA 24

1.2 ABORDAGEM CULTURALISTA: ANTECEDENTES E PRIMEIRAS FORMULAÇÕES 33

1.3 NOVAS PERSPECTIVAS 50

1.4 ABORDAGEM CULTURALISTA NO BRASIL 67

2 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E DEMOCRACIA **74**

2.1 UMA REVISÃO CRÍTICA DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO 77

2.2 A PRIMAZIA CAUSAL DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA 82

2.3 A EMERGÊNCIA DOS VALORES PÓS-MATERIALISTAS 89

2.4 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E DEMOCRACIA 99

2.5 PÓS-MATERIALISMO E CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA 108

2.6 CRÍTICAS E REFUTAÇÕES 115

3 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL **133**

3.1 PROBLEMA, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 136

3.1.1 Problema *136*

3.1.2 Hipótese *137*

3.1.3 Dados *137*

3.1.4 Metodologia *138*

3.2 VALORES PÓS-MATERIALISTAS NO BRASIL 142

3.2.1 Tradição, secularização, sobrevivência e auto-expressão *143*

3.2.2 Os índices de materialismo/pós-materialismo *149*
3.2.3 Desenvolvimento econômico e mudança valorativa *160*
3.2.4 Testando as hipóteses da escassez e da socialização. *181*
3.2.5 Pós-materialismo e desigualdades regionais *186*
3.3 PÓS-MATERIALISMO E A DIMENSÃO NORMATIVA DA ADESÃO DEMOCRÁTICA 195
3.4 PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA 213
3.5 PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO 225
4 CONFIRMAÇÕES E PARTICULARIDADES DO CASO NACIONAL 243
CONCLUSÃO 253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 255
APÊNDICES 269

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1. TIPOS DE CULTURA POLÍTICA 39
FIGURA 1. REQUISITOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DE DEMOCRACIAS ESTÁVEIS 60
GRÁFICO 1. VALORES TRADICIONAIS *VERSUS* VALORES SECULARES-RACIONAIS, 1991/1997 145
TABELA 2. IMPORTÂNCIA DE DEUS, 1991/1997..... 146
TABELA 3. RESPEITO À AUTORIDADE, 1991/1997..... 147
GRÁFICO 2. VALORES DE SOBREVIVÊNCIA *VERSUS* VALORES DE AUTO-EXPRESSÃO, 1991/1997 148
TABELA 4. PRIMEIRAS E SEGUNDAS ESCOLHAS DO ÍNDICE DE MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO DE 4 ITENS, 1991/1997..... 152
TABELA 5. CORRELAÇÕES ENTRE AS MEDIDAS DE MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO, 1991/1997..... 155
TABELA 6. CARGAS FATORIAIS E VARIAÇÃO EXPLICADA POR UM ÚNICO FATOR PARA AS TRÊS MEDIDAS, 1991/1997..... 157
TABELA 7. OBJETIVOS PRIORITÁRIOS, 1991/1997 158
GRÁFICO 3. PÓS-MATERIALISMO (ÍNDICE DE 12 ITENS), 1991/1997 159
TABELA 8. PÓS-MATERIALISMO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, ONDAS DE 1989-1993 E 1994-1999 160
TABELA 9. PÓS-MATERIALISTAS POR GRUPOS ETÁRIOS E PERÍODOS DE SOCIALIZAÇÃO 175
GRÁFICO 4. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) *PER CAPITA* EM US$ (MIL), 1990-2005 177
TABELA 10. CRESCIMENTO DO PIB ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, 1965-1995 178
TABELA 11. GNI *PER CAPITA* ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, 1965-1995 178
TABELA 12. ÍNDICE DE GINI ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, 1960-1995 180
TABELA 13. PÓS-MATERIALISMO E IDADE, 1991/1997 182
TABELA 14. PÓS-MATERIALISMO E NÍVEL DE RENDA, 1991 /1997 183
TABELA 15. PÓS-MATERIALISMO E ESCOLARIDADE, 1991/1997 184
TABELA 16. PIB REGIONAL *PER CAPITA*, 1968/2005 189

TABELA 17. ANALFABETISMO POR REGIÃO (%), 1980/1991/2000 190
TABELA 18. ENTREVISTAS POR REGIÃO, 1991/1997 191
TABELA 19. ENTREVISTAS POR REGIÃO AGRUPADA, 1991/1997 191
TABELA 20. PÓS-MATERIALISMO E REGIÃO AGRUPADA, 1991/1997 192
TABELA 21. PÓS-MATERIALISMO E DEMOCRACIA COMO MELHOR FORMA DE GOVERNO, 1997 199
TABELA 22. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DE UM SISTEMA DEMOCRÁTICO DE GOVERNO , 1997 201
TABELA 23. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE UM LÍDER FORTE, 1997 202
TABELA 24. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DE UM REGIME MILITAR, 1997 203
TABELA 25. PREDITORES DO APOIO À DEMOCRACIA, 1997..... 205
TABELA 26. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E ECONOMIA, 1997 208
TABELA 27. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E A TOMADA DE DECISÕES, 1997..... 209
TABELA 28. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E A MANUTENÇÃO DA ORDEM, 1997 210
TABELA 29. PREDITORES DO APOIO AO PROCESSO DEMOCRÁTICO, 1997 211
TABELA 30. PÓS-MATERIALISMO E OPÇÃO ENTRE ORDEM SOCIAL E LIBERDADE INDIVIDUAL, 1997 212
TABELA 31. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO ATUAL, 1997 215
TABELA 32. PÓS-MATERIALISMO E AVAL. DO REGIME MILITAR, 1997..... 217
TABELA 33. PÓS-MATERIALISMO E CONFIANÇA NO GOVERNO FEDERAL, 1997 219
TABELA 34. PÓS-MATERIALISMO E CONFIANÇA NA JUSTIÇA/SISTEMA LEGAL, 1991/1997 220

TABELA 35. PÓS-MATERIALISMO E SATISFAÇÃO COM O GOVERNO ATUAL, 1997 221
TABELA 36. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE OS INTERESSES ATENDIDOS NO BRASIL, 1997 222
TABELA 37. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO DA CORRUPÇÃO, 1997 223
TABELA 38. PÓS-MATERIALISMO E INTERESSE POR POLÍTICA, 1991/1997..... 227
TABELA 39. PÓS-MATERIALISMO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À POLÍTICA, 1991/1997 228
TABELA 40. PÓS-MATERIALISMO E FREQÜÊNCIA DE CONVERSAS SOBRE POLÍTICA, 1991/1997 229
TABELA 41. PREDITORES DO INTERESSE POR POLÍTICA, 1991/1997 230
TABELA 42. PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ ORGANIZAÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1991..... 232
TABELA 43. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1991 233
TABELA 44. PÓS-MATERIALISMO E TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1997 235
TABELA 45. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1997 236
TABELA 46. PÓS-MATERIALISMO E ATIVIDADE POLÍTICA NÃO-CONVENCIONAL, 1991/1997 239
TABELA 47. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E ATIVIDADE POLÍTICA NÃO-CONVENCIONAL, 1991/1997 240
TABELA 48. PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO-CONVENCIONAL, 1991/1997..... 241

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública – Universidade de Campinas

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

ICPSR - Interuniversity Consortium for Political and Social Research (ICPSR)

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

PIB – Produto Interno Bruto

RPE – Redução Proporcional de Erro

WVS – World Values Survey

RESUMO

A presente tese traz um estudo sobre a relação entre valores pós-materialistas e cultura política democrática no cenário nacional. A teoria do desenvolvimento humano, formulada por Inglehart e seus colaboradores, afirma que a mudança nas prioridades valorativas individuais em direção ao bem-estar e à auto-expressão estaria associada à adoção de valores, crenças e atitudes favoráveis aos processos de consolidação e aprofundamento da democracia. Sendo assim, nosso objetivo fundamental é verificar se tal hipótese se sustenta em contextos como o nosso, dotados de características bastante distintas daquelas existentes nos países de industrialização avançada, alvo principal das investigações desenvolvidas por esses pesquisadores. Para alcançar esse objetivo o trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira delas apresentamos uma discussão teórica que revisa as complexas relações existentes entre democracia, cultura política e valores pós-materialistas, defendendo a relevância de fatores subjetivos para a explicação dos fenômenos políticos. Utilizando dados produzidos pelo projeto World Values Survey (WVS) a segunda parte do trabalho começa com a apresentação de dados sobre a chamada síndrome de pós-materialismo em nosso país, sendo os resultados interpretados a partir de nossa história econômica. Por fim, expomos e discutimos os resultados dos testes de associação envolvendo o índice de materialismo/pós-materialismo e diferentes medidas relacionadas às principais dimensões da cultura política dos entrevistados.

ABSTRACT

The thesis presents a study about the relationship between postmaterialistic values and democratic political culture in the national scenery. The theory of the human development, formulated by Inglehart and your collaborators, affirms that the change in the individual priorities in direction to the well-being and the self-expression would be associated to the adoption of values, beliefs and favorable attitudes to the consolidation processes and deepening of the democracy. Thus, our fundamental objective is to verify such hypothesis it is sustained in contexts as ours, endowed with characteristics quite different from those existing in the countries of advanced industrialization, objective principal of the investigations developed by those researchers. To reach this objective we divide the text in two parts. In the first of them we presented a theoretical discussion that it revises the complex relationships existing among democracy, political culture and postmaterialistic values, defending the relevance of subjective factors for the explanation of the political phenomena. Using data produced by the project World Values Survey (WVS) the second part of the text begins with the presentation of data on the call syndrome of postmaterialists in our country, being the results interpreted starting from our economical history. Finally, we display and discussed the results of the association tests involving the index of materialism/postmaterialism and different measures related to the main dimensions of the political culture.

INTRODUÇÃO

Uma das formas mais objetivas de mensuração do impacto produzido por uma tese no interior da comunidade científica contemporânea é a contabilização do número de publicações e pesquisas que se inspiram nos seus postulados, tanto visando sua confirmação, quanto sua refutação. Se adotarmos esse critério, a teoria do desenvolvimento humano (INGLEHART e WELZEL, 2005), formulada e defendida por Ronald Inglehart e seus vários colaboradores, aparece como uma das mais profícuas dos últimos anos no interior das ciências sociais.

O volume de trabalhos que partem de suas afirmações e hipóteses fundamentais para a realização de análises sobre casos particulares nos cinco continentes do globo se multiplica diariamente, o que pode ser rapidamente comprovado com uma simples pesquisa em mecanismos de buscas da rede mundial de computadores. Também são vários os artigos que tentam produzir revisões críticas e mesmo contestações teóricas e empíricas dos seus postulados centrais. Tamanho impacto se deve principalmente ao caráter ambicioso dessa teoria que conduz a teses e hipóteses generalizantes e, o que é ainda mais raro nas ciências sociais, à produção de modelos com capacidade preditiva sobre tendências futuras. Como não poderia ser diferente, pretensões desta natureza abrem espaços consideráveis para a contestação pública inerente ao trabalho científico.

Desde o seu impulso inicial, com a publicação da obra *The Silent Revolution* (1977), a afirmação acerca de uma mudança lenta e gradual de um amplo conjunto de normas, valores e prioridades individuais tem sido reiterada pelos partidários dessa perspectiva. Apoiados em um volume cada vez maior de evidências empíricas coletadas em nações espalhadas por todo o planeta, tais pesquisadores têm defendido de maneira contundente a ocorrência do que chamam de uma síndrome de valores pós-materialistas em nível mundial (INGLEHART, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Sobretudo entre as chamadas nações pós-industriais ou de capitalismo desenvolvido, valores e prioridades relacionados à sobrevivência física e

econômica dos indivíduos estariam sendo substituídos por uma postura pós-materialista, enfatizadora da auto-expressão, da preservação ambiental e do bem-estar subjetivo. A mudança teria suas raízes nos altos índices de crescimento econômico experimentados por essas nações a partir da segunda metade do século XX, tornando a sobrevivência material relativamente assegurada e libertando as pessoas para outras preocupações e interesses (INGLEHART, 1990). Como alguns estudos recentes têm apontado, mesmo entre as nações que apenas nas últimas décadas passaram a experimentar contextos de desenvolvimento social e econômico, tal fenômeno já começa a dar sinais de força. Esses trabalhos apresentam indícios de que nas chamadas nações em desenvolvimento a priorização de objetivos pós-materialistas estaria a cada nova sondagem se tornando mais comum.

As conseqüências dessa transformação cultural atingiriam os mais variados campos da vida social, da economia à religiosidade, da sexualidade às relações de trabalho. No campo político o impacto da mudança seria potencialmente positivo sobre os processos de democratização, pois estaria associado à emergência de novas demandas por participação e ao desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e crítica (INGLEHART, 1999). Os valores pós-materialistas estariam relacionados ao estabelecimento de um conjunto de orientações que configurariam uma cultura política pró-democracia que seria benéfica aos processos de implantação, consolidação e aprofundamento dessa forma de governo. Essa hipótese tem sido testada e confirmada em diferentes pesquisas que conduzem à conclusão de que os indivíduos que manifestam tendências pós-materialistas são aqueles que mais fortemente expressam valores congruentes com a democracia (INGLEHART e WELZEL, 2005). Mesmo em países em que o número de pós-materialistas é ainda reduzido, pesquisadores têm encontrado evidências de que algo semelhante começa a ocorrer (GIBSON e DUCH, 1994).

Os resultados dessas investigações nos fazem pensar sobre o caso brasileiro, acerca do qual a literatura especializada recorrentemente tem confirmado o elevado poder de permanência de alguns elementos pouco favoráveis ao desenvolvimento

de relações sociais e políticas horizontais e, conseqüentemente, ao fortalecimento do sistema democrático recentemente implantado por aqui. O problema da permanência/alteração dos elementos centrais dessa configuração cultural tem sido o alvo fundamental das investigações empreendidas pelos pesquisadores nacionais.

Acreditamos que a teoria do desenvolvimento humano possa fornecer elementos novos à análise desses processos de transformação ou manutenção dos valores políticos dos brasileiros. Ainda que nosso país figure entre o grupo das nações em desenvolvimento, portanto, com um percentual reduzido de indivíduos que enfatizam prioridades pós-materialistas, seria interessante verificar em que medida o fenômeno da associação desses valores a uma cultura pró-democracia se verifica em nosso contexto, sobretudo porque tal investigação pode trazer informações úteis à identificação de possíveis tendências de desenvolvimento futuro, no médio e longo prazo.

A tese de doutoramento que agora apresentamos é o resultado final de uma tentativa de levar a cabo tal investigação, elegendo como objetivo central a realização de um teste acerca desse suposto relacionamento entre crenças, valores e atitudes democráticas e a priorização de metas e objetivos pós-materialistas.

Para tanto, o primeiro desafio que enfrentamos dizia respeito aos dados que deveriam ser utilizados em um empreendimento dessa natureza, pois ainda são poucas as bases de informações coletadas a partir de amostras probabilísticas nacionais à disposição dos estudiosos dos valores e atitudes políticas. Além disso, essa base deveria também trazer variáveis que pudessem conduzir à classificação dos entrevistados como materialistas ou pós-materialistas. Sem tais medidas, toda a investigação seria inviabilizada, pois os testes de associação não poderiam ser realizados. Em síntese, os dados que atenderiam perfeitamente aos interesses da pesquisa seriam aqueles produzidos pelo projeto World Values Survey (WVS) dirigido pelo próprio Ronald Inglehart, até então disponíveis apenas para membros de algumas poucas instituições de pesquisa internacionais.

Felizmente, essa dificuldade inicial foi rapidamente superada graças ao apoio fundamental prestado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP), que gentilmente e sem custo financeiro algum disponibilizou as bases necessárias através de seu convênio com o Interuniversity Consortium for Political and Social Research (ICPSR), naquele momento depositário das pesquisas conduzidas pelo WVS. Posteriormente, quando algumas análises preliminares já haviam sido conduzidas, uma mudança muito interessante foi promovida na organização do WVS e todos os seus dados passaram a estar disponíveis aos interessados através da rede mundial de computadores, mediante o preenchimento de um simples cadastro.

Com os dados em mãos, inicialmente nossa intenção era produzir uma refutação, pois acreditávamos que os elementos autoritários de nossa cultura política, formados em um longo processo histórico em que as experiências com períodos democráticos foram incipientes, estavam de tal maneira cristalizados que a suposta síndrome pós-materialista não seria capaz de produzir impacto positivo significativo. Logo que iniciamos os primeiros testes, todavia, essa expectativa inicial foi frustrada, como ficará claro oportunamente com a exposição dos resultados.

Como não temos a intenção de antecipar nessa breve introdução detalhes das nossas descobertas e conclusões, passamos agora a apresentação da estrutura da tese. Como é bastante comum em trabalhos dessa natureza, o texto foi dividido em duas partes: uma teórica e outra dedicada ao trabalho de análise de dados empíricos.

Na parte teórica nos dedicamos à discussão dos conceitos centrais ao nosso problema de investigação, ou seja, cultura política e pós-materialismo. Apesar de dividida em dois capítulos distintos, que por sua vez se subdividem em algumas seções, essa parte do trabalho tem sua unidade garantida pela constante defesa da relevância de fatores ou dimensões culturais e subjetivas para a explicação de fenômenos políticos contemporâneos.

O primeiro capítulo aborda os elementos centrais do que hoje se denomina teoria da cultura política. Apesar de discutir brevemente alguns antecedentes teóricos fundamentais, o foco da atenção nesse momento se concentra sobre a obra que funda o programa de pesquisas moderno sobre esse tema: *The Civic Culture*, de G. Almond e S. Verba. Como esse estudo pioneiro foi o responsável por considerável polêmica, também dedicamos alguma atenção às principais críticas a ele endereçadas. Com o objetivo de construir um quadro sintético acerca da evolução dessa perspectiva culturalista, ainda nesse primeiro capítulo apresentamos os expoentes fundamentais de uma segunda geração de estudos que, após um período de relativo esquecimento, foram responsáveis pelo renascimento da preocupação com essa ordem de elementos subjetivos dos fenômenos políticos, por volta da década de 1980. Por fim, discutimos a recepção da teoria da cultura política no Brasil, apontando os principais estudos realizados. Aqui uma atenção especial é dispensada ao debate sobre a permanência e alteração de elementos que caracterizam nossos valores e atitudes políticas como pouco favoráveis ao fortalecimento e consolidação de nossa jovem democracia.

No segundo capítulo apresentamos uma revisão sobre a teoria do desenvolvimento humano, expondo suas principais teses e conceitos. Tal discussão teórica se reveste de especial importância devido à escassez de trabalhos nacionais sobre essa influente abordagem. Inicialmente propomos a idéia de que essa abordagem pode ser entendida como um projeto de revisão crítica de teses clássicas sobre a modernização, sobretudo aquelas que derivam da matriz marxista e weberiana. Na seqüência problematizamos o tema da primazia causal dos fatores materiais nos processos de mudança cultural através da discussão das hipóteses da escassez e da socialização, propostas por Inglehart. Mais adiante expomos um breve panorama das mudanças nas prioridades valorativas em escala mundial que configuram a suposta síndrome de valores pós-materialistas, com o objetivo de identificar os seus componentes principais. Também discutimos as conseqüências de tal síndrome para o campo político, investigando os vínculos causais existentes entre a mudança de valores e os processos de democratização. Prosseguindo nesse caminho, abordamos a hipótese

de que a tendência pós-materialista estaria sendo acompanhada do florescimento de uma cultura política congruente com a democracia em perspectiva mundial. Finalizando o capítulo, apresentamos uma síntese das principais críticas teóricas e empíricas endereçadas às teses e hipóteses derivadas da teoria em questão.

A segunda parte, voltada à dimensão empírica da investigação, começa com um capítulo relativamente longo no qual apresentamos a análise dos dados e os resultados verificados. Inicialmente, em uma seção metodológica, explicitamos nosso problema de pesquisa, as principais hipóteses, os procedimentos empregados na análise e detalhes importantes sobre a base de dados utilizada. Na seqüência, antes de atacar nosso problema de pesquisa propriamente dito, situamos o Brasil no que Inglehart chama de síndrome de valores pós-materialistas, destacando que tal fenômeno ainda se manifesta timidamente em nosso país, apesar de uma tendência de evolução já poder ser verificada através da análise de uma curta série temporal. Além disso, tentamos também buscar em nossa história econômica elementos que pudessem explicar nossa situação nesse quadro de mudanças nas prioridades valorativas, bem como tratamos de discutir os efeitos de algumas de nossas características mais relevantes, como a desigualdade, para esse fenômeno.

Na seqüência passamos à exposição e discussão da natureza do relacionamento entre o nível normativo ou abstrato de adesão à democracia e a priorização de objetivos pós-materialistas. Nessa seção, portanto, a hipótese da associação entre valores e crenças pró-democracia e tendências pós-materialistas é diretamente testada. Mais adiante o foco de nossa atenção se volta para a dimensão avaliativa ou instrumental das orientações políticas subjetivas dos entrevistados, ou seja, passamos a investigar a existência e a natureza da relação entre avaliações e percepções sobre o funcionamento concreto do sistema democrático e a adesão a valores relacionados à postura pós-materialista. Como os defensores da teoria do desenvolvimento humano tendem a afirmar a existência de uma associação positiva entre a referida mudança cultural e o desenvolvimento de uma cidadania crítica, mais participativa e contestadora, na quinta seção desse capítulo apresentamos uma

análise sobre esse tema, dedicando especial atenção a distinção entre participação convencional e não convencional.

Para finalizar, no quarto e último capítulo tecemos uma análise geral sobre os resultados apresentados ao longo dessa segunda parte da tese com o objetivo de produzir uma resposta integrada e coerente para o problema geral da pesquisa.

1 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA

A complexidade dos fenômenos políticos e, particularmente, dos processos de democratização tem levado os estudiosos das ciências sociais a adotarem cada vez mais uma perspectiva multicausal em suas análises. Dentre os diversos fatores considerados como relevantes para a explicação desses processos contemporâneos, um conjunto de elementos culturais ou subjetivos têm emergido com significativo destaque.

A preocupação com essa ordem de elementos no campo da política, todavia, não é algo recente. Antecedentes importantes desse interesse podem ser encontrados em autores clássicos como os filósofos Platão e Aristóteles. Na célebre tipologia das formas de governo construída por esse primeiro pensador, podemos encontrar longa discussão sobre as características morais necessárias à estabilidade política na aristocracia, tirania ou democracia. Ao longo da história do pensamento político são vários os exemplos de autores interessados nessa questão.

Atualmente, com o avanço das técnicas de pesquisa social, novas luzes têm sido lançadas sobre esse tema e cada vez mais a relevância dos elementos ligados ao que se convencionou chamar de cultura política tem sido afirmada. É claro que a polêmica sobre a primazia causal nos processos de democratização continua viva, opondo principalmente abordagens institucionalistas e culturalistas. Entretanto, a despeito da discussão sobre a causalidade formal, dificilmente um analista poderia questionar a relevância de tais fatores culturais nos dias atuais.

Sendo assim, nesse livro partimos do pressuposto de que o conjunto dos valores, sentimentos, avaliações e atitudes dos indivíduos que vivem sob um determinado sistema político são relevantes para explicação dos fenômenos que nele ocorrem. Como pretendemos analisar em que medida uma suposta mudança nas prioridades valorativas tem impactado a peculiar configuração da cultura política brasileira, em última instância estamos preocupados com o tema das condições necessárias ao pleno desenvolvimento democrático em nosso país. Essa preocupação

fundamental nos remete necessariamente à importante discussão contemporânea sobre as características mínimas que devem estar presentes em um regime político para que possa ser definido como uma democracia.

Desta forma, para alcançar os objetivos que propomos, acreditamos que o primeiro passo necessário seja explicitar nossa posição diante desse debate sobre uma definição da forma democrática ou poliárquica de governo. Ainda que brevemente, na primeira seção deste capítulo revisamos as perspectivas minimalistas e procedimentalistas, dominantes na ciência política praticada atualmente, e apresentamos como alternativa interessante uma orientação teórica e empírica que enfatiza a necessidade de considerações sobre a qualidade da democracia.

Após esse esforço de definição passamos a exposição de uma concepção adequada do conjunto de variáveis culturais relacionadas aos fenômenos políticos. Apesar do volume considerável de trabalhos publicados nas últimas décadas sobre o tema, acreditamos que um esforço de sistematização e síntese não seja de todo desnecessário. Assim, nesse capítulo apresentamos uma revisão teórica acerca do que podemos chamar de abordagem culturalista. Nossa intenção é construir um panorama geral sobre o tema, analisando a sua evolução histórica e a sua consolidação como área de pesquisa no interior da ciência política contemporânea.

Essa revisão teórica foi dividida em três seções, sendo que na primeira delas nos ocupamos dos antecedentes fundamentais e das primeiras formulações dessa abordagem. Essa seção gira em torno da apresentação do estudo original de G. Almond e S. Verba, *The Civic Culture*, como estudo original que estabelece como linha de pesquisa a análise dessa dimensão subjetiva da política. Tratamos de indicar quais foram os antecedentes teóricos e metodológicos que tornaram possível a existência dessa obra, bem como as principais críticas e revisões que a mesma inspirou.

Na segunda discutimos os antecedentes fundamentais e as primeiras formulações dessa abordagem. Essa seção gira em torno da apresentação do estudo original de G. Almond e S. Verba, *The Civic Culture*, como estudo original que

estabelece como linha pesquisa a análise dessa dimensão subjetiva da política. Tratamos de indicar quais foram os antecedentes teóricos e metodológicos que tornaram possível a existência dessa obra, bem como as principais críticas e revisões que a mesma inspirou.

Na terceira seção apresentamos algumas das mais relevantes contribuições posteriores à *The Civic Culture*. Após um período de relativo esquecimento, a partir da década de 1980 os estudos sobre cultura política voltaram à agenda da comunidade científica através de uma diversidade de pesquisas que trataram de apontar a sua relevância para o entendimento dos complexos fenômenos envolvidos na terceira onda de democratização. Sem a pretensão de construir um inventário satisfatório desse período de renascimento, nossa intenção é indicar os argumentos fundamentais de algumas pesquisas referenciais que atacam principalmente a suposta oposição entre fatores institucionais e culturais.

Por fim, apresentamos na terceira seção uma breve revisão sobre a produção nacional acerca do tema. Nossa intenção nesse momento é construir uma imagem aproximada da peculiar configuração de nossas orientações políticas subjetivas através da revisão dos argumentos e conclusões produzidos por pesquisadores nacionais.

1.1 DEFININDO DEMOCRACIA

A defesa de uma abordagem científica dos fenômenos políticos que leve em consideração um conjunto de variáveis culturais deve passar necessariamente pela explicitação de um conceito coerente de democracia, que incorpore dimensões que vão para além da mera formalidade institucional que rege a competição entre grupos políticos pelos postos governamentais. Uma definição minimalista, tal como apresentaremos a seguir, ao considerar apenas o processo eleitoral competitivo como requisito para a democratização acaba por negar a relevância de uma série de outros atributos igualmente significativos, dentre eles as orientações subjetivas dos cidadãos. Como afirma O'Donnell (2005) em recente trabalho, os estudos sobre democratização devem sempre considerar a relação entre o regime (sob o seu aspecto institucional) e os valores, atitudes e comportamentos dos atores que vivem em determinada sociedade.

Na afirmação da multidimensionalidade do fenômeno está presente a noção de que o processo de democratização não encerra apenas a passagem de regimes autoritários para democráticos, mas também a transformação de democracias limitadas, incompletas ou híbridas em regimes plenos (DIAMOND, 2002; SHIN, 2005). Para além do estabelecimento de eleições regulares e competitivas, outros requisitos devem ser considerados para lidarmos com a existência concreta de diferentes níveis de *democraticidade* (O'DONNELL, 2004).

Antes de discutirmos esses requisitos é interessante expormos os principais argumentos da abordagem minimalista ou procedimental que ainda ocupa a posição de teoria dominante entre os analistas contemporâneos. Para tanto nos remetemos ao pensamento de Joseph Schumpeter, que se tornou referência fundamental para essa perspectiva ao romper com o ideal clássico ligado a etimologia da palavra e definir a democracia como um método ou procedimento de escolha de lideranças.

De acordo com esse autor a questão fundamental ou o critério principal para a definição de um regime como democrático na teoria clássica era a realização da

vontade geral, que implantaria o ideal de deixar ao povo a atribuição de decidir sobre os assuntos políticos mais relevantes. Em oposição a esta concepção, por acreditar ser inviável uma proposta que depende de elementos inexistentes, como uma "vontade geral" ou "bem comum", Schumpeter inverte os elementos desta equação política. A eleição dos representantes, que na teoria clássica era um elemento secundário, passa a ocupar o papel de protagonista na definição do que é e do que não é uma democracia. Desta forma, o povo soberano do modelo anterior tem como principal missão "[...] formar um governo, ou corpo intermediário, que por seu turno, formará o executivo nacional, ou governo [...]" (SCHUMPETER, 1961, p. 327).

A democracia passa a ser entendida então, como um sistema de instituições que regula uma competição entre os indivíduos pelos postos deste corpo intermediário que irá tomar realmente as decisões políticas. O que definiria um país como "de regime democrático" ou não, seria a existência de um determinado método ou mecanismo, através do qual os homens se lançariam a busca de votos, em uma competição regulamentada por algumas regras previamente definidas e aceitas por todos.

Posteriormente essa definição minimalista foi sofisticada por autores como R. Dahl em uma abordagem que poderíamos definir como procedimentalista que incorpora exigências adicionais para a classificação de um regime como poliárquico. Também aqui, encontraremos uma abordagem que tem como elemento central um sistema de instituições que asseguram o procedimento competitivo entre lideranças políticas que lutam pela conquista dos votos dos eleitores. Para um regime ser considerado democrático seria imprescindível que contasse com instituições e organismos que garantissem algumas oportunidades para todos os cidadãos, tais como: de formular preferências, de exprimi-las e de tê-las consideradas pelo governo na condução dos assuntos públicos. Neste contexto institucional, marcado pela garantia dessas oportunidades, se configuraria o que o autor chama de um sistema de contestação pública e de competição poliárquica (DAHL, 1997, p. 26-7).

Na visão de Dahl, entretanto, isto não bastaria para que um sistema pudesse ser chamado de democrático. Isto porque a garantia que possibilita a participação pode ser

prerrogativa de um número muito limitado de pessoas. Em seu modelo, não podem ser consideradas como poliárquicas nações onde o direito de formar e aderir a organizações são privilégio de uma minoria. Para receber tal classificação, se faz necessário que uma parcela significativa da população esteja inserida no processo competitivo. Desta forma, *"*[...] uma escala refletindo a amplitude do direito de participação na contestação pública nos permitiria comparar diferentes regimes segundo sua inclusividade [...]*"*(Ibid., p. 28). A inclusividade, aliada ao grau de contestação permitida, é que definiria o nível de democratização dos diferentes países.

A relação entre estas duas dimensões é bastante evidente, sendo que, uma não tem sentido sem a outra. Tomemos o exemplo de um sistema político no qual a participação é aberta a todos os cidadãos, mas não existe a possibilidade de contestação do poder instituído. É óbvio que, em tal contexto, participar ou não se torna irrelevante, uma vez que nada pode ser alterado se necessário for.

É claro que existem significativas diferenças entre a matriz schumpeteriana e as contribuições deste último autor para o tema da democracia contemporânea. Em Dahl podemos encontrar uma clara consideração ao direito político de participar da condução dos assuntos públicos, através da expressão de preferências, que devem ser consideradas pelos representantes, mesmo fora dos momentos estritamente eleitorais. Apesar disto, gostaríamos de destacar que a ênfase no processo eleitoral faz com que suas formulações sejam vulneráveis, assim como as de Schumpeter, ao que Karl (2000) define como falácia eleitoral, ou seja, a tendência a reduzir o fenômeno democrático a um eleitoralismo que dá pouca ou nenhuma atenção a dimensões igualmente relevantes. A realidade concreta de países asiáticos, europeus e latino-americanos nos quais um sistema eleitoral consolidado convive com a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos por parte dos ocupantes do governo, com a corrupção e falta de transparência, demonstra que outros atributos devem ser incluídos em um modelo de classificação mais complexo que sirva para averiguar não apenas a existência, mas também a qualidade da democracia (DIAMOND e MORLINO, 2004; SCHMITTER, 2005; MOISÉS, 2008).

Diamond e Morlino (2004) em artigo que sintetiza resultados de uma coletânea de trabalhos sobre o tema publicado no *Journal of Democracy*, apontam que em uma democracia com qualidade as expectativas dos cidadãos em relação ao governo são satisfeitas, os cidadãos e grupos organizados gozam de liberdade e igualdade política, social e econômica crescente e existem mecanismos de avaliação, fiscalização e julgamento da atuação das instituições e governantes. Assim, a avaliação acerca do nível de democratização de um regime deveria passar pela identificação da sua eficiência no nível dos procedimentos, dos conteúdos e dos resultados.

Detalhando essas três áreas de avaliação, os autores propõem oito dimensões a partir das quais a qualidade poderia variar. Referindo-se ao nível dos procedimentos as cinco primeiras são: primado da lei, participação, competição, *accountability* vertical e horizontal. No campo dos conteúdos estão o respeito às liberdades civis e políticas e a progressiva implantação de medidas que aumentem a igualdade política, social e econômica. A oitava dimensão, que corresponde ao nível dos resultados, é a responsividade dos governos e representantes (DIAMOND e MORLINO, 2004).

Ao proporem essa abordagem multimensional da questão Diamond e Morlino alertam para o fato de que as referidas dimensões variam enormemente em termos de expressão institucional e grau de desenvolvimento no nível empírico, o que implica necessariamente na proposição de uma abordagem pluralista da qualidade democrática, que deve ser aplicada com cuidado para a avaliação de cada um dos casos concretamente existentes. Isso é necessário porque as relações e também as tensões entre cada uma das dimensões apontadas dependem em grande medida dos pesos normativos que cada sociedade atribui a valores fundamentais como igualdade e liberdade (Id.).

Vejamos alguns detalhes de cada um desses critérios de avaliação, começando pelo primado da lei. Guillermo O'Donnell (2004) defende que em uma democracia com qualidade todos os cidadãos gozam de igualdade perante a lei, que deve ser clara, publicamente conhecida, universal, estável, não retroativa e consistentemente aplicada por um judiciário independente. O sistema legal que emerge nessa situação é favorável

a democratização uma vez que atua na defesa dos direitos civis e políticos dos cidadãos, garante a continuidade dos procedimentos fundamentais dessa forma de governo e reforça a autoridade de outras agências horizontais de fiscalização da legalidade e propriedade das ações daqueles que ocupam os postos do governo.

Desta forma, essa primeira dimensão se afirma como a base fundamental sobre a qual todas as demais se estabelecem e configuram níveis distintos de qualidade democrática. Ainda assim, é possível constatar em diferentes regiões do globo a convivência de regimes políticos competitivos com contextos jurídicos falhos nos quais o abuso de poder e o desrespeito aos direitos civis são recorrentes (O'DONNELL, 2004; DIAMOND e MORLINO, 2004).

Os obstáculos que se colocam diante do estabelecimento do primado da lei são de várias ordens, tais como a existência de leis, critérios judiciais e regulamentações administrativas que discriminam mulheres, membros de comunidades indígenas e outras minorias. Citando a famosa frase atribuída a Getúlio Vargas, "aos amigos, tudo; aos inimigos a lei", O'Donnell também aponta os problemas que derivam da aplicação do sistema legal como uma ferramenta de opressão contra grupos ou cidadãos específicos, tais como adversários políticos. A dificuldade do cidadão comum em obter direitos e serviços junto às agências governamentais e também a dificuldade no acesso ao sistema judiciário e a julgamentos verdadeiramente justos completam o quadro de obstáculos que ao inviabilizarem o estabelecimento de um Estado de Direito consistente acabam por influenciar significativamente a qualidade da democracia concretamente existente (O'DONNELL, 2004).

No que diz respeito à segunda dimensão, podemos afirmar que qualquer democracia deve garantir a todos os cidadãos adultos o direito formal de participar politicamente, mas uma democracia com qualidade deve fornecer condições para que os indivíduos efetivamente possam exercer esse direito através do voto, da livre organização e reunião, de protestos e também por meio de pressões pelos seus interesses específicos. É claro que, definida nesses termos, a participação está intimamente relacionada com a existência de significativa igualdade entre os cidadãos,

pois assimetrias na distribuição de diferentes recursos podem dificultar e até mesmo inviabilizar a atuação de atores isolados ou grupos organizados. Assim, educação básica para todos e acesso facilitado a informações sobre o governo e os assuntos públicos são condições fundamentais para o exercício da cidadania política (DIAMOND e MORLINO, 2005).

A competição, como terceira dimensão da qualidade, também é característica fundamental de qualquer democracia e aparece até mesmo em abordagens minimalistas e procedimentalistas, entretanto, é preciso reconhecer que o grau de competitividade efetivamente verificado nos diferentes regimes concretamente existentes varia de maneira significativa. Alguns regimes têm arenas eleitorais mais abertas à entrada de novas forças políticas e favorecem de maneira mais consistente a igualdade entre os partidos competidores em relação ao acesso aos meios de comunicação de massa e aos fundos de campanha, ferramentas fundamentais nas eleições contemporâneas. Ainda que as dificuldades para limitar ou controlar os recursos que serão utilizados em uma campanha eleitoral nos dias de hoje sejam enormes, algum patamar mínimo de fiscalização é necessário para que a competição eleitoral não seja inviabilizada pelas profundas diferenças de recursos financeiros entre os partidos políticos (Id.).

A quarta dimensão se refere ao *accountability* vertical e pode ser definido segundo Ashedler (1999) como a obrigação do líder político eleito de responder sobre suas decisões quando perguntado pelos eleitores. Para que essa obrigação seja cumprida é necessário que primeiramente os cidadãos sejam informados sobre as ações públicas por diferentes canais oficiais e independentes. Na seqüência deve ser assegurado que as lideranças possam apresentar as razões que explicam e justificam suas ações na condução dos assuntos públicos. Por fim, é fundamental que os cidadãos possam decidir sobre a necessidade ou não de punição desses líderes eleitos (Id.).

O accountability vertical está ligado indissociavelmente às duas dimensões anteriores, pois só se efetiva em contextos nos quais a competição e a participação estão asseguradas. Da mesma forma, condições já mencionadas acima, tais como

níveis mínimos de educação formal, acesso à informação, liberdade de associação e contestação são essenciais para que essa relação entre cidadãos e líderes se estabeleça e funcione adequadamente (DIAMOND e MORLINO, 2004).

Na sua dimensão horizontal, *accountability* também é fundamental como critério de avaliação da qualidade da democracia. É preciso que as lideranças eleitas respondam igualmente a outros oficiais e instituições estatais que possuem atribuição constitucional e conhecimento técnico necessário para monitorar sua atuação política nas mais diversas áreas. Como exemplos de instituições que integram esse sistema horizontal podemos apontar a oposição legislativa, as cortes supremas, comissões especiais de inquérito e investigação formadas pelas casas legislativas, agências de auditoria e as ouvidorias públicas. A existência de *accountability* horizontal depende principalmente de um sistema legal que garanta a atuação de entidades que sejam independentes do governo e que não se apresentem como alternativa política na competição eleitoral (SCHMITTER, 2004).

A liberdade, como sexta dimensão da avaliação, depende necessariamente do exercício dos direitos políticos, civis e sociais. Os primeiros, como o direito a votar e ser votado, participar de campanhas e organizar partidos políticos são matérias-primas da participação e competição e tornam viável o *accountability* vertical. Os direitos civis, que incluem a liberdade de expressão, pensamento, informação, religião, dentre outras, também são essenciais a essas três dimensões relativas aos procedimentos. Sem a salvaguarda legal dessas liberdades essenciais todas as condições até aqui apresentadas para o funcionamento de uma boa democracia deixam de ser possíveis (DIAMOND e MORLINO, 2004).

A igualdade, sétima dimensão, desempenha também um papel estrutural na configuração de uma democracia com qualidade, pois todas as dimensões anteriormente discutidas dependem da igualdade formal política e legal entre todos os cidadãos. Ou seja, o grau de democratização de um regime depende do quanto são assegurados aos cidadãos e grupos os mesmos direitos, proteções legais e condições de acesso à justiça e ao poder. Qualquer mecanismo de segregação com base em critérios

como gênero, raça, religião e orientação política são obstáculos que limitam o regime. Ainda que a democracia possa conviver com a existência de indivíduos e grupos mais educados, mais informados e com mais recursos do que outros para influenciar o debate público e fazer valer suas preferências, a existência de diferenças extremas inviabiliza na prática a ocorrência da liberdade, da competição e das demais características que conferem qualidade às poliarquias (RUESCHEMEYER, 2004).

A última dimensão da avaliação é a responsividade, que se relaciona diretamente com o que definimos anteriormente como accountability vertical. Como define Powell (2004) responsividade democrática ocorre quando o processo democrático induz o governo a formular e implantar políticas que os seus cidadãos desejam. Neste sentido a responsividade se converte na própria justificativa de qualquer democracia.

O autor entende essa dimensão da qualidade como um processo complexo dividido em três etapas fundamentais. Primeiramente as escolhas dos cidadãos são estruturadas e filtradas em razão de sua profunda diversidade até configurarem preferências políticas mais consistentes que são oferecidas pelos partidos em competição. Na seqüência as preferências dos eleitores são agregadas em um governo de responsáveis pela formulação e implementação de políticas. Na última etapa essas lideranças eleitas traduzem os compromissos assumidos com os eleitores em políticas públicas concretas e coerentes (Id.).

É óbvio que esse modelo encontra sérias dificuldades para se efetivar no plano real, pois nem mesmo cidadãos bem educados e informados podem ser capazes de identificar seus interesses em escolhas políticas que demandam conhecimentos técnicos sofisticados, tais como a melhor política cambial a ser adotada em um contexto de crise econômica internacional. Os formuladores algumas vezes se vêem diante de conflitos entre interesses de curto e longo prazo manifestos pelos cidadãos, devendo se posicionar diante deles, nem sempre sendo bem sucedidos ou compreendidos. Em não raras situações lideranças podem maximizar sua autonomia e manipular a percepção de interesses dos cidadãos. É preciso adicionar a esses

obstáculos constrangimentos em termos de recursos necessários à tradução das demandas em políticas concretas, o que sempre leva a difíceis escolhas sobre quais investimentos seriam os prioritários (Id.).

Apesar de isoladamente cada uma das oito dimensões possibilitarem uma avaliação interessante sobre o nível de democratização de um regime concretamente existente, a interdependência e interação entre as mesmas leva Diamond e Morlino (2004) a falarem em um sistema de qualidade. Assim, em democracias com baixo desempenho em termos de liberdade e primado da lei existe também grande probabilidade de verificarmos situações negativas no que diz respeito à competitividade e à participação. Na verdade as conexões entre as dimensões são de tal natureza que em muitos casos é extremamente difícil determinar onde uma delas termina e a outra começa.

Apesar de bastante complexo, acreditamos que o sistema proposto por esses autores seja potencialmente melhor do que as abordagens dominantes sobre o fenômeno democrático de orientação minimalista ou procedimentalista. Para além da existência da democracia, suas proposições possibilitam o questionamento sobre a qualidade das democracias existentes e também conduzem o analista à consideração de variáveis e determinantes que estão para além do nível das instituições políticas.

1.2 ABORDAGEM CULTURALISTA: ANTECEDENTES E PRIMEIRAS FORMULAÇÕES

Como afirma Almond (1989) o emprego de noções e conceitos relacionados à cultura política tem uma história tão antiga quanto o interesse do homem acerca de assuntos políticos. Platão, Aristóteles, Maquiavel, Tocqueville, são alguns dos clássicos que empregaram em suas obras categorias próprias de uma abordagem culturalista dos fenômenos políticos (ALMOND e VERBA, 1989; ALMOND, 1990; 1989).

A formulação sistemática de uma teoria que tomasse como objeto de análise essa dimensão subjetiva, entretanto, ocorreu muito tempo depois. Mais especificamente, foi apenas na segunda metade do século XX que se constituiu um programa de pesquisas consistente sobre o que se convencionou chamar de cultura política. Tal institucionalização se deu principalmente a partir da publicação de *The Civic Culture*, de G. Almond e S. Verba.

A desilusão em relação às promessas iluministas que caracteriza a primeira metade do século passado e o impressionante desenvolvimento das modernas técnicas de pesquisa em ciências sociais têm sido apontados como fatores que poderiam explicar a emergência deste campo de investigação na década de 60 (ALMOND, 1990).

Os acontecimentos que fazem irromper a Primeira Guerra Mundial e inauguram o século XX contribuem para colocar em dúvida o projeto iluminista de triunfo da razão e da liberdade humana. Como apontam Almond e Verba (1989), essa situação de incerteza e tensão constante, que se estende até após a Segunda Guerra Mundial, tornam duvidosas as previsões quanto à inevitabilidade da democracia em escala mundial (p.1). Impulsionados por essa incerteza, pesquisadores começam a se interessar pela identificação dos determinantes do sucesso ou fracasso democrático, tornando possível a afirmação da relevância de

elementos culturais nos processos de implantação, consolidação e aprofundamento desta forma de governo ao redor do mundo.

Suas pesquisas, entretanto, só puderam se desenvolver graças ao impressionante progresso nas técnicas de investigação utilizadas pelas ciências sociais deste período. Esses avanços se deram especialmente nos seguintes campos: 1) métodos de amostragem precisos tornaram possível a produção de pesquisas com representatividade assegurada para amplas populações; 2) técnicas sofisticadas de entrevistas que ampliaram em muito a confiabilidade dos dados coletados; 3) desenvolvimento de técnicas de composição de índices e escalas que possibilitavam a reunião de variáveis em dimensões homogêneas, o que viabilizava a sua conversão em variáveis teóricas; 4) sofisticação de métodos estatísticos que, superando os limites da simples análise descritiva, incorporaram técnicas bivariadas, multivariadas e de regressão nos estudos realizados pelos cientistas sociais (ALMOND, 1989).

Impulsionados por esses fatores, os pioneiros dessa abordagem culturalista compuseram seu arcabouço teórico e metodológico através da absorção de elementos de diferentes áreas, como a psicologia social, a antropologia e a sociologia. Tratando destas influências, não poderíamos deixar de iniciar pelas contribuições da sociologia weberiana, em especial por ser Max Weber um dos principais formuladores do conceito de orientação subjetiva, de fundamental importância para os estudos de cultura política (Id.).

A ação social, selecionada como objeto de sua sociologia, é definida por esse pesquisador alemão como *"*[...] um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo [...]" e o seu caráter social emerge quando o seu sentido visado se relaciona com os comportamentos de outros. Não se trata, é claro, de um sentido objetivamente correto e sim subjetivamente visado (WEBER, 1994, p. 3). A sociologia seria, portanto, responsável pela interpretação das motivações subjetivas dos atores sociais que

orientam suas mais variadas ações. Com essas proposições, Weber acaba por fundar uma sociologia compreensiva, que se preocupa em compreender o sentido das ações praticadas pelos homens.

Como afirma um dos intérpretes da obra weberiana, a sua proposta é analisar os fatos sociais, para além da formalidade das instituições, tentando identificar *"*[...] como os homens avaliam e apreciam, utilizam, criam e destroem as diversas relações sociais [...]", mediante os diferentes sentidos que historicamente atribuem a elas (FREUND, 1975, p.68). Tal método foi brilhantemente empregado no clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, no qual Weber analisa as possíveis conexões de sentido entre as orientações religiosas protestantes e a emergência de uma ação social de cunho econômico (WEBER, 1996). Para além da análise formal das instituições econômicas, no entanto sem desprezá-las, este autor pretendeu entender a relação entre uma nova forma de religiosidade, com uma postura ascética diante do mundo terreno, e a emergência de um novo padrão de comportamento econômico. Analisando as orientações subjetivas dos atores sociais, identificou que um comportamento ascético e o apego ao trabalho, entendido como vocação, acabaram por engendrar um agir que impulsionou a acumulação do capital e colaborou para o desenvolvimento do capitalismo ocidental. Como o próprio Weber escreve, *"*[...] o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica [...]*"* (Ibid., p. 130-1).

As proposições weberianas tiveram um impacto profundo sobre o conjunto das ciências sociais, sobretudo porque demonstraram ser possível submeter esta dimensão subjetiva das ações sociais a um olhar científico que pode extrair o seu sentido e suas conseqüências para os comportamentos coletivos. Assim, forneceu as justificativas teóricas para o estabelecimento de um programa de pesquisas que pretende identificar os fatores subjetivos que influenciam o funcionamento de sistemas políticos.

Do campo da antropologia, as principais influências para o estabelecimento da abordagem que enfatiza a cultura política vieram de autores vinculados à chamada *Escola de Cultura e Personalidade* e, principalmente, dos seus estudos sobre o que denominaram de *caráter nacional*. Vinculados ao proeminente Franz Boas, pesquisadores como Edward Sapir, Margaret Mead, Harold Lasswell e Ruth Benedict, desenvolveram uma série de pesquisas importantes sobre a cultura em geral e sobre o caráter de diferentes nações tentando identificar a sua relação com os processos de estabilidade e mudança dos regimes políticos (ALMOND, 1989; KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999).

Outra fonte importante de influência foram os estudos de psicologia social desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX, nos EUA (ALMOND, 1989). Essa disciplina surgiu do esforço de psicólogos e sociólogos para compreender graves fenômenos deste período, tais como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Soviética, a Grande Depressão, a emergência do Fascismo e do Nacional Socialismo alemão, dos antagonismos raciais, dentre outros. Definindo a atitude, seu conceito central, como "[...] a propensity in an individual to perceive, interpret, and act toward a particular object in particular ways"[1], essas pesquisas se valeram de rigorosas técnicas de investigação para identificar como são formadas e transformadas as atitudes sociais e políticas (Ibid., p. 13). Dentre essas pesquisas se destaca a que resultou na publicação de *The Authoritarian Personality*, de T. Adorno e colaboradores. Esse livro, resultado de um esforço coletivo de psicólogos, psicanalistas, filósofos e pesquisadores empíricos tinha como objetivo fundamental "[...] refletir sobre a interação entre a dinâmica psíquica do indivíduo e as condições sociais e políticas da sociedade em que vivem esses indivíduos."(FREITAG, 2004, p. 18)

Incorporando essas múltiplas influências, Almond e Verba publicam em 1963 *The Civic Culture*, considerada a primeira tentativa de formulação sistemática

[1] Tradução livre do autor: "[...] uma propensão individual para receber, interpretar e agir de uma maneira particular em relação a um objeto particular."

e aplicação rigorosa do conceito de cultura política[2]. Interessados em analisar as condições para a expansão da democracia na segunda metade do século XX, os autores pretendem afirmar que o estabelecimento de instituições como o sufrágio universal e partidos políticos não são suficientes, ainda que sejam indispensáveis. Para além deste nível objetivo, seria necessária também a existência de uma cultura política congruente com esse arranjo institucional (ALMOND e VERBA, 1989, p. 3).

Partindo do pressuposto de que os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos são relevantes para explicar os padrões de comportamento político adotados pelos indivíduos, apresentam resultados de estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México), cujo objetivo fundamental foi identificar o grau de congruência entre este conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político. O termo cultura política se refere ao conjunto destes elementos subjetivos e é definido nesta obra como "[...] political orientations – atittudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system."[3] (Ibid., p. 12) Conseqüentemente, a cultura política de um país é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros. Esse padrão poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico tendo como referência os objetos políticos (Ibid., p. 13).

As orientações, que devem ser entendidas como "[...] internalized aspects of objects and relationships [...]"[4] seriam divididas em três tipos básicos: cognitivas, afetivas e avaliativas. As primeiras seriam conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações afetivas, por sua vez, se refeririam aos sentimentos de ligação e envolvimento partilhados pelos agentes em relação a tais

---

[2] Autores como Formisano (2001) entendem que a gênese moderna dos estudos de cultura política ocorre com a publicação do artigo "Comparative Political Systems" (ALMOND, 1956). Ainda que neste trabalho existam importantes referências conceituais, entendemos que *The Civic Culture* deva ser identificado como o trabalho pioneiro, em especial pela superioridade de sua sistematização teórica e pelo farto material empírico que apresenta.

[3] Tradução livre do autor: "[...] orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e às suas várias partes e atitudes em relação ao papel do próprio indivíduo nesse sistema."

[4] Tradução livre do autor: "[...] aspectos internalizados de objetos e relacionamentos [...]".

objetos. Por fim, as orientações avaliativas envolveriam julgamentos e opiniões, que são a combinação dos dois tipos anteriores de orientações, pois para produzirem juízos sobre determinados objetos os indivíduos aliam conhecimentos e sentimentos (Ibid., p. 14).

Os objetos a que se referem essas orientações foram definidos de forma bastante ampla pelos autores, pois englobariam o sistema político em sua totalidade, com suas estruturas de incorporação (*inputs)* e satisfação (*outputs)* de demandas individuais e coletivas, bem como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições políticas (Id.). Quanto a esse último objeto, alguns esclarecimentos adicionais devem ser prestados, pois levam ao desenvolvimento de um importante conceito dentro da abordagem. Os pesquisadores afirmaram que os indivíduos que fazem parte de um sistema político para atuarem ou absterem-se de participar realizam uma auto-avaliação sobre seu desempenho enquanto ator relevante. Desta maneira, pessoas que avaliam a si mesmos de maneira negativa, ou seja, que dispõem de uma baixa estima política, tendem a assumir uma posição apática no que diz respeito aos demais objetos, não tomando parte ativamente dos acontecimentos. Por outro lado, aqueles que dispõem de uma alta estima seriam interessados e ativos politicamente.

A partir da identificação do conjunto destas orientações e da forma como elas se integram, G. Almond e S. Verba estabeleceram uma classificação mínima dos tipos de culturas políticas que poderia servir de parâmetro para a interpretação de realidades nacionais ou de grupos políticos. Essa tipologia é apresentada de maneira interessante em uma tabela presente no estudo original, sendo assim, visando facilitar o seu entendimento optamos por transcrevê-la. (TABELA 1).

TABELA 1. TIPOS DE CULTURA POLÍTICA

	Sistema como objeto geral	Estruturas de incorporação de demandas (*Inputs*)	Estruturas de satisfação de demandas (*Outputs*)	O próprio indivíduo como participante ativo
Paroquial	0	0	0	0
Sujeita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Fonte: ALMOND e VERBA, 1989, p. 16.

O primeiro tipo, paroquial, seria caracterizado pela ocorrência de orientações próximas de 0 em relação aos quatro grupos de objetos básicos. Uma população que se enquadrasse nesta categoria demonstraria pouco ou nenhum conhecimento sobre os objetos políticos, o que dificultaria a formação de sentimentos e julgamentos em relação aos mesmos. Apesar de raro, este tipo de cultura política seria encontrado, de acordo com os autores, em regiões isoladas de nações ainda em processo de desenvolvimento, onde a especialização política é mínima e a interface entre religião e estruturas de poder é intensa (ALMOND & VERBA, 1989, p.17).

A cultura política sujeita se verificaria quando os indivíduos, apesar de terem uma consciência relativamente elaborada sobre os mecanismos de satisfação de demandas do sistema (*outputs*), não têm o mesmo conhecimento e interesse quanto aos instrumentos de encaminhamento de demandas (*inputs*). Desta forma, estão relativamente impedidos de desempenhar um papel ativo na determinação das ações públicas, caracterizando então uma situação de sujeição ao poder instituído que é entendido como soberano ou absoluto (Id.). Além disso, como podemos identificar na última coluna da tabela, essa cultura apresenta baixos níveis de eficácia política subjetiva, o que conduz à passividade.

Finalmente, teríamos a cultura política participante, compartilhada por indivíduos dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo. Seus sentimentos e avaliações podem ser positivos ou negativos, mas em ambos os casos os indivíduos que partilham destas condições

subjetivas tendem a adotar uma postura ativa em relação aos objetos mencionados, pois possuem considerável eficácia política subjetiva (Ibid., p.18).

Como o objetivo de Almond e Verba era identificar o grau de congruência existente entre essas diferentes configurações de orientações e os sistemas democráticos, definiram a cultura política mais favorável como o resultado da junção entre elementos dos três tipos ideais descritos anteriormente. Seguindo os passos de clássicos como Aristóteles e também de vários teóricos contemporâneos, identificaram como principais componentes desta *cultura cívica* a moderação e a tolerância (DIAMOND, 1994, p. 10).

O desenvolvimento deste componente central passaria necessariamente por uma redução das disparidades sociais e por uma participação moderada dos cidadãos na política, o que não implicaria em passividade diante dos governantes. O comportamento ideal combinaria ativismo racional e uma boa dose de confiança no sistema e naqueles que o conduzem (ALMOND & VERBA, 1989, p. 29-30). Não se trata de atribuir poderes infinitos aos governantes, pois apesar de não participarem a todo o momento, estes cidadãos, por terem pleno conhecimento dos mecanismos institucionais e, sobretudo, gozarem de uma eficácia política subjetiva elevada, exercem um alto poder de fiscalização sobre as ações oficiais, o que inibe possíveis desmandos.

Essa forma mista se construiria através de um processo de alterações e permanências nas bases subjetivas do comportamento político dos agentes, como os próprios autores destacam:

> "The maintenance of these more traditional attitudes and their fusion with the participant orientations lead to a balanced political culture in wich political activity, involvement, and rationality exist but are balanced by passivity, tradicionality, and commitment to parochial values [...] (Ibib., p. 30).[5]

[5] Tradução livre do autor: "A manutenção dessas atitudes mais tradicionais e sua fusão com orientações participativas levam a uma cultura política balanceada na qual atividade política, envolvimento e racionalidade existem, mas são balanceadas pela passividade, tradicionalismo e comprometimento com valores paroquiais [...]".

Para finalizar a apresentação dos contornos gerais deste trabalho pioneiro, seria interessante apresentarmos uma síntese dos resultados encontrados pelos pesquisadores em relação aos cinco países envolvidos na pesquisa. Essa missão é facilitada pelos próprios autores, que após apresentarem e discutirem dados referentes a cada um dos tipos de orientações e objetos, no penúltimo capítulo do livro constróem uma síntese da cultura política da população dessas nações.

Os italianos teriam apresentado elementos de alienação política, desconfiança e isolamento social, o que levou à definição de sua cultura política como *alienada***.** Para explicar essa situação os autores recorrem à história política italiana, marcada pela fragmentação e tirania, condições desfavoráveis ao surgimento de orientações cívicas. Em razão dessa experiência, seus cidadãos "[...] tend to look upon government and politics as unpredictable and threatening forces, and not as social institutions amenable to their influence."[6] (ALMOND e VERBA, 1989, p. 308)

A alienação também foi apontada como uma marca da cultura política mexicana. Neste caso, entretanto, estaria associada a significativo grau de eficácia política subjetiva. Diante desse quadro, os autores identificaram uma aspiração desta nação à cultura política cívica, que poderia ser alcançada no futuro, uma vez que a experiência democrática neste país era significativamente recente quando da realização da pesquisa. Com isso, afirmaram que a persistência do sentimento de competência subjetiva em sua população poderia reverter a situação de alienação com o prolongamento da experiência democrática (Ibid., 312).

No caso da Alemanha, dois elementos foram apontados como fatores explicativos de sua cultura política: o desenvolvimento econômico e industrial na segunda metade do século XX e a trágica história política no período anterior, marcada pelo nazismo e pela divisão no pós-guerra. Primeiramente, em decorrência do desenvolvimento de seus meios de comunicação e do sistema educacional, os alemães seriam bem informados sobre política e votariam com freqüência. Além

[6] Tradução livre do autor: "[...] tendem a ver o governo e os políticos como forças imprevisíveis e ameaçadoras e não como instituições sociais abertas as suas influências."

disto, foram encontrados índices significativos de confiança e satisfação em relação às esferas administrativas do governo. Entretanto, a participação política menos formal, através de discussões e formação de grupos políticos, seria bastante fraca, refletindo sua recente e trágica história política. Os alemães muitas vezes seriam membros de associações, porém pouco ativos nas suas ações. De acordo com os autores, muitos chegaram a afirmar que o voto é tudo que se deve esperar de um cidadão (Id.). Este tipo de comportamento levou à caracterização de uma cultura política de tipo sujeita que não enfatiza as orientações em direção às estruturas de entrada do sistema.

Nos Estados Unidos da América, os dados apresentados pelos autores, apontariam para o que apresentamos anteriormente como cultura política cívica. Almond e Verba afirmaram que na maioria da população investigada neste país, foi encontrado envolvimento com os assuntos políticos associado à eficácia política subjetiva bastante desenvolvida. Além disso, "[...] they tend to be affectively involvement during political campaigns, and they have a high degree of pride in the political system […]"[7], o que seria extremamente positivo para a estabilidade do regime democrático (Ibid., 313). Como já tratamos anteriormente, esta cultura cívica não é composta apenas por ativismo e engajamento. Trata-se de uma forma mista entre os três tipos básicos definidos pelos autores, ou seja, a paroquial, sujeita e participante. Isto significa que, juntamente com este desenvolvido senso de competência, existe também a confiança e o respeito em relação à classe política e, sobretudo, às instituições que compõem o sistema.

Tal combinação apareceria também entre a população inglesa. Neste último país envolvido na pesquisa os investigadores encontraram resultados muito parecidos com aqueles verificados na América do Norte. Identificaram, entretanto, um acentuado comportamento de deferência para com as autoridades governamentais. Neste caso, teríamos então uma predominância da cultura de tipo sujeita sobre a participante e paroquial (Id.).

[7] "[...] eles tendem a se envolverem afetivamente durante campanhas políticas e se orgulham do sistema político [...]".

Essa caracterização sumária da obra pioneira da abordagem culturalista não tem a pretensão de esgotar os seus argumentos, mas apenas chamar a atenção para essa tentativa de conectar elementos estruturais e culturais envolvidos nos fenômenos políticos complexos da contemporaneidade. *The Civic Culture* ao incorporar na análise política moderna elementos que não se referiam ao chamado "núcleo duro" da política, assume o importante papel de *connecting link* entre o nível das atitudes e motivações subjetivas individuais (que ganham objetividade social) e o sistema político em suas diferentes partes, tendo como principal preocupação a identificação de congruências ou incongruências entre estas duas esferas.

Os contornos fundamentais dessa pesquisa inspiraram diversos trabalhos nos anos posteriores, entretanto, várias também foram as críticas formuladas, algumas delas bastante pertinentes e merecedoras de destaque. Sem pretender esgotar o debate desencadeado, apresentaremos a seguir algumas dessas críticas.

A primeira diz respeito à imprecisão em torno do termo cultura política. Como reconhece um dos seus mais importantes defensores, apesar de inicialmente ter se apresentado como um instrumento interessante de análise, esse termo passou rapidamente a ser usado indiscriminadamente e com sentidos bastante vagos, o que poderia ser explicado pela imprecisão com a qual foi definido pelos autores pioneiros (PYE, 1972). Almond, também reconhecendo a validade da crítica, relaciona tal imprecisão ao caráter pré-teórico da formulação inicial. Ao invés de estabelecer um corpo teórico consistente, o objetivo neste primeiro momento seria afirmar a importância dos sentimentos, crenças e orientações para o entendimento dos fenômenos políticos, o que teria sido satisfatoriamente alcançado (ALMOND, 1989, p. 26). A fragilidade teórica e conceitual teria sido, de acordo com o autor, gradualmente superada por sucessivos refinamentos propostos nos anos posteriores.

De fato, os estudos que se seguiram à *The Civic Culture* se dedicaram à revisão deste conceito e à identificação das variáveis que deveriam fazer parte deste conjunto de orientações subjetivas. Dentre vários outros, um exemplo interessante deste esforço é *Political Culture and Political Development*, de Pye e Verba,

considerado por Lane (1992)[8] obra fundadora de uma segunda tradição nos estudos sobre cultura política. Neste livro, dimensões importantes são especificadas, como o senso de identidade nacional, as atitudes e expectativas em relação ao desempenho governamental e os conhecimentos e atitudes em relação aos processos de tomadas de decisões (PYE e VERBA, 1989).

Uma segunda crítica, igualmente relevante, denuncia uma postura etnocêntrica implícita nas conclusões do trabalho de Almond e Verba, decorrência da adoção de um determinado ponto de vista teórico. Partindo de um conceito de política restrito às instituições formais de caráter representativo, os autores em questão teriam restringido o seu campo de visão aos limites das representações culturais compatíveis com essa forma hegemônica. As conclusões da pesquisa acerca do caráter da cultura política de cada uma das nações envolvidas seriam o reflexo desta opção conceitual, colocando EUA e Inglaterra em uma posição bem mais favorável que as demais (RENNÓ, 1998, p. 76). Tais conclusões indicariam que toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal hegemônico no ocidente teriam sido interpretadas como incongruentes com a democracia em sua totalidade. Tomando o "político" como um dado inquestionável, os autores teriam fechado os olhos para o fato de que existem diferentes concepções sobre o que seria ou não a dimensão política da ação humana em conflito (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Como Pateman escreve em sua *philosophic critique*, a teoria empírica da democracia elaborada Almond e Verba, ao seguir o caminho da corrente contemporânea fundada por Joseph Schumpeter, termina por se tornar essencialmente ideológica, celebrando o *status quo* existente nas sociedades de capitalismo desenvolvido (PATEMAN, 1989, p. 39). Essa adesão normativa à concepção instrumental fica bastante clara, ainda segundo Pateman (1989) e também em Wiatr (1989), pela ausência de considerações às classes sociais na obra.

[8] Para Lane (1992), parte importante dos estudos sobre cultura política erra ao não distinguir as duas tradições estabelecidas por *The Civic Culture* e *Political Culture and Political Development*. Para a autora a maior parte das críticas endereçadas a primeira não atingem a segunda, que seria mais refinada e cuidadosa no tratamento das subculturas e de outros temas igualmente relevantes.

As desigualdades reais existentes nas democracias ocidentais são desconsideradas e no seu lugar aparece apenas a igualdade formal da cidadania moderna.

Assim, teriam negligenciado as relações existentes entre classe ou status sócio-econômico e os valores e atitudes relacionadas à participação, ainda que os seus próprios dados as tenham explicitado. Ao invés de se debruçar sobre as causas dessa e de outras associações que remeteriam diretamente a estrutura de classes das sociedades investigadas, os pesquisadores a teriam apresentado como um dado que deveria ser aceito. Sobretudo, não teriam se preocupado com os efeitos dessa desigualdade sobre a caracterização da cultura cívica como potencialmente democrática (PATEMAN, 1989). Apesar de reconhecerem abertamente que diferenças significativas nas atitudes políticas podem ser observadas entre entrevistados oriundos de distintos grupos sociais e que os membros das classes mais educadas possuem as melhores condições para a participação e envolvimento político, ao longo de toda a obra consideram apenas o agregado dos dados, defendendo que todos os cidadãos podem ser tratados igualmente como portadores de uma mesma cultura política (Id.).

A adoção da democracia liberal anglo-saxônica como modelo ideal é realmente explícita em *The Civic Culture* e as implicações ideológicas, teóricas e metodológicas deste procedimento são significativas. Esse viés só pôde ser superado quando os estudos passaram a se orientar pela tentativa de interpretar as culturas políticas de cada nação em suas particularidades, buscando entender suas origens e relações com a estrutura política, sem a pretensão de classificar essas configurações como paroquiais, sujeitas, participativas ou qualquer outra categoria arbitrária. Aqui apontamos novamente *Political Culture and Political Development*, de Pye e Verba, como exemplo de análise que consegue se afastar significativamente desta tendência ideológica.

Nenhuma dessas críticas, entretanto, rendeu tanta discussão quanto a que questionou a propriedade causal e a capacidade explicativa das variáveis reunidas no termo cultura política. Esses questionamentos atingiram o centro da

argumentação presente em *The Civic Culture* e, como demonstraremos na seção em que serão discutidas as obras principais do renascimento dos estudos culturalistas, continuam a alimentar intensos debates acerca dos determinantes e condicionantes do sucesso democrático.

Brian Barry (1988) se destaca como um dos principais representantes desta perspectiva crítica. Para esse autor, apesar de Almond e Verba terem sido cautelosos o suficiente para evitarem o emprego de termos que explicitassem uma relação de causalidade direta entre valores e democracia, *The Civic Culture* só se sustenta em sua essência através da suposição de que as variáveis que compõem a cultura política afetam os regimes democráticos. Entretanto, afirma que a natureza e extensão desse efeito não teriam sido tratadas de forma adequada, abrindo espaço para as seguintes interpretações: "[...] some level of 'civic culture' could be held to be a necessary condition for the possession of a certain degree of 'democracy', or a sufficient condition, or a necessary and sufficient condition."[9](BARRY, 1988, p. 50)

Para estabelecer de maneira segura a relação entre essas duas ordens de variáveis, Barry argumenta que teria sido necessário que os autores tivessem estabelecido critérios para definição de níveis significativos de cultura cívica e democracia ou ao menos uma escala para a disposição das nações pesquisadas, o que não foi realizado.Em razão desta fragilidade, propõe uma inversão da relação causal, ou seja, ao invés da cultura política causar a estabilidade democrática, seria mais plausível entender que as experiências sob instituições democráticas gerariam nos indivíduos os valores, crenças e atitudes congruentes com sua consolidação (Id.).

Pateman (1971) partilhando desta perspectiva, afirma que as experiências de socialização política proporcionadas pelas instituições de caráter democrático é que

[9] Tradução livre do autor: "[...] algum nível de 'cultura cívica' poderia ser tomado como condição necessária para a posse de certo grau de democracia ou como condição suficiente, ou ainda como condição necessária e suficiente."

seriam responsáveis pela internalização de valores compatíveis com essa forma de governo.

Sobre esses questionamentos contundentes são interessantes os argumentos desenvolvidos por A. Lijphart (1989). Esse defensor da abordagem culturalista aponta que, embora a estabilidade democrática apareça explicitamente identificada como variável dependente em *The Civic Culture*, o mesmo não ocorre com as supostas variáveis independentes, o que tem gerado interpretações equivocadas sobre o tema da causalidade. Ao invés de um modelo bidimensional, como Barry e Pateman identificaram e a partir do qual desenvolveram suas críticas, Lijphart encontra na pesquisa de Almond e Verba uma estrutura tridimensional, composta por variáveis independentes, intervenientes e dependentes. As variáveis reunidas na rubrica *cultura política* ocupariam a posição intermediária entre a estrutura política e social, que seriam, respectivamente, as variáveis dependentes e independentes (LIJPHART, 1989, p. 38). Isso teria sido explicitado já na primeira frase do primeiro capítulo de *The Civic Culture*, na qual se lê: "this is a study of the political culture of democracy and the social structures and process that sustain it."[10] (ALMOND e VERBA, 1989, p. 1).

Em sua análise os autores pioneiros teriam investigado a cultura política e os processos sociais que a mantém a partir das orientações subjetivas de natureza política e não-política dos respondentes, chegando à conclusão de que existe uma forte associação entre essas duas ordens de orientações, ou seja, entre as orientações políticas e as relações sociais ou interpessoais. Essa associação teria levado os autores a fundirem as variáveis independentes e intervenientes em um único corpo denominado *cultura política*. Lijphart, entretanto, chama nossa atenção para o fato de que esse status de variável independente de que goza a cultura política não pode conduzir à conclusão de que a mesma seria causa da estrutura política. A separação das variáveis em dependentes e independentes seria

[10] Tradução livre do autor: "esse é um estudo da cultura política da democracia e das estruturas e processos sociais que a sustentam."

puramente analítica e não excluiria a influência mútua entre cultura e estrutura (Ibid., p. 47).

Nesta mesma direção, Almond (1989) afirma categoricamente que as orientações políticas subjetivas sempre foram tratadas, tanto no estudo inicial, quanto nos seus trabalhos posteriores, como variáveis que sofrem interferências de elementos externos, sendo tratadas ao mesmo tempo como dependentes e independentes, influenciando e sendo influenciadas pela estrutura política.

Acreditamos que a raiz desta polêmica possa ser encontrada no entendimento sobre quais as esferas onde o processo de socialização se daria. Se, por um lado, entendermos os processos que têm curso no período infantil como os únicos responsáveis pela transmissão dos valores, crenças e conhecimentos que irão estruturar as orientações e as atitudes dos atores para com os objetos, estaremos propensos a encarar a cultura política como variável determinante na configuração das estruturas políticas. Entretanto, se por outro lado, também forem levados em conta os processos de socialização política da fase adulta, esta determinação deixa de ser automática e o unilateralismo deixa de fazer sentido.

Almond (1989) cita estudos realizados em países comunistas para apontar a complexidade desta relação. Os ideólogos destes regimes, de uma maneira geral, acreditavam muito na maleabilidade da cultura política da população, que poderia ser moldada através de ações empreendidas através de instituições oficiais como a escola, o partido e os meios de comunicação. Entretanto, a despeito de inúmeros esforços voltados para a formação de uma cultura comunista, isto de uma maneira geral não ocorreu. Valores, crenças e orientações existentes nos períodos pré-revolucionários demonstraram ter um alto poder de persistência, o que implicou em uma instabilidade crescente dos regimes que tiveram que sustentar seu poder através ações coercitivas.

Contrastando com estas descobertas, todavia, estudos apontaram uma alteração significativa no padrão de cultura política dos ingleses, entre as décadas de 60 e 80, devido a uma performance governamental pouco convincente, o que se

refletiu em tensões sociais e crescimento de uma insatisfação para com as autoridades (KAVANAGH, 1989). Tais evidências nos colocam diante da seguinte ambigüidade:

> "[...] if these recent studies of political culture in Europe and the United States suggest that it can change relatively quickly in response to changed circunstances and experience, studies of political attitudes in communist countries suggest the persistence of certain aspects of political culture in the face of very powerful transformative efforts [...]"[11](ALMOND, 1990, p. 148).

Uma solução provisória para esse debate talvez seja a consideração de que a validade explicativa da cultura política não pode ser tomada como um dado *a priori*, o que ressalta então a necessidade de estudos empíricos para testá-la como categoria explicativa em cada situação em particular (ALMOND, 1989, p. 30). Assim como seria absurdo tratar esse conjunto de variáveis como causa não-causada (nos termos tomistas), seria igualmente sem propósito desconsiderar totalmente o seu impacto sobre as instituições democráticas, sobre sua estabilidade e consolidação. Neste sentido, nos parece muito mais justificável a perspectiva que enxerga uma mútua influência entre esses fatores culturais e estruturais.

[11] Tradução livre do autor: "[…] se esses recentes estudos sobre cultura política na Europa e Estados Unidos sugerem que a mesma pode ser mudada de maneira relativamente rápida em resposta a mudanças de circunstâncias e experiências, estudos sobre atitudes políticas em países comunistas sugerem a persistência de certos aspectos de certos aspectos da cultura política em face de poderosos esforços de transformação [...]".

1.3 NOVAS PERSPECTIVAS

Em decorrência dessas críticas e também em virtude da popularização de modelos racionalistas baseados em variáveis econômicas e no pressuposto da racionalidade dos atores sociais (DOWNS, 1999; BECKER, 1976; OLSON, 1999; COLEMAN, 1990), o conjunto dos fatores culturais perdeu muito de seu prestígio e os estudos de cultura política passaram por um período de relativo esquecimento.

Essa situação começou a se alterar nos anos 80, quando alguns autores a partir de pesquisas empíricas de longo alcance geográfico ou histórico recuperaram teses principais desta abordagem evitando os equívocos dos estudos pioneiros. O número de livros e artigos publicados em importantes revistas de circulação internacional neste período de retomada é impressionante, de modo que qualquer tentativa de exposição exaustiva seria incompleta ou superficial. Diante desta profícua produção, ao invés de listarmos nomes e títulos, optamos pela exposição dos argumentos centrais de um número limitado de trabalhos exemplares. Como a exposição dos seus elementos centrais indicará, essas obras se distinguem em muitos aspectos entre si e também em relação à tradição estabelecida pela obra seminal de Almond e Verba. Apesar disso, todas elas retomam, cada uma a sua maneira, o tema da capacidade explicativa das variáveis culturalistas a partir de novas e poderosas evidências empíricas. Neste sentido, contribuem para esclarecer alguns pontos fundamentais do debate sobre o tema da causalidade, rapidamente abordado na última seção.

Começamos por *Comunidade e Democracia*, de Robert Putnam que tem como objeto a experiência dos chamados governos regionais implantados na década de 70 na Itália. O objetivo fundamental desta obra era averiguar o porquê destas organizações, estruturadas de forma semelhante e dispondo dos mesmos recursos materiais, terem apresentado desde a sua fundação desempenhos diferentes entre as diversas regiões italianas, em especial quando a comparação é feita entre as províncias do norte e do sul do país.

Putnam (1996) inicia o livro discutindo as implicações desta alteração institucional de significativa importância para o modelo de administração pública italiano, marcado até então pelo centralismo burocrático. Focaliza inicialmente sua atenção sobre as conseqüências desta inovação sobre o comportamento político dos moradores das diferentes regiões e conclui, a partir dos dados coletados pela sua equipe de pesquisa, que ocorreu uma alteração nos padrões de comportamento político das lideranças, em especial daquelas que ocupavam os cargos de conselheiros regionais.

O primeiro sinal dessa alteração foi o surgimento da tendência à adoção de uma postura pragmática na condução dos assuntos políticos, em substituição à orientação ideológica, o que pôde ser constatado pelo posicionamento dos membros de diversos partidos em relação a questões historicamente controversas, como a negatividade ou positividade do sistema capitalista, o poder dos sindicatos e a instituição do divórcio. Em síntese, teria ocorrido no período que vai de 1970, data de fundação dos conselhos regionais, a 1989, um contínuo deslocamento dos valores e atitudes das lideranças para um posicionamento moderado. O pragmatismo, até então visto como um atributo negativo, passou a ser encarado como um método de administração pública bastante eficiente. Nas palavras de Putnam, "[...] eles (conselheiros) passaram a verem-se menos como mediadores e mais como responsáveis, menos como tribunos eloqüentes das causas populares e mais como defensores competentes do interesse público [...]"(Ibid., p. 49).

Essas alterações substanciais na cultura política dos líderes italianos foram decorrentes de um processo de socialização política que ocorreu dentro das novas instituições, ou seja, os conselhos regionais. No decorrer das duas décadas em que se desenvolveu a pesquisa, foi possível verificar que "[...] os anos dedicados à laboriosa tarefa de construir juntos uma nova organização ensinaram aos conselheiros regionais as virtudes da paciência, do senso prático e da temperança. Tal como esperavam os seus defensores, a reforma regional criou 'um novo modo de fazer política'. "(Ibid., p. 53)

Apesar da parte inicial da obra explicitamente adotar um modelo causal em que os valores e atitudes políticas são efeitos de mudanças institucionais, todo o restante do livro é marcado pela inversão deste posicionamento e trata de reafirmar a autonomia e capacidade explicativa das variáveis culturais. Comparando indicadores de desempenho institucional das diferentes administrações regionais, o pesquisador encontrou entre as províncias do norte altos níveis de eficácia administrativa e aceitação popular, enquanto o inverso ocorria no sul.

A primeira hipótese levantada para explicar essas diferenças associava o desempenho aos níveis de modernização de cada região. As análises, entretanto, demonstraram que, apesar de ser considerada uma variável importante, a modernização foi incapaz de explicar a totalidade das diferenças. Tal fragilidade se evidenciou quando os dados coletados demonstraram que os governos localizados em regiões com desenvolvimento econômico semelhantes apresentavam desempenhos bastante diferentes.

A hipótese alternativa enfatizava a relevância de variáveis subjetivas. Através do cruzamento de medidas como número de associações existentes, número de leitores de jornais, de votantes em plebiscitos e da adesão dos eleitores ao voto preferencial, Putnam identificou que as regiões que se aproximavam de um ideal de comunidade cívica apresentam os melhores índices de eficiência administrativa.

Uma comunidade mais cívica se diferenciaria de outra menos cívica em virtude de um conjunto de características que podem ser sumariamente resumidas em uma palavra: confiança. A vida em uma comunidade marcada pelo civismo se encontra facilitada, pois os dilemas que envolvem a ação coletiva são minimizados pela crença de que o "outro", com quem se trava relações, irá respeitar as regras pré-estabelecidas. Ainda que, em uma comunidade não cívica, esta confiança também se estabeleça, via coerção do Estado (em um modelo próximo ao hobbesiano) no caso da comunidade cívica os recursos são poupados e associações são criadas com menos esforço, em virtude da existência de uma rede de confiança.

A participação dos cidadãos nos negócios públicos também é apontada como importante característica de uma comunidade deste tipo, o que sinalizaria um interesse pelos assuntos da coletividade em detrimento dos interesses privados. A comunidade cívica seria também aquela onde as relações hierarquizadas de mando e obediência teriam pouca aceitação. Nestas sociedades imperaria a horizontalidade das relações sociais e políticas, sendo a igualdade de direitos e deveres, a confiança, a solidariedade e a tolerância, valores muito difundidos. Tal configuração cultural serviria de freio ao oportunismo individual e impulsionaria a formação de uma teia de associações de mútua ajuda.

Nas províncias do norte, Putnam verificou uma maior incidência destas características e, tentando identificar a origens de tais tendências, recorreu à análise histórica que o conduziu à conclusão de que este padrão cultural é fruto de um conjunto de experiências de ações coletivas de longa duração. Tais experiências acabaram por construir um capital social que funciona como reservatório de padrões de comportamentos, favorecendo a confiança mútua entre os atores e minimizando os dilemas que envolvem as ações coletivas. Quanto maior é este capital social, maiores são as possibilidades de cooperação mútua, de confiança generalizada e, em conseqüência, maiores são as chances das instituições democráticas se tornarem eficientes.

Comunidade e Democracia, que já ocupa o lugar de clássico nos estudos sobre democratização, distingue-se das obras pioneiras sobre cultura política em muitos pontos teóricos e metodológicos. Mas, apesar disso, é inegável que a preocupação com as variáveis culturais torna possível a sua inserção no que podemos chamar de uma retomada dos estudos culturalistas na ciência política contemporânea.

Mais próximo da tradição estabelecida por Almond e Verba está o trabalho de R. Inglehart, *The Renaissance of Political Culture,* publicado na *American Political Science Review* no final da década de 80. O grande mérito deste trabalho está em sua tentativa de afirmar a capacidade explicativa das variáveis envolvidas

no termo cultura política em uma perspectiva mundial através da utilização de farto material empírico obtido por *surveys* realizados durante quinze anos, o que possibilita um primeiro teste longitudinal das teses culturalistas.

Logo no início o pesquisador destaca que os modelos baseados na teoria da escolha racional, que se tornaram dominantes desde a década de 60, em virtude de desprezarem os fatores culturais podem fornecer apenas explicações parciais para importantes fenômenos políticos contemporâneos (INGLEHART, 1988, p. 1201). Os argumentos que apresenta ao longo do texto pretendem sustentar as seguintes afirmações: 1) diferentes sociedades se situam em graus diferenciados de uma determinada síndrome de valores e atitudes políticas; 2) essas diferenças culturais são relativamente persistentes, porém não imutáveis; 3) tais diferenças produzem importantes conseqüências políticas, sendo intimamente ligadas à viabilidade de instituições democráticas (Id.).

Para testá-las, a primeira variável abordada pelo autor é a satisfação com a vida, considerada como a mais básica e central atitude que os indivíduos podem manifestar. Entre as nações européias sondadas pelo projeto Euro-Barometro de 1973 até o final da década de 80, é clara a existência de significativas diferenças que se sustentam ao longo do período, que não poderiam ser explicadas simplesmente pelas condições econômicas objetivas. Os dados apontam para a manutenção de baixos níveis de satisfação entre os italianos, com o percentual de "muito satisfeitos" oscilando entre 5 e 15 pontos percentuais. Situação ligeiramente parecida também é sustentada pelos franceses, que atingem um pico de 17% no grau máximo de satisfação (Ibid., p. 1206). Em situação oposta, os dinamarqueses ocupam o topo da escala, pois ao longo do período coberto pelas sondagens o menor percentual verificado foi de 47 pontos, em meados da década de 70, alçando o máximo de 65%, no final da década seguinte.

Mas, confirmando o caráter mutável dessas configurações culturais, o autor verifica algumas alterações importantes em relação a essa atitude. A Bélgica aparece como relevante exceção neste quadro de permanências, pois o percentual

de “muito satisfeitos” que na década de 70 atingia quase 45 pontos, caiu acentuadamente para 21 pontos no final da década seguinte, o que contribui para a conclusão de que “the cultural differences are reasonably stable but not eternal.”[12](Ibid., p. 1207)

O autor reconhece que no período em que as sondagens foram realizadas estava em curso uma das piores crises econômicas do século, perdendo apenas para a de 1930. Neste sentido, afirma que existe uma estreita relação entre as flutuações de curto prazo nos índices de satisfação e as experiências econômicas de cada sociedade. Mas isso não o impede de destacar que, apesar deste impacto, as posições relativas de cada uma delas continua estável. A título de exemplo, os irlandeses continuaram a manifestar níveis de satisfação mais elevados que os alemães, apesar de terem experimentado neste período indicadores econômicos mais negativos (p. 1207).

Essas diferenças, dotadas de uma espécie de natureza inercial, poderiam ser explicadas pelas distintas experiências históricas por que passaram os habitantes dessas nações. Expectativas frustradas durante longos períodos teriam como efeito o estabelecimento de atitudes de pouca ou nenhuma satisfação que tendem a ser transmitidas de geração em geração através de processos de socialização. Internalizadas nos períodos de maior suscetibilidade dos indivíduos, tais atitudes tenderiam a resistir significativamente ao impacto de variáveis de curto prazo (p.1207). Experiências históricas positivas de satisfação das demandas que garantem segurança econômica, por sua vez, tenderiam a gerar níveis de satisfação elevados. Neste sentido, além de produzir flutuações no curto prazo, as condições econômicas seriam também importantes no longo prazo e explicariam as diferenças relativas entre as nações.

Diante da falta de séries históricas suficientemente longas para comprovar essa associação Inglehart nos apresenta o cruzamento entre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de diferentes países e a média de satisfação com a vida manifesta

[12] Tradução livre do autor: “as diferenças culturais são razoavelmente estáveis, mas não eternas.”

pelos seus habitantes. A correlação encontrada foi de 0,67 (p=0,000), o que indica uma ligação entre prosperidade econômica e essa medida de satisfação. Ainda que o desenvolvimento econômico seja apenas uma variável em um complexo que envolve múltiplos fatores historicamente constituídos, os dados apresentados pelo autor sustentam a afirmação de que "[...] wealthier nations tend to show higher levels of life satisfaction[13] than poorer ones."[14] (INGLEHART, 1988, p. 1209)

Tratando das conseqüências políticas dessa primeira variável, Inglehart afirma que a satisfação com a vida está fortemente associada com a estabilidade democrática[15], pois a correlação encontrada entre ambas alcança a impressionante marca de 0,85. Nem mesmo uma variável mais diretamente ligada ao ambiente político, como a satisfação política, demonstrava estar tão fortemente associada à estabilidade (0,21). A explicação para isso estaria, segundo Inglehart, na própria natureza desta segunda medida, pois o nível de satisfação dos cidadãos em relação ao sistema político está muito mais sujeito a flutuações de curto prazo em decorrência de condições econômicas conjunturais e eventos políticos específicos. Justamente por essa sua natureza mais dinâmica é que seu impacto sobre a manutenção de instituições democráticas é comparativamente reduzido. Desta forma, apesar de ser um bom indicador de apoio a um governo em especial, a satisfação política não pode ser considerada como fator fundamental para a estabilidade democrática (Ibid., p. 1209).

A segunda variável explorada no artigo é a confiança interpessoal, medida clássica nos estudos sobre cultura política e recorrentemente associada com a viabilidade de instituições democráticas. Assim como no caso da satisfação com a vida, o autor afirma que existem diferenciais persistentes entre as nações. A partir de sondagens realizadas ao longo de 10 anos, demonstra que os níveis de confiança

---

[13] Essa medida é obtida a partir da seguinte questão: "De modo geral, até que ponto o Sr. (a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida?" As respostas variam de 1 (satisfeito) a 10 (insatisfeito). Para comparar os dados de diferentes países Inglehart utiliza nesse artigo o percentual de entrevistados que afirmaram estar muito satisfeitos e também a média nacional.

[14] Tradução livre do autor: "[...] nações ricas tendem a mostrar níveis mais elevados de satisfação com a vida do que as pobres."

[15] A estabilidade democrática é medida a partir do número de anos de persistência de instituições democráticas em cada país. O autor não explicita quais seriam as instituições levadas em consideração.

manifestos pelas populações de cada um dos países europeus se mantiveram estáveis em termos relativos.

Corroborando as afirmações de Banfield (1958), Inglehart verifica baixos níveis entre os italianos; logo acima se localizam os gregos e na seqüência os franceses. Os demais países estão agrupados e ocupam o espaço entre 85% e 95% de confiança. Apesar de estáveis, esses níveis de confiança interpessoal, por serem também resultado das experiências históricas por que passam os indivíduos de cada uma dessas nações, estão também sujeitos a alterações. O caso italiano novamente aparece como destaque neste tema, pois se comparados com os dados coletados em 1959 por Almond e Verba (1989), o nível de confiança mais que triplicou no período de duas décadas. Entre os alemães a variação foi pequena, mas suficiente para ultrapassar os ingleses que, juntamente com a população dos EUA, estariam experimentando um declínio nos níveis de confiança no período analisado no artigo (Ibid., p. 1213).

De maneira semelhante à satisfação com a vida, altos níveis de confiança interpessoal caminham lado a lado com níveis elevados de desenvolvimento econômico. Inglehart alerta para o fato de que no momento em que escreve não existiam evidências que possibilitassem a afirmação sobre a direção causal deste relacionamento. Não seria possível, portanto, afirmar que a confiança interpessoal conduz ao desenvolvimento econômico ou que esse desenvolvimento libertaria os indivíduos de obstáculos materiais à confiança nos seus pares.

O caso alemão parece corroborar essa segunda afirmação, uma vez que a elevação na confiança interpessoal ocorreu após um período de intenso renascimento econômico. Mas essa hipótese, ainda que tentadora pela sua simplicidade, não se sustenta quando são analisados os dados referentes aos ingleses e norte-americanos que passaram a manifestar menor confiança apesar de terem experimentado condições econômicas relativamente positivas.

Uma terceira variável utilizada pelo autor é derivada da posição dos indivíduos em relação à possibilidade de mudança revolucionária nas sociedades

em que vivem. O percentual de cidadãos que tendem a aprovar mudanças revolucionárias se eleva em nações com baixo desenvolvimento econômico e baixos níveis de satisfação com a vida. Na direção inversa, nações desenvolvidas economicamente e cujas populações declaram graus elevados de satisfação tendem a apresentar um percentual reduzido de indivíduos "revolucionários". Como seria de se esperar, a correlação entre esse apoio à opção revolucionária está associada negativamente ao número de anos sucessivos de funcionamento de instituições democráticas em cada nação (0,73).

Adentrando explicitamente na intensa discussão sobre a relação causal entre variáveis culturais e estruturais, Inglehart afirma que satisfação com a vida, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente constituem uma síndrome de atitudes favoráveis às instituições democráticas (Ibid., p. 1215). Ainda que a afirmação de que tais variáveis culturais causam a democratização seja impossível em razão da falta de dados longitudinais suficientemente robustos, Inglehart pretende defender a hipótese de que nações com altos níveis em cada uma dessas variáveis são mais propensas a adotarem e manterem instituições democráticas.

Para alcançar esse objetivo o primeiro teste que nos apresenta é aquele que verifica a associação entre níveis de satisfação com a vida e os anos consecutivos de vigência dessas instituições envolvendo 24 países. Os resultados não deixam dúvida, pois com correlação de 0,85, demonstram que os países que possuem médias de satisfação elevadas são aqueles que há mais tempo mantêm democracias estáveis. Merece destaque o agrupamento composto por Bélgica, Inglaterra, USA, Luxemburgo, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Suíça e outros países escandinavos que são democracias desde o início do século XX e apresentam médias de satisfação entre 7,25 e 8,0, em uma escala de 0 a 10.

Neste sentido, Inglehart afirma que as variáveis listadas acima compõem um *cluster* intimamente associado à longevidade de instituições democráticas entre os países analisados. Mais que isso, poderiam ser vistos como elementos estabelecidos

ao longo de processos históricos longos, o que poderia explicar a persistência dos diferenciais entre as nações, a despeito das variações constantes em medidas de satisfação com o desempenho governamental. As atitudes que compõem essa síndrome seriam traços culturais mais profundos, portanto, com maior poder de permanência. Como já verificamos anteriormente, de acordo com os argumentos e dados apresentados no artigo essa síndrome também estaria associada ao nível de desenvolvimento econômico das nações, de modo que sociedades com maior desenvolvimento tenderiam a manifestar níveis mais elevados de satisfação com a vida, confiança interpessoal e atitude de defesa da ordem social vigente.

Apesar de destacar enfaticamente que a identificação da capacidade explicativa autônoma destes elementos culturais era impossível no momento em que escrevia, devido à inexistência de séries históricas de sondagens, argumenta que as associações já identificadas não podem ser desprezadas e, no mínimo, devem inspirar análises históricas sobre o tema e a continuidade na coleta de dados de survey para que seja possível no futuro próximo o estabelecimento de confirmações ou refutações acerca desta questão polêmica.

Ciente das limitações que os dados então disponíveis impunham, o autor sintetiza sua tese fundamental em uma figura que reproduzimos a seguir com o objetivo de identificar a potencialidade de seus argumentos. A Figura 1 apresenta resultados de uma análise efetuada por meio do *software* Lisrel tomando como variável dependente o número de anos consecutivos de funcionamento de instituições democráticas, desde 1900, em cada um dos 24 países analisados.

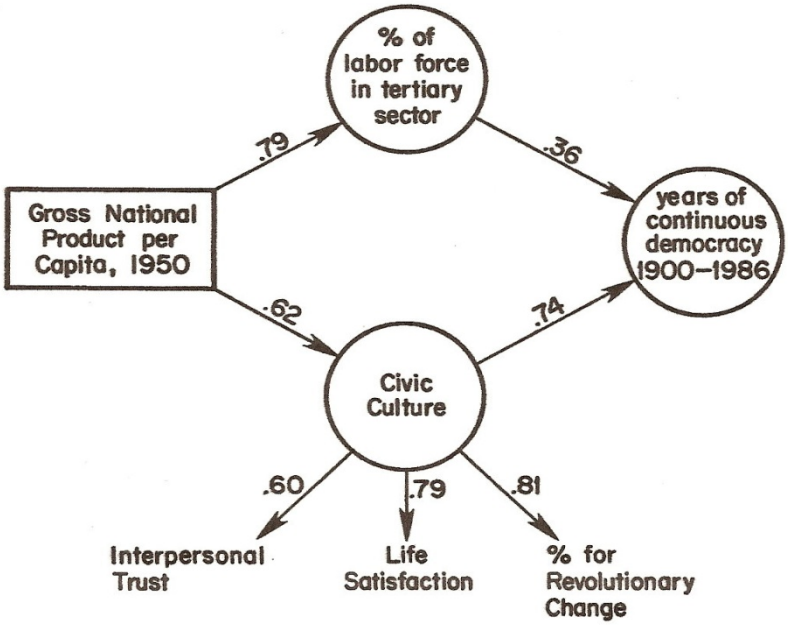

FIGURA1. REQUISITOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DE DEMOCRACIAS ESTÁVEIS.

Fonte: INGLEHART, 1988, p. 1218.
Notas: Análise LISREL efetuada pelo autor com dados referentes a 24 países coletados pelo World Values Survey e Euro-Barometer Survey. *Goodness of fit* ajustado = 0,88.

A análise aponta que o desenvolvimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, não conduz diretamente e autonomamente à estabilidade democrática. Duas variáveis intervenientes se imporiam nesta relação, uma referente à composição das sociedades e outra que nos remete à cultura política das populações. Inglehart cita os casos extremos de países do Oriente Médio que, apesar de possuírem PIB elevado, não são exemplos de estabilidade democrática, o que poderia ser explicado pela inexistência de valores e atitudes compatíveis com essa forma de governo (Ibid. p, 1219).

A cultura política, desta forma, representa uma importante variável de ligação entre o desenvolvimento econômico e a estabilidade democrática. A ligação direta entre essas duas variáveis fundamentais nem sequer alcançou relevância estatística (r=0,08), o que explica a sua ausência na figura. Quando a associação é intermediada pela dimensão da cultura política, composta pelas medidas de

confiança interpessoal, satisfação com a vida e percentual de apoio à ordem social existente, a associação se torna consideravelmente forte. Merece ser destacado o coeficiente de regressão de 0,74 (*p*=0,000), que leva Inglehart a afirmar que mais da metade da variação desta última medida pode ser explicada pelo efeito do conjunto as variáveis culturais, mesmo sendo esse impacto controlado pela variável relacionada à composição da estrutura social.

Essa análise corrobora o argumento de que a estabilidade democrática é favorecida por um conjunto de condições econômicas, sociais e culturais. Mudanças na composição da sociedade e principalmente nos valores e atitudes das populações são fundamentais para formar um cenário em que a longevidade de instituições democráticas seja possível.

Neste artigo, o professor da Universidade de Michigan faz uma contribuição fundamental para a retomada do interesse pela abordagem culturalista, pois vai diretamente ao centro nervoso do debate acerca da questão da causalidade. Ainda que os dados de que dispunha não possibilitassem afirmações conclusivas e seus modelos de análise tenham sido bastante criticados nos anos posteriores[16], suas hipóteses e testes constituem um momento muito importante na história recente dos estudos sobre cultura política.

Como já antecipamos em momentos anteriores, a produção de Inglehart é um dos eixos centrais de interesse desta tese de doutoramento, de modo que a sua vasta produção será analisada de maneira mais detalhada no próximo capítulo. Nosso objetivo neste momento foi apenas destacar, dentre todos os seus trabalhos, aquele que mais explicita e diretamente se refere a esse momento de retomada da abordagem culturalista.

O último trabalho selecionado como representante deste período é, na verdade, uma obra coletiva organizada e editada por Larry Diamond sob o título *Political Culture and Democracy in Developing Countries*, (1994). Partindo do

[16] Uma das mais interessantes e contundentes críticas a esse artigo foi publicada por M. Seligson em 2002 na revista *Comparative Politics* (2:281-93) com o provocativo título "The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy".

princípio de que a cultura política é uma variável importante para a explicação dos processos de democratização, o editor reuniu neste livro oito trabalhos bastante interessantes sobre o relacionamento entre valores, crenças e atitudes e o estabelecimento e consolidação desta forma de governo em diferentes nações e regiões do mundo. No seu conjunto, os textos contribuem para esclarecer pontos que alimentaram (e continuam a alimentar) intensos debates envolvendo a abordagem culturalista, pois tomam como objeto nações que passaram pela experiência da transição democrática no passado recente.

Essas contribuições são sintetizadas por Diamond no último capítulo que, a começar pelo título *Causes and Effects*, ataca o ponto central da polêmica acerca da capacidade explicativa da abordagem que enfatiza a cultura política. Apesar dos estudos nacionais e regionais reunidos no volume não possibilitarem uma análise comparativa integrada, cada um a sua maneira apresenta elementos interessantes para a discussão dos seguintes pontos fundamentais: quais as origens da cultura política e de suas mudanças? Quais os efeitos diretos da cultura política sobre a democracia? Quais os elementos da cultura política seriam mais importantes para o desenvolvimento democrático? Podemos falar de condições ou pré-condições culturais para a democracia? A cultura política seria uma variável interveniente em um complexo de causalidade? (DIAMOND, 1994, p. 229)

Começando por aquela que deveria ser a primeira e mais elementar pergunta, Diamond questiona a simplicidade com que alguns estudiosos do tema costumam afirmar que tais valores, crenças e atitudes são legados do passado histórico. Essa explicação vaga não poderia dar conta das origens e, sobretudo, do processo contínuo de mudança e reformulação destes padrões culturais. Como alternativa, propõe a noção de estrutura geológica, que expressa a idéia de que esse passado comum é composto por diferentes momentos e eventos e que, cada um deles, acaba por incluir camadas diferenciadas na cultura política de uma população ou grupo. As evidências empíricas para seus argumentos são extraídas dos artigos presentes no livro, que de uma maneira geral concluem que valores culturais formados em períodos históricos mais recentes são inscritos no conjunto das orientações políticas dos atores sociais sem que as

anteriores tenham sido totalmente apagadas (Id.). O resultado deste processo é a construção de subculturas políticas mistas, compostas por elementos diferentes e oriundos de períodos históricos distintos.

Essa composição geológica, de acordo com Diamond, influências de uma série de fatores. O primeiro desses seria a experiência institucional e o aprendizado político. Os acréscimos constantes de elementos e a persistência de outros verificados em todos os estudos que compõem o volume tiveram como importante elemento impulsionador um conjunto de experiências institucionais vivenciadas pelos atores políticos, sejam elites ou massas, em cada uma das nações ou regiões analisadas (Ibid., p. 231).

A segunda fonte de orientações subjetivas seriam os processos de socialização que ocorrem principalmente no interior da família e das instituições escolares. Assim como na primeira geração de estudos, Diamond define a socialização infantil como o primeiro momento em que os indivíduos são apresentados a um conjunto de orientações políticas subjetivas com grande poder de permanência nos períodos posteriores de socialização adulta. Seria importante lembrar nesse momento que o tema da socialização infantil e adolescente não é algo que emerge apenas com a teoria culturalista de que estamos tratando, pois já na década de 1950 pesquisadores vinculados a escola de Michigan já indicavam a importância de fatores psicossociais ocorridos nessas fases da vida para a explicação do comportamento político e eleitoral dos cidadãos americanos adultos (CAMPBELL, et al, 1964).

Embora a concepção explicitamente defendida por Diamond defina a cultura política como produto de forças sociais e históricas, de maneira bastante interessante e amparada nas pesquisas incluídas no volume, aponta que mudanças importantes nos valores políticos de nações ou grupos podem também ser produzidas pela ação intencional de lideranças políticas. Seja por meio de ações, doutrinas, ensinamentos ou criação de instituições, personagens relevantes em um cenário podem alterar significativamente a cultura política dos membros de um grupo ou país.

As mudanças sociais e econômicas são apontadas como a quarta fonte de alterações. Apesar do autor alertar para o fato de que as pesquisas incluídas no volume

não terem sido desenhadas com o objetivo de testar as teses da teoria da modernização, afirma que os seus resultados possibilitam a discussão de alguns pontos interessantes sobre a relação entre desenvolvimento sócio-econômico e democratização. Primeiramente, aponta que esse relacionamento não é certo e contínuo e propõe a inclusão da cultura política como variável interveniente entre os indicadores sócio-econômicos e o estabelecimento de regimes democráticos. Como verificamos na seção anterior, esse procedimento não é inovador, mas o seu emprego em análises sobre os contextos sócio-políticos dos países em desenvolvimento traz informações muito interessantes. O impacto do desenvolvimento social e econômico sobre a democracia não é visto como algo linear e automático. O efeito tende a ser positivo apenas naqueles contextos em que ocorre a formação de uma cultura política congruente com o estabelecimento de relações e instituições pluralistas. A melhoria de indicadores como renda e escolaridade isoladamente não podem explicar o sucesso democrático, pois também ocorrem em contextos autoritários.

A última fonte destacada pelo autor é o contexto internacional, ou seja, uma cultura política poderia ser alterada através da difusão de valores e crenças entre diferentes países ou regiões. Esse processo tem sido particularmente importante em países do leste asiático, impulsionado pelo número de jovens que foram estudar em países ocidentais. Ao voltarem as suas nações de origem esses estudantes se encontram relativamente "contaminados" por elementos culturais ocidentais e contribuem para a difusão de valores e atitudes liberalizantes e pluralistas entre seus pares (Ibid., p. 237). Nessa difusão de valores também desempenham papel fundamental os modernos meios de comunicação, em especial por meio da rede mundial de computadores.

Após expor seus argumentos acerca das origens das orientações, defendendo a tese da mútua causalidade entre estrutura e cultura política, Diamond inicia a apresentação dos efeitos dessas variáveis sobre o desenvolvimento democrático, sempre a partir das evidências recolhidas pelas pesquisas incluídas na coletânea.

Inicia seus argumentos afirmando que, apesar de sedutores, modelos de causalidade parcimoniosos e monocausais são incapazes de explicar adequadamente

fenômenos complexos como o estabelecimento, consolidação, aprofundamento ou derrocada de regimes democráticos. Um conjunto de fatores operaria nestes processos e apenas um modelo multicausal que inclua variáveis institucionais, sociais, econômicas e culturais poderia contribuir para a sua elucidação. A cultura política desempenharia importante papel nesta explicação, atuando como "[...] an intervening variable [...][17]"(Ibid., p. 238).

Ainda que o autor reconheça que a cultura política não é uma condição necessária para o estabelecimento de democracias, defende que o início de qualquer regime desta natureza passa necessariamente por uma mudança nos valores, crenças e estratégias das elites envolvidas na mudança. Esse princípio desencadeia a democratização, definida como "[…] an iterative process of constantly resonating reciprocal influences between new actions, new institutions, new social forces or configurations, new environmental constraints and opportunities, and new perceptions, beliefs, and values."[18](Ibid., p. 239) Neste sentido, a cultura política, assim como já defendeu Almond (1989), seria causa e efeito e a sua significância deve variar em razão das especificidades de cada nação, em razão de suas diferentes experiências históricas. Em alguns casos atuaria como variável independente, em outros como interveniente.

A influência da cultura política se daria de maneira diferenciada em cada um dos processos democráticos. Segundo Diamond, nos processos de emergência e transição essa influência se daria por três vias distintas. A mais comum delas ocorreria através da mudança nos valores e crenças das elites estratégicas que promovem os acordos e acertos necessários às mudanças objetivas. Essa alteração pode ocorrer pela descoberta, por parte das lideranças, de que a mudança democrática é a melhor opção em si mesma - o que raramente ocorre - ou pela percepção de que ela é necessária para alcançar outros fins, tais como a aceitação internacional ou a paz e estabilidade internas (Id.).

---

[17] Tradução livre do autor: "[...] a variável interveniente [...]".

[18] Tradução livre do autor: "[...] o repetitivo processo de constantes influências recíprocas entre novas ações, novas instituições, novas forças ou configurações sociais, novos constrangimentos ou oportunidades ambientais, novas percepções, crenas e valores."

As duas outras vias ocorrem no nível das massas, através da alteração das orientações políticas da população ou do renascimento de valores e crenças democráticas forjadas no passado, porém adormecidas por longos períodos autoritários. Sobre a primeira trajetória, Booth e Seligson (1994), em seu estudo sobre a Nicarágua e México, indicam que a difusão de valores de tolerância e apoio às liberdades civis entre essas populações foi ingrediente fundamental para tornar mais plausível e menos ameaçadora a transição democrática na sua história recente. Diamond cita como exemplo da recuperação de elementos democráticos o caso de grupos de oposição no Leste Europeu que levantaram como bandeiras ideais formados nos períodos do pré-comunismo.

Nos processos de consolidação e persistência de democracias a cultura política também desempenharia um papel significativo, o que é atestado por Booth e Seligson acerca da história da democracia da Costa Rica. Neste país, uma positiva influência recíproca entre o desenvolvimento institucional e a cultura política das elites e das massas teria contribuído para a estabilidade e para a difusão e consolidação das normas democráticas, inclusive minimizando os efeitos políticos da crise econômica e social dos anos 80 (Ibid., p. 241-2).

Sendo assim, Diamond conclui que, apesar de não ser pré-condição para a emergência de democracias, uma vez que essas seriam um *fazer constante*, a capacidade explicativa das variáveis relacionadas à cultura política não pode ser desprezada.

Como esperamos ter esclarecido, essa obra coletiva, cujos resultados são sintetizados pelo seu organizador, levanta argumentos interessantes sobre várias questões polêmicas que têm dividido as análises nas últimas décadas. Sua posição em defesa da multi-causalidade e da validade da abordagem culturalista, na medida em que estão amparadas por importantes evidências empíricas, incentivam a análise da influência deste conjunto de variáveis subjetivas em contextos específicos como o brasileiro no qual a democracia, apesar de relativamente estável, tem muito a avançar.

1.4 ABORDAGEM CULTURALISTA NO BRASIL

O renascimento da abordagem culturalista também se manifestou entre pesquisadores brasileiros que têm buscado nas últimas décadas analisar o caráter da cultura política nacional, relacionando-a sempre com a possibilidade de fortalecimento de nossa jovem democracia. Em meio a essa produção podem ser encontradas pesquisas que seguem a tradição dos estudos pioneiros, privilegiando análises em nível nacional ou estadual, mas também são contabilizadas algumas importantes iniciativas de investigação sobre valores, crenças e atitudes de grupos ou subgrupos relevantes.

Os Brasileiros e a Democracia, de José Álvaro Moisés (1995), representante do primeiro grupo, permanece como a mais completa descrição e análise do conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população brasileira. Entretanto, interessantes análises em nível estadual têm também sido realizadas (CASTRO, 1995; BAQUERO e CASTRO, 1996).

No segundo grupo, várias são as pesquisas que buscam estudar extratos específicos da população, merecendo destaque os estudos sobre jovens e adolescentes (BAQUERO, 1997; NAZZARI, 2002; 2006), elites políticas (LIMA e CHEIBUB, 1996) e membros de conselhos gestores de políticas públicas (FUKS, PERISSIONOTTO e RIBEIRO, 2003).

Os estudiosos de ambos os grupos tomam como ponto de partida a existência de um padrão cultural tradicionalmente descrito como pouco congruente com o estabelecimento de relações sociais e políticas pautadas pela horizontalidade e, conseqüentemente, têm se debruçado sobre o problema da permanência/alteração dos elementos centrais dessa configuração. De uma maneira geral esses trabalhos têm identificado uma situação paradoxal, na qual elementos positivos convivem com outros pouco favoráveis à estabilidade e consolidação democrática.

Desde os estudos pioneiros de Oliveira Viana (1978), Gilberto Freyre (1952) e, principalmente, Sérgio Buarque de Holanda (1986), nossa cultura política tem sido descrita como a combinação de elementos autoritários, hierárquicos e plebiscitários, herdados de nossa colonização ibérica, e componentes estatistas e antiliberais, que foram se estabelecendo em razão do longo processo de formação de nosso Estado (MOISÉS, 1995). Nesta particular configuração de valores políticos a sociedade civil é recorrentemente vista como uma entidade amorfa e sem capacidade organizativa, enquanto o Estado aparece como dotado de significativa autonomia (LAMOUNIER, 1977).

Como caracterizou muito bem Teresa Sales (1994), pesa sobre nós uma cultura política da dádiva que, a despeito de todas as mudanças em nossa estrutura política, manifesta um elevado poder de permanência. Como salienta essa autora, nem mesmo a abolição da escravatura, que prometia ser o instrumento de ruptura de uma configuração social onde o mando e obediência eram as vigas mestras, foi capaz de alterar as bases deste padrão cultural, que permaneceu vivo na forma do clientelismo e da patronagem no período republicano.

Recorrendo novamente ao pensamento de Holanda (1986), podemos identificar que no Brasil uma relação tutelar entre o senhor provedor e o súdito subserviente tende a ser constantemente reeditada, ainda que os personagens centrais se alterem de tempos em tempos.

As pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas, entretanto, têm encontrado indícios importantes de uma mudança na cultura política nacional. Bolívar Lamounier (1991) identificou que os brasileiros têm se posicionado em relação a temas políticos centrais de uma forma abertamente democrática, pautados por idéias como tolerância, liberdade e pluralismo. Para caracterizar essa mudança, destaca principalmente o apoio indiscriminado, tanto das massas, quanto das elites a uma abertura no mercado político, ou seja, a dilatação da arena política e uma preocupação, sobretudo das elites com a fraqueza no sistema de representação.

Para esse autor, tais manifestações seriam indícios de um desejo por transformação que teve como principal impulso uma forte rejeição ao passado político recente, marcado pelo arbítrio e pela ausência de direitos. É importante destacar que tal rejeição não diz respeito apenas a paradigmas abstratos e gerais, como autoritarismo/democracia, mas também a um conjunto de instituições políticas imediatas, com as quais a população politicamente ativa está em contato quotidianamente, ou seja, é uma escolha produzida diariamente no processo de estabelecimento de um regime (Id.).

Moisés (1995) também encontra indícios desta mudança, ainda que de maneira mais reticente. Segundo esse autor, o processo de transição democrática em nosso país, que se estendeu de 1974 a 1985, conduziu a uma forte oposição ao regime autoritário, ao mesmo tempo em que serviu para destacar as virtudes da democracia entre ampla camada de brasileiros.

Quatro fatores fundamentais são apontados como causas desta alteração: a experiência do terror do Estado despótico, explicitado pela supressão de direitos, levou amplos segmentos brasileiros a valorizar as virtudes democráticas; a persistência de um sistema político semi-democrático no período da ditadura gerou um processo de contínua deslegitimação da dominação que se tornava manifesto nos pleitos, o que possibilitou no período de abertura a emergência de movimentos democráticos de massa; a crise econômica, que passou a afetar não só as camadas populares da nação, mas também as classes médias e as elites econômicas, o que colocou em crise o pacto político que fundamentava o apoio ao regime de exceção; os efeitos da modernização econômica e social do país, como o incremento da divisão social do trabalho, a concentração da população em grandes centros e o aumento das margens de mobilidade social, que acabaram por gerar expectativas e demandas novas (Ibid. p. 106-9).

O primeiro sinal de alteração, de acordo com Moisés, teria se manifestado já no interior do regime militar durante as eleições de 1974 e 1978, nas quais a oposição conseguiu efetivamente apresentar-se como uma real opção no quadro

político nacional. O eleitorado, que até o início da década de 70 conferia uma legitimidade significativa ao regime, começava a questioná-lo.

No seu conjunto, os dados apresentados por esse pesquisador indicam que as orientações políticas subjetivas dos brasileiros têm tomado a direção da adesão à democracia e justificariam a conclusão de que "[...] ao lado das transformações democráticas da estrutura política estão ocorrendo, também, profundas mudanças na cultura política dos brasileiros."(Ibid., p. 152)

Em paralelo a essas alterações favoráveis, todavia, seriam verificados elementos preocupantes, configurando o paradoxo ao qual nos referimos no início desta seção. Compondo essa dimensão negativa, Carvalho (1999) identifica que, em contraste com uma visão positiva em relação às nossas belezas naturais, a população brasileira lança um olhar bastante pessimista sobre as instituições sociais existentes e também acerca de seu papel como ator político relevante. Estes indícios de baixa eficácia política subjetiva conduzem o autor à conclusão de que o brasileiro "[...] é a própria definição do não-cidadão, do súdito que sofre, conformado e alegre, as decisões do soberano [...]" (p. 36). Ainda que essa passividade não possa ser entendida como uma ameaça direta e eminente em nosso horizonte democrático, ela seguramente não é um indicador positivo. Encontrando em sua amostra nacional mais de 60% de indivíduos afirmando que não exercem nenhuma influência sobre a política, Moisés (1995) acha possível falarmos em ineficácia política subjetiva para caracterizarmos a posição nacional em relação a esse item (p.206).

Os baixos níveis de confiança interpessoal encontrados por esse último autor, também merecem ser destacados, pois essa variável tem sido apontada como importante componente de uma configuração sócio-cultural que favorece tanto o estabelecimento quanto a estabilidade de democracias (ALMOND e VERBA, 1989; PUTNAM, 1996). Como alerta Elisa Reis (1995), tal situação aproximaria o Brasil do sistema político descrito por Edward Banfield como *familismo amoral,* recorrente nas províncias do sul da Itália, onde o pesadelo hobbesiano da ausência

total de cooperação é uma ameaça permanente. Neste padrão de comportamento, os indivíduos, diante dos dilemas que envolvem as ações coletivas, optam por se voltar para o interior das unidades familiares, negando-se a manter todo e qualquer contato mais duradouro com elementos externos a esta esfera. Diante da falta de confiança mútua, acabam optando pela realização de seus interesses privados e imediatos, mesmo diante da possibilidade de lucrar muito mais aderindo a um projeto coletivo. Na América Latina como um todo e, especialmente, no Brasil, esta opção pelo privatismo é explicitada com o despontar de inúmeras iniciativas particulares, sobretudo no campo da segurança patrimonial. Incapazes de confiarem nos seus pares e também descrentes com relação à ação efetiva dos órgãos oficiais, cada vez mais os indivíduos têm lançado mão de expedientes autônomos que possam salvaguardar seus interesses e de sua família. O resultado desta situação é mais que evidente, "[...] a generalização do recurso a meios violentos, e a competição por estes meios, que desmoralizam ainda mais a autoridade pública [...]"(Ibid., p. 43).

Dentre esses indícios negativos nenhum tem merecido tanta atenção nos últimos anos quanto à desconfiança institucional, chegando a ser considerado como um importante fator de instabilidade política (BAQUERO, 1998). Apesar de aderirem à democracia como forma de governo os brasileiros têm manifestado graus elevados de desconfiança em relação às instituições democráticas centrais e aos seus operadores. Começa a crescer inclusive o número de cidadãos que apóiam uma inusitada "democracia sem partidos" ou "sem congresso" (MOISÉS, 2006).

Essa situação tem sido associada às avaliações negativas acerca do desempenho dessas instituições, que não tem cumprido satisfatoriamente aquelas funções para as quais foram criadas (BAQUERO, 2001). Segundo Moisés (2005), os indivíduos construiriam uma visão sobre o funcionamento ideal dessas instituições e, a partir dela, produziriam avaliações sobre o seu real desempenho, bem como da atuação daqueles que as estão conduzindo.

A convivência entre a adesão a valores democráticos e altos níveis de desconfiança tem sido recorrentemente interpretada a partir do aporte teórico desenvolvido por D. Easton (1965) para explicar as bases da legitimidade dos sistemas democráticos contemporâneos. No plano teórico, esse autor divide o apoio dispensado pelos indivíduos em relação ao sistema político em dois níveis[19]: difuso e específico. O primeiro nível seria composto pela adesão das pessoas aos valores que dizem respeito ao sistema de maneira genérica, ou seja, no nível dos princípios mais gerais que o sustentam. O segundo nível de apoio se referiria às percepções que envolvem avaliações e a adesão às instituições concretas do regime.

A partir desta distinção, a contradição inerente à coexistência de adesão a valores democráticos e desconfiança para com as instituições concretas desta forma de governo estaria solucionada, pois o fato dos indivíduos compartilharem determinados valores, não os obrigam a avaliar positivamente situações conjunturais. Ou seja, um baixo apoio específico poderia conviver com um apoio difuso elevado, sem que o regime democrático seja imediatamente abalado. Isto ocorreria porque a adesão difusa seria construída através de um processo de socialização mais prolongado e com raízes profundas, que não seriam diretamente abaladas por avaliações negativas acerca do desempenho administrativo de um governo ou de outro.

Autores que adotam essa explicação, entretanto, têm também destacado o perigo que pode representar a permanência desta oposição entre os dois tipos de apoio para manutenção do regime político. Isso porque, sucessivas avaliações negativas das instituições podem, no longo prazo, minar também a crença nos valores gerais que sustentam o sistema como um todo (MOISÉS, 2005; BAQUERO, 1998). Essa situação seria potencialmente perigosa para democracias que ainda lutam para solidificar sua legitimidade (NEWTON e NORRIS, 2000).

Destacamos que, apesar da coexistência entre estes dois posicionamentos (de adesão e de desilusão), o baixo apoio específico deve ser entendido como um problema no horizonte de nossa jovem democracia, que só pode ser contornado por

[19] Norris (1999) e Seligson, Booth e Gómez (2006), tem produzido interessantes refinamentos sobre o tema, propondo subdivisões nestes dois níveis a partir de testes empíricos.

ações eficazes dos governos que possam colaborar para a compatibilização, entre a adesão abstrata e concreta ao sistema. Como Moisés (1995) conclui, a legitimidade da democracia em sua dimensão geral está relativamente sedimentada no cenário nacional, o que não impede a existência de índices alarmantes de desconfiança nas instituições que representam esta forma de governo, graças a performances insuficientes dos ocupantes dos cargos públicos diante dos problemas estruturais por que passamos.

Podemos perceber, portanto, que a dicotomia alteração/permanência continua sendo a viga mestra dos estudos que, sob diferentes abordagens, se dedicam a investigar a cultura política no Brasil. Neste sentido, justifica a realização de estudos que possam elucidar pontos obscuros sobre as origens das mudanças e os obstáculos que se colocam diante delas.

2 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E DEMOCRACIA

No capítulo anterior incluímos Ronald Inglehart como um dos pesquisadores responsáveis pela retomada dos estudos sobre cultura política na década de 1980. A produção deste pesquisador, entretanto, não se limita a essa questão específica. Como pretendemos demonstrar nesse segundo capítulo, desde a década de 1970 a sua atenção tem se voltado para a análise, em perspectiva comparada, da relação entre fatores econômico-sociais e o conjunto de valores culturais partilhados pelas sociedades.

The Silent Revolution, publicado em 1977, traz a primeira síntese de suas descobertas nessa área, afirmando que "[…] the values of Western publics have been shifting from an overwhelming emphasis on material well-being and physical security toward greater emphasis on the quality of life."[20] (p. 3) Desde esse impulso inicial quase três décadas de investigações empíricas e teóricas se passaram e, repetidamente, a tese da mudança lenta e gradual de um amplo espectro de valores humanos tem sido testada a partir de evidências cada vez mais robustas e abrangentes. A *teoria do desenvolvimento humano*, tal como definida por Inglehart e Welzel (2005) é o resultado atual dessa série de investigações sobre tais valores em nível mundial.

A tese fundamental defendida por esse autor e seus diversos colaboradores permanece a mesma, apesar das significativas mudanças nos conceitos e termos empregados nas diferentes obras publicadas nesses quase trinta anos. Em síntese, a despeito das significativas diferenças culturais existentes entre as nações, essa mudança nos valores estaria ocorrendo associada ao desenvolvimento econômico experimentado, a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais. Essa mudança estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política (INGLEHART, 1977; 1990; 2001).

[20] Tradução livre do autor: "[...] os valores dos públicos ocidentais têm se desviado de uma contundente ênfase sobre o bem-estar material e a segurança física para uma crescente ênfase sobre a qualidade de vida."

Como nessa tese de doutoramento nosso objetivo fundamental é identificar o impacto dessa mudança valorativa ampla sobre a configuração da cultura política brasileira, nossa atenção se voltará mais especificamente sobre as conseqüências políticas desse fenômeno. Como pretendemos demonstrar ao longo desse capítulo, os argumentos fundamentais dessa teoria associam o desenvolvimento sócio-econômico ao estabelecimento de valores pós-materialistas que, por sua vez, favoreceriam os processos de implantação e consolidação de regimes democráticos. Essa relação entre pós-materialismo e democracia se estabeleceria, dentre outros motivos, pelo fato de que a mudança tenderia a gerar um conjunto de valores e atitudes pró-democráticas. É justamente esse ponto específico que pretendemos abordar, como já manifestamos em momentos anteriores. Nossa intenção é verificar em que medida esse processo se desenvolve no contexto nacional.

Visando apresentar as bases dessa *teoria do desenvolvimento humano*, organizamos o presente capítulo em seis seções. Na primeira delas pretendemos defender a idéia de que as formulações de Inglehart e seus colaboradores podem ser entendidas como uma revisão e recuperação crítica das teses presentes nas clássicas teorias da modernização. Apontamos que a proposta desse autor é produzir um caminho alternativo que consiga romper com os determinismos economicistas e culturalistas.

Na segunda seção discutimos o tema da primazia causal dos fatores materiais na explicação das mudanças sociais e culturais apresentando as hipóteses complementares da escassez e da socialização.

Na seqüência expomos uma síntese das mudanças nos valores em escala mundial que configuram a chamada síndrome de valores pós-materialistas. Nossa intenção aqui é identificar quais os principais componentes que caracterizam essa mudança cultural em curso principalmente nas nações pós-industriais, mas que também estaria se espalhando pelos países em desenvolvimento.

Na quarta seção apresentamos as conseqüências ou dimensões políticas desta síndrome, identificando os vínculos causais existentes entre a mudança de valores e os

processos de democratização. Nossa intenção é penetrar, ainda que rapidamente, no intenso debate sobre as relações causais entre economia, cultura política e instituições democráticas.

Na seqüência, damos continuidade a esse assunto abordando os elementos centrais dessa mudança valorativa que impulsiona a democracia. Mais especificamente, tratamos de analisar em que medida a tendência pós-materialista estaria sendo acompanhada do florescimento de uma cultura política congruente com a democracia.

Por fim, dedicamos uma seção a apresentação sumária das principais críticas que têm sido endereçadas às formulações de Inglehart e seus colaboradores. Devido à considerável polêmica que tais teses têm gerado nas últimas décadas nossa intenção é apenas indicar as mais contundentes críticas de natureza teórica e empírica.

2.1 UMA REVISÃO CRÍTICA DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

Em uma definição preliminar, poderíamos entender as formulações de Inglehart como resultantes da revisão e recuperação crítica de alguns dos pressupostos fundamentais das clássicas teorias propostas por K. Marx e M. Weber sobre os processos de industrialização e constituição da moderna sociedade capitalista.

Na formulação marxista podemos encontrar a afirmação de que o desenvolvimento tecnológico e suas conseqüências econômicas geram alterações culturais e institucionais. Através da metáfora do edifício, Marx e Engels em diferentes obras desenvolveram a idéia de que a estrutura econômica da sociedade (base) condicionaria a existência e as formas do Estado, bem como a consciência social dos homens. Na primeira parte de *A Ideologia Alemã* (1987) e também no "Prefácio" de *Para a Crítica da Economia Política* (1978), os autores argumentam que a superestrutura não é autônoma, mas tem seu fundamento nas condições materiais de existência dos indivíduos em cada período histórico. Nas palavras do próprio Marx, "[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência." (1978, p. 130)

Sendo assim, cada configuração específica de relações econômicas tenderia a gerar uma determinada estrutura política e consciência social compatível com seu funcionamento, de modo que a congruência entre os dois níveis (material e subjetivo) da realidade social se impõe como condição para a estabilidade de qualquer sistema. No já referido "Prefácio" é que Marx nos apresenta a definição mais acabada do que seria essa base produtiva determinante, deixando claro de que não se trata apenas do conjunto de instituições e forças, mas do somatório de relações produtivas estabelecidas entre as classes sociais. Desta forma, é na natureza das relações travadas entre proprietários e produtores que se estabelecem os fundamentos de toda a realidade social vigente em cada modo de produção.

Ainda que em obras posteriores esse pensador clássico, bem como Engels, tenha alertado para o fato de que a dimensão superestrutural também pode influenciar elementos da vida material, a necessidade concreta da subsistência acaba sempre por se impor, ainda que *em última instância*, sobre as necessidades do espírito, o que acreditamos ser um princípio bastante aceitável.

Na perspectiva weberiana a relação entre elementos culturais e a economia assume feições bastante diferentes. Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, afirma a relevância de configurações culturais nos processos de desenvolvimento econômico e político. Nessa célebre análise, um conjunto de princípios religiosos que compunham a ética protestante é apontado como um dos fatores relevantes para o estabelecimento de um *ethos* econômico capitalista, superando os obstáculos morais que se impunham ao lucro (1996). Para além da análise formal das instituições econômicas este autor identificou a existência de uma consistente relação entre essa nova forma de religiosidade e a emergência de um novo padrão de comportamento econômico. Analisando as orientações subjetivas dos atores sociais, identificou que tal comportamento ascético, associado ao apego ao trabalho entendido como vocação, que possuía como sentido visado a glorificação de Deus, acabaram por engendrar um comportamento que impulsionou a acumulação e colaborou para o surgimento do capitalismo ocidental. Portanto, as orientações subjetivas dos agentes passam a ser interpretadas nessa perspectiva como fatores que condicionam a esfera material da vida.

Mais recentemente, vários autores aderiram a essa compreensão. Fukuyama (1995) em seus estudos sobre capital social tem destacado que uma configuração específica de valores e atitudes é fundamental para a explicação do sucesso e do fracasso econômico. Putnam (1996), como relatamos no capítulo anterior, tratou de demonstrar o quanto variáveis culturais podem influenciar no desempenho de instituições políticas democráticas em seu estudo sobre a Itália. Huntington (1997) por sua vez, com sua tese sobre o choque de civilizações, apontou que os conflitos

políticos do mundo contemporâneo cada vez mais refletiriam embates fundamentados em temas culturais, principalmente de fundo religioso.

A partir dessas duas tradições clássicas, aqui sumariamente resumidas, desenvolveu-se uma separação entre duas escolas de pensamento que na última década têm se debruçado sobre o relacionamento entre desenvolvimento sócio-econômico e as tradições culturais particulares. De um lado se colocam autores que enfatizam a mudança cultural como resultado da modernização, chegando inclusive a prever o declínio dos valores tradicionais e a sua gradual substituição por uma visão de mundo moderna e universal (MEYER, et. al., 1997; STEVENSON, 1997). De outro, se agrupam pesquisadores que destacam a persistência de valores tradicionais a despeito do processo de modernização econômica, concluindo que essa dimensão cultural seria relativamente independente da base material (DiMAGGIO, 1994). Entrando nesse intenso debate, Inglehart (1990; 2001) propõe a validação parcial de ambas as perspectivas, tentando superar o determinismo econômico e cultural.

Desde suas primeiras formulações em *The Silent Revolution* (1977), o autor afirma que existem evidências suficientes para associar o desenvolvimento econômico a mudanças nos sistemas de normas e valores em escala internacional. Começando com inovações tecnológicas, o desenvolvimento material aumentaria a produtividade do trabalho, levaria à especialização ocupacional, elevaria os níveis educacionais e de renda e, no longo prazo, causaria mudanças culturais que impactariam diretamente as relações de gênero, as disposições em relação à autoridade, as normas sexuais e, o que nos interessa diretamente nessa tese, os valores e comportamentos políticos (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 19). Entretanto, também reconhece que tal mudança seguiria caminhos distintos em cada nação em decorrência das suas diferentes matrizes culturais construídas ao longo de histórias particulares (Id.). Apesar do impulso das forças de modernização orientar os diferentes países em uma mesma direção, em grande medida previsível, os seus valores não seriam tão convergentes como o termo "globalização cultural" poderia sugerir (STEVENSON, 1997).

A partir de evidências empíricas fornecidas por quatro ondas de sondagens do projeto World Values Survey (WVS), cobrindo 80 sociedades espalhadas por todos os continentes, Inglehart e seus colaboradores confirmaram a consistência da divisão do globo em zonas culturais, tal como proposto por Huntington (1997). Ao disporem cada uma das sociedades envolvidas nessas sondagens em razão dos valores predominantes entre suas populações, obtiveram como resultado final um mapa cultural que preserva de maneira evidente os agrupamentos correspondentes às distintas tradições culturais, sobretudo fundamentadas na religião. Sendo assim, afirmam que tais configurações culturais de longa formação influenciam distintamente o comportamento econômico e também político dos indivíduos. Essas zonas culturais teriam sido formadas por tradições que, mesmo diante dos processos de modernização, manifestam grande poder de permanência. Assim, "[…] the fact that a society was historically Protestant or Orthodox or Islamic or Confucian manifest itself in coherent cultural zones with distinctive value systems that persist even when one controls for the effects of socioeconomic development."[21] (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 19)

A solução conciliadora entre as duas posições clássicas discutidas anteriormente pode ser sintetizada na seguinte formulação: o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém esta mudança se processa sob caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência. [22] Neste sentido, a sua proposta é compreender a relação entre o desenvolvimento material e as

[21] Tradução livre do autor: "[...] o fato de que uma sociedade foi historicamente protestante ou ortodoxa ou islâmica ou confuciana se manifesta em coerentes zonas culturais com distintos sistemas valorativos que persistem mesmo quando controlado pelos efeitos do desenvolvimento sócio-econômico."

[22] Sem a intenção de reduzir o mérito dessa perspicaz interpretação da situação contemporânea é preciso apontar que as bases desse argumento podem ser identificadas com uma leitura atenta do já mencionado prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1978), escrito por Marx no século XIX. Ao sintetizar os fundamentos do materialismo histórico esse autor clássico defende que com a transformação das bases econômicas de uma sociedade toda a enorme superestrutura também se altera com maior ou menor rapidez em um processo que ocorre em diferentes ritmos em diferentes contextos, em alguns casos de forma acelerada e em outros de forma mais lenta e conflituosa.

mudanças sociais, culturais e políticas como um processo não linear, apesar de seguirem pautas coerentes, conjuntas e congruentes (INGLEHART, 2001).

2.2 A PRIMAZIA CAUSAL DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA

Como apontamos, a proposta de Inglehart se distingue das clássicas teorias da modernização pelo fato de integrar as dimensões econômicas e culturais em uma única explicação sobre as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas nas últimas décadas. Negando o determinismo econômico de algumas formulações sobre o tema, argumenta que tradições culturais específicas têm alto poder de permanência e podem sim influenciar os processos de mudanças impulsionados pela modernização.

Essa postura, entretanto, não o conduz à negação ou redução da importância das condições básicas de reprodução da existência humana. Na realidade, sua tese afirma a proeminência explicativa dessa estrutura econômica sobre os demais fatores. Nesses termos, defende a primazia causal da dimensão material nos processos de mudanças a partir de argumentos bastante interessantes que se apóiam em duas hipóteses complementares: a da escassez e a da socialização (INGLEHART, 1977).

Nas palavras do próprio autor, a primeira hipótese afirma que "an individual's priorities reflect the socioeconomic environment: one places the greatest subjective value on those things that are in relatively short supply."[23] (INGLEHART, 1990, p. 68)

O tema da escassez nos remete a um dos princípios elementares da ecologia, segundo o qual o crescimento populacional de qualquer espécie tende a ser maior do que a oferta de alimentos, tornando a luta pela sobrevivência uma constante na história natural. No caso específico da humanidade, a cultura desempenhou e continuaria desempenhando um papel fundamental na contenção da competição pela sobrevivência, minimizando os dilemas da existência física, limitando as aspirações por melhores posições sociais, levando a aceitação da ordem existente e mantendo os conflitos em níveis aceitáveis. Além disso, ao impor normas que limitam a reprodução da espécie, acabaria impedindo graves situações geradas pela elevação descontrolada das taxas de natalidade (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 22).

---

[23] Tradução livre do autor: "as prioridades individuais refletem o ambiente sócio-econômico: as pessoas atribuem maior valor subjetivo às coisas que são relativamente mais escassas.

Além da cultura, outros vários fatores também exerceriam influência sobre as condições materiais de existência dos homens, mas nenhum deles provocaria tantas mudanças quanto o desenvolvimento econômico, como afirma Amartya Sen, ao associá-lo às condições de exercício da liberdade humana (SEN, 1999).

Inglehart argumenta que o desenvolvimento tecnológico e produtivo desta base material afeta diretamente o sentimento de segurança existencial compartilhado pelos membros de uma sociedade, que podem entender a sobrevivência física como garantida ou como incerta (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005). Indivíduos que precisam quotidianamente lutar para superar constrangimentos à sua reprodução física, devido à escassez de recursos e à violência, naturalmente tendem a se sentirem inseguros e, conseqüentemente, priorizarem objetivos relacionados com o desenvolvimento material em oposição a metas transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. A sobrevivência se impõe, obviamente, como primeira necessidade. Como o próprio Inglehart (INGLEHART, 1990; 2001) reconhece, essa hipótese é similar ao princípio da utilidade marginal decrescente da teoria econômica, associado ao conceito complementar de hierarquia das necessidades de Maslow (1988), segundo o qual as necessidades fisiológicas possuem maior prioridade que aquelas de natureza não-fisiológica. Necessidades sociais, intelectuais e estéticas ocupariam posições inferiores nessa hierarquia, o que só poderia ser alterado quando as condições materiais de existência deixassem de ser a principal fonte de preocupação e estresse para os indivíduos. Nesse novo contexto, a utilidade marginal do desenvolvimento material tenderia a decrescer e, em trajetória inversa, as demais necessidades tenderiam a ganhar importância. Isso ocorre porque os valores, prioridades, normas de conduta, ou seja, a cultura partilhada por um conjunto específico de indivíduos não é estática, se adaptando ao ambiente em que está inserida através de processos de mutação aleatória e seleção natural (INGLEHART, 2001).

Por meio desses processos, traços culturais que funcionam relativamente bem em um local e contexto específico tenderiam a se reproduzir e expandir em razão de conferirem vantagens de sobrevivência (DAWKINS, 1989). As prioridades valorativas que enfatizam as necessidades fisiológicas seriam, portanto, traços culturais adaptados

e vantajosos em um contexto de insegurança material. Com a melhoria das condições de sobrevivência física, mudanças coerentes devem se processar no nível cultural. Prioridades e estratégias vantajosas em um contexto podem não mais produzir efeitos desejados, sendo gradualmente substituídas por outras, mais compatíveis com a nova configuração.

A análise do momento de passagem da sociedade tradicional para a moderna, no contexto da Revolução Industrial, apresenta evidências importantes acerca desse suposto relacionamento entre condições materiais de existência e configurações culturais. Como a farta literatura histórica sobre o período aponta, a modernização econômica provocou nesse momento um conjunto de mudanças relevantes: alterou a distribuição geográfica das populações, levando à urbanização crescente; levou à substituição da agricultura e do artesanato pela indústria; impôs a especialização ocupacional; provocou a expansão da educação formal às massas; conduziu ao desenvolvimento dos meios de comunicação; impulsionou a secularização; desenvolveu a burocratização; implantou a linha de montagem e a produção em massa na estrutura produtiva; fez surgir o estado moderno (HOBSBAWM, 1982).

A despeito das controvérsias sobre a causa primeira que teria detonado o processo[24], Inglehart destaca que a industrialização ocupa nele um papel fundamental e que devemos entender a modernização como composta por elementos tecnológicos, econômicos, culturais e políticos, ou seja, de maneira consistente com sua tese de que as pautas de mudanças nessas diferentes áreas são coerentes (INGLEHART, 2001). Seria, portanto, impossível separar as mudanças ocorridas nas condições objetivas de existência daquelas que se processaram no nível das idéias. Como Weber destacou, a modernização comportou uma mudança profunda na visão de mundo compartilhada pelos indivíduos que gradualmente abandonaram uma orientação religiosa e adotaram uma perspectiva racional (WEBER, 1993).

A Revolução Científica, um dos marcos do processo de transformação deste período, apresentou o indutivismo baconiano e o racionalismo cartesiano, tão bem

[24] Em *Modernización y posmodernización* (2001) Inglehart apresenta uma crítica interessante a tese weberiana sobre o impacto da Reforma Protestante sobre o surgimento do capitalismo, questionando uma suposta relação de causalidade.

associados na obra de Isaac Newton, como substitutos da fé vigente durante toda a Idade Média, contribuindo assim para a decadência dos elementos sagrados da orientação religiosa na condução da vida humana. Essa visão científica se estendeu aos mais variados temas desencadeando uma crescente secularização.

A secularização, por sua vez, conduziu à burocratização, outro elemento fundamental da modernização, caracterizado pelo surgimento de organizações racionais baseadas em regras construídas para alcançar metas explicitamente estabelecidas e no recrutamento baseado em critérios impessoais e meritocráticos (WEBER, 1994). A burocratização só foi possível porque as bases da autoridade tradicional foram questionadas por um sistema de crenças orientado para o lucro e guiado pela ciência. No lugar do poder legitimado pela tradição, os indivíduos passaram a apoiar grandes estados burocratizados que visavam principalmente o crescimento econômico.

A autoridade racional-legal passou a suplantar a tradicional e grande parte das funções antes desempenhadas pela família e pela igreja, instituições centrais até então, passaram a ser concentradas no estado moderno, que assumiu na modernidade a forma de "una entidad benevolente y omnipotente que sustituiría a Dios en el mundo secular." (INGLEHART, 2001, p. 97)

Tratando de sintetizar o conjunto dessas mudanças que caracterizam a passagem da sociedade tradicional para a moderna, Inglehart nos propõe uma distinção sumária entre três aspectos fundamentais: o projeto societal central, os valores individuais e o sistema de autoridade vigente (INGLEHART, 2001 p. 101).

Nas sociedades tradicionais, marcadas pelo baixo desenvolvimento tecnológico e por uma economia estacionária, o projeto societal tinha como meta fundamental a sobrevivência em uma situação de insegurança física. Em tal situação o espaço destinado à iniciativa individual e à mobilidade social é reduzido por um conjunto de normas e padrões de comportamento que se adaptam ao entorno social de escassez, minimizando a competição e o conflito. Os valores individuais são predominantemente baseados na religião e fundamentados na noção de comunidade. Por fim, o sistema de

autoridade vigente nesse contexto sócio-econômico é o de tipo tradicional, tal como definido por Weber (1994).

Na sociedade moderna, na qual a ciência e a tecnologia ampliam as potencialidades produtivas e incrementam o desenvolvimento material, o projeto societal ultrapassa o nível imediato da reprodução fisiológica, sendo a maximização do crescimento econômico buscada com todos os recursos disponíveis. Os valores individuais nessa nova realidade, tal como brilhantemente definido como o "espírito do capitalismo" por Weber (1996), são marcados pela motivação para o lucro. Nessa nova realidade secularizada a autoridade baseada na tradição perde espaço e no seu lugar uma ordem racional-legal emerge.

Os valores individuais, portanto, seriam reflexos dos projetos que a sociedade como um todo prioriza. As visões de mundo predominantemente partilhadas pelos membros das sociedades tradicionais favorecem a submissão do indivíduo ao grupo através de regras fundamentadas em pressupostos religiosos que limitam a violência, controlam o comportamento sexual e econômico, garantindo assim a manutenção da ordem social em um contexto de escassez (INGLEHART, 1977; 1990; 2001). Com a modernização, o progresso advindo do crescimento econômico e das inovações tecnológicas se tornou uma nova meta coletiva e a motivação para o lucro se colocou como prioridade valorativa no nível individual, ainda que os custos desse procedimento sejam elevados. O desejo pela acumulação material que na Idade Média era considerado pecado passa a ser algo valorizado e incentivado na nova sociedade governada pela racionalidade econômica.

O impacto das mudanças no nível tecnológico e econômico sobre a dimensão cultural, entretanto, não é tão simples e direto quanto a hipótese da escassez pode deixar transparecer quanto tomada isoladamente. Por isso, Inglehart alerta para o fato de que esse processo depende do sentimento de segurança material que é subjetivo e não do nível econômico objetivo dos indivíduos. A percepção que o indivíduo desenvolve sobre a sua situação não depende apenas do quanto suas necessidades fisiológicas são satisfeitas, pois os níveis de satisfação de cada pessoa variam

enormemente em razão do entorno cultural em que está inserido e, sobretudo, no qual foi socializado.

Sendo assim, o efeito do desenvolvimento econômico não é verificado imediatamente no plano das prioridades valorativas. A hipótese da escassez, portanto, deve necessariamente ser interpretada em combinação com a da socialização, segundo a qual "the relationship between socioeconomic environment and value priorities is not one of immediate adjustment: a substantial time lag is involved because, to a large extent, one's basic values reflect the conditions that prevailed during one's preadult years."[25] (INGLEHART, 1990, p. 68) Inglehart (2001) lembra que essa hipótese nada mais faz que referendar a noção de que a estrutura básica da personalidade humana tende a se cristalizar quando o indivíduo atinge a fase adulta, mudando pouco a partir deste ponto. Tal afirmação seria recorrente na literatura sobre o comportamento humano desde Platão, passando por Freud e ainda hoje aceita.

A socialização que ocorre nas primeiras etapas da vida dos indivíduos seria, nesses termos, mais importante do que as experiências da fase adulta, o que não implica em considerar as experiências adultas como insignificantes, pois em algumas situações elas são marcantes (ERIKSON, 1982; BRIM E KAGAN, 1980). Períodos relativamente longos de crescimento e prosperidade econômica não produzem efeitos significativos nos valores das populações adultas porque essas não se encontram mais nos seus períodos de maior suscetibilidade. O efeito só será verificado entre os membros das gerações que vierem a experimentar essas melhores condições materiais nos seus períodos de socialização infantil e pré-adulta. Desta forma, a mudança das prioridades valorativas só se manifestaria com a substituição de uma geração pela outra (INGLEHART, 1977; 1990; 2001).

As mesmas experiências em relação às condições econômicas são interpretadas de maneiras distintas por indivíduos representantes de diferentes gerações. O que é considerado como uma situação de segurança para um, pode não representar o mesmo para outro. Logo, as prioridades defendidas por esses distintos grupos tendem a não

[25] Tradução livre do autor: "o relacionamento entre ambiente sócio-econômico e prioridades valorativas não é de imediato ajustamento: um substancial espaço de tempo está envolvido porque, em termos gerais, qualquer valor básico reflete as condições que prevaleciam durante os anos de infância e adolescência dos indivíduos."

serem as mesmas. Indivíduos que ao longo de sua infância experimentaram situações de profunda insegurança física, quando adultos tendem a continuar priorizando a sobrevivência fisiológica sobre todas as demais necessidades, mesmo quando as condições objetivas não mais justifiquem tal grau de preocupação.

Em síntese, a junção das duas hipóteses defendidas por Inglehart e seus colaboradores compõe a seguinte tese: o crescimento econômico produz efeitos importantes sobre o nível cultural, seja em termos do projeto societal, dos valores individuais ou do padrão de autoridade, porém, esse impacto só pode ser verificado no longo prazo, quando as jovens gerações que experimentaram essas novas condições atingem a idade adulta.

Tendo em mente esses argumentos teóricos, na próxima seção passaremos a discutir o elemento central da teoria do desenvolvimento humano, ou seja, a suposta mudança em direção aos valores pós-materialistas que estaria ocorrendo nas últimas décadas em razão dos períodos de crescimento econômico e prosperidade material experimentados pelas gerações do pós-guerra nas chamadas sociedades pós-industriais.

2.3 A EMERGÊNCIA DOS VALORES PÓS-MATERIALISTAS

Ao apresentarmos inicialmente as idéias de Inglehart como uma revisão das clássicas teorias da modernização, destacamos que para esse autor tal processo não é linear. Continuando nessa direção, agora pretendemos expor sua tese de que, se a industrialização causou a substituição dos valores tradicionais pelos seculares-racionais, a pós-industrialização estaria conduzindo a outros caminhos. Nas sociedades que atingiram esse estágio de desenvolvimento econômico os valores estariam se direcionando para a ênfase da auto-expressão, escolha humana, autonomia e criatividade e não mais para o lucro e o crescimento econômico (INGLEHART e WELZEL, 2005).

Como apontamos na seção anterior, a passagem da sociedade tradicional fundamentada na agricultura e no artesanato para a sociedade moderna industrial acarretou profunda transformação cultural. Uma visão de mundo secularizada, racional e burocrática emergiu, impondo a reformulação das metas societais e das prioridades valorativas individuais. Vimos que essa mudança é interpretada segundo as hipóteses da escassez e da socialização e que as prioridades dos indivíduos são compatíveis com o ambiente sócio-econômico em que vivem, funcionando como estratégias de maximização dos recursos que garantem a sua existência fisiológica. Assim, nas sociedades tradicionais agrárias o objetivo fundamental era a mera sobrevivência, sem qualquer aspiração pela acumulação em um contexto de baixo desenvolvimento tecnológico e constante escassez. As prioridades valorativas nesse momento eram congruentes com essa situação.

Com o desenvolvimento tecnológico e econômico da modernidade as prioridades mudam e novas estratégias passam a ser mais adequadas. Ao invés da simples sobrevivência, os homens passam a almejar o lucro e o desenvolvimento econômico. Entretanto, segundo Inglehart, essa direção moderna não pôs fim à história. Novas prioridades valorativas estariam surgindo nas últimas décadas e engendrando novas estratégias de maximização do bem-estar. A modernização,

portanto, não seria linear e estaria tomando um novo caminho atualmente (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

O autor ressalta que a mudança de rumo não é conseqüência do fracasso da estratégia anterior, pelo contrário, a busca pelo lucro e desenvolvimento econômico teria alcançado muito êxito, gerando grande produção e bem-estar significativo. Porém, os seus rendimentos teriam decrescido com o passar do tempo (Id.). A mudança em curso refletiria, portanto, a utilidade marginal decrescente do determinismo econômico. Segundo esse princípio "[...] los factores econômicos tienden a jugar un papel decisivo en condiciones de escasez econômica, pero a medida que disminuye esa escasez, otros factores moldean la sociedad en un grado cada vez mayor." (INGLEHART, 2001, p. 77)

Essa proposição teve sua validade testada. Selecionando a expectativa de vida (expectativa de anos de vida ao nascer) como uma medida do êxito das estratégias de maximização do bem-estar e o PIB anual *per capita* como medida do crescimento econômico, esse autor realizou testes de associação para identificar a natureza do relacionamento entre as variáveis (Ibid., p. 78).

Como seria de se esperar, os testes revelaram uma clara associação entre as medidas, o que confirmaria a validade da estratégia de maximização do desenvolvimento econômico para a melhoria das condições de vida. Entretanto, a mesma análise estatística também demonstrou que o impacto de tal desenvolvimento vai se reduzindo com o avançar do PIB, de modo que se torna decrescente a partir de um determinado ponto. Alcançado esse patamar específico, fatores associados a estilos de vida, dentre outros de natureza cultural, começam a influenciar mais as medidas de bem-estar. O ponto de inflexão parece ser algo entre 6.000 e 7.000 dólares de PIB per capita anual, levando em conta os dados de 124 países coletados em 1990 (Ibid., p. 79-80).

Essa tendência decrescente não se verifica apenas em indicadores concretos, mas também em medidas de bem-estar subjetivo. Inglehart, com essa mesma base de dados, substitui a variável expectativa de vida por um índice composto pelo grau de felicidade e de satisfação com a vida e encontra a mesma associação, bem como a

similar tendência à estabilização a partir do patamar de 6.000 dólares anuais de PIB *per capita*. No nível individual, a partir da análise dos dados de cada país isoladamente, resultados semelhantes são encontrados (Ibid., p. 80-2).

Essas análises levam o autor à afirmação de que a partir de um ponto específico o crescimento econômico gera apenas elevações mínimas nos indicadores de bem-estar, o que torna plausível e viável uma estratégia racional de valorização dos assuntos relacionados à qualidade de vida. Como propõe a hipótese da socialização, a cultura não muda abruptamente, mas com a elevação da segurança econômica em um determinado momento ela se altera e surgem novas formas de melhorar o bem-estar subjetivo através de mudanças nas prioridades, nas normas e padrões de vida.

A complementaridade entre fatores econômicos e culturais torna-se evidente nesse raciocínio. Por um lado, as condições sócio-econômicas afetam no longo prazo o sistema cultural, de outro, esse último quando se adapta às condições objetivas de existência passa a influenciar a vida social, econômica e política. Novas estratégias de sobrevivência são criadas no contexto de segurança econômica e elas são as responsáveis pela continuidade na elevação nos níveis de satisfação material e subjetiva.

Além disso, é preciso destacar que com o decréscimo dos benefícios advindos da estratégia desenvolvimentista tornam-se cada vez mais evidentes os elevados custos ambientais e subjetivos implicados nesse comportamento. Como aponta Beck (1992) com seu conceito de *sociedade do risco*, os conflitos na sociedade pós-industrial têm se fundamentado na questão da distribuição dos riscos decorrentes da tecnologia nuclear, das pesquisas genéticas e das ameaças ao meio ambiente e não mais sobre o tema da distribuição dos bens, como a propriedade, a renda e o emprego, tal como ocorria na sociedade industrial.

É justamente entre os públicos de sociedades com maior expectativa de vida que essa percepção do risco tem aumentado, tornando-se tema central na agenda política das duas últimas décadas. Na verdade, trata-se de algo lógico, pois é justamente porque superaram os limites da mera sobrevivência que esses indivíduos podem se preocupar com outros temas, ou seja, "[...] ha podido redirigir su

preocupación por la inseguridad diária de la supervivencia hacia preocupaciones más lejanas como la crisis ecológica debido precisamente a que el riesgo de morir de hambre ya casi no existe." (2001, p. 47)

A partir desses argumentos, o autor defende que o impacto do desenvolvimento sócio-econômico sobre as mudanças culturais ocorre em duas fases distintas. Na primeira, a da industrialização, teria surgido a burocratização e a secularização, como sintetizamos anteriormente. Na segunda, da pós-industrialização[26], a tendência se altera em direção à autonomia individual e aos valores de auto-expressão. Os públicos das nações pós-industriais, mas não apenas delas, estariam gradualmente abandonando uma tendência materialista em favor de uma postura pós-materialista (INGLEHART, 1977; 1990; 2001).

O termo materialista se refere à orientação de indivíduos que predominantemente priorizam metas relacionadas com a segurança física e econômica. Pós-materialismo, por sua vez, está relacionado à priorização de outras metas, como necessidades sociais, estéticas ou intelectuais. É importante destacar, entretanto, que os pós-materialistas não são não-materialistas, nem anti-materialistas. O termo designa um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada (INGLEHART, 2001).

As populações das nações dos países pós-industriais estariam experimentando desde o término da Segunda Guerra Mundial crescimento econômico expressivo que teria produzido altos níveis de segurança existencial, manifestos na elevação dos níveis de renda, ampliações da expectativa de vida e outros indicadores. Tal desenvolvimento teria diminuído sensivelmente os obstáculos que se impõem à autonomia, à criatividade e à possibilidade de escolha dos seres humanos (Id.).

Inglehart argumenta que os caminhos pelos quais esse processo estaria se dando são diversos. Primeiramente, a simples redução da pobreza diminuiria os constrangimentos à escolha humana e contribuiria para o desenvolvimento de um sentimento de segurança econômica e física. Também ampliaria os níveis educacionais das populações e favoreceria o acesso à informação através dos meios de comunicação

[26] Em *Modernization and Postmodernization* Inglehart não se refere a duas fases da modernização, utilizando o termo pós-modernização para designar a nova configuração social das sociedades desenvolvidas.

de massa (INKELES, 1983). A emergência da sociedade do conhecimento mobilizaria as habilidades cognitivas dos indivíduos (BELL, 1973; INGLEHART, 1990). Assim, o desenvolvimento econômico diminuiria os constrangimentos cognitivos e alimentaria a independência intelectual dos habitantes das sociedades pós-industriais.

Além disso, essa fase da modernização produz uma ampliação da especialização ocupacional e uma maior complexidade social, diversificando as interações humanas, o que potencializa um processo já descrito por sociólogos clássicos como Durkheim (1995) e Tonnies (1977), de passagem da solidariedade mecânica para a orgânica e da comunidade para a sociedade. Ao invés de normas e padrões fixos de comportamento, essa nova configuração social abriria espaço para as preferências individuais. Sintetizando esse argumento, Inglehart e Welzel escreve que "[…]by reducing economic insecurity, by cognitive mobilization, and by diversifying human exchanges, socioeconomic development diminishes objective constraints on human choice."[27] (2005, p. 24) Ou seja, a teoria do desenvolvimento humano aponta para uma situação em que, paulatinamente, os indivíduos ganham mais espaço como atores que aspiram à autonomia.

Essa teoria gera uma série de hipóteses que merecem nossa atenção nesse momento. Ainda que não seja nossa intenção abordar as evidências empíricas que sustentam cada uma delas, acreditamos ser interessante apontar o alcance concreto da teoria em algumas direções específicas.

As principais hipóteses que decorrem da afirmação geral seriam as seguintes: 1) os valores pós-materialistas têm se propagado mais nas sociedades mais ricas e seguras; 2) nos países que experimentam longos períodos de prosperidade se verificam diferenças substanciais entre os grupos jovens e velhos; 3) essas diferenças geracionais são estáveis, apesar das flutuações nas condições de segurança econômica; 4) as diferenças entre jovens e velhos são maiores quanto maiores forem as taxas de crescimento econômico em cada nação (INGLEHART, 2001).

[27] Tradução livre do autor: "[...] pela redução da insegurança econômica, pela mobilização cognitiva e pela diversificação das trocas humanas o desenvolvimento sócio-econômico diminui os constrangimentos sobre a escolha humana."

Seguindo essa ordem, podemos localizar em Inglehart e Welzel (2005) argumentos fundamentados em dados de quatro ondas de sondagens do projeto WVS (1981-3, 1989-91, 1995-97 e 1999-2001) que conduzem a confirmação de cada uma das afirmações.

Primeiramente, a partir de amostras representativas de 81 sociedades espalhadas pelos cinco continentes, perfazendo um total de 85% da população mundial, os autores afirmam terem encontrado diferenciais importantes nos valores partilhados pela população de nações ricas e pobres. Utilizando a classificação do Banco Mundial, identificam que os países de alta renda são os que manifestam os mais elevados níveis nas medidas de valores seculares e de auto-expressão. Na situação inversa, os países de baixa renda são os que mais manifestam valores tradicionais e de sobrevivência (Ibid., p. 57). Esses resultados contribuem para confirmar a hipótese fundamental de que o desenvolvimento econômico tende a impulsionar em uma mesma direção as diferentes nações.

Situação semelhante é verificada quando, ao invés do nível de renda, é utilizada uma medida que leva em consideração o percentual da mão-de-obra empregada em cada um dos setores produtivos. Para Bell (1976) esse é um dos mais importantes critérios para definir os distintos estágios de desenvolvimento sócio-econômico, definindo as sociedades como agrárias, industriais ou pós-industriais. Essa última seria aquela em que a maior parte da força de trabalho é ocupada no setor de serviços, caracterizando uma situação em que a indústria não mais ocupa o centro da esfera produtiva (INGLEHART e WELZEL, 2005).

Partindo desse pressuposto, os autores verificam que a dimensão tradicional/secular está associada com a passagem das sociedades do estágio agrário para o industrial. A medida aqui utilizada foi construída tomando-se o percentual da força de trabalho total de cada país empregada na indústria, menos o percentual aplicado na agricultura. O resultado desta operação compõe uma medida da posição de cada um dos países no processo de transição para a fase industrial da modernização (Id.). Obtendo um $r=0,61$, verificaram que os países mais industrializados são os que possuem a maioria da população manifestando valores seculares-racionais, enquanto

que os habitantes das nações menos industrializadas tendem a manifestar valores tradicionais (Id.).

O mesmo não ocorre quando se verifica a relação entre a industrialização e a dimensão dos valores de sobrevivência/auto-expressão. Encontrando um *r*=0,24, constatam que a industrialização não contribui para a disseminação de valores relacionados às demandas de auto-expressão (Id.).

A situação é bastante distinta quando a medida da composição da força de trabalho leva em conta o percentual do pessoal empregado no setor de serviços menos o percentual empregado na indústria. A associação desta medida do estágio de pós-industrialização de cada país com a dimensão dos valores de sobrevivência/auto-expressão alcançou um *r*=0,82 (Id.).

Desta forma, Inglehart e seus colaboradores dão como confirmadas as hipóteses de que o desenvolvimento econômico e o processo de pós-industrialização conduzem as nações a uma mudança valorativa previsível em direção a prioridades pós-materialistas, principalmente relacionadas às demandas de auto-expressão. Conseqüentemente, também atestam que as nações mais desenvolvidas e ricas tendem a manifestar mais acentuadamente essa tendência do que as subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

Essa importante verificação se relaciona diretamente à hipótese da escassez. Porém, tão importante quanto essa é a hipótese da socialização, sobre a qual os autores também apresentam evidências interessantes. Já na década de 1970 essa segunda hipótese foi testada com a utilização de dados obtidos por meio de sondagens em seis países europeus, sendo verificadas diferenças significativas nas prioridades valorativas de grupos etários em todos eles (INGLEHART, 1977). Através da análise agregada dos dados dessas nações, Inglehart constatou que entre os grupos mais velhos o número de materialistas ultrapassava em muito o número de pós-materialistas. Essa distância, entretanto, gradualmente se reduzia quando se caminhava em direção aos grupos jovens até o ponto em que, entre os indivíduos que possuem de 15 a 24 anos, o número de pós-materialistas ultrapassava o de materialistas. Não por acaso, esse

último grupo comporta os nascidos no contexto do pós-guerra, que passaram por experiências de segurança material nos seus momentos de socialização (Id.).

Em obra posterior, Inglehart e Welzel (2005) respondem à crítica segundo a qual essa diferença não seria explicada pela hipótese da socialização, mas refletiria apenas orientações valorativas correspondentes a cada ciclo de vida dos indivíduos. Segundo essa explicação alternativa os jovens seriam menos materialistas que os adultos, independentemente das suas experiências socializadoras.

Utilizando séries temporais de 1970 a 2000, verificam que o percentual de pós-materialistas teve uma tendência de aumento em todos os grupos de nascimento. Caso a crítica fosse pertinente, em todos os grupos deveria haver uma redução desse percentual, refletindo a passagem da juventude à vida adulta. Os grupos mais jovens tendem a se manter menos materialistas do que os mais velhos no curso dessas três décadas cobertas pelas sondagens, tornando-se inclusive mais pós-materialistas com o passar dos anos.

Esses mesmos dados indicaram também que os percentuais de pós-materialistas nos diferentes grupos de nascimento sofrem flutuações com relativa freqüência. Para tentar localizar a causa desses efeitos de curto prazo os autores incluíram como medida de mudanças conjunturais nas condições econômicas a taxa de inflação média desses países. Os resultados demonstraram que o aumento no número de materialistas acompanha de maneira explícita os momentos de alta de inflação, o que os levaram à conclusão de que situações de crise material conjunturais afetam as prioridades valorativas dos indivíduos, independentemente das faixas etárias (Id.). Efeitos semelhantes, segundo os autores, podem ser desencadeados por fenômenos como guerras, revoltas, catástrofes naturais.

Apesar dessas alterações rápidas, as distâncias existentes entre os grupos geracionais permanecem importantes. Isso é compatível com a hipótese da socialização, pois tal estabilidade relacional se explicaria pelos diferentes contextos de socialização de cada um dos grupos. Aqueles que nasceram no período do pós-guerra nas nações que atualmente se caracterizam como pós-industriais experimentaram nos

seus primeiros anos de vida situações de segurança física e econômica que teriam moldado suas prioridades valorativas de maneira profunda.

Ainda em resposta à perspectiva crítica que tenta explicar a mudança geracional a partir dos ciclos de vida, Inglehart e Welzel (2005), argumentam que se assim fosse, os jovens de todas as nações do mundo, independentemente do estágio de desenvolvimento econômico em que se encontrem, deveriam manifestar valores pós-materialistas. Isso, entretanto, é contestado pelos autores através da apresentação de dados que indicam que a mudança geracional não se manifesta da mesma maneira em diferentes grupos de nações.

Para tanto, reúnem os 81 países cobertos pela última onda do WVS em cinco grupos: democracias pós-industriais, com PIB *per capita* anual acima de U$ 10.000; sociedades em desenvolvimento, envolvendo países não comunistas com PIB *per capita* anual entre U$ 5.000 e 10.000; sociedades de baixa renda, englobando países não comunistas com PIB *per capita* anual inferior à U$ 5.000; sociedades ex-comunistas orientais; sociedades ex-comunistas ocidentais (Ibid., p. 105). Em todos os grupos se verificou a mesma tendência de aumento da adesão a valores seculares-racionais na medida em que ser reduz a idade, uma relação inversa portanto. Acerca da dimensão que polariza valores de sobrevivência e auto-expressão, a tendência também continua a se apresentar em todos os grupos, porém, com intensidades significativamente diferentes entre eles.

No grupo das democracias pós-industriais, de maneira congruente com a teoria proposta, a mudança geracional é bastante acentuada. Nas sociedades em desenvolvimento e em ambos os grupos que envolvem países ex-comunistas a tendência à diferenciação entre os grupos geracionais também é significativa. Nas sociedades classificadas como de baixa renda, entretanto, a diferença quase não existe, ou seja, não se verificam distâncias significativas nas prioridades valorativas entre grupos jovens, adultos ou idosos (Ibid., p. 110). Esses resultados representam um duro golpe contra a hipótese dos ciclos de vida e, ao mesmo tempo, reafirmam o impacto do desenvolvimento sócio-econômico sobre as metas societais e valores individuais.

Além disso, os dados também indicam que apesar de acentuado nas nações pós-industriais, a emergência da postura pós-materialista é uma tendência mundial. Em todos os grupos de nações, com diferentes intensidades, o número de indivíduos que priorizam valores de auto-expressão tem aumentado. No próximo capítulo vamos analisar como essa tendência tem se manifestado no Brasil.

Associadas à dimensão dos valores de auto-expressão, os autores identificam uma série de outras orientações relacionadas à tolerância, igualdade e ação política. Verificam, por exemplo, que a aceitação da homossexualidade tem crescido acentuadamente nas últimas décadas nas nações que experimentaram níveis elevados e estáveis de desenvolvimento. O mesmo ocorre em relação à defesa da igualdade de gênero no mercado de trabalho e no campo político.

Os efeitos dessas profundas alterações valorativas alcançam, portanto, diversas áreas de atividade humana. Todavia, acreditamos que nenhuma delas sofra com mais intensidade esse impacto quanto a dimensão política. A forma de governo das sociedades, o exercício das liberdades democráticas e as condições para a boa governança são influenciadas diretamente por essas mudanças. Nas próximas seções trataremos desses desdobramentos políticos em alguns dos seus elementos fundamentais.

2.4 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E DEMOCRACIA

De maneira bastante otimista, Inglehart e Welzel (2005) escrevem que a emergência dos valores de auto-expressão tem transformado a modernização em "[...]a process of human development, giving rise to a new type of humanistic society that promotes human emancipation on many fronts."[28] Pode-se questionar essa aposta humanista, mas o fato é que os envolvidos nas pesquisas sobre o tema têm acumulado robustas evidências empíricas que atestam a existência de importantes conseqüências políticas deste redirecionamento das prioridades individuais e das metas societais.

Nessa seção pretendemos discutir alguns desses efeitos que dizem respeito mais diretamente a uma suposta relação existente entre valores pós-materialistas e a emergência e consolidação de democracias.

Nos marcos dessa teoria os autores têm apontado que o desenvolvimento sócio-econômico, os valores de auto-expressão e as instituições democráticas atuam juntos como peças de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia nas escolhas dos indivíduos (Id.). No encadeamento dessas peças a primazia é do desenvolvimento material, pois é ele que reduziria os constrangimentos à autonomia através da ampliação do volume de recursos econômicos, cognitivos e sociais das populações[29]. Esse novo patamar de segurança e autonomia conduziria à priorização dos valores humanísticos de auto-expressão, bem como das demais orientações relacionadas ao giro pós-moderno. Ou seja, "[...] objective capabilities of choice promote subjective aspirations for choice."[30] (Ibid., p, 152) Os indivíduos passariam, então, a valorizar a liberdade, a diversidade e a autonomia, rejeitando a disciplina, a conformidade e a autoridade tradicional. Essas novas aspirações, conseqüentemente, conduziriam à formulação de demandas que são encaminhadas pelos canais disponíveis às

[28]Tradução livre do autor: "[...] um processo de desenvolvimento humano, gerando um novo tipo de sociedade humanística que promove a emancipação humana em várias frentes."

[29] O encadeamento entre desenvolvimento econômico, valores pós-materialistas e democratização nos remete ao modelo de argumento definido por Walton (2006, p. 165) como silogismo hipotético, expresso da seguinte forma:
Se *A*, então *B*.
Se *B*, então *C*.
Logo, se *A*, então *C*.

[30] Tradução livre do autor: "[...] capacidades objetivas de escolha promovem aspirações subjetivas de escolha."

instituições competentes visando o estabelecimento ou ampliação de direitos civis e políticos que caracterizam a democracia liberal (Id.).

Os elementos básicos do desenvolvimento humano, portanto, são três. As capacidades objetivas que eliminam os constrangimentos à escolha. As motivações subjetivas que levam os indivíduos a agirem de acordo com suas escolhas. A designação legal que, a partir do reconhecimento dos direitos civis e políticos, possibilita a ação a partir das escolhas autônomas (Id.).

Esses relacionamentos não são afirmados apenas no nível teórico pelos autores, mas testados empiricamente. A associação entre desenvolvimento econômico e valores de auto-expressão já foi abordada anteriormente, de modo que aqui podemos passar diretamente às considerações sobre as evidências apresentadas acerca do relacionamento entre tais valores e o regime democrático.

Para isso, Inglehart e Welzel empregam uma série de indicadores que servem de medidas de democracia em testes de associação com o percentual de pessoas que enfatizam os valores de auto-expressão de mais de cinqüenta sociedades, incluindo o Brasil.

O primeiro, Polity IV, baseado no conceito de padrão de autoridade desenvolvido por Eckstein e Gurr (1975), se concentra sobre as condições institucionais que garantem a competitividade no recrutamento político, os controles sobre o poder executivo e a abertura para a competição. Trata-se, portanto, de uma medida de democracia constitucional (GURR e JAGGERS, 1995), não contribuindo muito para identificar o quanto a liberdade de escolha dos indivíduos é efetiva. Ainda assim, pode trazer informações importantes ao conjunto da análise.

O segundo é o desenvolvido por Vanhanen (2003) para medir os níveis de democracia eleitoral. Esse índice pretende identificar os níveis de inclusividade e competitividade nas eleições parlamentares nacionais. Essa segunda medida é, em comparação com a anterior, mais ligada às escolhas individuais e pode revelar informações mais interessantes acerca da associação entre os valores de auto-expressão e a democracia.

Também ultrapassa esse limite meramente constitucional a medida publicada pela Freedom House, que indica em que proporção as pessoas são portadoras de direitos civis e políticos.

Como os argumentos teóricos apresentados anteriormente já sugeriam, os autores encontraram um coeficiente de associação entre o índice de auto-expressão e o Polity IV menor (r=0,62) do que o verificado quando utilizadas as medidas de Vanhanen (r=0,75) e da Freendon House (r=0,75) (INGLEHART e WELZEL, 2005, p., 152-3). Esses resultados indicam que quanto mais efetiva é a democracia, maior a sua associação com a priorização da autonomia e da auto-expressão. Mais que isso, essas análises apontaram que todas as sociedades em que mais da metade da população enfatiza a auto-expressão alcançaram os mais elevados pontos na medida proposta pela Freedon House. Nenhuma delas obteve menos que 90 pontos em uma escala que vai de 0 a 100 (Ibid., p. 153-4).

Esse índice, entretanto, segundo os próprios autores, não pode ser considerado como uma medida consistente da efetividade de uma democracia, pois não questiona em que medida as liberdades civis e políticas são respeitadas pelas elites. Apesar de qualitativamente superiores à medida de democracia constitucional, os índices de Vanhanen e da Freedon House não poderiam ser considerados medidas de democracia efetiva (Id.).

Para tentar solucionar esse problema propõem a junção desta última medida com o índice anticorrupção produzido pelo Banco Mundial, que serviria como um indicador da integridade das elites. Desta forma, acreditam ser possível medir o quanto os direitos civis e políticos estão institucionalizados e o quanto são respeitados pelos dirigentes, criando assim uma espécie de índice de democracia efetiva. Confirmando suas expectativas, a correlação verificada entre essa medida e a ênfase na auto-expressão foi de r=0,90 (Ibid., p., 155).

O conjunto desses testes leva os autores a sustentarem a tese de que os valores estão fortemente conectados às instituições democráticas, sobretudo, a priorização da autonomia e da auto-expressão (WELZEL, INGLEHART e DEUTSCH, 2005).

Identificar essa ligação, entretanto, é apenas parte do problema quando se trata de analisar o relacionamento entre variáveis culturais e instituições. Como demonstramos no capítulo anterior, no qual tratamos dos estudos sobre cultura política, muitas páginas foram e continuam a ser escritas sobre esse complexo assunto. Como defendemos naquele momento, a posição mais prudente e plausível seria aquela que afirma a mútua determinação dos componentes culturais e institucionais nos processos de democratização.

O fato é que a polêmica continua e os pesquisadores têm se dividido em dois grupos distintos e opostos. De um lado temos estudiosos afirmando que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização. Confiança, tolerância, sentimento de eficácia política e um extenso conjunto de virtudes cívicas desempenhariam papel fundamental no efetivo funcionamento das instituições democráticas (PUTNAM, 1996; GIBSON, 1997; INGLEHART, 1988; DALTON, 2000). De outro lado, encontramos pesquisadores afirmando que é o aprendizado institucional, ou seja, o fato dos indivíduos viverem sob instituições democráticas que gera uma cultura pró-democrática (MULLER e SELIGSON, 1994; JACKMAN e MILLER, 1998).

Inglehart e Welzel (2005) explicitamente se colocam no primeiro grupo e pretendem demonstrar que as instituições afetam pouco os valores e que, na direção contrária, a ênfase da auto-expressão tem um impacto significativo sobre as instituições democráticas. A partir dos dados obtidos pelas duas últimas ondas de pesquisas do WVS os autores tratam de sustentar essa posição. Seu objetivo é demonstrar empiricamente que o surgimento de valores pós-materialistas antecede e, em grande medida, explica o estabelecimento de democracias em perspectiva mundial. A sofisticação da análise empreendida é considerável e não pretendemos aqui nos deter sob detalhes metodológicos. Entretanto, algumas explicações prévias são necessárias para entender a lógica dos argumentos levantados.

Primeiramente é preciso levar em consideração que qualquer teste de causalidade só pode ser adequadamente realizado se levar em consideração a ordem temporal de coleta das variáveis. Parece óbvio, mas é preciso ressaltar que uma

variável independente só pode ser entendida como causa de uma variável dependente se for medida em um período de tempo anterior em relação a essa última (COX e WERMUTH, 2001). As causas devem preceder os efeitos em qualquer perspectiva epistemológica. Atentos a isso, Inglehart e Welzel utilizam nos testes medidas de ênfase nos valores de auto-expressão coletadas em 1990-1995 e duas do nível de democracia, uma de 1981-1986 e outra de 1997-2002. Todas essas medidas se referem a 61 países (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 179).

Também é fundamental controlar o efeito de terceiras variáveis que poderiam conduzir a conclusões espúrias. Portanto, é preciso ter certeza de que não existe uma variável não reconhecida que influencie tanto a medida dependente quanto a independente (COX e WERMUTH, 2001). Na análise em questão, a terceira variável poderia ser o desenvolvimento econômico, que estaria causando tanto a emergência dos valores pós-materialistas quanto a democratização. Para evitar esse tipo de conclusão espúria os pesquisadores incluíram como variável de controle em todos os testes o nível de desenvolvimento.

Por fim, conclusões acerca da causalidade dependem igualmente do controle de possíveis auto-correlações. É preciso verificar se o impacto da variável independente continua se manifestando quando é controlado por medidas anteriores da variável dependente (COX e WERMUTH, 2001). Sendo assim, os efeitos dos valores de auto-expressão sobre a democracia só podem ser considerados efetivos quando controlados por medidas prévias de democratização.

As duas hipóteses rivais que apresentamos logo acima são testadas através de seis modelos de regressão que seguem esses princípios.

O primeiro foi construído visando verificar o efeito da medida de valores de auto-expressão de 1990 sobre os níveis de democracia de 1997-2002, controlado por um indicador que envolve um conjunto de variáveis relacionadas a recursos materiais, cognitivos e sociais existentes também no início da década de 90. O impacto dos valores foi de 0,49, enquanto o dos recursos foi de 0,26 (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 181). A interpretação desses números é relativamente simples: os valores medidos uma década antes explicam significativamente os níveis de democratização

na virada do milênio em nível mundial, mesmo quando o seu impacto é controlado pelos possíveis efeitos do desenvolvimento sócio-econômico.

O segundo modelo testa a hipótese contrária, invertendo a posição das variáveis. Os valores de auto-expressão de 1990 passam a ser a variável dependente e os níveis de democracia de 1981-1986 assumem o status de preditor. Assim como no modelo anterior, o indicador de recursos é incluído no modelo como estratégia de controle (Id.).

De maneira congruente com as resultados prévios, o impacto da medida de democracia foi de apenas 0,11, enquanto o do indicador de recursos foi de 0,81. Os níveis de democracia medidos no início da década de 80 não impactam de maneira importante a ênfase nos valores de auto-expressão da década de 90, que tem mais de 80% de sua variação explicada pelos níveis de recursos econômicos, cognitivos e sociais existentes uma década antes (Id.).

O terceiro e quarto modelo utilizam os mesmos preditores e variáveis respostas, ou seja, primeiramente é medido o impacto dos valores sobre a democracia e em seguida o inverso. O diferencial é que a variável de controle passa a ser uma medida anterior de democracia visando identificar a existência de auto-correlações.

Os resultados do terceiro modelo foram os seguintes: os valores medidos em 1990 impactam em 0,77 os níveis de democracia de 1997-2002 e o efeito do nível de democracia em 1981-1986 foi negativo (-0,07). Conseqüentemente, somos levados à conclusão de que medidas anteriores de democracia não impactam de maneira significativa os níveis recentes e que, portanto, não se verifica o fenômeno da auto-correlação (Id.).

No quarto, no qual os valores de 1990 ocupam a posição de variável resposta ou dependente, o inverso foi verificado. Uma medida de valores de 1981 teve impacto de 0,70, enquanto o nível de democracia em 1981-1986 teve um efeito de 0,32. A ocorrência da ênfase na auto-expressão, portanto, é muito mais influenciada por suas próprias medidas anteriores do que pela existência de instituições democráticas.

Os dois últimos modelos apresentados pelos autores introduzem como preditores as três variáveis utilizadas nos modelos anteriores e os resultados apenas confirmam as conclusões já apresentadas.

Em síntese, todos esses testes contribuem para que os autores defendam que a intensidade do relacionamento é muito mais forte quando se mede o efeito dos valores relacionados com a mudança pós-materialista sobre a democracia do que o inverso.

Aprofundando a análise desse complexo relacionamento, os autores também nos propõem o teste de uma das mais importantes afirmações presentes nos estudos sobre cultura política: a tese da congruência.

Almond e Verba (1989), tal como abordamos no primeiro capítulo dessa tese, afirmam que o bom funcionamento da democracia depende em grande medida da existência de um conjunto de orientações políticas subjetivas congruentes. Nesse estudo pioneiro, entretanto, as evidências e testes empíricos não atacaram de maneira contundente essa questão.

Inglehart e Welzel (2005), seguindo essa premissa culturalista, deduzem que "[...] regime changes operate as a function of the incongruence between institutions and culture [...][31], e que quanto maior for a distância entre valores e instituições, maior deverá ser a tendência a mudanças na estrutura política da sociedade (p. 186-7). Em termos mais concretos, a tese da congruência nos remeteria, segundo os autores, à relação entre as demandas por liberdade e a sua satisfação pelos caminhos institucionais adequados.

A emergência dos valores pós-materialistas, como já apontamos, conduz à ênfase da auto-expressão que, por sua vez, conduz à ampliação das demandas por liberdades civis e políticas. As instituições podem ou não satisfazer tais demandas estabelecendo ou não esses direitos. Quando as demandas superam a satisfação a tendência é que se desenvolvam mudanças no regime em direção à ampliação da democracia, via pressão dos cidadãos por maiores oportunidades de expressão das suas escolhas. Na situação inversa, quando as demandas são menores que as garantias institucionais, a tendência é de redução dos níveis de democracia (Ibid., p. 187-8).

[31] Tradução livre do autor: "[...] mudanças nos regimes operam como uma função da incongruência entre instituições e cultura [...]".

Para testar a validade dessa tese os autores propõem um índice de incongruência que seria obtido através da seguinte fórmula:

Incongruência $_t$ = *garantias de liberdade* $_t$ – *demanda por liberdade* $_t$ (Ibid., p. 188)

As garantias de liberdade são medidas pela pontuação alcançada por cada país entre 1981-6 no índice que mede a extensão dos direitos civis e políticos da Freedom House. Para medir a demanda foi utilizada como *proxy* o percentual de indivíduos que enfatizam os valores de auto-expressão em 1990. Como essas variáveis possuem escalas distintas, os pesquisadores as normalizaram, sendo os seus máximos transformados em um e todos os demais valores estabelecidos a partir disso. Sendo assim, os países que obtiveram pontuações positivas tenderiam a se mover em direção à maior democratização e aqueles que obtiveram pontuações negativas tomariam direção inversa. Os países que alcançam pontuação zero no índice de incongruência tenderiam a estabilização, pois demonstrariam um equilíbrio entre demanda e satisfação (Id.).

Após calcularem esse índice para todas as nações envolvidas na pesquisa os autores testaram o seu impacto sobre o nível de democracia entre os anos 80 e 90. Os resultados foram impressionantes, pois apontaram que 73% da variação (para baixo e para cima) do nível de democratização poderia ser explicada pelo grau de incongruência (id.). As nações com escores positivos nesse índice foram as que mais se democratizaram entre 1987 e 2002. Desta forma, sustentam que os valores além de conduzirem ao estabelecimento de instituições democráticas, também podem explicar diferentes graus de democratização.

Essas evidências empíricas, entretanto, não levam Inglehart e Welzel a desconsiderarem a influência de outros fatores nos processos de democratização. Reconhecem que ações coletivas de grupos específicos como elites e contra-elites, mudanças nas circunstâncias internacionais e outras variáveis devem igualmente ser consideradas. Dada a complexidade do fenômeno democrático, apenas explicações multi-causais poderiam satisfatoriamente acrescentar esclarecimentos.

Ao longo dessa seção expomos os argumentos teóricos e empíricos fundamentais apresentados pelos autores para defender o relacionamento entre a mudança pós-materialista e a democracia liberal. Na próxima, persistimos nesse tema abordando os detalhes dessa questão através da análise da relação existente entre pós-materialismo e o conjunto de orientações subjetivas que comporiam uma cultura política pró-democrática. Trata-se, portanto, de identificar quais são os elementos constituintes dessa síndrome de auto-expressão que conduz ao estabelecimento e ao aprofundamento de regimes democráticos.

2.5 PÓS-MATERIALISMO E CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

A teoria do desenvolvimento humano, como uma variação das teorias da modernização, entende que o desenvolvimento sócio-econômico não conduz diretamente à democracia, sendo necessário um conjunto de variáveis intervenientes entre esses dois fenômenos. Os valores pós-materialistas, principalmente a ênfase na auto-expressão, estabeleceriam essa conexão necessária.

Como apontamos na seção anterior, a ligação entre a ênfase na auto-expressão e os processos de democratização pode ser confirmada por evidências empíricas consideráveis. Nesse momento, trataremos de analisar alguns detalhes desta associação, verificando que orientações subjetivas compõem essa tendência à busca pela autonomia e independência. Em síntese, iremos explorar a hipótese de que uma cultura política congruente com a forma democrática estaria relacionada com a mudança pós-materialista e se a ênfase na auto-expressão identificada em escala mundial seria já o reflexo de uma mudança nas orientações políticas dos indivíduos que estariam desenvolvendo uma visão de mundo cada vez congruente com a democracia.

O primeiro elemento desta mudança seria a emergência de atitudes mais participativas entre os públicos das sociedades que experimentaram períodos relativamente longos de crescimento econômico (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2006). Já no seu estudo inicial, *The Silent Revolution* (1977), esse pesquisador previa que, juntamente com a ampliação do número de pós-materialistas, ocorreria uma redução das taxas de mobilização política tradicionais, chamadas de *elite-directed political action*, e o crescimento de atividades de contestação por parte das massas. A causa primeira desse fenômeno residiria no fato de que o número de pós-materialistas tem crescido gradualmente, o que significaria que um número cada vez maior de pessoas teria condições de se preocuparem com assuntos não relacionados com a sobrevivência física, como os assuntos políticos. Essa preocupação geraria o desejo de tomar parte dos assuntos públicos (INGLEHART, 1990). Além disso, essa mudança nas prioridades valorativas estaria associada

intimamente ao processo de mobilização cognitiva que, com o passar das gerações, estaria produzindo nesses países uma elevação significativa do que chama de "intervenção cidadã na política" (INGLEHART, 2001, p. 221).

Níveis maiores de educação formal e a mudança da natureza das atividades laborais, que teriam deixado de ser meramente repetitivas, passaram a exigir dos indivíduos a tomada de decisões rápidas e autônomas, conseqüentemente, incentivaram a independência de pensamento e de ação (INGLEHART, 1990; 2001). Os efeitos desse processo sobre os cidadãos acabam por extrapolar os limites da esfera produtiva e "las técnicas que aprenden en la educación superior y en su vida laboral los convierten en participantes políticos cada vez más expertos." (INGLEHART, 2001, p. 222) Novas habilidades que potencializam a capacidade para a participação política são desenvolvidas e acabam engendrando a formulação de demandas por participação através de novos canais que valorizem a autonomia da pessoa.

Essas afirmações de Inglehart, reproduzidas ao longo de suas principais obras, entretanto, causam certa surpresa se considerarmos recentes pesquisas que tem indicado um declínio das taxas de politização em escala mundial. Para ficar em um exemplo apenas, Putnam em livro com o sugestivo título de *Bowling Alone*, defende a tese de que o declínio nos níveis de capital social tem produzido públicos politicamente cínicos ou apáticos (2000).Estaríamos, portanto, experimentando uma situação contraditória. Por um lado as condições e habilidades necessárias para a ampliação da participação foram e continuam sendo ampliadas pela modernização. Por outro, os indicadores de politização entre diferentes grupos e principalmente entre os jovens têm decaído (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART E WELZEL, 2005).

Os partidários da teoria do desenvolvimento humano, todavia, defendem que a contradição é apenas aparente, pois se as manifestações políticas clássicas, tal como o voto e a filiação a instituições políticas tradicionais, tem declinado, outras formas de atuação têm emergido com grande força. As novas condições sociais e econômicas têm conduzido à elevação do número de indivíduos que regularmente discutem sobre assuntos políticos, ao aumento da participação em formas não convencionais de ação política e ao surgimento dos chamados novos movimentos sociais (Id.). Ao invés de

serem dirigidas por organizações burocráticas comandadas por elites, as pessoas estariam procurando estratégias para a manifestação de suas preferências sobre assuntos específicos, tais como o aborto, os direitos das mulheres e homossexuais, a corrupção das elites, e as questões ambientais, ou seja, temas que "[...] have broad symbolic relevance, representing the life-style concerns of increasingly humanistic societies."[32](INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 116)

Evidências empíricas sobre esse fenômeno foram apresentadas já no final da década de 1970 (BARNES *et. al.,* 1979), quando foi verificado que os valores pós-materialistas estão fortemente associados a ações políticas não convencionais, tais como manifestações, boicotes ou ocupações. Além disso, as análises apontaram que tais práticas tenderiam a ocorrer mais entre os grupos jovens. Essa tendência se mostrou consistente no tempo, como demonstram as quatro ondas do WVS. As atividades não convencionais de contestação têm se tornado ações relativamente normais entre os públicos de nações pós-industriais (INGLEHART e WELZEL, 2005). Segundo os autores, esses indicadores demonstram que "the publics of postindustrial societies are becoming more critical of institucionalized authority in general, and political authority in particular, and less likely to become members of bureucratized organizations."[33] (Ibid., p. 118-9)

Como se trata de um fenômeno associado à mudança pós-materialista, esse novo ativismo político se manifesta através da mudança geracional, ou seja, na medida em que os grupos mais jovens, mais educados e mais pós-materialistas passam a compor a população adulta essas práticas participativas se tornam mais comuns (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Dispondo os dados coletados em 1974 pelo projeto *Political Action* e as quatro ondas do WVS (1981, 1990, 1995 e 2000) em uma tabela, Inglehart e Welzel mostram que o percentual de pessoas que afirmaram estar envolvidos em ações políticas não

[32]Tradução livre do autor: "[…] tem ampla relevância simbólica, representando o estilo de vida das crescentes sociedades humanísticas".

[33] Tradução livre do autor: "os públicos de sociedades pós-industriais estão se tornando mais críticos da autoridade institucionalizada em geral e da autoridade política em particular e menos propensos a se tornarem membros de organizações burocratizadas."

convencionais só fez aumentar (Id.). Em 1974 uma média de 32% da população dos oito países cobertos pelas pesquisas declarou ter assinado petições. A cada nova sondagem esse número aumentou, chegando a 63% em 2000, totalizando um acréscimo de 31 pontos. O mesmo ocorreu em relação à participação em manifestações (acréscimo de 12%) e em boicotes a produtos específicos (acréscimo de 9%) (Ibid., p. 121-2).

É importante destacar que todas as oito sociedades que manifestaram essas elevações são classificadas como de alta renda, confirmando a hipótese de que essa tendência de participação em ações não convencionais é parte das mudanças pós-materialistas explicadas em última instância pela modernização. Não se trata, portanto, de um fenômeno mundialmente uniforme, mas conectado aos níveis de desenvolvimento econômico de cada sociedade. Sendo assim, seria previsível que os níveis de auto-expressão estivessem, em escala mundial, associados com a prática de ações de contestação. De fato, os autores mostram que quanto maior a ênfase nos valores de auto-expressão mais comuns são as práticas políticas não convencionais (Ibid., p. 124). Como parte do conjunto de mudanças culturais denominadas de síndrome pós-materialista teríamos, portanto, o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos que seria congruente com processos de ampliação e fortalecimento da democracia.

Outro elemento que caracterizaria esse novo padrão de atitudes e comportamentos políticos seria a tolerância em relação às diferenças. Acerca desse tema os autores se debruçam particularmente sobre a questão da aceitação da homossexualidade, escrevendo que "[...] postmaterialists and the young are markedly more tolerant of homosexuality than are materialists and the old, and this is part of a pervasive pattern – the rise of humanistic norms that emphasize human emancipation and self-expression."[34] (Ibid., p. 126) Essa tolerância maior a comportamentos que desviam dos padrões tradicionalmente aceitos não se limita a tal aspecto, pois a

[34] Tradução livre do autor: "[…] pós-materialistas e os jovens são acentuadamente mais tolerantes em relação à homossexualidade do que materialistas e velhos e isso é parte de um penetrante padrão – a emergência de normas humanísticas que enfatizam a emancipação humana e a auto-expressão."

conexão também teria sido identificada, desde a década de 1980, em relação ao aborto, divórcio, relacionamentos extraconjugais e prostituição (INGLEHART, 1990).

Atitudes positivas em relação à igualdade de gênero seriam também componentes desta reorientação subjetiva. Os autores mostram que o percentual de discordância à sentença "Quando os empregos são escassos os homens devem ter mais direitos a eles que as mulheres" tem aumentado na grande maioria dos países. De cinqüenta sociedades investigadas, trinta e sete (74%) mostraram aumento nesse indicador de apoio à igualdade de gênero (INGLEHART e WELZEL, 2005).

De maneira semelhante ao que vimos anteriormente, aqui também essa manifestação de apoio à igualdade está associada à mudança geracional e pós-materialista, se manifestando de maneira mais intensa entre as democracias pós-industriais do que entre os países em desenvolvimento (Id.).

Mais expressivos ainda são os resultados obtidos diante da afirmação "Homens são melhores líderes políticos que mulheres". Nove em cada dez países cuja maioria da população se mostrou contrária à sentença são classificados pelo Banco Mundial como nações de alta renda (Id.).

O conjunto desses dados e argumentos conduz os pesquisadores à conclusão de que os valores pós-materialistas, a ampliação da participação em ações políticas não convencionais, o aumento da tolerância, o apoio à igualdade de gênero, dentre outros elementos, fazem parte de uma única tendência em direção ao estabelecimento de uma cultura pró-democrática (INGLEHART, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Gibson e Duch (1994), em estudo sobre a democratização na antiga União Soviética na década de 1990, realizam um teste interessante sobre esse tema analisando a relação entre o pós-materialismo e um conjunto mais amplo de orientações valorativas relacionadas à cultura política. Utilizando dados obtidos a partir de sondagens realizadas no ano de 1990 esses pesquisadores tomam como hipótese de trabalho algo similar ao que propõem Inglehart e seus colaboradores, ou seja, que os valores pós-materialistas estariam conectados a uma constelação de crenças sobre os processos e instituições democráticas e também a formas de

participação política não convencionais. Mais especificamente, supunham que os pós-materialistas dessa sociedade tenderiam a adotar "[...] a variety of democratic viewpoints, ranging from attitudes toward majoritarian institutions like the parliament, to questions of tolerance of political minorities."[35](Ibid., p. 10)

Para verificar a validade dessa hipótese construíram um indicador de apoio aos valores democráticos bastante amplo envolvendo a valorização da liberdade, o apoio às normas democráticas, a consciência em relação aos direitos de cidadania, apoio ao dissenso e à oposição, à mídia independente, à competição eleitoral e tolerância a minorias políticas (Ibid., p. 33-4).

A partir desse índice, por meio da técnica de análise fatorial, os respondentes foram classificados em três grupos em razão dos escores obtidos no conjunto das respostas sobre esses temas. Distinguem-se, portanto, entre os que manifestam alto, médio ou baixo apoio a tais valores e normas. O cruzamento dessa dimensão com aquela gerada pelo índice de pós-materialismo demonstrou que os pós-materialistas são mais propensos a manifestarem altos níveis de apoio aos valores democráticos. Mais de 80% dos que foram incluídos nesse grupo que enfatiza os valores de auto-expressão manifestaram altos índices de adesão às normas e crenças pró-democracia[36].

Para aprofundar a compreensão sobre esse relacionamento os pesquisadores também construíram um modelo de regressão em que os valores democráticos aparecem como variável resposta e o índice de pós-materialismo como medida preditora. Para evitar conclusões espúrias, como estratégia de controle, também foram inseridas no modelo algumas variáveis demográficas, tais como idade e nível educacional. Os resultados obtidos indicaram que mesmo sendo controlado por essas variáveis, o impacto da medida de pós-materialismo continuou significativo (Ibid., p. 21).

[35]Tradução livre do autor: "[…] uma variedade de pontos de vista democráticos, estendendo-se de atitudes em relação a instituições majoritárias como o parlamento a questões relativas à tolerância e às minorias políticas."
[36] Apesar dos autores se valerem de duas amostras distintas (uma referente à Moscou e outra à URSS européia), aqui estamos nos referindo apenas aos resultados da primeira.

Por fim, também verificaram que, entre o público soviético, os pós-materialistas também são os que mais afirmaram terem se envolvido em ações políticas não convencionais, tal como definidas anteriormente (Ibid., p. 27). Essa mesma associação foi também constatada por Opp (1990) em pesquisa realizada na então Alemanha Ocidental.

Essa pesquisa nos parece particularmente interessante pelo fato de que a União Soviética do final da década de 1980 não era um exemplo de desenvolvimento econômico e o número de indivíduos pós-materialistas era bastante reduzido (11%). Ainda assim, a associação verificada em nível internacional se repetiu nesse contexto.

Isso nos leva a pensar sobre as potencialidades dessa hipótese em realidades como a brasileira, na qual uma cultura política com traços pouco democráticos tem demonstrado possuir grande poder de permanência. Parece pertinente a tarefa de analisar em que medida os valores pós-materialistas estão associados ao florescimento de uma cultura política democrática entre nós.

Poderíamos formular as seguintes questões: Seriam os pós-materialistas brasileiros, ainda que em número reduzido, mais democráticos que os materialistas? A mudança pós-materialista, ainda que incipiente no Brasil e na América Latina como um todo, estaria produzindo impactos positivos em nossa cultura política? Os pós-materialistas brasileiros, ainda que em número reduzido, possuiriam orientações subjetivas mais democráticas que os materialistas? As orientações desse grupo os conduzem a apoiarem formas mais participativas de democracia? São essas algumas das questões que pretendemos responder no próximo capítulo.

2.6 CRÍTICAS E REFUTAÇÕES

A teoria de que tratamos nesse capítulo inspirou uma variedade de estudos que, se concentrando sobre questões ou sociedades específicas, trataram de testar suas hipóteses fundamentais em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos (ABRAMSON e INGLEHART, 1995; ANDERSON, 1990; DALTON, 1996; FLANAGAN, 1982; GIBSON e DUCH, 1994; GRANATO, INGLEHART e LEBLANG, 1996; OPP, 1990). Com diferentes níveis de sucesso, a teoria do desenvolvimento humano tem se mantido como uma das mais fecundas das últimas décadas.

Como prova da sua influência no interior da comunidade científica, também podemos contabilizar um número significativo de pesquisas que pretendem criticar os pressupostos teórico-metodológicos dessa abordagem e também produzir refutações empíricas das suas hipóteses (BOELTKEN e JAGODZINSKI, 1985; BROWN e CARMINES, 1995; CLARKE e DUTT, 1991; CLARKE, DUTT e RAPKIN, 1997a, 1997b; JACKMAN e MILLER, 1996; DUCH e TAYLOR, 1993, 1994). Sem a menor pretensão de esgotar essa vasta literatura crítica, nessa seção apresentamos aquelas que consideramos mais relevantes tendo em vista os objetivos dessa tese de doutoramento.

Como já explicitamos em momentos anteriores, a pesquisa que conduzimos é basicamente um teste de validação de algumas hipóteses derivadas da teoria do desenvolvimento humano no nível individual, sendo assim, nos concentraremos nesse momento sobre alguns trabalhos que focalizam esse nível de análise, produzindo críticas e/ou refutações.

Como essa referência aos valores individuais pode gerar alguma confusão metodológica é importante esclarecermos alguns pontos. Acreditamos que seja possível definir nosso nível de análise como individual porque tomamos como material básico de nossas investigações as respostas fornecidas individualmente pelos entrevistados a um conjunto de perguntas. Isso, entretanto, não nos habilita a produzir conclusões sobre mudanças ao longo do tempo na cultura política do indivíduo *x* ou *y*,

o que só poderia ser obtido com uma análise de painel em que as mesmas pessoas fossem entrevistadas em pelo menos dois momentos diferentes. Não é esse nosso objetivo e mesmo nos momentos em que comparamos dados coletados em momentos diferentes não estamos interessados nesse tipo de informação. Nossa intenção é, tão somente, verificar se nesse nível micro existe associação entre a priorização de objetivos pós-materialistas e a ocorrência de valores e atitudes políticas que poderiam ser definidas como favoráveis ao aprofundamento e consolidação de nossa democracia. Ainda que a questão da mudança individual ao longo do tempo seja relevante não é ela que buscamos estudar nessa tese.

Dentre os trabalhos que agora abordaremos se destaca um conjunto de autores que tem denunciado que o índice de materialismo/pós-materialismo empregado por Inglehart seria fortemente influenciado pelas condições econômicas existentes no momento da coleta de dados. Nesse sentido, refletiria mais o efeito situacional do que a mudança de valores, fornecendo assim uma medida inapropriada da transição da postura materialista à pós-materialista (SNIDERMAN, BRODY e TETLOCK, 1991; CLARKE e DUTT, 1991; ZALLER, 1992; ZALLER e FELMAN, 1992; SNIDERMAN, 1993; CLARKE, DUTT e RAPKIN, 1997; CLARKE, *et. al.*, 1999; CLARKE, 2000).

Sendo assim, antes de nos remetermos aos argumentos apresentados pelos críticos, é importante realizarmos uma breve exposição sobre as referidas medidas.

A partir das hipóteses da escassez e da socialização, apresentadas anteriormente nesse capítulo, inicialmente Inglehart propôs um índice de 4 itens para classificar os indivíduos como materialistas, mistos ou pós-materialistas. Essa medida é composta por quatro opções que refletem as seguintes prioridades societais: 1) manutenção da ordem na nação; 2) aumento da participação dos cidadãos nas decisões importantes; 3) combate ao aumento de preços; 4) proteção da liberdade de expressão. Tais alternativas são apresentadas duas vezes aos entrevistados, de modo que são levadas em conta na classificação a primeira e a segunda escolha. Aqueles que optam pelas prioridades 1 e 3 (independentemente da ordem) em ambas as vezes são classificados

como materialistas, enquanto aqueles que escolhem as alternativas 2 e 4 são definidos como pós-materialistas. As demais combinações conduzem à classificação dos respondentes como mistos (INGLEHART, 1990)[37].

Posteriormente, Inglehart e seus colegas propuseram um índice ampliado de 12 itens que incorporava duas outras baterias de 4 itens ao índice original, tornando-o mais sofisticado[38].

Para compreender os detalhes da crítica selecionamos o trabalho de Clarke *et al*(1999) por acreditarmos que nele estão presentes as evidências empíricas mais consistentes e os argumentos teóricos mais substanciais para afirmar a suposta fragilidade da medida, manifesta sobretudo em algumas conjunturas econômicas específicas.

Os autores desse trabalho criticam o fato de que o debate sobre a teoria em questão esteja sendo travado predominantemente no nível macro, com utilização de séries temporais. Como os dados originalmente são gerados no nível micro através da aplicação de questionários diretamente aos indivíduos, afirmam que as análises e testes deveriam também ser realizados nesse nível. Para suprir essa suposta lacuna propõe um teste utilizando dados alternativos de pesquisas realizadas no Canadá (em 1996) e na Alemanha (em 1996 e 1997). O objetivo fundamental da pesquisa seria identificar se mudanças nos contextos econômicos produziriam efeitos significativos sobre a classificação dos indivíduos no índice. Ainda que Inglehart reconheça em seus estudos que as taxas de inflação impactem a sua medida de pós-materialismo (INGLEHART, 2001), Clarke *et al*, argumentam que seria necessário verificar essa mesma questão em contextos em que a inflação não se apresenta como uma ameaça, mas outros problemas econômicos sim (1999, p.2).

Clarke *et al* defendem que nas situações econômicas em que a inflação se mantém em níveis baixos os entrevistados podem ser levados a optarem por um dos outros três itens mesmo que outros problemas econômicos sejam prioritários para eles.

[37] A redação completa das questões e dos itens pode ser consultada no Apêndice I.
[38] Detalhes sobre esse índice ampliado são apresentados no próximo capítulo.

A ausência de um item sobre desemprego, por exemplo, poderia conduzir um indivíduo extremamente preocupado com esse problema econômico a não escolher o item referente à luta contra o aumento dos preços, o que reduziria suas chances de ser classificado como materialista a zero. Nesse caso suas respostas não estariam orientadas por uma postura pós-materialista, mas por um problema na construção do instrumento de coleta de dados, o que poderia gerar medidas equivocadas que reduziriam o número de materialistas artificialmente (CLARKE *et. al.*, 1999).

A situação econômica descrita acima não é meramente hipotética. Como enfatizam os autores, em muitos países ocidentais o aumento das taxas de desemprego tem levado a minimização da importância atribuída pelos indivíduos ao tema da inflação.

Utilizando dados do Euro-barômetro de oito países, Clarke e Dutt (1991) e Clarke, Dutt e Rapkin (1997a), por meio de análise multivariada, chegaram a conclusões que supostamente contrariam a hipótese da escassez nesses contextos econômicos. Em oposição ao que essa hipótese propõe, verificaram que o crescimento do desemprego estava positivamente associado ao percentual de pós-materialistas e negativamente associado ao percentual de materialistas.

Como lembra Clarke *et. al.* (1999), caso essa associação seja reconhecida como verdadeira os fundamentos da teoria desenvolvida por Inglehart estariam seriamente comprometidos, pois o desemprego inequivocamente é uma condição que não favorece o sentimento de segurança física e econômica necessário ao desenvolvimento de valores pós-materialistas. A interpretação alternativa, mais plausível na visão desses autores, seria de que a medida obtida com os 4 itens não é adequada, pois seria muito sensível às condições econômicas vigentes ou aos chamados efeitos de períodos. Assim, propõem a seguinte hipótese crítica: as respostas dos indivíduos à bateria de questões podem ser diferentes em um contexto de baixa inflação e alto desemprego caso a sua preocupação com esse último item conste do instrumento de coleta de dados.

Obviamente, tal proposição só poderia ser testada no nível micro com *surveys* que propusessem uma nova versão do índice de 4 itens nesses contextos econômicos específicos. Inicialmente os pesquisadores selecionam o Canadá por se tratar de um país com baixas taxas de inflação e elevadas taxas de desemprego, semelhantemente aos países europeus ocidentais. Nesse país foi realizado um *survey* semi-aleatório no ano de 1996, através do envio de um questionário pelo correio aos participantes de uma pesquisa nacional realizada anteriormente, no ano de 1995. Entre várias outras questões foram incluídas duas versões da bateria de perguntas que compõem o índice de pós-materialismo. Essas duas versões foram distribuídas aleatoriamente tendo uma taxa de retorno de 65%. O número de questionários retornados foi semelhante entre as duas formulações (Ibid., p.3).

A primeira preocupação dos pesquisadores foi verificar se as priorizações da luta contra a inflação e contra o desemprego teriam obtido freqüências distintas. Viabilizando a continuidade dos testes, foi constatado que a preocupação com o desemprego era maior do que com a inflação entre os canadenses nesse momento histórico particular. Portanto, os resultados encontrados confirmam a hipótese crítica, pois na metade da amostra em que o item referente à inflação foi substituído pelo relacionado ao desemprego o número de indivíduos que escolheu essa alternativa na primeira e segunda opção aumentou sensivelmente (Ibid., p. 3-4). Foram verificadas também, conseqüentemente, significativas diferenças na classificação dos indivíduos como materialistas e pós-materialistas. Entre os respondentes que receberam a bateria alterada, de maneira a contemplar o tema do desemprego, o número de materialistas foi maior do que entre os que receberam a bateria original.

Os mesmos testes foram também realizados com dados coletados na Alemanha em 1996 e 1997 e os resultados foram semelhantes, ou seja, confirmaram que a bateria de itens empregada nos estudos sobre a mudança de valores em direção ao pós-materialismo é muito sensível a mudanças econômicas contextuais, em especial relacionadas ao aumento dos níveis de desemprego (Ibid., p. 6-7).

Crítica ainda mais contundente é aquela apresentada por Darren Davis e Christian Davenport (1999) ao questionarem a validade do índice empregado por Inglehart como uma medida estruturada de valores. Como essa variável é condição necessária à realização dos diferentes testes empreendidos por Inglehart e seus seguidores, o seu questionamento poderia desferir um duro golpe contra a teoria como um todo.

Os autores iniciam o trabalho afirmando que poucas pesquisas teriam até então questionado se no nível individual as respostas aos itens que compõem o índice de materialismo/pós-materialismo estariam de fato significativamente estruturadas e se teriam a capacidade de antecipar mudanças em outros valores teoricamente a elas associados (DAVIS e DAVENPORT, 1999). Tentando suprir essa suposta lacuna, pretendem defender a hipótese de que os indivíduos ao responderem as questões que compõem o referido índice não tenham como referência uma dimensão comum a todos os itens. Nas palavras dos próprios autores, "[...] respondents may select the individual items sincerely and meaningfully, and have preferences with respect to the priorities among the alternative items, without necessarily being 'materialist', 'postmaterialist', or 'mixed' in their broader political values."[39] (Ibid., p. 650)

Utilizando uma ampla coleção de dados de *surveys* realizados nos EUA[40], Davis e Davenport propõem testar no nível micro a consistência do índice, empregando técnicas diferentes daquelas já utilizadas por Inglehart e seus colaboradores. Segundo sua crítica, a técnica de análise fatorial usualmente empregada não seria adequada para investigações com dados originalmente ordenados seqüencialmente e dependentes entre si, também chamados de ipsativos[41], como os

[39] Tradução livre do autor: "[...] respondentes podem selecionar os itens individuais sincera e significativamente e ter preferências a respeito das prioridades entre os itens alternativos, sem necessariamente serem 'materialistas", 'pós-materialistas' ou 'mistos' em seus valores políticos gerais.

[40] As coleções de dados são as seguintes: American National Election Study de 1972, 1976, 1980, 1984, 1988 e 1992; General Social Survey de 1993 e 1994; World Values Survey 1991 (componente norte-americano).

[41] O termo ipsativo (do latim 'do eu') foi proposto por Cattell em 1944 para definir um tipo de medida relativa a outras medidas no nível individual (Hammond & Barrett, 1996). No caso do índice de materialismo/pós-materialismo o termo se aplica uma vez que na sua composição são utilizadas medidas geradas a partir da ordenação pelos entrevistados de itens em razão da sua prioridade em uma lista de objetivos prioritários.

utilizados na composição do referido índice (KIM e MUELLER, 1990 *apud* DAVIS e DAVENPORT, 1999).

Em substituição, os autores propõem testes fundamentados em princípios básicos de probabilidade que, no seu conjunto, objetivam verificar se a classificação que resulta das questões sobre o materialismo/pós-materialismo é consistente com um padrão de respostas aleatórias. O raciocínio que sustenta os procedimentos propostos é relativamente simples e pode ser assim sintetizado: na primeira questão que envolve os 4 itens a chance de selecionar uma opção pós-materialista é de 0,50, uma vez que existem 2 itens para cada pólo de valores; na segunda questão, a chance de realizar essa mesma escolha é de 0,33, já que o item escolhido na primeira opção não pode ser repetido; as doze possíveis combinações em um processo aleatório de escolha revelam que duas delas (16,6%) resultam na categoria materialista, oito (66,6%) na de mistos e dois (16,6%) na de pós-materialistas (Ibid., p. 651).

A partir desses fundamentos, os autores verificam se a tendência global de respostas para a primeira e segunda questão sugere um padrão aleatório (16,6% materialistas, 66,6% mistos e 16,6% pós-materialistas) e, em seguida, analisam se a probabilidade condicional de escolha na segunda questão de um item da mesma categoria da escolhida na primeira é maior que a chance probabilística de 0,33 (Id.).

Primeiramente, analisando as distribuições percentuais entre as três categorias geradas pelo índice em cada um dos nove *surveys* utilizados na pesquisa, verificam que entre o público norte-americano o percentual de materialistas foi se reduzindo. Entretanto, também afirmam que não existem evidências de que essa população esteja adotando valores pós-materialistas, uma vez que em apenas um dos levantamentos o percentual de indivíduos classificados nessa última categoria do índice ultrapassou o que poderia ser esperado aleatoriamente (16.6%).

Apresentando os resultados do segundo teste demonstram que em apenas três das nove amostras a probabilidade de escolher uma opção pós-materialista, após a primeira opção dessa mesma natureza, foi superior ao que se poderia esperar em uma escolha aleatória (ou seja, 0,33).

A situação encontrada é diferente quando é analisada a probabilidade de uma escolha materialista suceder uma primeira escolha também desta ordem. Nesse caso em nenhuma das amostras se verificou probabilidade menor do que a aleatória. Ao cruzarem em uma tabela as respostas a primeira e segunda questão que compõe o índice, demonstram que a distribuição não é consistente, ou seja, as opções dos indivíduos não estão significativamente associadas.

Davis e Davenport também testaram o índice de 12 itens com os mesmos procedimentos descritos acima e verificaram que, apesar da sua maior sofisticação, as respostas não parecem ser estruturadas, em especial no que diz respeito ao pólo pós-materialista da dimensão que se aproxima também de um padrão aleatório (Ibid., p. 655).

Tais resultados conduzem à conclusão de que não existiria uma dimensão latente consistente que conduziria os indivíduos a escolherem coerentemente opções de uma mesma orientação valorativa. Em termos mais explícitos, não existiria uma dimensão materialista/pós-materialista e a distribuição das respostas seguiria muito mais um padrão aleatório. Obviamente, esse tipo de afirmação questiona diretamente a validade da medida amplamente utilizada por Inglehart e seus colaboradores e impõe sérios problemas ao enorme volume de pesquisas que tem se orientado por seus postulados fundamentais.

Além dessas análises fundamentadas em argumentos probabilísticos, os autores realizam testes para identificar se o índice de materialismo/pós-materialismo estaria associado, tal como defende Inglehart, a características sócio-econômicas e a outros valores sociais e políticos relevantes. Como discutimos nas seções anteriores, a mudança em direção ao pós-materialismo estaria relacionada a um complexo de mudanças nas condições econômicas e sociais e também a alterações nas orientações subjetivas dos indivíduos em relação a um conjunto de valores (Id.).

Para testar essa associação os autores construíram um modelo de regressão logit[42] multinomial tendo as três categorias geradas pelo referido índice (materialistas, mistos e pós-materialistas) como respostas. Como preditoras foram selecionadas medidas relacionadas a características sociais e econômicas dos indivíduos (nível educacional, residência urbana, gênero, raça, freqüência à Igreja, percepção sobre o aumento da inflação, nível de renda, idade, dentre outras) (Ibid. p. 656).

Os resultados, na interpretação de Davis e Daveport, contrariam parcialmente as afirmações decorrentes da teoria do desenvolvimento humano, pois apenas algumas variáveis mostraram afetar significativamente o índice, tais como gênero e raça. Entretanto, esses pesquisadores chamam nossa atenção para o fato da renda ter gerado impacto reduzido e negativo sobre o índice, contrariando a tese de Inglehart de que a melhoria das condições econômicas conduziria ao desenvolvimento do sentimento de segurança material que, por sua vez, produziria a mudança nas prioridades valorativas.

Em seguida apresentam uma análise que é particularmente interessante para essa tese de doutoramento, pois pretende verificar se o posicionamento na escala de pós-materialismo conduziria também a adoção dos valores políticos e sociais supostamente a ela relacionados. Tratam, portanto, de verificar a pertinência da hipótese de que a síndrome de pós-materialismo envolve uma mudança mais ampla de valores relacionados à tolerância, confiança interpessoal, questões ambientais e participação política. Nesse momento o índice é tomado como variável preditora em relação a medidas de valores e atitudes relacionadas aos seguintes assuntos: ecologia, energia nuclear, direitos humanos, direitos das mulheres, *apartheid*, igualdade de renda, responsabilidade governamental, satisfação com a vida, confiança interpessoal, dentre outros (Ibid., p. 657-9).

Os resultados obtidos com esse modelo confirmam de maneira geral a tese de Inglehart, entretanto, não sustentam a hipótese da existência de um relacionamento

[42] A regressão logit (logística) multinomial é uma ferramenta de análise estatística útil nos casos em que se pretende predizer (ou explicar) a presença ou ausência de determinada característica a partir dos valores de um conjunto de medidas preditoras. Nesse sentido é uma variação do modelo de regressão logística binária, porém pode ser aplicado nas situações em que a variável dependente é qualitativa com mais de duas categorias. (POWER & XIE, 2000)

monotônico entre a classificação no índice de pós-materialismo e os valores e atitudes sociais e políticas. Isso porque os indivíduos incluídos na categoria dos "materialistas" não apresentaram valores distintos daqueles classificados como "mistos" e "pós-materialistas" (Ibid., p. 657). Dos 23 assuntos envolvidos na análise, em apenas três os representantes das duas categorias principais apresentaram posicionamentos significativamente distintos daqueles manifestos pelos chamados "mistos".

Após a obtenção desses resultados os autores concluem que o índice proposto por Inglehart e seus colaboradores possui uma capacidade preditora muito reduzida no que diz respeito aos valores e atitudes políticas e sociais selecionadas. Desta forma, atacam frontalmente importantes teses presentes na teoria do desenvolvimento humano.

Essas críticas fazem parte de uma pequena amostra do volume de trabalhos contestadores que a teoria em questão tem gerado e outras várias pesquisas também mereceriam destaque nessa revisão. Brown and Carmines (1995), por exemplo, defendem a partir de pesquisa realizada nos EUA que a classificação produzida pelo índice não funciona como fator explicativo da tomada de decisões políticas. Bean and Papadakis (1994), por sua vez, concluem que não existem diferenças significativas entre materialistas e pós-materialistas em relação à adesão a partidos de esquerda ou aos níveis de envolvimento político. Infelizmente, seria impossível expor os argumentos de cada uma dessas contribuições no espaço de que dispomos aqui.

Mas é preciso ter em mente que tais refutações se inserem em um terreno bastante polêmico e em hipótese alguma podem ser tomadas como definitivas, uma vez que muitas delas têm sido respondidas com argumentos interessantes pelos defensores da tese da mudança de valores. Podemos encontrar facilmente resultados que contradizem parte importante desses questionamentos. Como discutimos na seção anterior, Gibson e Duch (1994) realizando testes muito parecidos com os desenvolvidos por Davis e Davenport (1999) chegam a conclusões bem mais favoráveis à teoria aqui analisada. O mesmo também pode ser verificado com a leitura do trabalho de Opp (1990) sobre pesquisa realizada na Alemanha. O próprio Inglehart,

com ajuda de colaboradores, se preocupou em rebater as principais objeções de que tratamos nessa seção. Gostaríamos de finalizar esse capítulo apresentando algumas dessas respostas. Mais do que uma simples revisão teórica, os argumentos apresentados por esse autor são de fundamental relevância para a análise que conduzimos a partir do próximo capítulo.

Quanto à crítica endereçada à medida de pós-materialismo por Clarke *et. al.*(1999) Inglehart e Abramson (1999) começam lembrando que qualquer demonstração e refutação de hipóteses sobre mudanças de valores só pode ser realizada com o recurso a evidências advindas de séries temporais (p. 673). Sem cumprir essa exigência, esses críticos a partir de um experimento único afirmam que o índice de materialismo/pós-materialismo é falho em decorrência de uma suposta sensibilidade a contextos econômicos específicos, tal como relatamos anteriormente (CLARKE *et. al.,* 1999). Ao substituírem o item referente à inflação por outro sobre desemprego na bateria de 4 itens, esses autores teriam encontrado um número maior de materialistas e um número menor de pós-materialistas, em comparação com os resultados obtidos com a bateria original.

Inglehart e Abramson, entretanto, argumentam que desde a sua primeira aplicação, em 1973, as três baterias de 4 itens utilizadas como medidas das prioridades valorativas dos indivíduos têm produzido diferentes distribuições percentuais em cada uma das pesquisas realizadas. Em alguns desses levantamentos as diferenças encontradas entre as baterias originalmente desenvolvidas chegam a ser maiores do que a diferença verificada por Clarke e seus colegas no experimento que propõem (INGLEHART e ABRAMSON, 1999). Logo, seria normal que diferentes indicadores mostrem distintos resultados, sem que isso forneça qualquer informação sobre mudanças ao longo do tempo. O que deveria ser verificado é se as três baterias de itens, quando combinadas, fornecem maior capacidade explicativa para a dimensão materialismo/pós-materialismo do que cada uma delas tomadas em separado. Ainda que cada uma delas forneça diferentes distribuições percentuais entre as categorias básicas do índice, quando reunidas elas têm sucessivamente se mostrado mais acuradas (Ibid., p. 673).

Além desse ponto, o item sobre desemprego não seria um bom indicador de valores materialistas, tal como defendem os críticos, pois se trata de uma medida ambígua. Segundo Inglehart e Abramson, os materialistas, por serem menos seguros financeiramente, tendem a priorizar a preocupação com o desemprego em razão de se sentirem ameaçados por essa situação. Os pós-materialistas por sua vez, podem escolher também essa opção não porque tenham medo de perder seus empregos, mas porque possuem um alto senso de solidariedade para com os menos favorecidos. Ou seja, o item em questão possui uma ambigüidade que prejudica radicalmente sua capacidade de medir o posicionamento dos respondentes na dimensão dos valores materialistas/pós-materialistas (Ibid., p. 674).

Sendo assim, o aumento no número de materialistas verificado por Clarke *et al*(1999) poderia ser explicado pelo fato de que de maneira ambígua os indivíduos com orientação pós-materialista podem ser levados a escolherem o item referente ao desemprego sem com isso possuírem preocupação com a sua segurança física ou econômica.

Os autores destacam que não pretendem com essa resposta negar a existência de efeitos de períodos específicos sobre os valores estudados. De fato, podemos encontrar em Inglehart (2001) uma extensa discussão sobre os efeitos de flutuações nas taxas de inflação sobre as prioridades valorativas dos indivíduos. Entretanto, nessa obra o autor demonstra que apesar de tais efeitos serem significativos, os diferenciais existentes entre os grupos etários continuam existindo, ou seja, os jovens tendem a ser mais pós-materialistas a despeito de tais efeitos de períodos. Tal persistência não pode ser explicada, portanto, por impactos de contextos específicos, mas sim pela combinação das hipóteses da escassez e da socialização. Os efeitos de mudanças cumulativas operadas pela substituição de uma geração por outra se mostram mais relevantes.

Os autores também tratam de refutar a afirmação de Clarke *et. al.* (1999), também presente em Clarke e Dutt (1991), de que a elevação na taxa de desemprego estaria associada ao aumento do número de pós-materialistas. Os dados utilizados por Clarke e seus colegas para encontrar essa associação inusitada foram produzidos pelos

surveys realizados pelo Euro-Barometro durante os anos de 1976-86. Entretanto, Inglehart e Abramson (1995) analisando as séries completas de dados, que vão de 1970 a 1992, constataram que essa associação não se verifica no período anterior e posterior ao estudado pelos seus críticos.

Não poderíamos deixar também de apresentar as respostas desses autores às contundentes críticas elaboradas por Davis e Davenport (1999). Primeiramente, Inglehart e Abramson (1999) discordam da afirmação inicial desses críticos de que pouca atenção teria sido dada à validação da medida de pós-materialismo no nível micro ou individual. Tal medida teria sido alvo de inúmeros testes desde a sua formulação original no início da década de 1970 e, a partir daí, alvo de inúmeras outras análises que procuraram verificar sua validade.

Somos levados a concordar com esse primeiro ponto. O próprio fato de Davis e Davenport citarem pesquisas como a de Gibson e Dutch (1994) e de Opp (1990) como exemplos de trabalhos que comprovaram a pertinência do índice em sociedades diferentes contradiz a suposta falta de atenção dispensada ao tema. Já na primeira obra de Inglehart (1977) sobre o tema, *Silent Revolution*, podemos encontrar uma considerável preocupação com a validação da bateria de itens que passou a ser utilizada largamente nas pesquisas sobre mudanças de valores.

Como escrevemos acima, Davis e Davenport não desconhecem esses testes, entretanto, os rejeitam em razão dos mesmos se valerem da técnica de análise fatorial que, supostamente, não poderia ser empregado para esse tipo específico de dados (DAVIS e DAVENPORT, p. 650). Causa estranheza, entretanto, o fato desses autores terem apontado essa fragilidade metodológica apenas em uma nota de rodapé, sem qualquer discussão substantiva.

Contrariamente, Inglehart e Abramson (1999) defendem que tal técnica multivariada pode e tem sido usada amplamente para a análise de dados ordenados ou ipsativos, como os gerados pelas questões que compõem o índice (JACKSON & ALWIN, 1980; ROKEACH, 1968). Na verdade, reconhecem que a utilização de *rankings* pode causar dificuldades para o emprego da análise fatorial em razão do

pequeno número de itens que normalmente são incluídos nesse tipo de formulação. A questão sobre qual número de itens seria o mais adequado para superar tais dificuldades é controversa, mas os autores acreditam que o fato do índice de materialismo/pós-materialismo ser formado por 12 itens (divididos em três baterias de 4) independentes uns dos outros reduziria os problemas envolvidos na aplicação dessa técnica (Ibid., p. 666).

Entretanto, o fato mais importante apontado pelos autores é que esse problema metodológico atuaria contra a tese da mudança de valores. Ou seja, o emprego da técnica em questão reduziria a probabilidade de ser encontrada uma dimensão coerente que represente a relação entre materialismo e pós-materialismo. Ainda assim, Inglehart e seus colegas tem recorrentemente encontrado evidências que confirmam a existência dessa dimensão (Id.).

Os autores explicam que o método de ordenamento tende a fazer com que cada item seja negativamente correlacionado com os demais itens do grupo, fazendo com que os dois primeiros ocupem pólos opostos na primeira dimensão e que o terceiro seja negativamente correlacionado com ambos. A despeito desse problema, Inglehart e seus colegas repetidamente têm encontrado em diferentes *surveys* um primeiro componente principal que explica parte considerável da variação na escolha dos itens. A explicação para essa recorrência estaria no simples fato de que "[...] some people choose materialist goals consistently, while others choose postmaterialist goals."[43] (Id.)

Como vimos, Davis e Davenport (1999), ao rejeitarem a análise fatorial propõem como teste um experimento baseado em princípios probabilísticos e concluem que o índice não é valido pois as escolhas entre os itens se aproximam de uma distribuição aleatória. Inglehart e Abramson (1999) afirmam, entretanto, que um exame mais detalhado desse argumento revela sua fragilidade.

Primeiramente, apontam que o teste produzido pelos seus críticos só seria válido caso todos os itens presentes nas questões fossem igualmente desejáveis ou

[43] Tradução livre do autor: "[...] algumas pessoas escolhem objetivos materialistas consistentemente, enquanto outros escolhem objetivos pós-materialistas."

populares entre os entrevistados, o que não corresponde à realidade. Somente nessa situação irreal a ocorrência de percentuais inferiores a 33% na segunda resposta poderia invalidar a medida. Na realidade concreta os itens possuem níveis de popularidade distintos. A título de exemplo, apontam que entre os norte-americanos entrevistados pelo World Value Survey na sondagem de 1990-91, 54% escolheram como prioridade o crescimento econômico, enquanto apenas 5% selecionaram o item "cidades mais bonitas" (Ibid., p. 667). O fato de tão poucos priorizarem essa última opção não pode nos levar a concluir que se trata de uma escolha aleatória.

Para demonstrar o quanto inválido é o raciocínio probabilístico de Davis e Davenport, Inglehart e Abramson propõem a seguinte situação hipotética: 1% daqueles respondentes que escolheram uma primeira opção materialista escolhem na segunda questão o item pós-materialista *A*; 20% dos que na primeira questão priorizaram um item pós-materialista selecionem também o item A, ou seja, igualmente pós-materialista; assim, os pós-materialistas na primeira opção tem 20 vezes mais chances de selecionar o item A como segunda escolha, em comparação com aqueles que selecionaram na primeira questão um item materialista. Ainda assim, segundo os argumentos dos críticos, como a freqüência de escolha desse item foi menor que 33%, o padrão aleatório seria equivocadamente presumido (Ibid., p. 667).

As escolhas, portanto, dependem fundamentalmente da popularidade dos itens, logo, não é possível estabelecer um percentual mínimo de ocorrência a partir do qual a hipótese da distribuição aleatória possa ser descartada. O que deve ser verificado é "[...] whether those who initially selected postmaterialist goal A are more likely to select postmaterialist goal B than are those who initially selected one of the materialist goals."[44] (Id.)

A resposta desses autores às afirmações de Davis e Davenport acerca da ineficácia do índice como preditor de valores e comportamentos associados teoricamente à síndrome pós-materialista também merece ser analisada.

[44] Tradução livre do autor: "[...] se aqueles que inicialmente selecionaram o objetivo pós-materialista A são mais propensos a selecionarem o objetivo pós-materialista B que aqueles que inicialmente selecionaram qualquer um dos objetivos materialistas."

Para começar, Inglehart e Abramson deixam claro que o sistema de crenças dos seres humanos são multidimensionais[45], de modo que nenhuma variável isoladamente pode prever todas as suas atitudes. Conseqüentemente, defendem que a teoria do desenvolvimento humano não pretende afirmar que a dimensão dos valores materialistas/pós-materialistas pode realizar algo parecido.

De fato, como esperamos ter demonstrado ao longo das primeiras seções desse capítulo, os defensores dessa abordagem listam claramente um conjunto de valores e atitudes que seriam impactados pela mudança valorativa em direção ao pós-materialismo. A redução da ênfase nos objetivos e prioridades materialistas estaria associada a mudanças significativas nas normas sexuais e religiosas e à ampliação da atuação política em atividades não convencionais e de contestação às elites vigentes. Os velhos temas fundamentados na distinção entre esquerda e direita, que orientaram a agenda política da sociedade industrial, gradualmente estariam cedendo lugar a preocupações e disputas acerca dos direitos de auto-expressão e da qualidade de vida (INGLEHART, 1990, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Ao selecionarem as variáveis que seriam incluídas no teste sobre a capacidade preditiva do índice, de acordo com Inglehart e Abramson (1999), esses críticos não teriam feito uma leitura atenta da teoria, pois escolheram valores e atitudes que no plano teórico nunca estiveram associadas à mudança pós-materialista. Davis e Davenport (1999), por exemplo, ignoram nessa análise temas que a literatura pertinente tem normalmente associado à mudança de valores, tais como a aceitação do homossexualismo e a tolerância ao aborto. A ausência mais marcante nos testes realizados por esses autores, entretanto, diz respeito à amplamente documentada tendência à participação em atividades políticas não convencionais de contestação.

Esses temas relevantes foram arbitrariamente substituídos por assuntos relacionados à clássica polarização entre direita e esquerda, à interferência do Estado na economia, distribuição de renda e outros. Como demonstramos em seções anteriores, tais temas de fato não estão relacionados com os valores pós-materialistas,

[45] Um interessante debate sobre a questão o caráter multimensional dos valores e sobre a melhor forma de medi-los foi travado entre Inglehart (2001) e Bean e Papadakis (1994).

conseqüentemente, os resultados encontrados por Davis e Davenport não conseguem invalidar as teses da teoria do desenvolvimento humano.

Além desse problema de orientação teórica, o teste proposto por esses críticos também incorreria em uma grave falha metodológica, pois ao invés de utilizar o índice original de 4 itens ou o índice aprimorado de 12 itens, constróem uma variável dicotômica que combina em uma categoria os pós-materialistas e mistos e em outra os materialistas e mistos (1999, p. 669).

Esse procedimento heterodoxo resulta em perda significativa do poder explicativo do índice. Para demonstrar isso Inglehart e Abramson recorrem a modelos de regressão semelhantes aos propostos pelos críticos, mas ao invés da medida dicotômica estabelecem como medidas preditoras os índices de 4 e 12 itens. Os resultados verificados dessa vez foram radicalmente diferentes daqueles encontrados pelos críticos, pois o impacto das medidas de pós-materialismo foram significantes ao nível de 0,001 em relação a 29 variáveis (Ibid., p. 669-72). Mais do que isso, a análise em separado do efeito das medidas de valores sobre cada uma das variáveis dependentes revela, na maioria dos casos, uma clara tendência monotônica, questionada pelos críticos (Id.).

As críticas aqui apresentadas, bem como as respostas a elas dirigidas, representam uma pequena amostra da polêmica que as pesquisas sobre valores pós-materialistas têm gerado ao redor do mundo. Essa polêmica talvez seja um indício de que são necessárias investigações sobre sociedades específicas que possam captar particularidades que escapam ao analista em estudos que se debruçam sobre conjuntos relativamente amplos de nações, tais como os realizados por Inglehart e seus colegas. Estudos particulares são necessários, sobretudo, em realidades sociais, políticas e econômicas que se distanciam daquelas condições existentes nas chamadas sociedades pós-industriais.

A análise das questões e hipóteses colocadas pela teoria do desenvolvimento em sociedades em que a segurança física e econômica ainda não são uma realidade para a maioria da população pode contribuir significativamente no médio e longo prazo para

o debate sobre a suposta emergência de uma postura pós-materialista em perspectiva mundial, bem como sobre seus potenciais efeitos. Nesse sentido, a presente tese de doutoramento pretende ser uma modesta contribuição.

3 VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

No primeiro capítulo dessa tese, a partir de uma revisão da literatura especializada, expomos e defendemos o argumento de que uma cultura política congruente com as instituições democráticas é elemento importante para os processos de democratização. Ainda que a polêmica sobre a relação causal entre cultura e instituições permaneça aberta, a relevância desse nível subjetivo dificilmente pode ser negada por qualquer analista político preocupado com as dinâmicas de implantação, consolidação ou aprofundamento de regimes dessa natureza.

Esse argumento coloca problemas adicionais ao processo de democratização brasileiro, pois além de todos os problemas estruturais que se impõem ao longo de nossa história política, teríamos também como obstáculo uma cultura política que comporta elementos autoritários, clientelísticos, hierárquicos e plebiscitários. Os estudos nacionais recentes sobre o tema têm indicado que o conjunto de nossos valores, crenças e atitudes políticas se debate entre mudanças e permanências em relação a esse padrão pouco congruente com essa forma de governo. Tais pesquisas nos direcionam a conclusão de que a opção democrática por aqui ainda é desprovida de consistência.

A adesão dos brasileiros à democracia no nível abstrato parece estar garantida, entretanto, no que diz respeito ao apoio específico a situação é preocupante. A situação, apesar de não colocar em xeque imediatamente a forma de governo vigente, pode afetar no médio e longo prazo o reservatório de legitimidade democrática. Diante desse quadro, a teoria do desenvolvimento humano, proposta por Inglehart e seus colaboradores, pode ser interessante para pensarmos nossa situação e também a de várias outras jovens democracias espalhadas pelo mundo em condições semelhantes à nossa.

No capítulo anterior mostramos que essa teoria afirma a existência de associação entre desenvolvimento sócio-econômico e democracia, tendo como

variável intermediária os chamados valores pós-materialistas. Para os defensores dessa tese, níveis satisfatórios de segurança física e econômica conduziriam os indivíduos a priorizarem a auto-expressão e outros assuntos relativos à qualidade de vida. Essas novas orientações, por sua vez, seriam potencialmente favoráveis aos processos de estabelecimento, consolidação e aprofundamento de formas democráticas de governo.

Apesar de relativamente bem sucedida no contexto dos países de industrialização avançada, a mencionada tese precisa ser submetida a avaliações específicas em casos particulares como o brasileiro, no qual as condições materiais de existência da maioria da população ainda não garantem esses níveis de segurança e, sobretudo, onde existe essa cultura política com elementos ainda pouco favoráveis ao aprofundamento democrático. (CARVALHO, 1999; BAQUERO, 1998; MOISÉS, 2005). Caberia perguntar, portanto, se a emergência de valores pós-materialistas estaria associada a uma alteração dessa configuração de valores, crenças e atitudes políticas entre os brasileiros. Ainda que o número de pós-materialistas em nosso país seja relativamente reduzido, como demonstramos a seguir, defendemos que tal interrogação seja pertinente, pois pode indicar possíveis desdobramentos de médio e longo prazo para o horizonte democrático nacional.

Nesse capítulo apresentamos os resultados desse questionamento. Para tanto, inicialmente expomos de maneira formal nosso problema de investigação, as principais hipóteses de trabalho e também os procedimentos metodológicos empregados na análise dos dados.

Na seqüência, situamos o Brasil no que Inglehart chama de síndrome de valores pós-materialistas. Como afirmamos logo acima, esse fenômeno ainda é tímido no Brasil, sendo o número de pós-materialistas ainda relativamente reduzido mesmo na comparação com outros países em desenvolvimento da América Latina. Tentando identificar causas para essa situação revisamos brevemente nossa história econômica, enfatizando principalmente alguns de nossos problemas estruturais mais relevantes.

Na terceira seção nos dedicamos à análise do relacionamento existente entre o nível normativo ou abstrato de adesão à democracia e a priorização de objetivos e metas pós-materialistas. O apoio à democracia como forma de governo, a rejeição a modelos alternativos e outros temas específicos são abordados nesse momento, com o objetivo de verificar se materialistas e pós-materialistas se distinguem em relação a essa dimensão abstrata da cultura política.

A dimensão avaliativa ou instrumental das orientações políticas subjetivas dos entrevistados será objeto da quarta seção. Procuramos nessa parte do trabalho pesquisar a existência e intensidade das associações entre variáveis ligadas às avaliações e percepções dos entrevistados em relação ao funcionamento concreto da democracia e das suas principais instituições.

A quinta seção é dedicada à análise do relacionamento supostamente existente entre a adesão a valores pós-materialistas e a disposição para a ação política. Analisaremos variáveis relativas a atitudes, disposições e práticas efetivas em atividades políticas convencionais e não convencionais. Nossa intenção nesse momento é verificar se pós-materialistas, supostamente mais preocupados com a auto-expressão, de fato manifestam tendências mais participativas que aqueles indivíduos que priorizam objetivos e metas materialistas.

3.1 PROBLEMA, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1.1 Problema

Uma das teses mais importantes que derivam da teoria do desenvolvimento humano afirma que a mudança de valores impacta significativamente a cultura política dos cidadãos que experimentaram condições de segurança física e econômica nos seus períodos de socialização infantil e pré-adulta. Em Inglehart (1999; 2001) e Inglehart e Welzel (2005) encontramos um conjunto de evidências dessa associação entre pós-materialismo e valores pró-democracia, bem como do impacto de tal relacionamento sobre os processos de democratização em perspectiva mundial.

Essa tese tem também sido alvo de testes em unidades nacionais específicas (GIBSON e DUCH, 1994; OPP, 1990) e seus resultados têm apontado a existência de relacionamento positivo entre a priorização de objetivos pós-materialistas e um conjunto de valores e atitudes favoráveis a essa forma de governo. Tais pesquisas, que se concentram sobre o nível individual de análise, têm indicado que pessoas classificadas como pós-materialistas são mais tolerantes, apóiam com maior intensidade os princípios democráticos fundamentais e são mais ativos politicamente.

Essas confirmações, entretanto, não podem nos conduzir a conclusão de que a validade dessa tese seja universal. Acreditamos que o caso brasileiro possa oferecer um desafio interessante para a teoria do desenvolvimento humano, originalmente aplicada em estudos sobre países de industrialização avançada.

Pretendemos questionar, portanto, se tal relação se estabeleceria também em contextos como o nosso, no qual a população partilha de uma cultura política recorrentemente descrita pela literatura especializada como pouco favorável à consolidação e aprofundamento da democracia. Em outros termos: poderia essa mudança gradual nas prioridades valorativas individuais alterar a configuração de nossas atitudes e orientações políticas subjetivas?

3.1.2 Hipótese

Como relatamos na introdução da tese, nossa hipótese inicial adotava um ponto de vista crítico em relação às hipóteses da teoria do desenvolvimento humano e pessimista quanto as possibilidade de alteração de nossa cultura política. Essa perspectiva inicial foi alterada com a realização dos primeiros testes e, como conseqüência passamos a trabalhar com a hipótese de que as prioridades valorativas individuais estão acompanhadas de uma mudança nos valores e atitudes políticas entre nossa população.

3.1.3 Dados

Para testar essa associação nos valemos dos dados produzidos pelas duas pesquisas conduzidas pelo projeto World Values Surveys (WVS) no Brasil[46], concluídas em 1991 e 1997[47]. O WVS é uma grande investigação sobre mudanças sócio-culturais e políticas, conduzida por uma rede global de cientistas sociais a partir de *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes do planeta. As coletas de dados têm se repetido desde o início da década de 1980 em sucessivas ondas (1980-1984, 1990-1993, 1995-1997, 1999-2002 e 2005) e, na sua última edição concluída, produziu dados representativos para mais de 80% da população mundial.

Como parte de sua terceira onda de investigações, em 1991 o questionário mundial foi aplicado no Brasil a uma amostra representativa de 1782 pessoas. Na onda subseqüente, de 1997, a amostra nacional foi composta por 1149 entrevistados. Esse questionário envolve uma ampla variedade de assuntos, gerando centenas de variáveis,

---

[46] Esses dados estão presentes na base integrada v20060423, que reúne as informações de todas as pesquisas realizadas pelo WVS e também pelo European Values Surveys desde 1980. Essa base integrada está disponível no endereço http://www.worldvaluessurvey.org/ sob o código xwvsevs_1981_2000_v20060423. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a Ronald Inglehart, presidente do WVS, pela disponibilização dos dados.

[47] Infelizmente a onda de 1999-2002 conduzidas por essa organização não incluiu o Brasil. Em 2005 uma nova pesquisa foi aqui realizada, entretanto, os seus dados ainda não estão disponíveis para pesquisadores independentes.

dentre as quais nos interessam particularmente as que se referem aos valores, crenças e atitudes políticas dos indivíduos[48].

3.1.4 Metodologia

Em razão do problema de pesquisa definido, a análise dos dados que apresentamos ao longo desse capítulo busca principalmente verificar a existência e a intensidade da associação entre variáveis.

Ainda que os defensores da teoria do desenvolvimento humano na maioria das vezes utilizem o índice de pós-materialismo como uma variável independente, inicialmente preferimos não penetrar no complexo terreno das discussões acerca da suposta direção causal do relacionamento entre as variáveis analisadas. Como foi nossa intenção demonstrar no capítulo anterior, a priorização de objetivos pós-materialistas e a emergência de valores e atitudes pró-democracia fazem parte de um único processo de mudança de valores, o que torna problemática a atribuição *a priori* do *status* de dependência ou independência para uma ou outra variável. A despeito da importante discussão sobre causalidades, em um primeiro momento nos interessa tão somente verificar em que medida podemos aceitar a tese de que as variáveis ligadas a esses dois temas se relacionam positivamente nas amostras nacionais.

Para tanto, com o emprego do *software* SPSS 15.0 for Windows, o primeiro procedimento metodológico que aplicamos foi o cruzamento entre o índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens[49] e alguns indicadores disponibilizados pelo WVS sobre os valores, crenças e atitudes políticas dos indivíduos. Como trabalhamos com duas amostras coletadas em momentos diferentes (1991 e 1997),

---

[48] A lista das variáveis originais utilizadas ao longo da tese, a redação das questões que as geraram, seus códigos e valores, bem como os procedimentos de recodificação e computação empregados, são detalhados no Apêndice I. As variáveis e índices desenvolvidos a partir dessas variáveis originais são detalhadas em separado, no Apêndice II.

[49] Apesar de empregarmos o índice de 4 itens em alguns momentos, na maior parte das vezes e nos testes mais importantes nos valeremos do índice de 12 itens. Essa escolha se deve ao fato de que o índice ampliado tem demonstrado produzir medidas mais refinadas quanto à classificação dos indivíduos em termos das prioridades valorativas em nível mundial (INGLEHART e ABRAMSON, 1999).

sempre que possível as freqüências obtidas nesses cruzamentos para cada uma delas serão apresentadas separadamente.

Para verificar a existência de associação entre as variáveis envolvidas nos cruzamentos optamos pelo coeficiente γ (Gamma) de Goodman e Kruskal, útil nos casos em que as variáveis são qualitativas e medidas no nível ordinal, ou seja, com valores agrupados em categorias ordenadas (BOHRNSTEDT e KNOKE, 1982, BARBETTA, 2003). Por se tratar de uma medida de associação simétrica[50], esse coeficiente se adapta perfeitamente à nossa orientação inicial de não discutir a direção do relacionamento existente entre as variáveis. Portanto, os valores calculados para γ indicam tanto a capacidade de previsão da segunda variável sobre a primeira, quanto o inverso (BOHRNSTEDT E KNOKE, 1982).

Tal coeficiente é obtido através do cálculo da diferença entre o número de concordâncias e discordâncias ($n_c - n_d$) entre os pares de variáveis, dividida pelo número total de pares concordantes ou discordantes (n_c - n_d), como segue:

$$\gamma = \frac{nc - nd}{nc + nd}$$

Quando só houver concordâncias entre as variáveis o valor de γ será 1 e, inversamente, quando só ocorrerem pares discordantes o seu valor será -1. O valor 0, por sua vez, indica que o número de concordâncias e discordâncias são idênticos, demonstrando que não existe correlação entre as medidas (Id.). Nas tabelas apresentadas ao longo desse capítulo apresentamos sempre o valor do teste e o seu *p*, que acusará significância estatística sempre que for igual ou menor que 0,05.

A escolha do teste também se deve ao fato do mesmo servir como uma estatística de redução proporcional de erro (RPE), útil para identificar quanto o conhecimento de uma primeira variável acrescenta na compreensão de uma segunda (BLALOCK, 1979; BOHRNSTEDT E KNOKE, 1982).

[50] Simétrica porque a capacidade preditora da variável A sobre B é igual a de B sobre A, ou seja, não há alteração nos coeficientes com a inversão da ordem de predição. Nesse caso, não existe a pressuposição de dependência e independência entre as variáveis envolvidas.

Após verificarmos a ocorrência de associações importantes, em alguns casos relevantes para a investigação proposta nos valemos de modelos de regressão linear simples e múltipla para identificar com maior precisão os efeitos do índice de pós-materialismo sobre algumas das mais importantes variáveis relacionadas às atitudes e valores políticos dos entrevistados.

Essas técnicas mais complexas, entretanto, não são aplicadas diretamente às questões originalmente disponibilizadas pelo WVS, mas a variáveis escalares construídas a partir da combinação de indicadores relacionados a um mesmo tema. Por exemplo, na seção em que discutimos a adesão normativa dos entrevistados à democracia como forma de governo, construímos através da combinação de quatro variáveis originais um índice relacionado ao tema, composto por um escala de 12 pontos[51].

O modelo estatístico-matemático simples de regressão relaciona uma variável *Y*, denominada variável resposta ou dependente, com uma segunda medida *X*, chamada de variável explicativa, independente ou preditora. Como no caso dos testes de correlação e associação, esse tipo de análise toma as observações singulares como pares de dados (*x*, *y*) relativos às variáveis envolvidas na equação (BOHRNSTEDT e KNOKE, 1982; BARBETTA, 2003).

Quando um determinado valor de Y depende parcialmente do valor do seu correspondente *x* podemos falar de uma relação linear entre essas variáveis, representada pela equação:

$$Y = \alpha + \beta x$$

Ao fixarmos valores para α e β, temos a equação de uma reta assumindo que os valores de *Y* são exatamente função dos valores de *X*. Entretanto, de maneira geral, observamos que em um conjunto de pares de dados (*x, y)* os pontos não se colocam exatamente em uma reta, de modo que algum erro de previsão *Y* deve ser esperado.

[51] Os procedimentos computação empregados na construção desse e dos demais índices utilizados na pesquisa são detalhados no Apêndice II.

Desta forma, é necessário incluir uma medida de erro no modelo. A equação mais adequada, portanto, é a seguinte:

$$Y = \alpha + \beta x + \varepsilon ,$$

onde o último elemento representa um efeito aleatório causado por fatores que podem impactar *Y*.

Como trabalhamos com mais de uma variável explicativa nas análises apresentadas ao longo desse capítulo, nos valemos principalmente de modelos de regressão múltipla. Levando em consideração que uma variável dependente geralmente varia em relação a mais de uma medida preditora, esse tipo de procedimento nos permite conhecer a influência de cada uma dessas sobre *y*. A representação desse modelo mais complexo é a seguinte:

$$y = \alpha + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + ... + \beta_k x_k + \varepsilon$$

Esse procedimento possibilita testar se o relacionamento verificado entre as variáveis envolvidas é realmente válido ou se é espúrio, sobretudo porque podemos controlar os efeitos da nossa variável independente principal com a inclusão de terceiras variáveis nos modelos. Destacamos desde já que nossa intenção com a aplicação dessa técnica estatística não é construir modelos explicativos robustos acerca das variáveis respostas, mas tão somente identificar a intensidade e a consistência do efeito produzido pelo índice de materialismo/pós-materialismo em cada caso.

3.2 VALORES PÓS-MATERIALISTAS NO BRASIL

A teoria do desenvolvimento humano defende que as forças decorrentes do processo de modernização conduzem as diferentes nações a uma mesma direção em termos de mudança nos valores e normas sociais. Ainda que acentuado nas chamadas nações industrialmente avançadas, essa alteração estaria ocorrendo em quase todas as regiões do globo com intensidades distintas (INGLEHART, 2001; INGLEHART e BAKER, 2000).

Como tarefa necessária a investigação que propomos, nessa seção apresentamos a posição do Brasil nessa síndrome de mudanças por meio da análise estatística dos dados produzidos pelo WVS. Como não poderia deixar de ser, os resultados encontrados são interpretados a partir dos determinantes econômicos que conduzem à mudança das prioridades individuais e das metas societais. Como esse objetivo fundamental se desdobra em questões menores bastante relevantes, optamos por uma divisão em subseções para melhor organizar a exposição dos resultados e argumentos. Na primeira delas expomos e discutimos a posição nacional em relação às duas dimensões fundamentais de valores, tradicionalismo/secularização e sobrevivência/auto-expressão, que servem de base para a composição dos índices que medem a mudança de valores. Na segunda subseção a análise da situação nacional é realizada com base no índice de materialismo/pós-materialismo que integra as duas dimensões anteriores. Antes da apresentação e discussão dos resultados realizamos uma série de testes que buscam comprovar a validade da medida no contexto nacional. Tentando identificar os determinantes da adesão dos brasileiros a esses valores, na terceira subseção apresentamos uma breve revisão histórica do desenvolvimento econômico nacional no século XX. Na quarta subseção apresentamos resultados de alguns testes complementares sobre as hipóteses da escassez e da socialização, discutidas anteriormente, no contexto brasileiro. Na última parte da seção realizamos o exercício adicional de inclusão da questão econômica regional na análise dos dados nacionais, com o objetivo explícito de identificar o impacto deste tipo específico de

desigualdade sobre a distribuição dos entrevistados no índice de materialismo/pós-materialismo.

3.2.1 Tradição, secularização, sobrevivência e auto-expressão

Para medir a adesão das pessoas aos chamados valores pós-materialistas Inglehart e seus colaboradores se valeram de um conjunto de dez variáveis que teoricamente se associavam às duas dimensões e que tiveram o mesmo formato em todas as ondas do WVS (INGLHEART, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 49-52)[52]. As variáveis são as seguintes:

1) Grau de importância atribuída a Deus
2) Índice de autonomia
3) Aprovação/desaprovação do aborto
4) Sentimento de orgulho nacional
5) Respeito à autoridade
6) Prioridade à segurança física e econômica
7) Nível de felicidade
8) Aprovação/desaprovação da homossexualidade
9) Disposição para assinar petições
10) Confiança interpessoal

Considerando os dados de mais de 200 pesquisas realizadas nas quatro ondas do WVS em 78 sociedades, os investigadores identificaram através de análise fatorial confirmatória que esses dez[53] itens se agrupavam em dois fatores principais,

[52] Algumas dessas variáveis já são resultado da combinação de variáveis originais, como o índice de autonomia e a prioridade à segurança econômica e física. Para detalhamento sobre essas variáveis consultar o Internet-Appendix de Inglehart e Welzel (2005), disponível em http://www.worldvaluessurvey.org/publications/humandevelopment.html.

[53] Originalmente a análise fatorial envolvia vinte e duas variáveis, mas esse número teve de ser reduzido para minimizar os efeitos de dados faltantes. Apesar disso, os autores demonstram que os dois fatores que representam as duas dimensões de valores estão fortemente associados com todas as demais variáveis omitidas da análise fatorial (INGLEHART, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

fortemente associados entre si e que, juntos, explicavam 71% da variação no nível agregado, ou seja, quando consideradas as médias das pontuações obtidas pelas populações de cada país[54]. No nível individual, ainda que os fatores obtidos expliquem relativamente menos (39%), as duas dimensões continuam nitidamente presentes, o que atesta a validade empírica das medidas, que tendem a apresentar o mesmo comportamento em perspectiva comparada envolvendo um número elevado de nações e entrevistados.

A partir dessa análise fatorial os autores propuseram duas variáveis escalares para medir no nível individual a ênfase nos valores tradicionais *versus* seculares-racionais e nos valores de sobrevivência *versus* de auto-expressão. Essas variáveis estão presentes na base de dados integrada do WVS e aqui serão utilizadas como medidas dessas duas dimensões da mudança pós-materialista no Brasil.

Abaixo (GRÁFICO 1) verificamos a distribuição dos brasileiros em relação à primeira delas. Como podemos facilmente identificar, nessa dimensão a maioria dos casos das duas amostras se coloca na área dos valores tradicionais, o que indica uma fragilidade do processo de secularização/racionalização em nosso país. É interessante destacar inclusive que, na comparação entre as duas amostras, se constata uma tendência de elevação na adesão aos valores tradicionais.

[54] Trata-se da média aritmética calculada para cada país a partir das pontuações obtidas pelos seus respectivos respondentes no primeiro fator gerado pela análise fatorial.

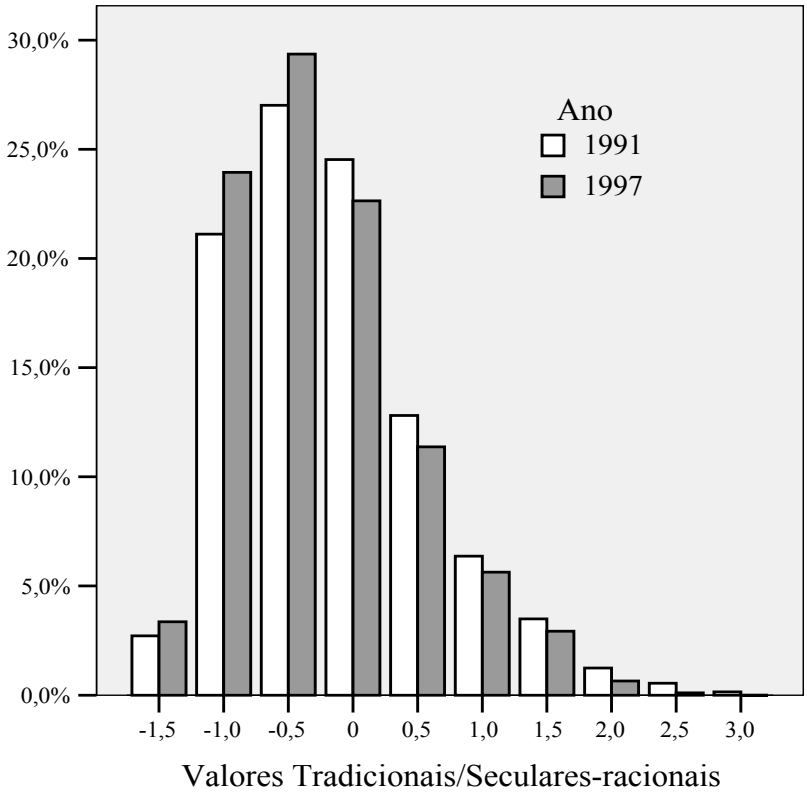

GRÁFICO 1. VALORES TRADICIONAIS *VERSUS* SECULARES-RACIONAIS, 1991/1997.
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Esse posicionamento tradicionalista em grande parte se deve ao importante papel que a religião ainda ocupa na vida nacional. Podemos constatar isso quando destacamos, dentre as variáveis utilizadas para compor o índice, o grau de importância atribuída a Deus (TABELA 2). O percentual de indivíduos que selecionou o grau máximo de importância na primeira amostra foi de 82,6 pontos. Na amostra seguinte, confirmando a tendência em direção a ênfase na tradição, esse percentual foi de 87,1 pontos.

TABELA 2. IMPORTÂNCIA DE DEUS, 1991/1997

GRAU DE IMPORTÂNCIA	ANO	
	1991(%)	1997(%)
1 (Nada importante)	1,3	1,6
2	0,3	0,2
3	0,3	0,0
4	0,5	0,4
5	2,1	0,6
6	1,8	1,2
7	2,3	1,0
8	4,3	2,2
9	4,6	5,7
10 (Muito importante)	82,6	87,1
Total	100,0	100,0

N=1771(1991)/ 1148 (1997)
Fonte: European and World Values Surveys four-wave integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Resultados igualmente expressivos são verificados quando selecionamos a variável relacionada à posição dos entrevistados em relação ao aumento do respeito à autoridade no futuro próximo. Ainda que possamos questionar se o apoio à maior autoridade corresponda realmente a uma postura tradicional, o argumento dos defensores da teoria do desenvolvimento humano é consistente e se fundamenta na clássica distinção entre dominação tradicional e racional-legal de Weber (1994). A mudança de valores em direção ao pós-materialismo seria caracterizada, dentre outras coisas, pela racionalização das ações sociais e políticas e pela rejeição da obediência por costume ou por convicção de que a tradição deve ser mantida. Os percentuais de respondentes favoráveis a esse aumento foram de 80,8 e 83, respectivamente para cada amostra (TABELA 3).

TABELA 3. RESPEITO À AUTORIDADE, 1991/1997

	ANO	
OPINIÃO	1991 (%)	1997 (%)
Seria bom	80,8	83,0
Não me importaria	12,4	12,3
Seria ruim	6,8	4,7
Total	100,0	100,0

N= 1779 (1991)/ 1147 (1997)
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Esses resultados, entretanto, não colocam o Brasil em uma situação peculiar no panorama mundial. Na verdade, essa adesão a valores tradicionais é comum a um grande bloco de países que se enquadram no que Inglehart chama de nações historicamente católicas. No mapa cultural proposto por esse pesquisador, no que diz respeito a essa primeira dimensão de valores o Brasil está muito próximo de Chile, Argentina, México, Portugal e Espanha (INGLEHART, 2001, p. 130).

No que diz respeito à segunda dimensão, relativa à oposição entre valores de sobrevivência e de auto-expressão, entretanto, a situação é relativamente diferente. Além da distribuição dos entrevistados em cada uma das amostras ser mais equilibrada, podemos verificar na comparação entre os dois períodos uma clara tendência de crescente valorização da auto-expressão. Constatamos que as colunas correspondentes à segunda sondagem são sempre menores na área negativa e, inversamente, sempre maiores na área positiva (GRÁFICO 2).

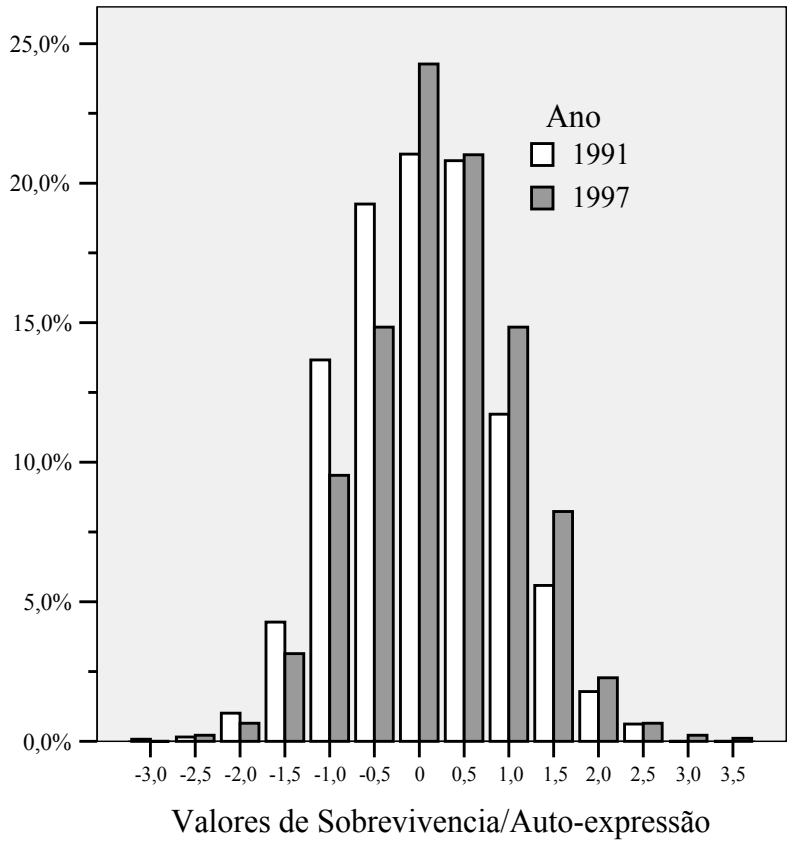

GRÁFICO 2. VALORES DE SOBREVIVÊNCIA *VERSUS* DE AUTO-EXPRESSÃO,1991/1997.
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

O caso nacional (mas não apenas ele) reflete o caráter não linear do processo de mudança cultural impulsionado pela modernização social e econômica. Como vimos no capítulo anterior, apesar de defenderem que tais processos conduzem as diferentes nações a uma mesma direção de mudanças em termos de prioridades valorativas, os estudiosos da mudança valorativa também destacam que os caminhos seguidos e os ritmos dessas alterações dependem em grande parte da história particular de cada sociedade (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Uma mudança, ainda que sutil, parece já estar ocorrendo em nosso país no que diz respeito à adesão aos valores de auto-expressão, entretanto, movimentação semelhante não tem ocorrido na dimensão correspondente à secularização. Na seção

seguinte procuramos verificar a consistência desse movimento utilizando os índices de materialismo/pós-materialismo.

3.2.2 Os índices de materialismo/pós-materialismo

As duas dimensões abordadas até agora são detalhamentos de uma dimensão geral composta pelos valores materialistas e pós-materialistas, medida por um índice específico. Nesse sentido, o referido índice fornece uma classificação individual que é o resultado da combinação das posições dos entrevistados em relação à oposição entre valores tradicionais *versus* seculares e também entre os valores de sobrevivência *versus* auto-expressão.

O índice de materialismo/pós-materialismo desenvolvido por Inglehart inicialmente era obtido através da aplicação de uma bateria composta por quatro itens que representariam os principais objetivos prioritários de qualquer sociedade, a saber:

1) manter da ordem
2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes
3)combater o aumento de preços
4) proteger a liberdade de expressão.

Os entrevistados eram convidados a escolher sua primeira e segunda opção e, a partir de suas respostas, classificados como materialistas, mistos ou pós-materialistas (INGLEHART, 1977).

Apesar de continuar sendo aplicada em alguns casos específicos, nos estudos posteriores essa medida foi substituída por um índice ampliado de 12 itens. À bateria inicial foram acrescentadas mais duas, cada uma delas com quatro itens:

5) manter altas taxas de crescimento econômico
6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa

7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade

8) fazer das cidades e paisagens mais bonitas

9) manter a economia estável

10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana

11) lutar contra a delinqüência

12) progredir em direção a uma sociedade onde as idéias são mais importantes que o dinheiro

Por se tratar de uma medida mais sofisticada e com maior capacidade explicativa sobre um amplo conjunto de variáveis relacionadas a diferentes temas, utilizaremos ao longo desse capítulo esse índice ampliado.

Mas antes de nos valermos dessa medida gostaríamos de nos deter sobre a interessante polêmica apresentada no capítulo anterior sobre a sua validade. Como relatamos, alguns pesquisadores têm oferecido contundentes críticas aos dois índices, afirmando que os mesmos não produziriam classificações confiáveis. A mais radical, na nossa interpretação, é a produzida por Davis e Davenport (1999), ao defenderem que as respostas obtidas com a aplicação das baterias de itens não seriam estruturadas por dimensões consistentes de valores, seguindo um padrão aleatório.

Também no capítulo anterior apresentamos as respostas de Inglehart e Abramson (1999) a esse questionamento. Nosso posicionamento nesse debate foi explicitado naquele momento e agora fazemos questão de reforçá-lo: as evidências disponibilizadas ao longo de quase 30 anos de pesquisa pelos defensores da tese da mudança de valores atestam que o índice de materialismo/pós-materialismo é uma medida que atende aos requisitos científicos necessários para continuar a ser utilizada.

Entretanto, como essas validações foram realizadas através da análise agregada de dados internacionais, acreditamos que testes tomando sociedades específicas podem contribuir para a discussão sobre as potencialidades das medidas. Nesse sentido, ao invés de simplesmente supor a validade dos índices no contexto brasileiro,

apresentamos agora resultados de alguns testes realizados com as duas amostras nacionais disponíveis.

O primeiro que propomos é diretamente inspirado pelo debate entre Davis e Davenport (1999) e Inglehart e Abramson (1999) acerca da aleatoriedade das respostas ao índice de 4 itens e pretende identificar se existe consistência entre as escolhas dos indivíduos entre a primeira e segunda opção.

Para tanto, realizamos o cruzamento entre as prioridades selecionadas pelos entrevistados nas duas escolhas. Como utilizamos diretamente a bateria de itens e não o índice gerado pela mesma, ambas as variáveis envolvidas são medidas no nível nominal, sem ordenação. Sendo assim, utilizamos como medida de associação o coeficiente de contingência (C) (BARBETA, 2003).

Os resultados indicam uma consistência significativa nas respostas. Os valores para C são os primeiros dados que nos conduzem a essa conclusão, pois encontramos 0,60 (p=0,000) e 0,55 (p=0,000) (TABELA 4), respectivamente para cada amostra. Essa medida de associação varia de 0 a 1, valores que representam a ausência de associação e a associação total. Nesse caso, podemos interpretar que as duas variáveis em questão estão associadas moderadamente.

Mas a riqueza desse relacionamento merece ser tratada em maiores detalhes. Verificamos abaixo que na primeira amostra a maioria (69,5%) dos indivíduos que escolheram como primeira opção o item “manter a ordem” selecionaram na segunda opção o item “combater a alta dos preços”. Na segunda amostra, apesar desse percentual cair para 48 pontos, a probabilidade de escolha desse item materialista é maior do que a da escolha de um item pós-materialista.

TABELA 4. PRIMEIRAS E SEGUNDAS ESCOLHAS DO ÍNDICE DE MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO DE 4 ITENS, 1991/1997

	1ª ESCOLHA (%)	2ª ESCOLHA (%)			
		Manter a ordem na nação	Aumentar a participação dos cidadãos	Combater a alta dos preços	Proteger a liberdade de expressão
1991	Manter a ordem na nação	_	21,9	69,5	8,6
	Aumentar a participação dos cidadãos	13,9	_	64,1	22,0
	Combater a alta dos preços	47,8	34,9	_	17,3
	Proteger a liberdade de expressão	15,6	53,2	31,2	_

N=1742 C = 0,61 *p*=0,000

	1ª ESCOLHA (%)	2ª ESCOLHA (%)			
		Manter a ordem na nação	Aumentar a participação dos cidadãos	Combater a alta dos preços	Proteger a liberdade de expressão
1997	Manter a ordem na nação	_	34,8	48,0	17,2
	Aumentar a participação dos cidadãos	30,0	_	42,2	27,8
	Combater a alta dos preços	53,1	29,2	_	17,7
	Proteger a liberdade de expressão	33,3	38,2	28,1	_

N=1141 C = 0,55 *p*=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, .20060423, 2006.

Os resultados são semelhantes quando a ordem dos itens é invertida, ou seja, entre os entrevistados que selecionaram como primeira opção "combater a alta de preços" a maioria (47, 8% na primeira amostra e 53,1% na segunda) escolheu na seqüência o item "manter a ordem". Esses resultados indicam uma considerável consistência nas escolhas materialistas dos entrevistados e revelam a existência de uma dimensão subjacente de valores estruturando as respostas.

Consistência tão forte como essa não é verificada quando analisamos as relações entre os itens pós-materialistas. Na primeira amostra, entre os indivíduos que selecionaram como primeira opção o item "aumentar a participação dos cidadãos", apenas 22% selecionaram como segunda alternativa a "proteção à liberdade de expressão". Nesse grupo verificamos que o item com maior probabilidade de ser selecionado como segunda opção é o combate à alta dos preços, com 64,1% de freqüência. Na segunda amostra os percentuais são mais distribuídos, mas ainda assim 27,8% dos membros desse grupo selecionaram o item "proteger a liberdade de imprensa" como segunda opção. Novamente o item referente à inflação foi o mais selecionado. Não acreditamos, entretanto, que essa inconsistência se deva a possíveis fragilidades do índice, de modo que propomos uma interpretação alternativa.

A relativa incongruência nas prioridades desse grupo de indivíduos que poderíamos aqui classificar como "participacionistas", uma vez que selecionaram como objetivo mais importante a ampliação da participação dos cidadãos nos assuntos importantes, pode ser um indício do quanto os valores democráticos ainda não estão consolidados na cultura política nacional. Considerando os resultados encontrados pelas pesquisas nacionais sobre esse assunto, acreditamos ser plausível supor que a liberdade de expressão e a ampliação da participação política possam estar desconectadas na visão de nossa população.

Recentemente Moisés (2006) chamou nossa atenção para o inusitado fato de uma parcela significativa da população nacional apoiar uma espécie de democracia sem congresso. Algo semelhante pode ser sugerido pela inconsistência verificada no teste que estamos apresentando. Ou seja, é possível que os "participacionistas" não vejam a liberdade de expressão como condição para a participação. É claro que por trás dessa dissociação pode estar tanto a percepção de que tal liberdade já esteja plenamente garantida no contexto social, quanto o de que ela não é realmente importante.

Um elemento concreto pode também ter conduzido a essa relativa desconsideração da liberdade de expressão: a elevada taxa de inflação verificada no momento da coleta dos dados. Inglehart (1990; 2001) em suas análises tratou de

demonstrar o impacto que a oscilação nas taxas de inflação pode causar nas prioridades valorativas individuais. Mas também destacou que esses efeitos atuam apenas no curto prazo, não alterando significativamente a trajetória de mudanças culturais explicadas pelas hipóteses da escassez e da socialização.

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) o acumulado do índice de Preços ao Consumidor Geral (IPC Geral) em 1991 foi de 458,61%, o que poderia ter tornado o item referente à inflação algo de grande relevância para os entrevistados. De fato esse item foi o mais popular entre os indivíduos que compõem as duas amostras, sendo a primeira opção de 43,2% dos entrevistados em 1991 e de 32% em 1997.

A comparação desses efeitos entre os dois períodos de coleta de dados também nos fornece informações importantes. Como mencionamos no parágrafo anterior, a popularidade do item "combater o aumento de preços" perde mais de 10 pontos percentuais entre 1991 e 1997. Essa redução da preocupação com essa questão provavelmente se deve ao fato de que em 1997 a inflação tenha sido de apenas 4,83 pontos. Essa também poderia ser a explicação para a redução da probabilidade do referido item materialista ser escolhido como segunda alternativa pelos "participacionistas" da amostra de 1997.

A inconsistência na dimensão pós-materialista desaparece quando voltamos nossa atenção para o grupo dos indivíduos que selecionaram como primeira opção o item "proteger a liberdade de imprensa". Entre esses entrevistados 53,2% selecionaram na segunda opção o item pós-materialista "aumentar a participação dos cidadãos" na primeira amostra e 38,2% na pesquisa seguinte. Mesmo nesse segundo momento, no qual o percentual sofreu uma redução de aproximadamente 15 pontos percentuais, a probabilidade de seleção do item pós-materialista ainda é maior (TABELA 4).

Propomos como segundo teste a verificação das associações existentes entre as três baterias que compõem o índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens. Partindo dos resultados da análise anterior, as medidas derivadas das duas baterias adicionais serão consideradas como adequadas se os seus relacionamentos com a bateria original forem estatisticamente significativos e positivos.

Para operacionalizar essa análise alguns procedimentos de recodificação e computação das variáveis foram necessários e, para fins de reprodutibilidade, vamos agora descrevê-los. Inicialmente recodificamos as variáveis de cada uma das baterias agrupando os itens materialistas no valor 0 e os itens pós-materialistas no valor 1. Após essa recodificação construímos um índice somatório para cada bateria, de modo que passamos a possuir três medidas de materialismo/pós-materialismo distintas. Nos três índices os valores possíveis são os seguintes: 0 quando na primeira e segunda opção da bateria forem escolhidos itens materialistas; 1 quando ocorrer a combinação de um item materialista com outro pós-materialista; 2 quando dois itens pós-materialistas forem selecionados nas duas escolhas de uma bateria. As três medidas, portanto, vão de 0 a 2.

Os resultados do teste aparecem abaixo (TABELA 5) e indicam que as associações entre as três medidas são estatisticamente significativas e positivas, ainda que os coeficientes sejam baixos, sobretudo no caso da associação entre a primeira e a terceira. Apesar de não revelarem uma correlação elevada os dados corroboram a tese de que existe uma dimensão de valores materialistas/pós-materialistas estruturando as respostas obtidas com o emprego das três baterias de itens.

TABELA 5. CORRELAÇÕES ENTRE AS MEDIDAS DE MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO, 1991/1997

		MEDIDA 1	MEDIDA 2
1991	MEDIDA 1		
	MEDIDA 2	.14**	
	MEDIDA 3	.09**	.22**

		MEDIDA 1	MEDIDA 2
1997	MEDIDA 1		
	MEDIDA 2	.15**	
	MEDIDA 3	.06*	.17**

Nota: ** p= 0,01. * p=0,05.
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Finalmente, como último teste envolvendo os índices, apresentamos a seguir resultados de análise fatorial envolvendo as três medidas derivadas das baterias de itens que já destacamos. Esse procedimento é uma técnica multivariada que visa principalmente reduzir uma quantidade significativa de variáveis a um grupo restrito de dimensões ou fatores. Trata-se, portanto, de uma ferramenta para a verificação de interdependências que permite a criação de variáveis latentes que agrupam variáveis observadas (HAIR, ANDERSON e TATHAM, 1987). No presente caso, a técnica é empregada para verificar se existe uma estrutura latente que possa explicar satisfatoriamente a variação das três medidas de valores. A consistência do índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens só pode ser afirmada caso exista uma dimensão única envolvendo as respostas obtidas com cada uma das baterias de itens.

A Tabela 6 traz os resultados da análise e aponta para a existência dessa dimensão. Como podemos verificar, as cargas fatoriais são na sua maioria elevadas, sendo apenas uma delas (medida 1 da primeira amostra) menor que 0,6. Essas cargas indicam a comunalidade existente entre os itens (ou variáveis observadas) e o fator gerado (variável latente ou estrutura dimensional). Dessa forma, a interpretação dos valores, considerando a primeira amostra, é a seguinte: a segunda medida é explicada em 74% pelo fator, a terceira em 68% e assim sucessivamente. Esse componente principal, correspondente à dimensão materialista/pós-materialista, pode explicar 43,47% e 41,58% da variação total das medidas, em cada amostra respectivamente.

Tais valores confirmam os resultados dos testes anteriores ao indicar a possibilidade de redução das diferentes medidas a um índice consistente único que pode medir as prioridades valorativas dos indivíduos. O conjunto dessas análises, portanto, acrescenta argumentos favoráveis à validação das medidas empregadas nos estudos sobre mudanças de valores para investigações no contexto brasileiro.

TABELA 6. CARGAS FATORIAIS E VARIAÇÃO EXPLICADA POR UM ÚNICO FATOR PARA AS TRÊS MEDIDAS, 1991/1997

		COMPONENTE
1991	Medida 1	.53
	Medida 2	.74
	Medida 3	.69
	% Variação Explicada	43,47

		COMPONENTE
1997	Medida 1	.59
	Medida 2	.73
	Medida 3	.60
	% Variação Explicada	41,58

Nota: Método de extração - Componentes Principais. Sem rotação.
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Sendo assim, podemos agora continuar a apresentar os dados que refletem a posição do Brasil nessa chamada síndrome pós-materialista verificada em nível mundial pelos defensores da teoria do desenvolvimento humano.

Retomamos com a exposição da distribuição de freqüência obtida com a bateria original de 4 itens, com a qual o primeiro índice de materialismo/pós-materialismo foi desenvolvido. Como iremos utilizar ao longo do trabalho o índice ampliado de 12 itens, achamos por bem dedicar alguma atenção a essa variável original nesse primeiro momento.

Como podemos constatar na Tabela 7, na primeira pesquisa realizada em nosso país os objetivos materialistas alcançaram popularidade sensivelmente maior que os pós-materialistas. O item "combater o aumento de preços" alcançou 43,2% de preferência, sendo o mais escolhido. O segundo nas escolhas, igualmente materialista, foi "manter a ordem na nação". Na segunda sondagem, em 1997, alguns sinais de alteração já começam a despontar. O item relativo ao aumento de preços cai mais de 10 pontos percentuais e, ainda que continue ocupando o primeiro lugar, é

acompanhado de muito perto pelo item “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões”.

TABELA 7. OBJETIVOS PRIORITÁRIOS, 1991/1997

OBJETIVOS	ANO	
	1991(%)	1997(%)
Manter a ordem na nação	29,9	28,6
Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes	22,4	31,6
Combater ao aumento de preços	43,2	32,0
Proteger da liberdade de expressão	4,5	7,8
Total	100,0	100,0

N=1767 (1991)/ 1146 (1997)
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Quando passamos a utilizar o índice de 12 itens essa mesma tendência em direção à valorização de objetivos pós-materialistas pode ser verificada, porém de maneira mais sutil. Como mostra a Figura 3, ocorre um ligeiro aumento no número de pós-materialistas na segunda amostra. Mas a alteração mais importante diz respeito à redução no número de entrevistados classificados no extremo materialista do índice.

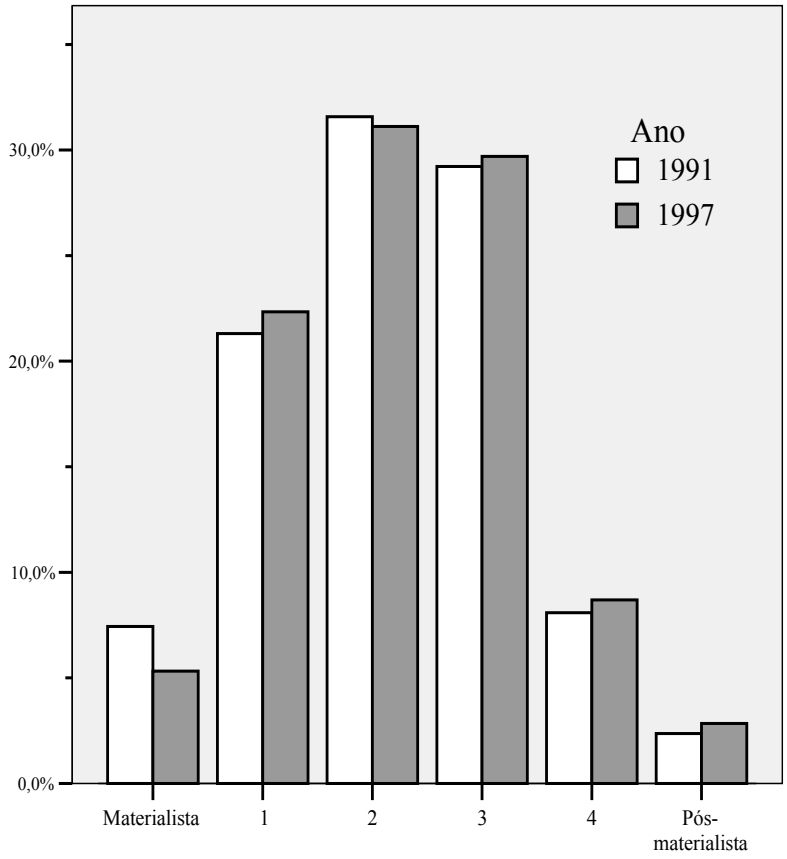

GRÁFICO 3. PÓS-MATERIALISMO (ÍNDICE DE 12 ITENS), 1991/1997
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A Tabela 8 apresenta a distribuição percentual entre cada um dos níveis do índice em países da América do Sul. Esses dados possibilitam a análise dos detalhes dessa tendência de redução na ênfase nos objetivos ligados às preocupações com a segurança física e econômica e também nos ajudam a entender a posição do Brasil nesse processo de mudanças valorativas frente aos demais países da região.

TABELA 8. PÓS-MATERIALISMO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, ONDAS DE 1989-1993 E 1994-1999.

PAÍS	ONDA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Brasil	1989-93	7,4	21,3	31,6	29,2	8,1	2,4
	1994-99	5,3	22,3	31,1	29,7	8,7	2,8
Argentina	1989-93	6,4	18,5	27,4	29,4	12,1	6,3
	1994-99	3,6	14,2	25,9	28,9	17,8	9,6
Chile	1989-93	5,7	16,4	28,8	30,8	13,8	4,4
	1994-99	4,9	14,9	31,4	30,5	14,7	3,7
Peru	1989-93						
	1994-99	6,3	21,5	32,5	29,2	9,1	1,5
Uruguai	1989-93						
	1994-99	3,4	14,1	25,2	34,1	16,6	6,5
Venezuela	1989-93						
	1994-99	8,6	28,6	29,5	23,7	8,2	1,4

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Verificamos que a redução no número de materialistas extremados foi de 2,1 pontos e que os percentuais da área pós-materialista do índice tenderam a elevação, ainda que reduzida. Apesar dessa sutil alteração o Brasil ainda ocupa uma posição relativamente inferior quando comparado a vizinhos como a Argentina, que em 1997 contava com 9,6% pós-materialistas "puros".

Para entendermos satisfatoriamente a situação nacional nesse quadro de mudanças valorativas é fundamental nos dedicarmos à identificação dos elementos principais de nossa recente evolução econômica.

3.2.3 Desenvolvimento econômico e mudança valorativa

Antes de nos dedicarmos a essa importante tarefa é fundamental limitarmos um intervalo de tempo que seja relevante para nossas análises já que utilizamos nessa tese

dados provenientes de pesquisas realizadas nos anos de 1991 e 1997. Como já mencionamos anteriormente, a teoria do desenvolvimento humano afirma que as experiências de escassez ou segurança econômica vivenciadas nos períodos de socialização dos indivíduos são determinantes para a definição de suas prioridades valorativas. Somos levados, portanto, à conclusão de que os resultados encontrados nas duas bases de dados devem ser explicados pelo contexto econômico existente nas duas primeiras décadas de vida dos entrevistados, ou seja, quando os mesmos ainda não se encontravam na fase adulta (ROKEACH, 1968). Portanto, os períodos de socialização que nos interessam envolvem praticamente todo o século XX, pois temos entrevistados que tiveram sua infância e adolescência nas décadas de 20 e 30, momentos em que a industrialização dava seus primeiros passos em nosso país. No pólo oposto, temos entrevistados que nos momentos das coletas de dados de 1991 e 1997 ainda se encontravam no período de maior receptividade. Logo, iniciamos essa breve incursão sobre nossa história econômica no período em que a industrialização se torna o principal setor no desenvolvimento da economia nacional e mudanças intensas em nossa estrutura produtiva são experimentadas.

Apesar das décadas anteriores a 1930 serem relevantes em muitos aspectos para a compreensão do processo de implantação da indústria nacional (VERSIANI & VERSIANI, 1977), compreendemos como adequada a distinção proposta por Baer (1996) entre crescimento industrial e período de industrialização. O primeiro desses termos se aplica ao rápido crescimento da indústria verificado principalmente na década de 1920, quando existia uma dependência inegável desse setor em relação às exportações agrícolas e mudanças estruturais ainda não haviam ocorrido. O termo industrialização, por sua vez, deveria ser utilizado para se referir ao período em que a indústria passa a ser o principal setor e são experimentadas alterações significativas na estrutura produtiva nacional, o que só acontece a partir de 1930.

Essas mudanças econômicas cruciais estão intimamente associadas ao contexto da Grande Depressão dos anos 30, aos efeitos dessa crise sobre o mercado internacional e as respostas produzidas pelo governo brasileiro para proteger o setor cafeeiro, líder absoluto na nossa pauta de exportações de então.

A depressão, responsável pela redução acentuada da demanda mundial por café, associada à ocorrência de uma grande produção nesse mesmo período, levou o governo federal a assumir a tarefa de apoiar essa atividade com medidas batizadas de 'reajuste econômico' (VILELLA & SUZIGAN, 1973). As ações consistiram basicamente na compra do excedente produzido pelo setor utilizando recursos emprestados de bancos estrangeiros, sendo os serviços dessa dívida pagos com um imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado. Juntamente com essa medida o governo deveria desencorajar fortemente a expansão dos cafezais e novos investimentos no setor (FURTADO, 1980).

Furtado (1980, p. 192) vê nessas ações governamentais "[...] uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados [...]", que teria contribuído decisivamente para a manutenção da renda interna e do poder aquisitivo da população. Ao garantir preços mínimos para o produto o governo contribuiu para a manutenção do nível de emprego na economia exportadora, mas também em setores ligados ao mercado interno, ainda que indiretamente. Desta forma teria colocado em prática um programa de fomento de renda que gerou um valor significativamente maior do que o total investido para a compra e destruição dos estoques excedentes de café.

A contínua renda gerada por esses programas de apoio teve como resultado o crescimento significativo da demanda interna e, conseqüentemente, a escassez de bens manufaturados e o aumento relativo dos preços (BAER, 1996). Tal conjunção de fatores deu o impulso inicial para que a produção industrial brasileira assumisse a dianteira do processo de desenvolvimento econômico pela primeira vez. A produção industrial passa a satisfazer novas demandas, o que fica evidente quando analisamos a mudança na composição geral da produção industrial entre 1919 e 1939. Em 1919 os produtos de indústrias leves, tais como têxteis, roupas, alimentos, bebidas e fumo somavam 70% da produção nacional. Em 1939 essa participação cai para 58%, graças ao crescimento expressivo de setores como o metalúrgico, de maquinário e de produtos elétricos. O cenário no final da década de 1930 era bastante promissor, pois o Brasil estava "[...] próximo da auto-suficiência no que se referia a bens de consumo e

fornecia mais de 80% de seus próprios bens intermediários e mais de 50% de seus bens de capital." (Ibid. p. 57).

Essa tendência de desenvolvimento recebeu novo impulso no pós-Segunda Guerra Mundial, quando os condutores da política econômica nacional reconheceram que dificilmente o crescimento desejado poderia ser alcançado via exportação de produtos primários, que ainda continuavam a ter importância decisiva no cenário brasileiro. Diante do quadro de redução significativa do volume de exportações em razão do conflito internacional e de perspectivas nada promissoras de recuperação, a opção pela mudança gradativa da estrutura econômica interna parecia ser a melhor possível e a industrialização passou a ser buscada como um substituto às importações.

Esse novo impulso, entretanto, assim como ocorreu na década de 30, não começou como uma ação consciente dos formuladores da política econômica, sendo mais um subproduto de medidas que objetivavam resolver o problema do balanço de pagamentos (FURTADO, 1980). Apesar das reservas cambias do país terem se elevado consideravelmente durante a Segunda Guerra Mundial devido à queda das importações e ao incremento das exportações, com o fim do conflito em menos de um ano nossas reservas foram gastas em uma verdadeira febre de importação. Tal situação inspirou a implantação do controle do câmbio em 1947 que produziu a crescente valorização da moeda nacional. Como essa valorização monetária tendia a estimular as importações, para evitar uma nova situação de desequilíbrio foram instituídos paralelamente diferentes sistemas de licenciamento das importações que, de maneira geral, favoreceram a compra de bens de capital e limitaram as aquisições de bens de consumo produzidos em outros países (SIMONSEN, 1961; BAER, 1996). Como Furtado concluí, "a política cambial, baixando relativamente os preços dos equipamentos e assegurando proteção contra concorrentes externos, criou a possibilidade de que esse enorme aumento de produtividade econômica fosse em grande parte capitalizado no setor industrial." (1980, p. 222)

Apesar desse efeito positivo, o controle do câmbio só passou a ser encarado conscientemente como uma ferramenta para promoção da industrialização em meados da década de 1950, quando diversos programas complementares foram adotados com o

claro objetivo de beneficiar as indústrias recentemente implantadas e atrair investimentos internacionais. Dentre elas merece destaque a Lei Tarifária de 1957 que chegava a tributar em 150% algumas categorias de produtos estrangeiros que eram adequadamente fornecidos pela indústria nacional (BAER, 1996).

O conjunto dessas medidas fez com que o processo de industrialização no período pós-guerra gerasse taxas elevadas de crescimento econômico. No período de maior intensidade industrial que vai de 1952 a 1962 a taxa de crescimento real anual chegou a 7,8%. O produto real industrial aumentou mais de 200% entre 1947 e 1961, contra uma elevação de 87% da produção agrícola. Já em 1957 a participação percentual do setor industrial ultrapassou a da agricultura (Id).

O êxito das políticas que visavam a substituição das importações, entretanto, gerou também alguns graves problemas que precisavam ser enfrentados pelos formuladores da política econômica nacional para que as taxas de crescimento continuassem elevadas nas décadas seguintes, dentre os quais o processo inflacionário e o aprofundamento das desigualdades regionais, setoriais e de renda (FURTADO, 1980). Na medida em que os condutores da política econômica nacional não conseguiram propor soluções consistentes para tais questões, a estagnação econômica voltaria no curto prazo (TAVARES, 1972).

De fato, após um ciclo de dinamismo considerável que culminou em uma taxa de crescimento real do PIB de 10,3%, em 1961 um período de estagnação teve início e rapidamente reduziu nossas taxas de crescimento a níveis muito baixos, como a de 1,5% em 1963. As conseqüências negativas da política de substituição de importação, entretanto, não podem explicar tamanha queda em um período tão curto de tempo, o que nos remete a contínua crise política que assolou o país após a renúncia do presidente Janio Quadros em 1961. Eleito com apoio considerável do eleitorado Quadros orientou sua política econômica para a tentativa de controlar alguns desequilíbrios e, sobretudo, a inflação (ABREU, 1992). As principais medidas tomadas foram a simplificação do sistema de câmbio múltiplo, a redução de subsídios inflacionários aplicados à importação de produtos essenciais como o trigo e o petróleo e a redução do crédito através do congelamento os salários (BAER, 1996).

Os anos que se seguiram à renúncia foram marcados no campo econômico pela inexistência de uma política consistente com tentativas rápidas de estabilização que foram rapidamente abandonadas, como o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, então ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico (ABREU, 1992).

O resultado desse período conturbado foi a elevação da inflação e a queda vertiginosa na taxa de crescimento do PIB, que em 1963 atingiu a marca de 0,6%. O quadro de estagnação só começa a ser revertido com o programa de estabilização implantado pelo regime militar entre 1964 e 1968. Seis meses após a destituição de Goulart pelo movimento militar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi apresentado com os seguintes objetivos: acelerar o ritmo de crescimento; conter a inflação; reduzir as desigualdades setoriais e regionais, bem como os desequilíbrios sociais; ampliar as oportunidades de emprego por meio de uma política de investimentos; corrigir a tendência de déficits na balança de pagamentos (RESENDE, 1992).

O PAEG foi sucedido pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico proposto pelo governo de Costa e Silva em 1967. Com o objetivo de legitimar o regime militar com uma forte retomada do crescimento o plano procurava continuar a luta contra a inflação sem sacrificar a ampliação da demanda. (SKIDMORE, 1967; LAGO, 1992)

Os efeitos dessas políticas econômicas começaram a ser sentidos no final dos anos 60, quando a economia nacional entrou em período de notável aceleração com o crescimento do PIB chegando à média expressiva de 10,2% no período de 1967-73. Levando em consideração que a média de crescimento populacional do período foi de 2,9% ao ano, o aumento do PIB *per capita* também foi bastante significativo. Outros indicadores positivos desse momento de crescimento merecem ser apontados, tais como o crescimento no número de pessoas ocupadas, o aumento do nível de investimento fixo bruto, elevação do produto industrial e incremento das exportações (LAGO, 1992).

Uma característica importante desse período foi o crescente envolvimento do Estado na economia através de empresas que dominaram os setores do aço, mineração

e produtos petroquímicos. Os bancos estatais também ocupavam grande espaço, sendo responsáveis por aproximadamente 56% do total de depósitos em 1974 (BAER, 1996).

Se a expansão da economia no período pós-64 é inegável, também não restam dúvidas de que a desigualdade na distribuição de seus frutos também aumentou. Considerando o total da receita nacional, em 1960 os 40% da população brasileira que fazia parte dos grupos de mais baixa renda participava com 11,2%, enquanto os 5% que pertenciam aos grupos de renda mais alta participavam com 27,4. A diferença já era considerável, entretanto, em 1970 se tornou ainda maior com uma redução da participação do primeiro grupo para 9% e um aumento do segundo para 36,3% (Id.) Além disso, o salário mínimo real de 1967 a 1973 sofreu queda ou estagnação, a despeito do forte crescimento econômico e da produtividade do trabalho, o que reforça o quadro de concentração da renda nacional nas mãos do grupo minoritário, sobretudo porque nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo mais de um quarto da força de trabalho empregada do setor industrial recebia um salário mínimo ou menos (LAGO, 1992). Para além dos indicadores de renda o quadro das desigualdades é ainda mais grave, pois dados do Programa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1972 revelaram que menos de 40% dos lares brasileiros que se localizam em áreas urbanas eram atendidos por um sistema de fornecimento de água, menos de 43% estavam conectados a algum sistema de tratamento de esgoto ou possuíam fossa céptica, pouco mais de 50% dispunham de energia elétrica e 5% possuíam telefone (BAER, 1996).

O primeiro choque do petróleo no final de 1973 marca o final da estratégia econômica do regime militar e inaugura uma nova fase no desenvolvimento nacional. Com a quadruplicação do preço do barril a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) dava os primeiros sinais de sua força política e econômica em um mundo industrializado em que a principal matéria-prima é o petróleo. Na realidade tal valorização já era esperada em razão do descompasso entre o aumento da demanda por esse produto e o ritmo e crescimento das descobertas e aberturas de novas fontes. Apesar do Brasil na época importar mais de 80% do petróleo que consumia, esse acontecimento não parece ter sido bem compreendido pelos responsáveis por nossa

política econômica que, ao invés de agir para conter o declínio vertiginoso das relações de troca do país, optou por uma estratégia de crescimento que conduziu ao ressurgimento da inflação e à rápida expansão da dívida externa (FISHLOW, 1986; CARNEIRO, 1992).

Em decorrência dessa dependência energética tínhamos em 1973 duas opções: reduzir consideravelmente o crescimento econômico para diminuir a conta de importações ou continuar crescendo a taxas elevadas, ainda que isso implicasse em declínio das reservas cambiais e aumento da dívida externa. Como a história nos mostra, a opção dos formuladores foi pelo crescimento e as conseqüências dessa escolha para os anos seguintes foram relevantes (BAER, 1996). O presidente Geisel, que recebeu de seu predecessor a economia em expansão e com baixas taxas de inflação, pensou ser possível pagar os altos preços de petróleo com mais crescimento, não aceitando a hipótese de governar em meio à estagnação. Essa opção pela continuidade do crescimento não se devia apenas a desconfortável comparação do seu governo ao anterior, mas também à crença que o projeto de descompressão política, recentemente iniciado, seria mais fácil em um contexto econômico positivo (LAMOUNIER & MOURA, 1984).

O principal mecanismo proposto para alcançar os objetivos nesse momento foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II), que pode ser definido como um grande programa de investimentos com dois objetivos fundamentais: promover a substituição das importações de produtos industriais básicos e de bens de capital; expandir a infra-estrutura econômica, especialmente na área de energia, transporte e comunicação. Parte dos investimentos foi realizada pelas empresas estatais, principalmente no setor energético, de aço e de infra-estrutura econômica, e o restante veio da iniciativa privada com apoio do Banco de Desenvolvimento (BNDE) (BAER, 1996).

Se a meta desse governo era a manutenção do crescimento devemos reconhecer o seu sucesso, pois durante o restante da década de 70 o PIB cresceu a uma média anual de 7%. Ainda que não seja comparável aos números verificados nos anos do "milagre econômico", essa expansão não pode ser menosprezada. O preço pago pela

manutenção da expansão, entretanto, foi bastante alto. Nossa dívida externa cresceu US$ 10 bilhões entre 1974 e 1977 e os juros pagos anualmente saltaram de US$ 500 milhões no início do governo Geisel para US$ 2,7 bilhões em 1978 e, com a elevação da taxa de juros internacionais alcançou no primeiro ano do governo Figueiredo a cifra de US$ 4,2 bilhões (CARNEIRO, 1992; COUTINHO & BELLUZZO, 1998).

Quando o general Figueiredo assumiu a presidência no início de 1979 a economia nacional se deparava com o desafio de controlar a taxa de inflação, lidar com a dívida externa e evitar a estagnação no crescimento do PIB, ou seja, metas contrastantes. A situação foi ainda mais agravada por alguns eventos internos e externos que merecem ser mencionados: um segundo choque do petróleo ocorre em 1979, deteriorando ainda mais nossas relações de troca no mercado externo; a taxa de juros internacionais se eleva significativamente fazendo com que a dívida externa se torne ainda maior; uma combinação de secas e geadas faz com que o país tenha que importar um volume maior de alimentos. Diante desse quadro agudo de crise ficou claro para o novo governo que as medidas desagradáveis que haviam sido adiadas ao longo de toda a década precisavam ser imediatamente tomadas. A desvalorização da moeda nacional, com a gradual eliminação dos incentivos à exportação, e a contenção do crescimento para minimizar o desequilíbrio no balanço comercial e o crescimento da inflação foram as primeiras medidas adotadas (Id.).

Como esperado, diferentes setores da economia nacional receberam criticamente essas políticas recessivas, que eram inclusive vistas como obstáculos ao processo de abertura política em curso (FISHLOW, 1986). A pressão fez com que já no final de 1979 uma alteração radical na política econômica fosse promovida, inclusive com a renúncia do então ministro do Planejamento Mario Simonsen. Em seu lugar assume Delfim Neto, que havia conduzido o país nos “anos do milagre”. Em dezembro desse mesmo ano um pacote econômico com uma série de medidas contundentes foi introduzido com o objetivo de resolver o problema da supervalorização da moeda nacional e, ao mesmo tempo, aliviar as pressões internacionais pela redução dos subsídios às exportações. Medidas complementares

foram tomadas no início do ano seguinte, como o rígido controle dos preços dos produtos industriais (BAER, 1996).

Em termos gerais a política econômica que vigorou durante o governo Figueiredo teve impacto restritivo, o que pode ser constatado com a redução do PIB em 1,6% em 1981, com efeito maior em setores como o de bens de consumo durável e de capital. Na realidade, o conjunto das medidas de austeridade adotado diante da crise configurou uma tentativa sem sucesso de escapar de um programa que seria imposto externamente pelo Fundo Monetário Nacional (FMI) como condição para o acesso a novas fontes de financiamento internacionais necessárias para o pagamento dos juros da dívida (CARNEIRO & MODIANO, 1992). Como o programa de austeridade voluntário não surtiu os efeitos esperados junto à comunidade financeira internacional, em 1982 o governo se rende às exigências do FMI que podem ser sintetizadas no aumento da taxa de câmbio real, retração do consumo, diminuição do investimento privado, corte nos gastos públicos e aumento das taxas de impostos, ou seja, um programa explicitamente recessivo (MARQUES, 1987).

O resultado do enquadramento às diretrizes do Fundo foi a queda do PIB já em 1983, principalmente no setor industrial e o surgimento de superávits na balança comercial devido à queda das importações. Apesar da melhoria das contas externas ter ocorrido, a experiência brasileira no início dos anos 80 teria apontado os limites dos programas de ajustes do FMI no que diz respeito às condições internas necessárias ao crescimento equilibrado, como no caso da inflação que escapou do controle, quase dobrando ao invés de recuar. Se os superávits possibilitaram a continuidade no pagamento da nossa enorme dívida externa, provocaram também pressão inflacionária e queda de investimentos (FISHLOW, 1986).

Em 1984 a economia dá sinais de recuperação com um crescimento de 4,5% do PIB ligado principalmente ao expressivo aumento no volume de exportações. Desempenho ainda melhor ocorre no ano seguinte, com um crescimento de 8,3%, desta fez impulsionado pela expansão das vendas internas, resultado da política salarial adotada pelo governo civil do presidente Sarney (BAER, 1996). Apesar dessa

melhoria a inflação continuou sendo nosso maior problema e assolaria o país por longos períodos.

O problema da desigualdade na distribuição da renda nesse intervalo de tempo que vai da primeira crise do petróleo à retomada do crescimento em 1985 continuou a manifestar tendência de elevação. O censo demográfico de 1980 revelou que a participação dos 20% pertencentes aos grupos de mais baixa renda caiu de 3,8% em 1970 para 3,3% em 1980, enquanto os 10% detentores das maiores rendas aumentaram sua participação de 46,4% para 47,7%. Foram justamente os grupos de baixa renda relacionados à mão-de-obra os mais prejudicados com os programas recessivos de ajuste econômico adotados no início dos anos 80, o que pode ser confirmado com a observação de que os níveis de produção caíram menos do que a taxa de emprego e os custos salariais (BAER, 1996).

Na segunda metade da década de 80 a questão fundamental para a economia nacional era a inflamação que, como mencionamos anteriormente, escapou do controle graças à combinação de uma série de fatores e acontecimentos no plano externo e interno, tais como as crises do petróleo, o aumento nas taxas de juros internacionais e quebras de produção na agricultura em razão de secas e geadas. Como apontam Bresser Pereira & Nakano (1984), o processo inflacionário em nosso país se caracterizou por uma luta ferrenha entre grupos e agentes econômicos pela participação na renda, o que claramente conduziu à transferência de recursos para os setores com maior força econômica e política. Diante das perdas decorrentes dos fatores acima mencionados tais setores dominantes demonstraram uma impressionante capacidade de repasse dos aumentos de preços para o mercado interno.

Convencidos de que essa situação não poderia ser revertida por medidas econômicas ortodoxas os formuladores da política econômica do governo Sarney defenderam a necessidade de políticas heterodoxas, aplicadas em fevereiro de 1986 na forma do Plano Cruzado. Tentado derrubar a inflação com um golpe violento foram impostas as seguintes medidas com o Decreto-Lei 2.283: congelamento dos preços finais dos produtos; congelamento seguindo de reajuste de 8% para os salários reais e 15% para o salário mínimo, tendo como referência a média dos seis meses anteriores;

congelamento dos aluguéis e hipotecas também levando em consideração essa média semestral; criação de um sistema de reajustes automáticos dos salários sempre que o índice de preços ao consumidor tivesse aumento de 20% em relação ao ajuste anterior ou a partir da data base anual de cada categoria; proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano; substituição do cruzeiro pelo cruzado com taxa de conversão fixada em mil cruzeiros por cruzado (MODIANO, 1992).

O plano foi muito bem recebido pela população, chamada a participar ativamente na fiscalização do congelamento dos preços e os seus primeiros resultados foram bastante positivos. A inflação sofreu uma queda abrupta já no primeiro trimestre de vigência do cruzado, sendo 1,4% a maior taxa registrada no período. Paralelamente, a atividade econômica também crescia e as contas externas estavam equilibradas, o que dava a impressão inicial de que o grave problema da inflação poderia ser resolvido sem o recurso à estagnação ou recessão econômica (Id.).

Em algumas poucas semanas, porém, surgiram problemas que rapidamente se agravaram, conduzindo ao fracasso do plano em um intervalo curto de tempo. A decomposição das taxas de inflação em grupos de produtos já indicava desde o início que o problema do excesso de demanda já ameaçava impulsionar o processo inflacionário. Setores não controlados como o de artigos de vestuário e o de carros usados, que representavam 15% do índice de preços ao consumidor, aumentaram a taxas mensais de 4 a 5%, revelando uma distorção de preços que só viria a se agravar com a continuidade do congelamento. A conjunção do aumento real do poder de compra dos salários, do congelamento de algumas mercadorias com preços defasados e uma demanda reprimida durante os anos de recessão levou a uma explosão de consumo logo no início da vigência do plano gerando uma quase imediata escassez de alguns produtos como leite, carne e automóveis (Id.).

O superaquecimento da economia nacional no período de março a junho de 1986 atingiu níveis tão elevados que apenas duas opções eficazes se colocavam à equipe econômica do governo Sarney: interromper o congelamento dos preços ou desacelerar o crescimento com um corte na demanda. Devido à impopularidade dessas alternativas e a proximidade das eleições de novembro, os problemas foram

postergados com um modesto ajuste fiscal, chamado de Cruzadinho que vigorou de julho a outubro desse mesmo ano. Numa clara demonstração de inconsistência na condução da economia nacional, uma semana após as eleições legislativas o Plano Cruzado II foi implantado promovendo o descongelamento dos preços (Id.).

A conturbada década de 80, entretanto, seria o palco de vários outros programas de estabilização como o Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Acreditamos que não seja necessário nos determos na descrição de cada uma dessas tentativas de controle da inflação levadas a cabo pelos condutores da política econômica nacional, pois no seu conjunto não conseguiram nada além de um represamento temporário da inflação que quadruplicou entre 1985 e 1988. O fracasso de todas essas iniciativas se deve fundamentalmente ao fato de nenhuma delas ter enfrentado efetivamente as bases dos conflitos distributivos de renda ou os desequilíbrios estruturais da economia (MODIANO, 1988).

Na década seguinte, vários outros pacotes de medidas foram impostos sem alcançarem resultados positivos no controle da pressão inflacionária. No período que vai do fracasso do Plano Cruzado no final de 1986 até a saída de Fernando Collor em 1992 o Brasil passou por um longo período vacilante marcado pela estagnação, com o PIB crescendo a uma taxa média anual de menos de 1% enquanto a inflação atingia quatro dígitos (BAER, 1996).

Collor ao assumir a presidência em março de 1990, diante da absurda taxa mensal de inflação de 81%, introduziu um novo programa antiinflacionário com uma série de medidas impressionantes. Dentre essas ações, talvez a que maior impacto tenha provocado na opinião pública, consistiu no congelamento de 80% de todos os depósitos das poupanças, contas correntes e aplicações *overnight* que excedessem NCz$ 50 mil, o que equivalia a 1.300 dólares pelo câmbio da época. Visando um bloqueio de liquidez (CARVALHO, 2003) o congelamento se estenderia por 18 meses, com a previsão de devolução dos valores ao término do período com um reajuste equivalente à taxa corrente de inflação acrescida de 6% ao ano. No lugar do Cruzado Novo foi criado o Cruzeiro com taxa de conversão de 1 por 1. Também foram congelados os preços e salários que seriam posteriormente ajustados pelo governo a

partir de suas metas de inflação. Para atacar o déficit público, incentivos fiscais foram extintos, surgiu um imposto sobre grandes fortunas, outros impostos foram indexados, medidas rígidas contra a sonegação foram adotadas e os preços dos serviços públicos reajustados. Nessa mesma direção vários institutos governamentais foram extintos e medidas preliminares de um processo de privatização foram tomadas (FARO, 1990).

Imediatamente os efeitos do plano se fizeram sentir, principalmente a redução drástica da liquidez do país cujos meios de pagamento como percentual do PIB caíram de 30% para 9% (Id.). Em menos de 30 dias a inflação desceu a um dígito, variando entre 5 e 9%, dependendo do índice utilizado. Sobre a produção industrial o reflexo da perda de liquidez decorrente do bloqueio dos depósitos se fez sentir com o registro de retração de 7,8% do PIB no segundo trimestre de 1990 (BAER, 1996).

Após essa queda radical logo após o anúncio do plano a inflação começou a subir novamente em julho e continuou uma trajetória de elevação até o ano de 1991, levando a equipe econômica comandada pela ministra Zélia Cardoso de Melo a implementar um novo pacote no início de fevereiro. Os dois eixos centrais dessa nova política foram uma reforma financeira limitada e o controle da inflação através do congelamento dos salários e preços e da extinção de várias formas de indexação. Assim como seu antecessor, o Plano Collor II fez com que a inflação recuasse no curto prazo, entretanto, no ano seguinte as taxas voltaram a subir devido à fraca política fiscal do governo e também às expectativas econômicas negativas geradas pelo contexto de crise política que terminaria no *impeachment* de Collor (Id.).

Ao final de 1992, quando Itamar Franco assume interinamente a presidência, a taxa de inflação já alcançava a marca mensal de 25% e no segundo semestre do ano seguinte atingiria mais de 30%. O PIB que havia se recuperado ligeiramente no final de 1992 voltou a cair. Depois de três mudanças de ministro no período de seis meses, Itamar Franco nomeou em maio de 1993 o então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para a pasta da Fazenda. Em um mês a nova equipe econômica apresentou um plano de austeridade que aliava cortes substanciais nos gastos públicos com maior rigor no recolhimento de impostos. O chamado Plano de Ação Imediata foi implantado no momento em que a economia dava sinais de

recuperação, entretanto, a inflação continuava a ser o grande problema da economia nacional atingindo mais de 30% no primeiro semestre de 1993 (BACHA, 1994). Apesar de ter alcançado suas principais metas os seus efeitos sobre a pressão inflacionária foram pequenos. Compreendendo que o problema exigia medidas mais profundas foi gestado um programa de estabilização preanunciado em três estágios batizado de Plano Real (BACHA, 1998).

A descrição desse novo plano e uma análise dos seus efeitos positivos e negativos sobre o desenvolvimento econômico nacional, entretanto, escapa dos limites históricos que estabelecemos para essa breve revisão. Na realidade o período marcado pelo governo Itamar Franco já se situa para além do momento em que ocorreu a primeira coleta de dados do WVS. Ainda que os anos de 1994 e 1995 sejam muito importantes no que diz respeito à redução da inflação, os efeitos do Plano Real dificilmente poderiam ter provocado impacto importante sobre o sentimento de segurança (ou insegurança) econômica e material manifesto pelos entrevistados mais jovens na pesquisa de 1997. Alterações nas prioridades valorativas individuais e coletivas exigem um lapso de tempo maior. Desta forma, encerramos aqui essa sucinta revisão de nossa recente história econômica e passamos a algumas interpretações sobre seus efeitos sobre a mudança de valores da população nacional.

O primeiro exercício relevante que tal panorama histórico possibilita é a análise do impacto dos diferentes momentos do nosso desenvolvimento econômico nos processos de socialização que moldam as prioridades valorativas dos indivíduos. Aceitando a hipótese de que as experiências de segurança ou insegurança material e física vivenciadas nas duas primeiras décadas de vida são as mais relevantes, é interessante verificar se de fato existem diferenciais significativos em termos de adesão aos valores pós-materialistas entre os grupos etários socializados em momentos materialmente mais favoráveis.

Para operacionalizar esse teste utilizaremos os períodos de maior receptividade dos entrevistados divididos em grupos etários com intervalos de quatro anos em um cruzamento com o índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens. Para facilitar a análise utilizaremos apenas o percentual de indivíduos classificados no ponto mais alto

da escala gerada por essa medida que representa o que podemos chamar de pós-materialistas "puros". Nesse momento não apresentamos coeficientes de associação, pois o que nos interessa é a identificação de variações em decorrência dos diferentes momentos do desenvolvimento econômico nacional e não a sua evolução linear. A análise do relacionamento entre idade e pós-materialismo será apresentada em outros termos posteriormente. Os resultados do cruzamento seguem abaixo (TABELA 9).

TABELA 9. PÓS-MATERIALISTAS POR GRUPOS ETÁRIOS E PERÍODOS DE SOCIALIZAÇÃO, 1991/1997

	GRUPOS	PERÍODOS	%
1991	18-21	1970-1990	2,6
	26-29	1962-1985	2,4
	34-37	1954-1977	3,4
	42-45	1946-1969	2,0
	54-57	1934-1957	1,1
	N=1694		
	GRUPOS	PERÍODOS	%
1997	18-21	1976-1999	2,6
	22-25	1972-1995	2,5
	26-29	1968-1991	5,7
	30-33	1964-1987	4,2
	34-37	1960-1983	4,6
	38-41	1956-1979	5,0
	42-45	1952-1975	0,0
	46-49	1948-1971	0,0
	50-53	1944-1967	1,5
	54-57	1940-1963	0,0
	58-61	1936-1959	0,0
	62-65	1932-1955	0,0
	66 e +	1927-1951	0,0
	N=1128		

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Nota: em 1991 foram entrevistados indivíduos apenas dos grupos incluídos na tabela. Na pesquisa de 1997 o entrevistado mais velho tinha 70 anos, por isso o início do período de socialização desse grupo começa em 1927.

Nas duas amostras verificamos situações semelhantes, porém como a pesquisa de 1997 cobriu um leque maior de faixas etárias vamos nos remeter diretamente a ela nesse momento. Inicialmente podemos identificar um movimento irregular sem tendências consistentes e claras de elevação ou redução no percentual, ainda que a ocorrência de pós-materialistas comece a ser recorrente a partir dos grupos etários nascidos em meados da década de 50. Entre os nascidos antes desse período não verificamos a ocorrência de pós-materialistas, salvo a exceção do grupo dos indivíduos da faixa etária de 50 a 53 anos, cujos períodos de socialização vão de 1944 e 1967, época em que a política de substituição de importações do governo federal provocou crescimento industrial significativo.

As faixas que apresentam maiores percentuais são aquelas dos nascidos entre 1956 e 1968, ou seja, um momento de grande crescimento econômico. É importante lembrar que no período do pós-Segunda Guerra a produção industrial vivia um momento de expansão. No início da década de 60 ocorreu um período rápido de estagnação que foi seguido pelos "anos do milagre" comandados pelo regime militar. Esses resultados sugerem que existe sim uma relação entre momentos econômicos positivos e a ocorrência de um número mais elevado de pós-materialistas. A relação parece ser também consistente no seu sentido negativo, pois o percentual começa a cair entre os grupos nascidos a partir da década de 70, quando problemas como a inflação e a dívida externa passam a ameaçar nossa trajetória de desenvolvimento, culminando com a "década perdida" entre os anos 80 e 90.

Apesar dessa interpretação sobre as variações ser plausível, não pretendemos avançar mais nesse tipo de afirmação por acreditarmos que os dados disponíveis ainda não são robustos o suficiente para testarmos hipótese de maneira adequada. Séries históricas mais longas e a evolução em termos absolutos do número de pós-materialistas são condições necessárias para que exercícios mais sofisticados e afirmações mais consistentes possam ser produzidas.

Nosso foco nesse momento é outro e passa pela constatação inicial de que a economia nacional cresceu de maneira acelerada durante boa parte do século passado, sofrendo desaceleração e pressão inflacionária contínua a partir da década de 70 em

decorrência de uma conjunção de eventos externos e internos. Ainda que nas décadas de 80 e 90 a inflação tenha se firmado como nosso grande problema trazendo incerteza e insegurança para a vida nacional, ao observarmos séries históricas de indicadores econômicos verificamos efetivamente que nosso país cresceu significativamente no período aqui abordado. Considerando o PIB *per capita* (FIGURA 4) podemos verificar uma elevação constante, apesar de alguns momentos de retração.

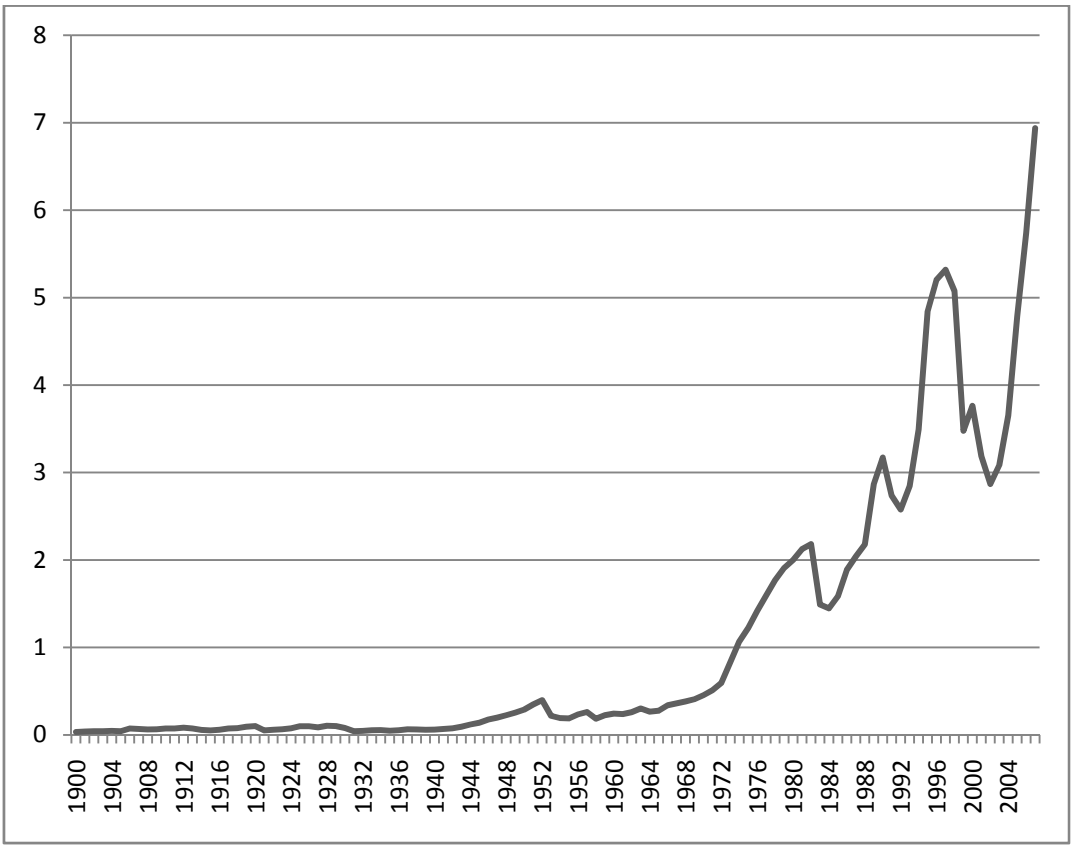

GRÁFICO 4. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) *PER CAPITA* EM US$ (MIL),1990-2005

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Notas: Série estimada utilizando-se o PIB nominal, a taxa de câmbio real (R$) por dólar americano (US$) comercial (venda) - média e a população residente em primeiro de julho. Para 2006 e 2007, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000.

A comparação de nossa evolução econômica com outros países da América do Sul revela também um quadro interessante. Infelizmente não dispomos de dados

suficientes para fazer essa comparação em todo o período histórico que nos interessa, ou seja, da década de 1930 ao início da década de 1990. Ainda assim, acreditamos que as informações utilizadas contribuam para o esclarecimento de pontos importantes.

Tomando os percentuais de crescimento anual do PIB podemos verificar que nossas taxas foram maiores que a dos demais países em diferentes momentos, como em 1970, 1980 e 1985 (TABELA 10). Considerado o GNI (Gross National Income ou Renda Nacional Total) *per capita* constatamos que tivemos um dos maiores crescimentos relativos, saindo do posto de país com menor renda em 1965 para a quarta posição em 1995. No início da década de 90, quando a primeira pesquisa do WVS foi realizada em nosso país, tínhamos a segunda maior renda dentre os países incluídos nessa comparação (TABELA 11).

TABELA 10. CRESCIMENTO DO PIB ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, 1965-1995

PAÍS	CRESCIMENTO DO PIB (% anual)						
	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Brasil	3,05	8,77	5,21	9,11	7,95	-4,30	4,40
Argentina	10,57	3,05	-0,03	4,15	-7,59	-2,40	-2,85
Chile	0,42	2,12	-11,36	8,15	7,12	3,70	10,63
Peru	4,94	5,84	3,40	3,08	2,80	-5,14	8,61
Uruguai	1,05	2,33	6,10	5,84	1,47	0,30	-1,45
Venezuela	4,16	7,71	2,90	-4,42	0,19	6,47	3,95

Fonte: Banco Mundial

TABELA 11. GNI *PER CAPITA* ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, 1965-1995.

PAÍS	GNI *per capita* (US$ corrente)						
	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Brasil	270	440	1170	2190	1570	2900	3740
Argentina	1230	1320	2700	2940	2650	3190	7360
Chile	650	860	1120	2240	1410	2250	4340
Peru	390	520	1090	1050	950	770	2000
Uruguai	670	800	1570	2860	1500	2870	5230
Venezuela	1080	1200	2510	4210	3460	2570	2930

Fonte: Banco Mundial
Nota: O GNI per capita é a renda nacional total convertida em US$ usando o método Atlas do Banco Mundial, dividido pela população verificada no meio do ano.

Esse desenvolvimento econômico, entretanto, não parece ter efeito equivalente quando analisamos a posição do Brasil no quadro das mudanças valorativas em direção à postura pós-materialista. Como demonstramos na Tabela 8, temos o menor percentual dentre os países pesquisados na onda de 1989-93 e o terceiro menor entre os envolvidos na onda de 1994-99.

A razão desse descompasso entre desenvolvimento e mudança de valores deve ser buscada na profunda desigualdade na distribuição de renda e nos elevados níveis de pobreza que infelizmente são recorrentes em nossa história, como também foi destacado na revisão anterior. Nesse sentido, compartilhamos da tese defendida por Barros & Mendonça (1995), dentre outros, de que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres.

Utilizando o coeficiente de GINI[55] como medida da desigualdade na distribuição da renda nacional e comparando os valores com aqueles obtidos pelos mesmos países incluídos nas análises anteriores verificamos que o Brasil lidera em todos os períodos de que dispomos de dados (TABELA 12). Lamentavelmente a desigualdade goza de uma estabilidade impressionante por aqui, mantendo-se na casa dos 50 pontos por mais de três décadas de medições. Apesar de termos crescido em vários momentos a taxas expressivas, a estrutura de distribuição dos frutos desse desenvolvimento não possibilita a melhoria das condições de segurança material e física necessárias à mudança das prioridades individuais da maioria da população, o que se reflete no baixo número de pós-materialistas verificado nas pesquisas do WVS.

[55] Trata-se de uma medida de desigualdade proposta pelo estatístico Corrado Gini em artigo publicado na revista *Variabilità e Mutabilità* em 1912. É empregada para calcular a desigualdade de distribuição de renda e consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (HOFFMANN, 1998).

TABELA 12. ÍNDICE DE GINI ENTRE PAÍSES
DA AMÉRICA DO SUL, 1960-1995.

PAÍS	Coeficiente de GINI[a]											
	1960	1961	1969	1970	1971	1979	1980	1981	1989	1990	1991	1995
Brasil	53,0	-	-	57,61	-	59,44	57,78	55,42	59,60	60,5	-	59,2
Argentina	-	41,9	-	39,40	-	-	41,6	42,0	-	44,4	45,2	47,4
Chile	-	-	-	-	50,09	51,79	52,57	52,15	51,88	53,18	55,38	54,5
Peru	-	-	-	-	55,0	-	-	49,83	-	43,81	43,7	-
Uruguai	-	36,61	-	-	-	-	42,37	43,63	42,36	-	-	43,2
Venezuela					47,65	39,42		42,82	44,08	53,84		47,4

Fonte: World Income Inequality Database/World Institute for Development Economic Research.
Nota: Em razão da falta de dados não foi possível seguir intervalos regulares de tempo, como de 5 em 5.

A partir do que expomos acima, podemos concluir que não basta que ocorra desenvolvimento econômico para que a síndrome de valores pós-materialistas, com todos os seus efeitos políticos, se desenvolva em uma nação. Pós-materialismo, portanto, não está relacionado apenas à elevação de indicadores como o PIB *per capita* e outros, mas passa também pela política, ou seja, pela forma como os diferentes grupos sociais lutam pela sua participação no processo de distribuição de renda e também pelas decisões das elites políticas relacionadas ao bem-estar dos cidadãos. Como afirma Esping-Andersen (1991) a propósito dos modelos de welfare state implantados no século XX nas nações desenvolvidas, o surgimento de uma estrutura de bem-estar social mais ou menos desmercadorizante não pode ser explicado diretamente pelo nível de desenvolvimento econômico ou de industrialização. A forma particular de mobilização das classes e as estruturas de coalisão política das mesmas são fundamentais para a definição do modelo de distribuição de renda que será produzido em cada contexto nacional. A distribuição dos benefícios oriundos do crescimento da maneira mais igualitária possível depende dessa base política e é condição fundamental para que o processo de mudança das prioridades valorativas se concretize. Passamos atualmente por um momento econômico favorável, com estabilidade, controle da inflação e crescimento econômico considerável, todavia, a

continuidade dos altos níveis de desigualdade pode limitar em muito os efeitos dessa relativa prosperidade sobre a adesão a metas e objetivos relacionados à auto-expressão.

3.2.4 Testando as hipóteses da escassez e da socialização.

Retomando as hipóteses da escassez e da socialização, na seqüência apresentamos alguns cruzamentos entre o índice e algumas variáveis que podem indicar a consistência da mudança valorativa verificada no contexto nacional, ainda que limitada pelos problemas econômicos e distributivos apontados acima. Segundo Inglehart (1990; 2001) a emergência de valores pós-materialistas se efetiva através do processo de sucessão geracional, ou seja, quando as gerações que experimentaram novas condições sócio-econômicas atingem a fase adulta é que a alteração de suas prioridades valorativas pode ser captada. Os grupos geracionais que experimentaram em seu processo de socialização infantil e pré-adulta situações de segurança física e econômica manifestariam na fase adulta prioridades relacionadas à auto-expressão e qualidade de vida.

A tendência de alteração nos valores verificada com os dados nacionais deveria, portanto, ser acompanhada de uma diferenciação geracional em termos de prioridades materialistas e pós-materialistas. De fato, no teste inicial apresentado na subseção anterior verificamos que a hipótese é relativamente consistente. Para aprofundar um pouco mais a análise desse tema apresentamos resultados de novo teste na forma de um cruzamento entre o índice de 12 itens e uma variável que divide os entrevistados em 5 grupos etários. Os resultados apresentados abaixo (TABELA 13) indicam a existência de um relacionamento negativo e estatisticamente significativo, apesar de reduzido. A classificação dos indivíduos na escala de pós-materialismo tende a uma leve redução na medida em que avançam em direção aos grupos etários mais velhos.

TABELA 13. PÓS-MATERIALISMO E IDADE, 1991/1997

	IDADE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	15-24	24,6	23,3	27,5	24,4	24,1	27,5
	25-34	12,7	10,2	15,0	16,2	20,4	15,0
	35-44	19,0	23,8	20,4	28,9	29,9	35,0
	45-54	16,7	16,3	13,8	13,9	15,3	12,5
	55-64	27,0	26,3	23,4	16,6	10,2	10,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1694	γ = -0,10		p =0,000			
	IDADE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	15-24	13,3	22,6	24,5	26,9	26,5	21,9
	25-34	30,0	22,6	31,1	29,6	26,5	53,1
	35-44	20,0	23,4	18,8	19,7	24,5	21,9
	45-54	16,7	16,7	15,7	12,8	12,2	3,1
	55-64	8,3	10,3	7,7	9,3	4,1	,0
	65 e +	11,7	4,4	2,3	1,8	6,1	,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1128	γ = -0,11		p =0,000			

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

É importante notar que a mesma tendência pós-materialista verificada em testes anteriores pode ser encontrada aqui pela comparação entre os valores do coeficiente de associação calculados para cada amostra. Os valores são -0,10 e -0,11, respectivamente para 1991 e 1997. Apesar de bastante reduzida, a elevação é favorável ao nosso argumento e condizente com a contínua melhoria nos indicadores econômicos nacionais ao longo do século XX.

Outro teste igualmente interessante diz respeito mais especificamente à hipótese da escassez. Como afirma Inglehart e seus colaboradores, contextos de segurança física e econômica favorecem a emergência de valores relacionados à auto-expressão e à qualidade de vida. Assim, valores pós-materialistas seriam mais comuns entre grupos que dispõem de condições econômicas relativamente mais favoráveis. A tendência à mudança defendida nas análises anteriores deveria, portanto, também ser verificada

através do cruzamento da medida de valores com indicadores de segurança material. Caso o movimento em direção à priorização de objetivos pós-materialistas seja consistente, deveríamos encontrar uma associação positiva entre o índice de 12 itens e a variável renda, por exemplo.

O cruzamento dessas medidas é disposto a seguir (Tabela 14) e indica associação positiva. A renda, dividida em três grupos básicos, está relacionada à medida de materialismo/pós-materialismo, indicando que os entrevistados com maior nível de renda são também os que mais enfatizam prioridades relacionadas à auto-expressão e à qualidade de vida. Também verificamos que essa associação aumenta de 0,23, em 1991, para 0,24, em 1997.

TABELA 14. PÓS-MATERIALISMO E NÍVEL DE RENDA, 1991/1997

	RENDA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Baixa	46,6	45,6	40,0	27,4	23,3	21,1
	Média	38,1	38,4	39,6	46,6	45,0	42,1
	Alta	15,3	16,0	20,3	26,0	31,8	36,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1596	$\gamma = 0.23$		$p = .000$			
	RENDA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Baixa	51,7	49,8	38,6	33,5	25,3	16,7
	Média	25,9	23,5	27,1	24,4	24,2	16,7
	Alta	22,4	26,7	34,3	42,1	50,5	66,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1086	$\gamma = 0,24$		$p = 0,000$			

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A renda, entretanto, pode não ser uma variável adequada para esse tipo de teste, pois representaria muito mais a situação presente do que aquela existente nos momentos de socialização dos indivíduos. Nesse sentido, deveria ser substituída ou complementada por uma medida da segurança material nesse momento em que as prioridades valorativas individuais são predominantemente formadas (INGLEHART,

2001). As dificuldades envolvidas na coleta deste tipo de informação, todavia, são muitas. Poucos entrevistados seriam capazes de informar qual era o nível de renda de sua família no momento em que os mesmos se encontravam na infância ou adolescência.

Uma variável capaz de fornecer informação aproximada sobre a questão poderia ser o grau de escolaridade dos indivíduos, pois refletiria o nível de segurança material nos períodos de formação dos mesmos. Crianças que vivem em situações em que os recursos materiais e econômicos são relativamente assegurados possuem condições mais adequadas para continuarem freqüentando a escola e, conseqüentemente, alcançarem níveis elevados de educação formal.

Como podemos ver na Tabela 15, a utilização desta variável torna mais forte a associação entre pós-materialismo e segurança material. Na medida em que o nível de escolaridade se eleva, maior é também a adesão a esse tipo de valores.

TABELA 15. PÓS-MATERIALISMO E ESCOLARIDADE, 1991/1997

	ESCOLARIDADE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Baixa	38,4	38,8	31,2	18,2	12,4	7,5
	Média	51,2	55,1	57,6	62,6	58,4	50,0
	Alta	10,4	6,1	11,2	19,2	29,2	42,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1692 $\gamma = 0,34$ $p = 0,000$						
	ESCOLARIDADE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Baixa	61,7	54,8	47,3	35,5	31,6	12,5
	Média	33,3	39,3	43,0	48,1	45,9	53,1
	Alta	5,0	6,0	9,7	16,4	22,4	34,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1128 $\gamma = 0,23$ $p = 0,000$						

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Observando esses resultados podemos afirmar que a tímida tendência de mudança nas prioridades valorativas dos brasileiros verificada no início dessa seção se

sustenta a partir de testes que levam em consideração às hipóteses da escassez e da socialização.

3.2.5 Pós-materialismo e desigualdades regionais

Até aqui apresentamos resultados de análises que visavam identificar a consistência das teses que sustentam a teoria do desenvolvimento humano a partir do cruzamento do índice de pós-materialismo com variáveis relacionadas às hipóteses da escassez e da socialização. Esses testes foram realizados tomando o agregado nacional dos dados, adotando um procedimento comum nas análises atualmente empreendidas sobre o tema da mudança de valores. Essa orientação, todavia, deve ser problematizada em razão de algumas características sócio-econômicas relevantes presentes em nosso país. Ainda que o foco sobre a unidade nacional seja útil em contextos relativamente homogêneos sob o ponto de vista do desenvolvimento social e econômico, pode ser inadequado em estudos sobre sociedades marcadas por diferentes formas de desigualdade.

Esse é sem dúvida o caso do Brasil. No nível individual as discrepâncias podem ser verificadas através da identificação da elevada variância nos diferentes indicadores de qualidade de vida, dentre as quais a renda se destaca. Apesar dessa desigualdade entre indivíduos ser uma das principais chagas nacionais, nesse momento pretendemos dedicar nossa atenção a uma modalidade de assimetria que separa as diferentes regiões do país, com graves conseqüências para o padrão de desenvolvimento de nossa economia (CANO, 1998; PACHECO, 1998).

Os efeitos das desigualdades regionais, que tem manifestado um elevado poder de permanência ao longo de nossa história, não podem ser desconsiderados no presente estudo se lembrarmos que na base da mudança valorativa identificada por Inglehart está a melhoria das condições materiais de existência dos indivíduos. À luz da hipótese da escassez, parece bastante plausível a afirmação de que as análises em nível nacional podem ocultar diferenças e particularidades regionais relevantes no que diz respeito à evolução da síndrome pós-materialista em nosso país e também sobre a sua associação com o estabelecimento de uma cultura política pró-democracia. Para

discutir e testar essa proposição apresentamos nessa seção alguns resultados de análise que incorpora o tema da desigualdade regional.

Antes de passarmos ao teste propriamente dito, porém, é importante caracterizarmos, ainda que rapidamente, a problemática regional brasileira no século XX.

Importantes historiadores econômicos defendem que as diferenças de renda e desenvolvimento dentro dos países só se converteu realmente em problema importante no contexto da Revolução Industrial, pois é apenas com o desenvolvimento da produção nas fábricas que a atividade econômica passou a se concentrar em algumas áreas específicas visando atingir ganhos decorrentes de escala e de aglomeração (Maddison, 2001). Essa lógica de concentração se mostrou presente também na história de países em desenvolvimento como o Brasil. Wilson Cano (1998), defende que o complexo agroexportador cafeeiro estabelecido em São Paulo teria conduzido a um processo de industrialização concentrado já no final do século XIX. Nas décadas seguintes, graças a essa centralização, a indústria paulista passou a influenciar decisivamente a dinâmica de desenvolvimento de todo o mercado interno nacional, estabelecendo inclusive as atividades econômicas que seriam desempenhadas por cada uma das regiões.

Tal predomínio paulista em nosso desenvolvimento industrial pode ser atestado pela evolução da participação relativa do estado no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que passa de 31,5% em 1919 para 58% em 1970. Apesar disso, é preciso lembrar que tamanho dinamismo da indústria paulista não produziu apenas efeitos negativos, pois a sua expansão impulsionou de maneira fundamental a atividade produtiva em todas as regiões do país, sobretudo porque passou a demandar cada vez mais bens, serviços e, sobretudo, recursos naturais necessários às suas atividades (CANO, 1981; 1998).

Discutindo o processo de unificação do mercado nacional, Pacheco (1998) também faz questão de destacar o papel desempenhado pela região sudeste. Segundo esse pesquisador a integração só ocorreu efetivamente com a industrialização, que em

sua primeira etapa (1930 a 1960) foi conduzida pelo capital sediado em São Paulo. Como nesse momento inicial a integração é basicamente mercantil e a indústria de São Paulo havia experimentado um crescimento elevado nos anos 20, tal unificação só poderia sancionar o predomínio do sudeste sobre todo o restante do país. A despeito dessa liderança paulista, o autor aponta a ocorrência de elevadas taxas de crescimento em todas as regiões até o início da década de 60. A título de exemplo entre 1919 e 1949 São Paulo registrou taxas médias de crescimento de 7,9% enquanto a região nordeste, que menos cresceu nesse período, cresceu a 4,4 (PACHECO, 1998, p. 53).

O quadro de disparidades começa a se agravar no início da década de 60, com a implantação dos setores industriais de bens de capital, de bens duráveis e de insumos estratégicos (CANO, 1998; MONTEIRO NETO, 2006). A desigualdade em 1970 atinge níveis bastante significativos quando a região Sudeste passa a responder sozinha por quase 2/3 do PIB brasileiro e São Paulo isoladamente por quase 40% (PACHECO, 1998).

Já nesse momento a problemática regional começa a ocupar o pensamento econômico nacional e a necessidade de políticas que viabilizassem o desenvolvimento das regiões menos industrializadas começa a ser afirmada. Ações governamentais começam a ser implementadas, boa parte delas se fundamentando nas proposições do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiando por Celso Furtado. Como instrumento dessa intervenção foi criada em 1960 a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na década seguinte uma série de fundos de investimentos e uma Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MONTEIRO NETO, 2006). Na interpretação de Albuquerque e Cavalcanti (1978), esse conjunto de medidas assume a forma de uma tentativa quase aflita de reduzir o abismo que separava o nordeste do restante do país através de estímulos à iniciativa privada e também de investimentos maciços de recursos públicos. Nesse projeto de intervenção estatal os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs I e II), sob a égide do governo militar, tiveram um papel crucial para um período de desconcentração regional que foi de 1970 a 1985 (FERREIRA & DINIZ, 1995).

Apesar de curto, a redução das disparidades se mostrou consistente nesse momento e a expectativa dos analistas era de que o movimento de desconcentração fosse continuar na década seguinte, o que não ocorreu. A partir do final da década de 80 a tendência convergente é revertida e as desigualdades voltam a crescer em diferentes indicadores, como renda per capita, PIB per capita, escolaridade e vários outros relacionados ao bem-estar social (LAVINAS, GARCIA & AMARAL, 1997). Os autores apontam o ano de 1992 como o ponto culminante na retomada da dispersão que nos anos seguintes iria potencializar os desequilíbrios inter-regionais.

Esse quadro não parece ter se alterado substancialmente nos anos seguintes, como mostra a Tabela 16 ao dispor o PIB regional *per capita* em intervalos de 5 anos, começando por meados da década de 80. Em todos os momentos verificamos a persistência das posições e distâncias relativas entre as regiões.

TABELA 16. PIB REGIONAL *PER CAPITA*, 1986-2005

REGIÃO	ANO			
	1986	1990	1995	2000
Sul	746,15	756,19	737,57	764,97
Sudeste	889,95	860,70	846,10	871,35
Nordeste	316,62	277,79	275,99	299,78
Centro-oeste	520,44	500,81	551,18	649,81
Norte	502,51	449,68	392,04	387,27
Brasil	654,02	624,93	614,90	642,98

Fonte: IPEA – IPEADATA
Notas: Valores expressos em R$ do ano de 2000. Deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

As assimetrias que distinguem o bloco Sul/Sudeste do restante do país se manifestam também quando voltamos nossa atenção para o nível de educação da população, como fica evidente na Tabela 17. Apesar da louvável redução nos percentuais em todas as regiões, permanecem elevadas as diferenças entre elas.

TABELA 17. ANALFABETISMO POR REGIÃO (%), 1980/1991/2000

REGIÃO	ANO		
	1980	1991	2000
Sul	15,8	11,3	7,7
Sudeste	16,5	11,8	8,1
Nordeste	45,9	36,6	26,2
Centro-oeste	23,5	16,1	10,8
Norte	30,6	24,1	16,3

Fonte: IPEA – IPEADATA
Notas: Percentual de pessoas de 15 ou mais anos que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Tendo em vista essas persistentes desigualdades regionais procuramos identificar quais os seus impactos sobre os problemas investigados nessa tese de doutoramento. Nessa tarefa, entretanto, nos deparamos com problemas consideráveis em relação a características da base de dados disponibilizada pelo WVS. Por se tratar de um projeto de investigação internacional que busca fundamentalmente a análise comparativa entre países e a identificação de tendências sobre o agregado das sociedades incluídas nas sondagens, as amostras nacionais não foram compostas de forma a contemplarem divisões como a que propomos nesse momento. No caso brasileiro o problema é ainda maior, pois existe uma divergência na divisão entre regiões nas duas sondagens do WVS. Por razões que desconhecemos, em 1991 a região nordeste não consta na base e uma inusitada região noroeste aparece com um número expressivo de entrevistas. Já na pesquisa de 1997 as regiões norte e centro-oeste é que não foram contempladas. Abaixo (TABELA 18) apresentamos os números de entrevistas realizadas em cada uma das regiões, bem como a sua representação percentual na composição das amostras nacionais.

TABELA 18. ENTREVISTAS POR REGIÃO, 1991/1997

REGIÃO	ANO			
	1991		1997	
	N	%	N	%
Sul	246	13,8	169	14,7
Sudeste	908	51,0	573	49,9
Nordeste	-	-	269	23,4
Noroeste	402	22,6	138	12,0
Norte	88	4,9	-	-
Centro-oeste	138	7,7	-	-
Total	1782	100,0	1149	100,0

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Desta forma não seria possível a utilização da variável região da forma como ela aparece na base de dados. Para minimizar esses problemas optamos pela criação de uma variável que agrupa as diferentes regiões em dois grandes blocos que separam sul e sudeste do restante do país. Desta forma, construímos uma variável que denominamos de *região agrupada*, composta por duas categorias: sul/sudeste e nordeste/noroeste/norte/centro-oeste. Como aparece abaixo (TABELA 19), com esse procedimento temos amostras relativamente grandes para a realização de testes de associação que incorporam a questão regional.

TABELA 19. ENTREVISTAS POR REGIÃO AGRUPADA, 1991/1997

REGIÃO	ANO			
	1991		1997	
	N	%	N	%
Sul/Sudeste	1154	64,8	742	64,6
Nordeste/Noroeste/Norte/Centro-oeste	628	35,2	407	35,4
Total	1782	100,0	1149	100,0

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

O teste fundamental que apresentamos resulta do cruzamento dessa variável qualitativa com o índice de materialismo/pós-materialismo. Como já apontamos anteriormente, as hipótese da escassez e também a da socialização nos leva a pressupor

a existência de uma relação de dependência entre essas duas variáveis, o que poderia ser testado com o emprego do coeficiente de contingência C, já utilizado anteriormente nessa tese. Tal expectativa se justifica devido ao fato de que a priorização de valores e prioridades pós-materialistas seria mais freqüente entre indivíduos submetidos a condições econômicas mais favoráveis em seus períodos de socialização. Como a disparidade nos níveis de desenvolvimento econômico e social entre as regiões brasileiras foi uma constante durante todo o século XX a hipótese mais provável era de que os entrevistados das regiões sul e sudeste fossem relativamente menos materialistas que os entrevistados das demais regiões. Como os dados abaixo demonstram (TABELA 20), essa pressuposição não se mostra verdadeira.

TABELA 20. PÓS-MATERIALISMO E REGIÃO AGRUPADA, 1991/1997

	MATERIALISMO/ PÓS-MATERIALISMO	REGIÃO (%)	
		Sul/Sudeste	Norte/Nordeste/ Noroeste/Centro-oeste
1991	Materialista	7,4	7,5
	1	20,6	22,7
	2	31,1	32,6
	3	30,3	27,2
	4	7,9	8,5
	Pós-materialista	2,8	1,6
	Total	100,0	100,0
	N=1694 C=0,05	*p* =0,435	
	MATERIALISMO/ PÓS-MATERIALISMO	REGIÃO (%)	
		Sul/Sudeste	Norte/Nordeste/ Noroeste/Centro-oeste
1997	Materialista	5,7	4,7
	1	20,8	25,1
	2	31,0	31,3
	3	30,1	29,0
	4	8,8	8,4
	Pós-materialista	3,6	1,5
	Total	100,0	100,0
	N=1128 C=0,08	*p*=0,246	

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A simples inspeção visual da divisão dos entrevistados na escala do índice materialismo/pós-materialismo revela semelhança considerável entre as duas regiões agrupadas. O nível de significância do teste C nas duas sondagens nacionais, muito acima do mínimo exigido, revela a independência das variáveis. Em termos mais diretos, pós-materialistas e materialistas seriam distribuídos de maneira semelhante nas duas regiões agrupadas, independentemente das diferenças nos indicadores econômicos de cada uma delas.

Na tentativa de explicar esses resultados inicialmente somos levados a considerar as implicações da hipótese da socialização que nos remete sempre a medidas anteriores de desenvolvimento sócio-econômico para explicar a mudança de valores. Assim, não poderíamos esperar possíveis efeitos das desigualdades regionais presentes em 1991 e 1997 sobre a adesão diferenciada aos valores pós-materialistas de moradores de regiões distintas. A explicação para possíveis variações deveria ser buscada nos níveis de desigualdade existentes nos momentos iniciais de socialização dos entrevistados, o que nos remeteria à década de 70 e 80 como pontos iniciais, decrescendo na medida em que a idade dos pesquisados avança.

Entretanto, a análise dos indicadores de renda e analfabetismo apresentados anteriormente e as conclusões presentes na literatura sobre a questão regional revisada nessa seção indicam que mesmo nos momentos em que o fenômeno da convergência nos níveis de renda foi verificado a desigualdade continuou bastante significativa. Desta forma, somos levados à conclusão de que a independência entre o índice de pós-materialismo e a variável correspondente às regiões agrupadas não pode ser explicada pela redução temporária nas disparidades regionais ocorridas no contexto da forte intervenção estatal operada nas décadas de 60 e 70.

Nesse caso, nos parece que a explicação mais simples seja mais adequada: materialistas e pós-materialistas tendem a se distribuir de maneira semelhante em ambas as regiões agrupadas por que nelas se verificam situação igualmente desfavorável, sob o ponto de vista material, para a ocorrência da síndrome pós-materialista de maneira consistente. Mesmo se tomarmos a região sudeste

isoladamente os níveis de bem-estar material verificados ao longo das últimas décadas não favorecem a emergência dos valores relacionados à síndrome pós-materialista, sobretudo se considerarmos a profunda desigualdade na distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico que ainda vigora em nosso país. Logo, as diferenças não se manifestam porque, como já afirmamos ao analisar os dados nacionais, o nível de segurança material e física da maioria da população nacional não favorece a mudanças das prioridades individuais e das metas societais em direção a uma postura pós-materialista de forma consistente. Ainda que possamos identificar uma tendência sutil de alteração nessa direção o número de pós-materialistas nos momentos das duas pesquisas realizadas em nosso país pelo WVS era ainda muito pequeno.

Diante desses resultados nas análises que seguem continuamos a trabalhar com dados nacionais agregados, ou seja, sem a divisão que a incorporação da questão regional demandaria caso tivesse se mostrado relevante.

Com essa seção nossa intenção foi sumarizar rapidamente a situação nacional na chamada síndrome de valores pós-materialista, extensamente documentada internacionalmente. Como mostramos, o número de indivíduos que manifestam tais valores no Brasil é reduzido, o que pode ser explicado parcialmente pelo nível de desigualdade econômica persistente por aqui. Apesar disso já é possível identificar uma tendência sutil de mudança nas prioridades valorativas quando comparamos as duas amostras disponíveis.

Procuramos testar a consistência dessa tendência através de alguns cruzamentos inspirados pelas hipóteses fundamentais da teoria do desenvolvimento humano, entretanto, a sua efetiva comprovação só poderá ser alcançada quando novas pesquisas forem aqui realizadas. Apenas com uma série histórica longa de dados, como aquelas existentes para alguns países europeus, nós poderíamos verificar se de fato a síndrome estaria se manifestando em nosso país, com que intensidade e velocidade. Esperamos que as pesquisas que vierem a ser realizadas sobre o tema pelo WVS e outras organizações envolvam amostras brasileiras para que os indícios por nós verificados sejam confirmados ou refutados.

3.3 PÓS-MATERIALISMO E A DIMENSÃO NORMATIVA DA ADESÃO DEMOCRÁTICA

A perspectiva culturalista, apesar de envolver abordagens que concordam em relação ao argumento fundamental de que as variáveis subjetivas são relevantes na explicação de fenômenos políticos, se caracteriza por uma considerável diversidade interna. Inglehart e Welzel (2005), em uma interessante revisão sobre o tema, identificam pelo menos três grandes correntes que se distinguem principalmente por enfatizarem diferentes grupos de valores, crenças e atitudes. Essa diversidade torna ainda mais difícil a tarefa já complexa de selecionar um conjunto de variáveis que no agregado possam representar adequadamente a cultura política de indivíduos ou grupos sociais.

Na pesquisa cujos resultados começamos a apresentar nessa seção, optamos pelo que podemos chamar de abordagem clássica, uma vez que nos orientamos basicamente pelos fundamentos teóricos e conceituais propostos por David Easton (1965) e também por Almond e Verba (1989) para o estudo dessa dimensão subjetiva do fenômeno democrático. Apesar de formulada em meados do século passado, a perspectiva eastoniana tem inspirado um conjunto de importantes trabalhos recentes desenvolvidos com o objetivo de investigar o tema do apoio democrático e da desconfiança institucional. Incorporando alguns refinamentos importantes, diversos autores têm adotado os modelos teóricos e conceituais desse autor e obtido resultados bastante interessantes (ver FUCHS, 1993; NORRIS, 1999; KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999; MOISÉS, 2006).

Para além dos estudos sobre legitimidade, acreditamos que tais contribuições possam ser úteis para os estudos mais gerais sobre o conjunto de orientações subjetivas que compõem a cultura política dos cidadãos das democracias contemporâneas. Talvez o ponto central dessa abordagem diga respeito à definição de dois níveis distintos de adesão manifestos pelos indivíduos em relação aos diferentes objetos políticos. O primeiro deles, chamado de apoio difuso, corresponderia à dimensão

normativa da adesão a determinado regime político, sendo o resultado de longos processos de socialização que ocorrem principalmente nos períodos de formação da personalidade individual, ou seja, nas fases infantil e pré-adulta (EASTON, 1965).

Devido a esse processo de formação, tal nível é composto por valores que possuem grande poder de permanência, sendo significativamente resistente a mudanças em virtude de contextos ou situações políticas específicas. No caso dos regimes democráticos essa dimensão de apoio se manifestaria na adesão à democracia como princípio ou valor ideal que deve ser defendido, bem como a valores e crenças potencialmente favoráveis ao estabelecimento, consolidação e aprofundamento dessa forma de governo.

O segundo nível de apoio corresponde à dimensão prática ou concreta que envolveria avaliações e julgamentos dos cidadãos em relação ao funcionamento e desempenho concreto das instituições e autoridades políticas (Id.). Como definimos no primeiro capítulo dessa tese, o processo de socialização que configura a cultura política dos indivíduos continua por toda a sua vida, de modo que as experiências políticas concretas dos cidadãos precisam ser consideradas como relevantes em uma abordagem culturalista consistente.

Almond e Verba (1989), ao diferenciarem orientações afetivas e avaliativas, também incorporam em suas análises essa distinção entre elementos enraizados ao longo do processo de socialização e os que são o resultado de avaliações conjunturais acerca de processos e instituições concretas.

Essas duas dimensões não necessariamente caminham na mesma direção e nas últimas décadas tem se verificado recorrentemente a existência de um *gap* entre as mesmas. Norris (1999), Inglehart (1999b) e Dalton (2004), dentre outros, a partir de dados empíricos volumosos têm demonstrado que níveis elevados de desconfiança e insatisfação em relação às instituições e elites políticas têm convivido com graus igualmente elevados de apoio à democracia como forma de governo em uma perspectiva mundial. As duas dimensões, portanto, estariam caminhando em direções opostas, produzindo inclusive interpretações concorrentes entre dois grupos de

analistas políticos. Para alguns, esse fenômeno subjetivo seria sinal de uma crise da democracia ocidental (CROZIER, HUNTINGTON, WATANUKI, 1975; HUNTINGTON, 1981). Para outros, seria indício claro de que uma nova forma de relacionamento entre as pessoas e as instituições políticas estaria se estabelecendo, configurando uma cidadania crítica que não implicaria em crise democrática (NORRIS, 1999; KLINGEMANN, 1999; INGLEHART e WELZEL, 2005).

Além de fornecer elementos para entender esse paradoxo contemporâneo, os aportes teóricos dessas formulações clássicas também contribuem em alguma medida para a necessária integração entre as abordagens culturalista e institucionalista nos estudos sobre processos de democratização (MOISÉS, 2006). Ao definirem o nível específico ou avaliativo como componente fundamental da cultura política de um grupo ou nação, tal perspectiva inclui na explicação culturalista a preocupação com o desempenho institucional e a atuação das elites ou autoridades políticas. Na medida em que afetam diretamente as orientações subjetivas dos cidadãos, o funcionamento concreto das instituições reais e o comportamento dos seus operadores passam a ocupar lugar importante no programa de pesquisas culturalista.

Seguindo essas proposições teóricas, nas análises que apresentamos ao longo desse capítulo contemplamos essas duas dimensões de valores e atitudes que configuram as orientações subjetivas dos indivíduos, ou seja, selecionamos variáveis que correspondem tanto ao apoio difuso quanto específico. Concentrando-nos sobre o primeiro, nessa seção tratamos de verificar a existência e intensidade das associações entre pós-materialismo e a adesão normativa à democracia como princípio ou valor ideal. Infelizmente, as variáveis discutidas nessa seção fizeram parte apenas da última pesquisa do WVS realizada em nosso país, de modo que não foi possível analisar a trajetória ou tendência de evolução dos dados.

Para iniciar, selecionamos a variável gerada pelo grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação:

> *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.*

Essa questão, que nos remete a denominada posição churchilliana, tem sido amplamente utilizada como indicador de apoio à democracia como forma de governo em pesquisas internacionais (KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999), e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Klingemann (1999) utilizando também as bases de dados do WVS para uma análise em escala mundial, concluiu que esse tipo de adesão normativa está solidamente estabelecido. Dos 38 países analisados pelo autor, nenhum obteve percentual de apoio de menos de 70% da população, ficando a média global em 84%. Mesmo entre os países do leste asiático, que apenas parcialmente tomaram parte da chamada terceira onda de democratização, esse apoio normativo tem despontado nos últimos anos com bastante intensidade. Independentemente do regime concretamente existente em cada uma dessas nações, um consenso favorável à democracia parece ter se formado na região (DALTON e SHIN, 2004).

Seguindo essa tendência global, na coleta de dados realizada em nosso país no ano de 1997 verificamos que mais de 83% dos entrevistados concordaram (em parte ou totalmente) com a afirmação, o que representa um significativo apoio normativo. Esse quadro é semelhante ao verificado por outras pesquisas sobre o tema. O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2002 logo após a eleição presidencial, identificou que mais de 80%, de uma amostra nacional representativa de 2513 entrevistados, concordou em alguma medida com a afirmação. Também o Instituto Latinobarómetro, desde 2002, tem realizado o acompanhamento dessa variável e indicado uma tendência de elevação nos níveis de adesão normativa na América Latina como um todo. Segundo os números dessa organização, no Brasil, 67% dos entrevistados concordavam com a afirmação em 2002 e em 2006 esse percentual alcançou 74 pontos.

Desta forma, utilizando dados de diferentes fontes encontramos evidências muito parecidas que afirmam uma disposição pró-democracia no cenário nacional, inclusive com uma tendência de ampliação ao longo do tempo.

Como nosso interesse nesse momento é verificar em que medida essa adesão está associada à priorização de objetivos pós-materialistas no nível individual, apresentamos abaixo (TABELA 21) o cruzamento dessa variável com o índice de 12 itens.

TABELA 21. PÓS-MATERIALISMO E DEMOCRACIA COMO MELHOR FORMA DE GOVERNO, 1997

GRAU DE CONCORDÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Discorda totalmente	19,6	7,4	8,6	8,3	7,1	6,3
Discorda em parte	3,9	7,8	9,2	6,4	12,2	9,4
Concorda em parte	29,4	42,2	32,2	31,5	24,5	25,0
Concorda totalmente	47,1	42,6	50,0	53,8	56,1	59,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1078 γ =0,10 p=0,011

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Como podemos verificar, as duas variáveis estão associadas, ainda que o coeficiente γ=0,10 indique uma relação positiva fraca. De maneira congruente com as teses defendidas por Inglehart e seus colaboradores, podemos concluir que os indivíduos classificados como pós-materialistas aderem com uma intensidade ligeiramente maior à idéia de que a democracia é a melhor opção existente.

Ainda que a medida discutida acima esteja sendo utilizada como indicador da adesão normativa à democracia por vários estudos contemporâneos, acreditamos que o seu emprego de maneira isolada não satisfaça plenamente as nossas necessidades nessa pesquisa. Como apontam Dalton e Shin (2004) democracia é um conceito complexo e as ferramentas empregadas para medir o apoio dos cidadãos em relação a essa forma de governo devem refletir minimamente essa complexidade. Diante da elasticidade do conceito e da profusão de distintos significados que o mesmo assume em diferentes contextos, esses autores acreditam que a melhor forma de medir essa adesão seja através de múltiplos itens acerca de diferentes orientações em relação à democracia (Id.). Atentos a esse problema, os organizadores do WVS incluíram também em seu

questionário uma bateria de quatro itens que, no seu conjunto, fornecem dados relevantes para a análise das disposições individuais pró-democracia. As questões são formuladas da seguinte maneira:

> *Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o país. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?*
>
> *1) Ter um sistema democrático de governo.*
>
> *2) Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores).*
>
> *3) Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o país.*
>
> *4) Ter um regime militar*

No Brasil essa bateria fez parte da pesquisa de 1997, sendo assim, podemos verificar em que medida a adesão manifesta anteriormente é consistente através da análise dos dados correspondentes a cada um dos itens. Confirmando os resultados verificados na primeira variável analisada, 85% dos entrevistados descreveram a situação em que existe um governo democrático como boa ou ótima. A associação entre essa medida de adesão e o índice de materialismo/pós-materialismo (TABELA 22) também se mostrou significativa em um nível bastante exigente (p=0,000) e ligeiramente mais elevada do que a encontrada no cruzamento anterior. O coeficiente γ=0,15, apesar de reduzido, corrobora a hipótese de que pós-materialistas são mais propensos a incorporarem valores pró-democracia.

TABELA 22. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DE UM SISTEMA DEMOCRÁTICO DE GOVERNO, 1997

AVALIAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Péssimo	5,7	5,3	4,2	5,8	6,1	3,1
Ruim	18,9	11,5	9,3	8,3	10,2	6,3
Bom	56,6	63,4	60,3	57,5	51,0	21,9
Ótimo	18,9	19,8	26,3	28,4	32,7	68,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1088 γ =0,15 p=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Enquanto essa primeira questão tem um sentido positivo, na medida em que uma avaliação favorável corresponde à maior adesão à democracia, os demais itens dessa bateria têm um sentido negativo. Em cada um deles, portanto, é identificada a consistência da opção democrática através da proposição aos entrevistados de situações políticas que são contrárias à existência dessa forma de governo.

O manifesto apoio difuso que verificamos anteriormente parece não se confirmar quando analisamos as opiniões em relação à situação política em que um líder forte ocupa o centro do poder sem preocupar-se com o congresso. Mais de 60% deles a consideraram como "boa" ou "ótima". A adesão abstrata ao ideal democrático, portanto, não está acompanhada pela rejeição dessa alternativa autoritária, o que pode representar um perigo em contextos de crises econômicas ou sociais.

Esse quadro preocupante não parece ter se alterado significativamente ao longo desses anos que sucederam à coleta de dados realizada pelo WVS em 1997. Moisés (2006), como já mencionamos anteriormente, utilizando dados do Latinobarómetro de 2002 e 2004, verificou que um número elevado de brasileiros tende a apoiar uma espécie de "democracia" sem partidos ou sem congresso, o que denota a fragilidade da opção democrática entre nós.

Essa situação preocupante, todavia, não ocorre apenas por aqui. Tomando a América Latina como um todo, em 2006, 29% da população afirmou que a

democracia poderia funcionar sem congresso e 34 % sem partidos políticos (LATINOBARÓMETRO, 2006).

Retornando ao nosso objetivo fundamental, abaixo (TABELA 23) podemos constatar que o relacionamento entre pós-materialismo e essa medida de adesão é significativo (p=0,000) e negativo, de maneira coerente com os resultados anteriores. A associação continua fraca, como indica o valor de γ(-0,14), mas prossegue corroborando a hipótese que deriva da teoria do desenvolvimento humano.

TABELA 23. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE UM LÍDER FORTE, 1997

AVALIAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Péssimo	15,8	10,3	13,5	20,1	29,2	21,9
Ruim	26,3	21,5	23,7	21,3	24,0	31,3
Bom	43,9	44,2	41,1	39,2	41,7	34,4
Ótimo	14,0	24,0	21,6	19,4	5,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1084 γ =-0,14 p=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A próxima variável diz respeito à avaliação dos entrevistados em relação à situação política peculiar em que as decisões públicas são tomadas por técnicos especializados e não por representantes eleitos. Dessa vez os dados são ainda mais contundentes, pois 83% dos indivíduos consideraram essa situação como "boa" ou "ótima". Essa situação política hipotética é fortemente desejável pela maioria da população e claramente indica mais uma vez a fragilidade da adesão difusa ou abstrata à democracia.

Nesse caso, entretanto, não verificamos associação significativa com a medida de materialismo/pós-materialismo (p=0,596). A priorização de objetivos pós-materialistas, portanto, não está associada à aceitação dessa alternativa tecnicista de governo.

O último item é bastante direto ao investigar o posicionamento dos pesquisados acerca do cenário marcado pela existência de um regime militar. Apesar do quadro

encontrado desta vez ser mais favorável, com mais de 54% dos indivíduos escolhendo as opções "péssimo" e "ruim", ainda deve ser motivo de preocupação o fato de que 45,4% dos pesquisados definirem tal forma de governo como "boa" ou "ótima".

Apesar de Moisés (1995) identificar uma tendência de queda nos níveis de aceitação desse tipo de intervenção militar entre 1972 e 1993, não podemos desprezar o fato de que em 1997 quase a metade da amostra nacional entrevistada pelo WVS ter manifestado níveis positivos de aceitação em relação a essa opção política autoritária.

Coerentemente com a tendência verificada na maioria dos itens até aqui abordados, os dados abaixo (TABELA 24) apontam a existência de relacionamento significativo (p=0,000) e negativo entre essa última medida e o índice de materialismo/pós-materialismo. Com um γ=-0,31, o maior encontrado até esse momento, podemos afirmar que uma elevação na medida de adesão aos valores pós-materialistas é acompanhada pela rejeição dessa forma específica de governo não-democrático. Em outras palavras, pós-materialistas tendem a rejeitar com maior intensidade um governo militar, quando comparados aos materialistas.

TABELA 24. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DE UM REGIME MILITAR, 1997

AVALIAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Péssimo	23,2	13,3	21,0	28,6	45,4	53,1
Ruim	14,3	21,6	34,5	35,4	27,8	21,9
Bom	46,4	49,4	35,1	27,6	26,8	21,9
Ótimo	16,1	15,8	9,3	8,4	,0	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1081 γ =-0,31 p=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A análise do conjunto dos cruzamentos apresentados até aqui indica que a hipótese da associação entre pós-materialismo e orientações pró-democracia é válida no contexto nacional. Com o objetivo de aprofundar nossa compreensão sobre esse relacionamento, propomos agora modelos de regressão que tomam o índice de

materialismo/pós-materialismo como variável preditora. Esse procedimento pode nos indicar se de fato o relacionamento verificado até esse momento é válido ou espúrio, sobretudo porque podemos controlar os efeitos da nossa variável independente principal com a inclusão de terceiras variáveis no modelo. Destacamos desde já que nossa intenção com a aplicação dessa técnica estatística não é construir modelos explicativos robustos acerca das variáveis respostas, mas tão somente identificar a intensidade e a consistência do efeito produzido pelo índice de materialismo/pós-materialismo em cada caso.

Para que pudéssemos realizar essa análise foi preciso inicialmente definir uma variável dependente de natureza contínua que pudesse expressar adequadamente a adesão dos pesquisados à democracia como forma de governo, ou seja, uma medida do seu apoio difuso. Para tanto, optamos pela construção de uma medida que envolvesse todos os itens abordados anteriormente.

Para facilitar a interpretação dos resultados, as variáveis relacionadas às formas não-democráticas (governo de líder forte, governo de técnicos e regime militar) tiveram seus valores invertidos, passando a representar o grau de rejeição dos indivíduos em relação a tais situações[56]. Após essa recodificação, realizamos a integração das variáveis em um único índice somatório de *adesão a democracia como forma de governo*, caracterizado por uma escala de 13 pontos[57]. Essa medida, cuja distribuição se aproxima da normalidade, tem como média 7,4 e seu desvio padrão é de 2,3.

Uma vez definida nossa variável dependente, adicionamos ao grupo das preditoras, além do índice de materialismo/pós-materialismo, as seguintes medidas de natureza sócio-demográfica: nível de escolaridade, sexo, renda e idade. O modelo resultante é o seguinte:

$$y = \alpha + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x3_3 + \beta_4 x_4 + \beta_5 x_5 + \varepsilon ,$$

onde as observações correspondem às variáveis listadas abaixo:

[56] Esse procedimento de recodificação é detalhado no Apêndice I.
[57] No Apêndice II são especificados os procedimentos utilizados para construção desse índice.

$X_1 = índice\ de\ materialismo/pós\text{-}materialismo$

$X_2 = escolaridade$

$X_3 = sexo\ (indicadora)$

$X_4 = renda$

$X_5 = idade$

Como já antecipamos, a inclusão dessas variáveis pode nos informar se o relacionamento até aqui verificado não é efeito de uma terceira variável que estaria impactando tanto a variável dependente (adesão à democracia), quanto a independente (índice de materialismo/pós-materialismo). Os resultados do modelo são apresentados na seqüência (TABELA 25).

TABELA 25. PREDITORES DO APOIO A DEMOCRACIA, 1997

VARIÁVEL	*B*	*BETA*
Índice de materialismo/pós-materialismo	0,31	0,15*
Escolaridade	0,81	0,24*
Sexo (indicadora)	0,28	0,06**
Renda	0,21	0,08*
Idade	0,13	0,08**
R^2		0,13*

Nota: * $p \leq 0{,}001$ ** $p \leq 0{,}05$
Método Enter.

Inicialmente precisamos apontar que o modelo não é robusto, pois explica apenas 13% da variação da adesão à democracia como forma de governo[58]. Mas é preciso também lembrar que nosso objetivo nesse momento é bem mais modesto, se restringindo apenas à identificação do impacto produzido pela variável preditora central nesse estudo.

[58] Os *outputs* completos dessa e todas as demais análises de regressão apresentadas na tese estão dispostos no Apêndice 3.

Através de um modelo de regressão linear simples prévio verificamos que o efeito da elevação de um ponto no índice de materialismo/pós-materialismo elevava em 0,22 desvio padrão a variável resposta. Com a inclusão das variáveis de controle em uma equação de regressão múltipla o efeito continuou significativo e na direção positiva esperada, entretanto, sofreu uma redução para 0,15. Essa diminuição do efeito é facilmente compreensível, pois como já discutimos no capítulo anterior, o índice de pós-materialismo está relacionado com a idade e, principalmente, com a escolaridade dos entrevistados, de modo que na presença dessas variáveis o seu impacto deveria mesmo ser reduzido. Gostaríamos, sobretudo, de chamar a atenção para o fato de que, apesar da redução, o índice de materialismo/pós-materialismo ainda produz o terceiro maior efeito, ou seja, mesmo quando controlado por essas outras variáveis relevantes o seu impacto continua estatisticamente significativo.

O caso da escolaridade, entretanto, merece mais atenção, pois o seu coeficiente padronizado foi significativamente maior. Primeiramente seria interessante verificar se com a exclusão da variável que mede pós-materialismo o modelo ganharia ou perderia capacidade explicativa sobre o índice de adesão normativa. Os resultados sugerem um empobrecimento do modelo, pois o percentual de variação da medida dependente cai de 13 para 10 pontos. O coeficiente padronizado da variável educação sofre uma elevação de 0,24 para 0,27, o que não pode ser entendido como compensação para a redução do R^2. Esse resultado nos inspirou a utilizar o método *Stepwise* como alternativa ao *Enter*, até então empregado, com o qual verificamos que realmente o melhor modelo é aquele que incorpora as duas variáveis em associação.

Na seqüência optamos pela criação de um termo interativo envolvendo o índice de materialismo/pós-materialismo e a educação com o objetivo de verificar, ao mesmo tempo, como as variáveis individuais se comportariam e quais seriam os ganhos em termos de robustez do modelo. Os resultados são interessantes, pois verificamos que ao substituirmos as duas variáveis originais pelo termo a capacidade explicativa continua a mesma (13%), mas o coeficiente vai para 0,30, maior do que todos os verificamos anteriormente para a escolaridade e para o índice de materialismo/pós-materialismo isolados. O conjunto desses testes adicionais favorece a conclusão

provisória de que a associação do fenômeno pós-materialista e a adesão normativa à democracia é consistente e que a relevância da questão educacional não pode ser imediatamente tomada ferramenta de refutação. Pós-materialismo e alta escolaridade, por possuírem uma mesma matriz explicativa, devem ser encaradas como medidas associadas e não concorrentes.

Além dessas variáveis diretamente relacionadas à opção pela democracia como forma de governo, a base de dados do WVS também disponibiliza algumas medidas referentes ao posicionamento dos entrevistados sobre possíveis resultados ou conseqüências da existência desse sistema político. Essas variáveis podem ser utilizadas como medidas da consistência da opção, pois confrontam os indivíduos com possíveis efeitos negativos do processo democrático. É importante ressaltar que essas variáveis, apesar de se referirem ao processo político, não podem ser confundidas com medidas de avaliação sobre situações conjunturais ou sobre o desempenho de governos específicos (DALTON e SHIN, 2004).

A primeira delas identifica a posição dos pesquisados sobre um hipotético efeito econômico negativo dessa forma de governo através do grau de concordância em relação à seguinte afirmação:

Na democracia o sistema econômico do país funciona mal.

A já verificada fragilidade da escolha democrática entre os brasileiros também se manifesta aqui, pois mais de 70% do público manifestou concordância com a afirmação. Sobretudo em contextos econômicos como o nosso, no qual os problemas relacionados ao crescimento e a desigualdade na distribuição dos recursos são consideráveis, esse nível de concordância é preocupante e pode ser um indício de que a crença na incompatibilidade entre uma economia saudável e a manutenção da democracia poderia conduzir a escolhas com graves conseqüências em momentos de crise.

O cruzamento dessa variável com a medida de materialismo/pós-materialismo (TABELA 26) fornece informações que confirmam os resultados encontrados

anteriormente. O valor de γ=-0,09, apesar de indicar uma associação negativa fraca, corrobora a hipótese da associação entre a síndrome de valores pós-materialismos e uma postura pró-democracia.

TABELA 26. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E ECONOMIA, 1997

GRAU DE CONCORDÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Discorda totalmente	10,5	11,4	10,7	13,1	16,5	9,4
Discorda em parte	17,5	17,9	17,3	17,4	17,5	21,9
Concorda em parte	29,8	33,3	31,5	40,2	33,0	56,3
Concorda totalmente	42,1	37,4	40,5	29,3	33,0	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1096 γ =-0,09 p=0,010

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A segunda variável da bateria diz respeito a uma suposta dificuldade inerente a essa forma de governo para tomar decisões. Essa medida é obtida através do nível de concordância em relação a essa afirmação:

Nas democracias se discute muito e se decide pouco.

Dessa vez os resultados são ainda mais preocupantes, pois mais de 83% dos pesquisados manifestaram algum grau de concordância, associando a democracia a um processo decisório ineficiente. O cruzamento dessa variável com o índice de materialismo/pós-materialismo, entretanto, não revelou a existência de relacionamento estatisticamente significativo (p=0,525) (TABELA 27). Em relação a esse aspecto do processo político democrático, portanto, materialistas e pós-materialistas não se distinguem e compartilham de uma posição crítica.

TABELA 27. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E A TOMADA DE DECISÕES, 1997

GRAU DE CONCORDÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Discorda totalmente	5,0	7,7	7,1	6,4	9,2	12,5
Discorda em parte	16,7	7,7	8,3	8,2	10,2	12,5
Concorda em parte	26,7	27,1	26,3	27,1	33,7	21,9
Concorda totalmente	51,7	57,5	58,3	58,2	46,9	53,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1103 γ =-0,02 p=0,525

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

O último item investiga as percepções dos pesquisados acerca do relacionamento entre democracia e a manutenção da ordem social. A variável utilizada agora é composta pelo grau de concordância em relação à afirmação de que a*s democracias não são boas para manter a ordem*. Primeiramente destacamos que a maioria (56,6%) dos componentes da amostra nacional expressou concordância parcial ou total, associando o processo democrático à ocorrência de problemas relativos à ordem política e social. Na pesquisa realizada por Moisés (1995) uma questão semelhante foi aplicada e o grau de concordância verificado em 1993 foi de 52,4%, ou seja, um número muito próximo do que os dados de 1997 do WVS apontam.

Quanto ao relacionamento entre essa medida e o índice de materialismo/pós-materialismo, verificamos (TABELA 28) a existência de uma associação na direção compatível com nossa hipótese de trabalho. O coeficiente γ negativo e significativo (p=0,000), apesar de relativamente reduzido (γ =-0,19), nos habilita a concluir que elevações no referido índice reduzem o grau de concordância em relação à afirmação.

TABELA 28. PÓS-MATERIALISMO E OPINIÃO ACERCA DO RELACIONAMENTO ENTRE DEMOCRACIA E A MANUTENÇÃO DA ORDEM, 1997

GRAU DE CONCORDÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Discorda totalmente	21,7	16,9	18,4	29,5	33,7	37,5
Discorda em parte	20,0	16,9	22,6	19,8	21,4	21,9
Concorda em parte	21,7	34,6	32,5	31,6	25,5	34,4
Concorda totalmente	36,7	31,7	26,5	19,1	19,4	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1094 γ =-0,19 p=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Assim como procedemos na análise da adesão normativa à democracia como forma de governo, também em relação ao apoio ao processo democrático empreendemos testes mais complexos envolvendo modelos de regressão múltipla.

Para tanto, primeiramente tratamos de construir um índice de apoio ao processo democrático envolvendo essa bateria de questões do WVS. Para simplificar a interpretação dessa variável integrada invertemos a ordem dos valores das medidas originais, de modo que graus elevados de concordância passaram a corresponder a pontuações baixas. O índice somatório resultou em uma escala de 9 pontos para a qual encontramos uma média de 6,1.

Com exceção da alteração óbvia da variável resposta (Y), a equação do modelo de regressão aqui utilizado é idêntica a descrita quando analisamos o efeito do índice de pós-materialismo sobre a adesão normativa. Sendo assim, acreditamos que não seja necessário transcrevê-la aqui.

Os resultados agora encontrados também são semelhantes, pois no modelo simples envolvendo apenas o índice de apoio ao processo e a medida de prioridades valorativas encontramos um efeito de 0,12. No modelo de regressão múltipla, que envolve as variáveis idade, educação, renda e sexo, esse impacto continua significativo estatisticamente no sentido compatível com nossa hipótese básica, ainda que sofra uma redução para 0,08 (TABELA 29). Assim como procedemos no caso da adesão

normativa à democracia como forma de governo, aqui também realizamos um teste criando um termo interativo entre pós-materialismo e educação e encontramos resultados semelhantes, ou seja, o efeito dessa medida foi maior (0,17) do que o produzido pelas variáveis isoladas.

TABELA 29. PREDITORES DO APOIO AO PROCESSO DEMOCRÁTICO, 1997

VARIÁVEL	*B*	*BETA*
Índice de materialismo/pós-materialismo	0,17	0,08*
Escolaridade	0,01	0,14*
Sexo (indicadora)	0,61	0,13*
Renda	0,01	0,0**
Idade	0,1	0,08*
R^2		0,05*

Nota: * $p \leq 0,01$ ** $p > 0,05$
Método Enter.

O número significativo de respondentes que concordam com a afirmação de que a democracia não seria compatível com a manutenção da ordem nos apontou a necessidade de investigar melhor esse tema com a utilização de uma última variável obtida através da questão:

> *Se tivesse que escolher, qual deveria ser a principal responsabilidade do Governo? Manter a ordem na sociedade ou respeitar a liberdade individual.*

Indicando novamente a fragilidade da escolha democrática entre a população nacional no momento em que esses dados foram gerados, quando confrontados com essa difícil escolha 49,5% dos entrevistados optaram pela manutenção da ordem, enquanto 50,5% escolheram a liberdade individual (TABELA 30). Consistentemente

com os resultados da questão anterior, aqui também os pós-materialistas tendem a preferirem mais a liberdade que a ordem, como aponta a associação positiva entre as variáveis.

TABELA 30. PÓS-MATERIALISMO E OPÇÃO ENTRE ORDEM SOCIAL E LIBERDADE INDIVIDUAL, 1997

GRAU DE CONCORDÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Manter a ordem na sociedade	59,3	51,6	50,0	52,9	31,6	28,1
Respeitar a liberdade individual	40,7	48,4	50,0	47,1	68,4	71,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1114 γ =0,12 p=0,006

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Nessa seção nossa intenção foi identificar em que medida a priorização de objetivos pós-materialistas estaria associada à dimensão difusa dos valores e atitudes que compõem a cultura política da população nacional. Os resultados que encontramos sugerem que tal relacionamento existe e é positivo, ou seja, a adesão aos chamados valores pós-materialistas é acompanhada de uma postura pró-democracia também no cenário nacional. Apesar dos valores encontrados nos testes serem relativamente reduzidos, porém estatisticamente significativos, a confirmação das associações e as direções das mesmas corroboram a hipótese que levantamos inicialmente e confirmam a validade das teses decorrentes da teoria do desenvolvimento humano para o contexto brasileiro.

Prosseguindo, na próxima seção enfocamos algumas variáveis relacionadas à segunda dimensão das orientações.

3.4 PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA

A cultura política dos indivíduos é o resultado de um complexo e prolongado processo de socialização no qual as etapas que se desenvolvem nas fases iniciais da vida possuem importância primordial. Apesar dos valores e atitudes em relação aos objetos políticos construídos ao longo dessa socialização terem um poder de permanência elevado, as experiências que ocorrem na fase adulta também são relevantes para a compreensão do padrão de relacionamento estabelecido entre os cidadãos e o sistema político no qual estão inseridos (ALMOND, 1989).

Ainda que durante sua infância e adolescência um indivíduo tenha incorporado valores, crenças e atitudes pró-democracia, sucessivas experiências concretas negativas com essa forma de governo e suas instituições em sua fase adulta podem alterar significativamente a configuração de sua cultura política e, conseqüentemente, seu relacionamento com o sistema político. Tais experiências podem contribuir para o enfraquecimento do que Easton (1965) chama de apoio específico, o que pode inclusive provocar a erosão do reservatório de legitimidade democrática formado ao longo do tempo.

A aceitação normativa ou abstrata da democracia como melhor forma de governo não pode, portanto, ser considerada como um dado imutável, posto que é quotidianamente confrontada com a efetividade do processo democrático, com o desempenho de suas instituições e com a atuação de suas elites. É preciso que essas experiências práticas dos cidadãos com o regime gerem satisfação e confiança nas instituições para que a escolha, além de ideal e normativa, seja também vista como eficiente (MOISÉS, 2005). Somente assim, a opção democrática se consolida e pode resistir a possíveis períodos de turbulência econômica ou social.

Desta forma uma dimensão avaliativa ou instrumental (FUCHS, 1993) é fundamental para a análise do conjunto das orientações subjetivas que configuram a posição e disposição de um grupo ou sociedade em relação ao seu sistema político.

Como vimos na seção anterior, a priorização de objetivos pós-materialistas está positivamente associada a uma postura pró-democracia no nível normativo ou abstrato em nosso país. Agora, nos interessa verificar se o mesmo ocorre e com que intensidade em relação a esse outro nível específico. Desde já antecipamos que segundo a teoria do desenvolvimento humano essa associação existe, porém o seu sentido é negativo. Portanto, a adesão aos valores caracterizados como pós-materialistas seria acompanhada do crescimento dos níveis de insatisfação e desconfiança em relação às instituições e elites tradicionais da democracia ocidental (INGLEHART, 2001; INGLEHART e WELZEL 2005). O desenvolvimento dessa postura crítica, entretanto, não acarretaria uma crise da democracia, mas indicaria o desenvolvimento de novas demandas por maior participação e transparência (INGLEHART, 1999). Nosso objetivo, portanto, é identificar em que medida essas afirmações se sustentam em nosso contexto.

Entendendo que as avaliações que compõem essa dimensão podem se dirigir a diferentes objetos políticos, partimos de uma distinção básica entre o desempenho do regime como um todo, de suas instituições particulares e dos seus operadores. Caminhando do geral ao específico, inicialmente selecionamos uma variável que pudesse representar adequadamente a posição dos indivíduos acerca do funcionamento concreto do regime democrático em nosso país, obtida a partir da seguinte questão:

> *As pessoas têm diferentes opiniões sobre o sistema de governar o País. Eu tenho aqui uma escala onde UM significa "muito mal" e DEZ significa "muito bem". Em que lugar desta escala você acha que funciona o sistema político atual?*

As respostas fornecidas pelos entrevistados indicaram que a avaliação do sistema vigente é predominantemente negativa, com um percentual acumulado de mais 70% entre os pontos 1 e 5 da escala. Podemos atribuir esse quadro em grande medida à inegável persistência de graves problemas econômicos, sociais e políticos

ao longo da vigência dessa forma de governo em nosso país. A longa transição do regime militar à democracia não foi acompanhada da melhoria das condições de vida da imensa maioria da população e problemas sociais e econômicos continuam sem a adequada solução (CARVALHO, 2001), o que conseqüentemente impacta negativamente as percepções dos cidadãos em relação ao sistema político atual. Esse quadro não parece estar se alterando, pois os dados produzidos pelo ESEB, em 2002, indicam que naquele momento mais de 60% dos entrevistados estavam pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil.

Quanto ao relacionamento entre essa avaliação e a adesão a valores pós-materialistas, verificamos abaixo (TABELA 31) que o coeficiente γ encontrado nesse cruzamento não possui significância estatística (p=0,204), indicando que as variáveis não estão associadas. Materialistas e pós-materialistas manifestam níveis de insatisfação acentuados, não se distinguindo em relação a esse tema.

TABELA 31. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO ATUAL, 1997

AVALIAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Muito mal	25,9	20,8	24,0	21,1	21,4	15,6
2	5,2	6,5	12,6	6,6	11,2	15,6
3	12,1	8,6	9,4	13,3	13,3	18,8
4	5,2	8,6	8,8	10,8	12,2	9,4
5	22,4	24,9	19,6	19,3	15,3	12,5
6	8,6	7,8	9,9	13,0	10,2	12,5
7	1,7	5,7	5,0	5,4	6,1	9,4
8	12,1	4,9	4,7	5,1	6,1	3,1
9	,0	3,3	2,0	,9	1,0	,0
Muito bem	6,9	9,0	4,1	4,5	3,1	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1107 γ =-0,04 p=0,204

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Situação um pouco distinta é encontrada quando analisamos a relação entre a medida de pós-materialismo e a avaliação de desempenho do regime existente anteriormente, ou seja, a ditadura militar. A variável é resultado da seguinte pergunta:

> *As pessoas têm diferentes opiniões sobre o sistema de governar o País. Eu tenho aqui uma escala onde UM significa "muito mal" e DEZ significa "muito bem". Em que lugar desta escala você acha que funcionou o regime militar no Brasil?*

Assim como no caso anterior a avaliação expressa pelos entrevistados é predominantemente negativa, ou seja, de uma maneira geral manifestam insatisfação tanto em relação à democracia atual, quanto ao regime militar anterior.

Acerca do relacionamento entre as variáveis, entretanto, dessa vez o coeficiente se mostrou significativo (p=0,024) e com sinal negativo (-07), ainda que reduzido (TABELA 32). Apesar de materialistas e pós-materialistas avaliarem negativamente o regime anterior, esses últimos são ligeiramente mais críticos, como seria previsível diante da sua maior adesão abstrata à democracia. Ainda que ambos os sistemas não tenham apresentado respostas satisfatórias aos mais graves problemas nacionais, como a desigualdade social, entre os indivíduos que manifestam tendências pós-materialistas as avaliações em relação ao regime militar são mais negativas.

TABELA 32. PÓS-MATERIALISMO E AVALIAÇÃO DO REGIME MILITAR, 1997

AVALIAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Muito mal	25,4	18,2	20,9	19,5	24,7	28,1
2	5,1	5,5	4,6	4,9	3,1	3,1
3	8,5	7,6	12,9	10,9	16,5	18,8
4	6,8	10,6	13,8	10,0	9,3	15,6
5	18,6	19,1	16,9	21,0	18,6	6,3
6	1,7	8,1	8,3	10,3	9,3	6,3
7	6,8	7,6	8,0	8,8	9,3	12,5
8	6,8	8,1	4,0	5,2	3,1	3,1
9	3,4	3,4	2,8	3,0	1,0	3,1
Muito bem	16,9	11,9	8,0	6,4	5,2	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1079 γ =-0,07 p=0,024

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Além da avaliação do regime político como um todo, é importante também verificar a posição dos cidadãos em relação ao desempenho das principais instituições que o compõem. As medidas mais empregadas nesse sentido têm sido aquelas relacionadas à confiança institucional. Nos estudos nacionais esse tema vem sendo relativamente bem coberto desde o início da década de 1990. Em Moisés (1995; 2006), podemos encontrar a descrição de um quadro de desconfiança institucional acentuada que perpassa diferentes segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica.

Ainda que algum grau de desconfiança seja defendido como saudável por alguns autores, uma vez que seria manifestação do afastamento dos cidadãos dos assuntos sobre os quais possuem pouco controle (PETTIT, 1998; WARREN, 2001), é preciso ter em mente que a persistência e ampliação de níveis elevados de desconfiança nas instituições centrais da democracia podem ser indício de que na visão dos cidadãos as mesmas não estejam desempenhando adequadamente as funções para as quais foram criadas.

O fenômeno da desconfiança tem sido interpretado de diferentes maneiras em diferentes contextos. De maneira convincente, autores como Inglehart (1999), Norris (1999) e Klingelmann (1999) têm defendido que nos países de industrialização avançada níveis elevados de insatisfação e desconfiança em relação aos partidos, congressos e outras instituições tradicionais de representação não devem ser interpretados como sinais de que a opção democrática estaria em crise. Um conjunto de transformações culturais decorrentes dos processos continuados de desenvolvimento sócio-econômico teria gerado maior sofisticação política nos públicos desses países e conduzido à adoção de atitudes mais críticas, porém fundamentalmente comprometidas com a democracia. A crítica às instituições políticas tradicionais estaria acompanhada nesses contextos pela defesa da auto-expressão e de níveis elevados de participação política não-convencional (INGLEHART e WELZEL, 2005; NORRIS, 2002).

Essa interpretação, entretanto, não pode ser diretamente transposta para contextos como o nosso e de várias outras jovens democracias. Como vimos na seção anterior e na literatura nacional especializada, a opção democrática entre os brasileiros ainda é frágil e parece conviver com a aceitação de formas autoritárias de organização política. Em nosso caso, portanto, desconfiança, insatisfação e descrença dificilmente podem ser entendidas como sinais de sofisticação política.

Sendo assim, acreditamos que seja importante identificarmos a existência ou não de associações entre as medidas de desconfiança e a adesão aos valores pós-materialistas em nosso país. Ainda que as condições sócio-econômicas favoráveis à sofisticação política não estejam garantidas em nosso contexto, nos parece importante verificar em que medida os indivíduos classificados como pós-materialistas se distinguem dos demais em relação a esse tema. Para tanto, selecionamos as seguintes instituições: congresso (deputados/senadores), governo federal, partidos políticos, sistema judiciário e serviços públicos.

Os cruzamentos envolvendo os níveis de confiança em cada uma delas e a medida de materialismo/pós-materialismo mostraram que em três casos não existe

associação significativa. Em relação ao congresso e aos partidos, materialistas e pós-materialistas juntos somam mais de 60% no acumulado das opções "não confio" e "confio pouco". Esse quadro não parece ter se alterado ao longo desses anos, pois os dados de 2006 do Latinobarómetro para a América Latina em geral apontam que apenas 27% dos entrevistados depositam algum grau de confiança no congresso e 22% nos partidos políticos. Encontramos situação mais favorável no que diz respeito aos serviços públicos, nos quais a maioria dos entrevistados (59%) confia em parte ou inteiramente. Apesar dessa distinção, também em relação às instituições responsáveis por tais serviços não verificamos a existência de um relacionamento estatisticamente significativo com a adesão aos valores pós-materialistas.

As únicas associações encontradas foram entre o referido índice e a confiança no governo federal e no sistema judiciário. No conjunto, o percentual de entrevistados que manifestam confiança é bem próximo do percentual dos que desconfiam, mas pós-materialistas tendem a ser mais críticos em relação às duas instituições, como indicam os coeficientes γ apresentados nas tabelas que seguem (TABELAS 33 e 34).

TABELA 33. PÓS-MATERIALISMO E CONFIANÇA NO GOVERNO FEDERAL, 1997

CONFIANÇA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Não confia	32,2	31,2	28,8	32,6	37,8	31,3
Confia pouco	22,0	17,2	19,9	18,6	24,5	28,1
Confia em parte	27,1	38,0	38,9	40,7	31,6	37,5
Confia inteiramente	18,6	13,6	12,4	8,1	6,1	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1120 γ =-0,08 p=0,021

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

TABELA 34. PÓS-MATERIALISMO E CONFIANÇA NA JUSTIÇA/SISTEMA LEGAL, 1997

CONFIANÇA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Não confia	26,7	23,8	23,7	24,3	19,4	31,3
Confia pouco	25,0	19,8	16,6	23,7	25,5	37,5
Confia em parte	28,3	28,6	42,0	40,5	41,8	25,0
Confia inteiramente	20,0	27,8	17,7	11,4	13,3	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N=1125 γ =-0,09 p=0,011

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Após abordar o tema da avaliação do sistema político e das suas principais instituições, por fim, tratamos agora da avaliação das elites políticas ou operadores do sistema. Acreditamos que a variável que mais diretamente pode servir a esse propósito é aquela que mede a satisfação dos entrevistados acerca do atual governo. A pergunta que gera essa medida é bastante direta:

O Sr. (a) está satisfeito ou insatisfeito com relação à maneira como atual Governo está conduzindo o país? Muito ou só um pouco?

No momento em que os dados foram coletados pelo WVS, em 1997, o governo gozava de avaliação positiva entre 57,3% dos pesquisados, somando os que se consideravam "satisfeitos" e "muito satisfeitos". Assim, como ocorreu na avaliação do sistema político, aqui também não verificamos a existência de relacionamento entre essa medida e o índice de materialismo/pós-materialismo (TABELA 35).

TABELA 35. PÓS-MATERIALISMO E SATISFAÇÃO COM O GOVERNO ATUAL, 1997

SATISFAÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Muito insatisfeito	26,7	21,9	20,7	22,6	23,7	37,5
Insatisfeito	18,3	19,5	22,4	19,9	15,5	12,5
Satisfeito	35,0	41,4	46,3	42,5	50,5	43,8
Muito satisfeito	20,0	17,1	10,6	15,1	10,3	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1120 γ =-0,03 p=0,432

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Essa, entretanto, não é a única variável disponível na base de dados aqui utilizada para identificarmos a posição dos pesquisados em relação aos operadores das instituições que compõem o sistema político. Um indicador também interessante, ainda que menos direto e preciso que o anterior, deriva da seguinte questão:

Falando de um modo geral, o Sr.(a) diria que as coisas no Brasil são feitas para atender os grandes interesses de poucas pessoas ou são feitas para beneficiar toda a população?

Aqui encontramos fortes evidências de insatisfação por parte dos entrevistados, pois a maioria (75,4%) optou pela resposta correspondente ao atendimento dos grandes interesses. A consulta aos dados encontrados pelo Latinobarómetro para uma questão semelhante indica que a situação tem se alterado apenas sutilmente com o passar desses quase 10 anos. Em 2006 apenas 36% dos pesquisados no Brasil afirmaram que o país era governado em benefício de toda a população.

O cruzamento entre essa medida e o índice de pós-materialismo nos fornece informações bastante interessantes. Primeiramente, verificamos que existe um relacionamento significativo e negativo entre as medidas, com γ =-0,31 (TABELA 36). Essa conclusão, entretanto, poderia ser facilmente alcançada com a simples inspeção

visual das linhas e colunas da tabela abaixo, pois é possível notar que entre os materialistas "puros" a distribuição entre as duas opções tem uma diferença de apenas 10 pontos percentuais, enquanto entre os pós-materialistas "puros" a diferença alcança 68 pontos.

Podemos facilmente verificar que avanços na escala que mede a adesão dos indivíduos aos chamados valores pós-materialistas são acompanhados de avanços no que podemos denominar de uma postura crítica em relação ao atendimento dos interesses no Brasil.

TABELA 36. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE OS INTERESSES ATENDIDOS NO BRASIL, 1997

INTERESSES ATENDIDOS	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Atender os grandes interesses de poucos	55,2	64,8	77,2	80,9	86,7	84,4
Beneficiar toda a população	44,8	35,2	22,8	19,1	13,3	15,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1111 γ =-0,31 p=0,000

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Outra medida útil acerca desse tema pode ser obtida através da identificação da percepção dos entrevistados sobre a extensão da corrupção na administração pública. Sobre esse ponto, inicialmente gostaríamos de destacar que a maioria (57,9%) dos componentes da amostra afirmaram que a opção que mais se aproximava de sua percepção é a seguinte: existe corrupção em quase todos os órgãos da administração pública. Se somarmos esse percentual ao daqueles que escolheram a opção "existe corrupção na maioria dos órgãos da administração pública", teremos o expressivo resultado de 81%.

Essa visão predominantemente negativa não é exclusividade nacional. Para ficar apenas em um exemplo, entre a população norte-americana o número de cidadãos que percebem a corrupção como disseminada por quase toda a administração

pública cresceu consideravelmente ao longo das últimas décadas. Em 1958 apenas 24% dos entrevistados consideravam o governo corrupto. Esse percentual sofreu elevações constantes com o passar dos anos e, em 1994, alcançou a maioria (51%).

No caso brasileiro, assim como verificamos na variável anterior, o relacionamento entre essa medida de avaliação das elites/operadores e a medida de adesão ao pós-materialismo é significativa (p=0,028) (TABELA 37). O γ =-0,09 indica a existência de uma associação positiva, ainda que fraca, e favorece a interpretação de que os entrevistados que manifestaram maior adesão aos objetivos pós-materialistas vêem com intensidade ligeiramente maior as instituições públicas como contaminadas pela corrupção.

TABELA 37. PÓS-MATERIALISMO E PERCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO DA CORRUPÇÃO, 1997

PERCEPÇÃO	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
	Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Praticamente não existem casos de corrupção na administração pública	5,6	4,1	1,4	1,8	3,1	0,0
Existe corrupção em alguns órgãos da administração pública	9,3	16,1	16,5	16,6	20,4	18,8
Existe corrupção na maioria dos órgãos da administração pública	18,5	16,1	24,6	27,1	22,4	34,4
Existe corrupção em quase todos os órgãos da administração pública	66,7	63,6	57,4	54,5	54,1	46,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 1103 γ =-0,09 p=0,028

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Nosso objetivo nessa seção foi pesquisar o relacionamento entre a chamada síndrome de pós-materialismo e a dimensão específica dos valores e atitudes dos indivíduos em relação à democracia como um todo, às suas principais instituições e à atuação das suas elites e operadores.

Como havíamos antecipado, Inglehart e seus colaboradores têm defendido, com o apoio de evidências empíricas consideráveis, que a chamada síndrome de valores pós-materialistas seria acompanhada do estabelecimento de uma postura crítica e desconfiada em relação ao funcionamento concreto dos sistemas políticos contemporâneos, às suas instituições e às lideranças políticas tradicionais.

Os resultados apresentados ao longo dessa seção, entretanto, não confirmam esse raciocínio para o caso nacional. Em apenas alguns temas específicos verificamos associações significativas entre a medida de materialismo/pós-materialismo e as variáveis relacionadas à dimensão instrumental das orientações políticas subjetivas dos entrevistados.

Justamente naquelas medidas que mais diretamente diziam respeito aos objetos políticos centrais da democracia nacional, não constatamos a existência de relacionamento estatisticamente considerável. As elevações na escala de pós-materialismo não foram acompanhadas de decréscimo nas avaliações acerca do desempenho do atual sistema político, do nível de confiança depositada no congresso e nos partidos, nem tampouco na satisfação com o governo. É claro que não podemos desconsiderar a importância das associações positivas encontradas, mas no seu conjunto os dados apresentados ao longo das últimas páginas não corroboram a hipótese inicial dessa pesquisa.

3.5 PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO

Segundo os defensores da teoria do desenvolvimento humano, a síndrome de valores pós-materialistas teria conseqüências positivas para os processos de democratização porque estaria associada à adoção de valores e atitudes congruentes com essa forma de governo. Essas orientações subjetivas, entretanto, também seriam acompanhadas de uma postura crítica em relação ao funcionamento concreto das instituições políticas e, sobretudo, pelo questionamento dos mecanismos tradicionais de representação (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005).

O reflexo dessa atitude crítica seria a redução significativa nas taxas de mobilização política verificadas nas últimas décadas nas sociedades avançadas industrialmente. Esse quadro, entretanto, não seria um sinal de apatia por parte dos públicos dessas nações, pois em paralelo à redução na participação tradicional estaria ocorrendo processo inverso nas chamadas *elite-directed political action,* ou seja, nas atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas (NORRIS, 2002; INGLEHART e WELZEL, 2005). O desejo de tomar parte dos assuntos públicos de maneira mais ativa e direta estaria acompanhando a mudança pós-materialista. Uma vez superados os limites estritos da sobrevivência física e econômica, os indivíduos estariam se preocupando cada vez mais com questões relacionadas à sua auto-expressão, gerando uma "intervenção cidadã na política" (INGLEHART, 2001, p. 221).

Como apontamos no segundo capítulo dessa tese, evidências empíricas robustas têm sido apresentadas desde o final da década de 1970 para confirmar esses argumentos (BARNES *et. al.,* 1979; NORRIS, 2002). Em perspectiva mundial, portanto, os valores pós-materialistas estariam fortemente associados a ações políticas não convencionais, como manifestações, boicotes ou ocupações. Tais formas de mobilização, como demonstram as sucessivas sondagens realizadas pelo WVS, têm se tornado relativamente comum (INGLEHART e WELZEL, 2006).

Nessa seção procuramos verificar se algo parecido se desenvolve também em nosso país, ou seja, analisamos a existência e a intensidade da associação entre a

priorização de objetivos pós-materialistas e um conjunto de valores e atitudes participacionistas. Diferentemente do que ocorreu nas seções anteriores, para a maioria das variáveis relacionadas a esse tema dispomos de dados correspondentes às duas pesquisas realizadas pelo WVS no Brasil. Sendo assim, teremos a possibilidade de analisar a tendência de evolução dessa associação, ainda que o tempo que separa as duas sondagens seja reduzido.

O nível de interesse dos indivíduos por política tem sido empregado com relativa freqüência nos estudos sobre cultura política como indicador de uma postura participativa (ALMOND e VERBA, 1989; INGLEHART, 2001). Em uma perspectiva mundial, dados coletados pelo WVS entre os anos de 1981 e 1990 indicaram tendência de elevação no número de entrevistados que se diziam interessados em alguma medida. A verificada redução na participação por meio do voto e pelo engajamento em partidos, portanto, não tem sido acompanha da apatia política dos cidadãos, que se mostram cada vez mais interessados (INGLEHART, 2001).

No Brasil tendência semelhante foi verificada por Moisés (1995) entre os anos de 1989 e 1993, com o percentual de interessados passando de 60,5% para 68,7%. Em 2002, segundo o levantamento do ESEB, o percentual acumulado de indivíduos com algum ou muito interesse foi de 60,5 pontos, indicando certa estabilização nessa evolução.

Os dados nacionais produzidos pelo WVS de 1991 e 1997, apesar de utilizarem uma codificação de respostas diferente, indicam um quadro próximo a esse. Tomando a totalidade dos entrevistados temos que em 1991 apenas 36% declararam não possuir nenhum interesse em política. Na pesquisa posterior esse número se reduz ainda mais, atingindo 31,6 pontos percentuais.

O cruzamento dessa variável com o índice de materialismo/pós-materialismo, como podemos constatar a seguir (TABELA 38), foi favorável à nossa hipótese inicial. Encontramos em relação à amostra de 1991 um coeficiente de associação estatisticamente significativo (p=0,000) e positivo (γ =0,20), indicando que elevações no índice que mede a adesão as prioridades pós-materialistas são acompanhadas por

manifestações de maior interesse. Essa associação ganha maior intensidade na segunda pesquisa (γ =0,28), mostrando que com o passar do tempo, pós-materialistas tendem a se distinguirem mais dos materialistas.

TABELA 38. PÓS-MATERIALISMO E INTERESSE POR POLÍTICA, 1991/1997

	INTERESSE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Nenhum	41,6	40,3	37,8	29,6	24,3	15,0
	Pouco	14,4	18,6	19,5	14,8	11,0	12,5
	Algum	32,8	32,5	33,3	38,1	35,3	35,0
	Muito	11,2	8,6	9,4	17,6	29,4	37,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1687	γ =0,20		*p*=0,000			
	INTERESSE	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Nenhum	53,3	39,3	33,6	25,8	17,3	9,4
	Pouco	28,3	40,9	40,7	36,3	33,7	18,8
	Algum	11,7	10,7	16,0	24,3	22,4	31,3
	Muito	6,7	9,1	9,7	13,5	26,5	40,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1126	γ =0,28		*p*=0,000			

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Apenas para identificar a consistência desses resultados também nos valemos de uma segunda variável diretamente ligada à anterior, obtida através da pergunta:

O Sr.(a) considera importante ou sem importância a POLÍTICA em sua vida?

Consistentemente, as associações verificadas dessa vez foram igualmente significativas e positivas (0,13 e 0,22, respectivamente para 1991 e 1997), indicando que pós-materialistas tendem a atribuir mais importância à política (TABELA 39).

TABELA 39. PÓS-MATERIALISMO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À POLÍTICA, 1991/1997

	IMPORTÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Sem importância	33,9	40,6	38,3	31,7	26,5	15,4
	Pouco importante	29,0	22,5	22,3	22,4	16,2	25,6
	Importante	21,0	18,0	22,5	24,0	26,5	30,8
	Muito importante	16,1	18,9	17,0	22,0	30,9	28,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1676	γ =0,13	*p*=0,000				
	IMPORTÂNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Sem importância	44,8	28,5	26,1	23,0	16,7	18,8
	Pouco importante	17,2	28,5	25,8	18,4	18,8	9,4
	Importante	24,1	30,9	29,9	28,1	32,3	28,1
	Muito importante	13,8	12,2	18,2	30,5	32,3	43,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1104	γ =0,22	*p*=0,000				

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Outra variável igualmente interessante sobre o tema da participação diz respeito à freqüência com que as pessoas conversam sobre política com seus amigos. Os resultados mundiais apresentados por Inglehart (2001) indicam que dentre os 21 países pesquisados pelo WVS, 17 manifestaram alguma elevação nesse indicador.

No Brasil situação semelhante pode ser verificada, pois em 1991 55,6% dos entrevistados optaram pelas opções "às vezes conversam" e "sempre conversam". Em 1997 o acumulado dessas duas opções se eleva para 58,2%, indicando uma tendência positiva nesse indicador.

Observando o cruzamento apresentado a seguir (TABELA 40), podemos concluir que aqui também a adesão aos valores pós-materialistas é acompanhada de uma postura mais ativa em relação à participação. Em ambas as sondagens realizadas, podemos verificar a ocorrência de coeficientes estatisticamente significativos e

positivos. Também encontramos uma tendência de ampliação dessa associação, que de 0,18 em 1991, passa para 0,34 em 1997.

TABELA 40. PÓS-MATERIALISMO E FREQÜÊNCIA DE CONVERSAS SOBRE POLÍTICA, 1991/1997

	FREQÜÊNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Não, nunca conversam	46,4	49,2	47,2	39,6	28,5	12,5
	Às vezes conversam	40,0	35,3	32,4	39,8	35,0	52,5
	Sempre conversam	13,6	15,5	20,3	20,5	36,5	35,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1670	γ =0,18	*p*=0,000				
	FREQÜÊNCIA	MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Não, nunca conversam	59,3	55,4	46,3	30,7	23,5	22,6
	Às vezes conversam	28,8	38,2	45,4	52,2	50,0	45,2
	Sempre conversam	11,9	6,4	8,3	17,0	26,5	32,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=1124	γ =0,34	*p*=0,000				

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

As associações nos inspiraram a empreender testes mais complexos que pudessem indicar a intensidade do impacto produzido pela adesão aos valores pós-materialistas sobre esses indicadores. Para tanto construímos um índice somatório de interesse por política reunindo as três medidas utilizadas acima. Esse índice resultou em um escala que vai de 0 a 8. A média verificada nos dados relativos à pesquisa de 1991 foi de 2,29, com desvio padrão de 2,45. Para 1997, a média foi de 3,35 com desvio padrão de 2,28. Em ambas as amostras a distribuição dos dados obteve resultados satisfatórios nos testes de normalidade.

Um primeiro modelo de regressão envolvendo apenas a variável resposta criada e o índice de materialismo/pós-materialismo revelou que o impacto provocado por essa última medida é de 0,18 e 0,28, respectivamente para 1991 e 1997, o que também confirma uma tendência de elevação nesse efeito. Incorporando variáveis de controle ao modelo, com o objetivo de verificar se esse efeito permanece válido, encontramos

os resultados que seguem abaixo (TABELA 41). Aqui também gostaríamos de salientar que os modelos não possuem grande capacidade explicativa sobre a variável dependente, uma vez que dão conta apenas de 12,8% e 13,8% da sua variação. Apesar disso, são úteis para os objetivos propostos em nossa pesquisa.

TABELA 41. PREDITORES DO INTERESSE POR POLÍTICA, 1991/1997

VARIÁVEL	1991		1997	
	B	*BETA*	*B*	*BETA*
Índice de materialismo/pós-materialismo	0,18	0,08*	0,43	0,21*
Escolaridade	1,04	0,27*	0,81	0,24*
Sexo (indicadora)	0,42	0,09*	0,16	0,04**
Renda	0,34	0,11*	0,10	0,04**
Idade	0,02	0,09*	0,01	0,05**
R^2		0,13		0,14

Nota: * $p \leq 0{,}001$ ** $p > 0{,}05$
Método Enter

Levando em consideração os dados da pesquisa de 1991, podemos constatar que a incorporação das variáveis sócio-demográficas reduz sensivelmente o impacto provocado pelo índice de materialismo/pós-materialismo, embora ainda permaneça significativo a um nível bastante exigente (p=0,001). A medida referente ao nível de escolaridade dos entrevistados parece ser a que mais contribui para essa redução. Como já alertamos, essa redução era esperada em virtude da associação existente entre escolaridade e pós-materialismo.

Os resultados envolvendo os dados de 1997 indicam uma redução bem menor nesse efeito, o que já esperávamos em virtude da maior associação entre as variáveis fundamentais nessa segunda sondagem. Como podemos constatar na tabela acima, o impacto da medida de pós-materialismo foi de 0,21, o segundo maior do modelo, ficando atrás apenas da escolaridade.

É interessante notar que as demais variáveis (sexo, renda e idade) não alcançaram o nível mínimo de significância estatística exigida ($p \leq 0,05$). Ou seja, na presença da escolaridade e do índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens, essas variáveis não produzem impacto significativo sobre o índice de interesse por política. Os resultados apresentados indicam que o impacto da variável independente continua existindo mesmo quando são inseridas variáveis de controle e, portanto, corroboram a hipótese de que a priorização de objetivos definidos como pós-materialistas é acompanhada no contexto nacional de elevações no grau de interesse individual por política, elemento fundamental do que podemos definir como postura participativa.

Mais diretamente ligado ao nível da ação participativa, o WVS disponibiliza um conjunto de dados relativos à atuação dos entrevistados em diferentes instituições, organizações ou atividades. Como existem diferenças importantes na forma como essas variáveis foram geradas em cada uma das pesquisas conduzidos no Brasil por essa organização, nesse momento apresentaremos os dados em tabelas distintas. Na pesquisa de 1991, os entrevistados apenas informaram se participavam ou não de um conjunto de instituições. Na de 1997, ao invés das opções sim ou não, os indivíduos eram levados a escolherem entre as seguintes alternativas: participo ativamente, participo sem atuação e não participo.

Nas próximas tabelas apresentamos os resultados do cruzamento do índice de pós-materialismo e a variável indicadora referente à participação em cada uma das instituições (TABELA 42 e 43[59]).

Antes de tratar do relacionamento entre as variáveis gostaríamos de ressaltar os baixos níveis de participação em todos os tipos de organizações encontrados em 1991. Com exceção das igrejas e organizações religiosas, que contaram com 22% de participação, entre as demais as taxas não ultrapassaram 10 pontos percentuais. Apenas 10% afirmaram participar de sociedades beneficentes, 5,4% de grupos educacionais/artísticos/culturais, 6,7% de sindicatos, 4,9% de partidos ou grupos

[59] Devido às dimensões da tabela optamos por apresentar os coeficientes de associação e seus respectivos níveis de significância (p) em uma tabela separada.

políticos, 7,5% de grupos locais de discussão, 2,8% de grupos ecológicos, 4,6% de organizações profissionais, 8,3% de grupos esportivos/recreativos e 2,2% de grupos de mulheres/feministas.

Passando à análise das associações, verificamos nas tabelas (42 e 43) que em cinco casos o relacionamento é estatisticamente significativo. Elevações na medida de pós-materialismo estão acompanhadas de maior participação em organizações educacionais, musicais ou artísticas, em sindicatos, partidos ou grupos políticos, grupos locais de discussão e associações profissionais. Dentre essas, a ligação mais intensa ocorreu em relação às associações profissionais, com um coeficiente γ=0,44. Os coeficientes dos demais cruzamentos ficaram entre 0,19 (sindicatos) e 0,24 (partidos/grupos políticos).

TABELA 42. PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS POR REGIÃO, 1991

ORGANIZAÇÃO/ATIVIDADE		MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Beneficentes/Caridade	Não	88,9	92,2	90,5	88,7	85,4	90,0
	Sim	11,1	7,8	9,5	11,3	14,6	10,0
Religiosas	Não	74,6	79,8	76,8	78,2	80,3	75,0
	Sim	25,4	20,2	23,2	21,8	19,7	25,0
Educacional/artístico/cultural	Não	96,0	95,3	95,5	94,9	88,3	85,0
	Sim	4,0	4,7	4,5	5,1	11,7	15,0
Sindicatos	Não	95,2	94,7	93,8	92,7	86,9	92,5
	Sim	4,8	5,3	6,2	7,3	13,1	7,5
Partidos/grupos políticos	Não	95,2	97,5	95,1	94,3	89,8	92,5
	Sim	4,8	2,5	4,9	5,7	10,2	7,5
Grupos locais de discussão	Não	96,8	94,7	92,1	90,5	90,5	92,5
	Sim	3,2	5,3	7,9	9,5	9,5	7,5
Ecológicos	Não	95,2	98,6	98,3	96,0	95,6	95,0
	Sim	4,8	1,4	1,7	4,0	4,4	5,0
Associações Profissionais	Não	99,2	98,1	96,1	93,9	89,8	85,0
	Sim	,8	1,9	3,9	6,1	10,2	15,0
Esportivos/recreativos	Não	92,9	91,4	92,9	91,3	86,1	85,0
	Sim	7,1	8,6	7,1	8,7	13,9	15,0
Grupos de Mulheres/	Não	100,	98,9	97,4	99,2	97,8	97,5
feministas	Sim	,0	1,1	2,6	,8	2,2	2,5

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

TABELA 43. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1991

ORGANIZAÇÃO/ATIVIDADE	γ	p
Beneficentes/Caridade	0,11	0,070
Religiosas	-0,01	0,787
Educacional/musical/cultural	0,21	0,014
Sindicatos	0,19	0,010
Partidos/grupos políticos	0,24	0,004
Grupos locais de discussão	0,19	0,003
Ecológicos	0,20	0,080
Associações Profissionais	0,44	0,000
Esportivos/recreativos	0,11	0,089
Grupos de Mulheres/feministas	0,13	0,538

N=1694 em todas as variáveis.

Vejamos agora como se comportam os dados referentes à segunda pesquisa do WVS, realizada no ano de 1997. Como já mencionamos, nessa segunda sondagem as perguntas distinguiam dois tipos de participação: ativa e sem atuação. Em comparação com as baixas taxas de participação verificadas em 1991, o panorama aqui é favorável, com elevações no percentual dos participantes em todas as instituições, organizações ou atividades.

A participação em organizações religiosas, que em 1991 foi a mais mencionada, aumentou significativamente em 1997. Somando o percentual daqueles que afirmaram participação sem atuação efetiva (30,7%) com o daqueles que declaram participar ativamente (30,8%), chegamos à impressionante marca de mais de 60 pontos.

As sociedades beneficentes, que contavam com a participação de 10% dos entrevistados em 1991, passaram nesse segundo momento a contar com 16,2% de participantes sem atuação e 14,7% de participantes ativos. Sem considerar essa distinção acerca da qualidade da participação, 30,9% dos entrevistados afirmaram participar desse tipo de organização.

Quanto às instituições ou organizações voltadas para atividades educacionais, culturais ou artísticas, que em 1991 contavam com apenas 5,4% de adeptos, verificamos também uma elevação considerável. Somando aqueles que afirmam

participarem sem atuação efetiva (6,8%) aos participantes ativos (11,4%), encontramos um total de 18,2%.

Em 1997, a pesquisa associou sindicatos às demais organizações relacionadas ao trabalho, de modo que alguma elevação seria esperada como conseqüência dessa alteração no instrumento de coleta de dados. Tal mudança, entretanto, não parece ser suficiente para explicar uma elevação de mais de 11 pontos. O percentual acumulado de entrevistados que afirmaram participar ativamente ou não desse tipo de organização alcançou 17,8 pontos.

Em relação aos partidos e grupos políticos encontramos mudança também importante, pois dos 4,9% de taxa de participação em 1991, passamos nesse segundo momento para o acumulado de 14,2%.

Aumento igualmente expressivo se deu em relação às organizações de defesa do meio ambiente. Em 1991, apenas 2,8% dos pesquisados declaram participar desse tipo de organização. Em 1997 esse percentual salta para 14,3%.

Por fim, também encontramos situação mais positiva no que diz respeito às associações profissionais, que contavam na primeira pesquisa com 4,6% de participantes e na segunda com 16,7%, caracterizando uma elevação de mais de 12 pontos.

No geral, podemos identificar, apesar das diferentes formulações das questões, uma tendência de elevação da participação nessas instituições quando comparamos os dados das duas ondas de *surveys* realizados pelo WVS no território nacional.

Resta saber, portanto, se materialistas e pós-materialistas continuam a se distinguirem em termos dessa participação. Os cruzamentos, coeficientes γ e níveis de significância apresentados nas tabelas que seguem (TABELAS 44 e 45) apontam algumas alterações em relação ao quadro anterior. A primeira delas diz respeito à participação em sindicatos, que deixou de estar asssociada à medida de pós-materialismo. Por outro lado, o relacionamento entre essa última variável e a participação em partidos ou grupos políticos sofreu uma ligeira elevação na sua intensidade. Acerca das associações profissionais, apesar da relação continuar

significativa, o coeficiente γ sofreu uma redução de 0,44 para 0,15. A participação em clubes esportivos ou recreativos manteve o mesmo coeficiente de associação nessa segunda pesquisa do WVS. Os cruzamentos com as demais variáveis sobre participação continuaram não alcançando o nível de significância estatística mínimo.

TABELA 44. PÓS-MATERIALISMO E TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES/ ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1997

ORGANIZAÇÃO/ ATIVIDADE		MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
		Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
Beneficentes	Não participa	80,0	63,9	71,2	69,6	61,2	84,4
	Participa sem atuação	10,0	18,7	15,7	16,7	18,4	12,5
	Participa ativamente	10,0	17,5	13,1	13,7	20,4	3,1
Religiosas	Não participa	48,3	34,1	40,5	38,5	38,8	37,5
	Participa sem atuação	25,0	31,0	29,6	33,1	24,5	37,5
	Participa ativamente	26,7	34,9	29,9	28,4	36,7	25,0
Educacional/ Musical/cultural	Não participa	88,3	85,7	86,9	79,1	67,3	53,1
	Participa sem atuação	1,7	7,1	4,6	7,2	7,1	31,3
	Participa ativamente	10,0	7,1	8,5	13,7	25,5	15,6
Sindicatos/ Org. do Trabalho	Não participa	86,7	82,1	82,6	83,3	72,4	81,3
	Participa sem atuação	5,0	6,7	8,0	8,1	12,2	15,6
	Participa ativamente	8,3	11,1	9,4	8,7	15,3	3,1
Partidos/ grupos políticos	Não participa	96,7	88,1	88,0	84,2	73,5	71,9
	Participa sem atuação	3,3	4,8	7,1	7,5	13,3	9,4
	Participa ativamente	,0	7,1	4,8	8,4	13,3	18,8
Ecológicos	Não participa	88,3	87,7	84,6	86,0	81,6	78,1
	Participa sem atuação	5,0	6,7	8,3	9,0	10,2	12,5
	Participa ativamente	6,7	5,6	7,1	5,1	8,2	9,4
Associações Profissionais	Não participa	86,7	87,3	84,0	79,7	80,6	75,0
	Participa sem atuação	1,7	4,4	6,3	8,4	6,1	12,5
	Participa ativamente	11,7	8,3	9,7	11,9	13,3	12,5
Esportivos/ recreativos	Não participa	86,7	76,6	73,5	74,6	64,3	59,4
	Participa sem atuação	6,7	9,5	11,1	14,3	19,4	28,1
	Participa ativamente	6,7	13,9	15,4	11,0	16,3	12,5

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

TABELA 45. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES/ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, 1997

ORGANIZAÇÃO/ATIVIDADE	γ	p
Beneficentes	0,00	.921
Religiosas	-0,01	.730
Educacional/musical/cultural	0,28	.000
Sindicatos	0,06	.254
Partidos/grupos políticos	0,26	.000
Ecológicas	0,08	.163
Associações Profissionais	0,15	.007
Esportivos/recreativos	0,11	.015

N=1128 em todas as variáveis.
Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Tendo em mente o problema de investigação que formulamos, a principal afirmação que desponta da análise desses dados sobre participação diz respeito à persistência de associação entre o índice de pós-materialismo e o envolvimento com os partidos políticos. Como já mencionamos, a teoria do desenvolvimento humano defende o argumento de que a priorização de valores pós-materialistas é acompanhada de uma postura crítica em relação às instituições tradicionais de representação política da democracia contemporânea. Assim, essa mudança de valores se refletiria na redução das taxas de participação em eleições, dos níveis de confiança no congresso e instituições correlatas, bem como pela redução na participação em partidos e grupos políticos tradicionais. No caso brasileiro, entretanto, essa situação não foi constatada. Verificamos que nas duas ondas conduzidas pelo WVS as elevações no índice de pós-materialismo estão acompanhadas de maior participação nas organizações partidárias.

Outro ponto discordante que emerge dos dados nacionais diz respeito à atividade em grupos ecológicos ou de defesa do meio ambiente. A substituição das preocupações materialistas por objetivos pós-materialistas conduziria, segundo Inglehart (1997, 2001), a uma ênfase na qualidade de vida e na preservação ambiental. Essas novas metas deveriam, em tese, se converter em maior atividade política relacionada a tais assuntos. Essa hipótese, entretanto, não se confirmou entre os brasileiros entrevistados nas pesquisas de 1991 e 1997. Em ambas as amostras não

ocorreram associações significativas entre a participação em organizações ligadas ao tema da preservação ambiental e o índice de materialismo/pós-materialismo.

O conjunto dos temas analisados até esse momento diz respeito ao que podemos chamar de participação política convencional. Os valores pós-materialistas, entretanto, estariam mais associados a atividades relacionadas à contestação, como destacam os defensores da teoria do desenvolvimento humano (INGLEHART, 2001; 2005).

A seguir nos voltamos para modalidades de ação que podem ser definidas como atividades não convencionais, com o objetivo de verificar se a tendência de associação entre pós-materialismo e atitudes participativas continua a se manifestar.

As pesquisas conduzidas pela WVS incluem uma bateria de perguntas sobre a disposição para participar em quatro formas de ação política dessa natureza. A redação exata dessa bateria é o seguinte:

Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

1) *Participar de um boicote*
2) *Participar de passeatas ou manifestações legalmente autorizadas*
3) *Participar de uma greve ilegal*
4) *Participar de ocupações de edifícios e fábricas*

Na realidade, essas questões são réplicas das aplicadas no estudo Political Action (BARNES *et. al*., 1979) e foram elaboradas com o objetivo de verificar se as mudanças culturais intergeracionais e a elevação nos níveis de qualificação estavam impulsionando o surgimento de cidadãos mais ativos (INGLEHART, 2001). Comparando dados de 1981 e 1990 de 21 países esse autor constatou que tanto em termos de ação afetiva, quanto nas disposições para tal, ocorreu uma tendência de

ampliação na adesão a essas práticas em escala mundial que estaria associada à denominada síndrome de valores pós-materialistas (Id.).

Vejamos se essa mesma tendência se manifesta no caso nacional através da análise dos dados produzidos pelas duas ondas de investigações conduzidas em nosso país. Em 1991, 10,3% dos entrevistados afirmaram já ter participado de boicotes e 36,3% manifestaram disposição para tal. Em 1997 ocorreu uma retração nesses dois grupos, com 29% e 6,4%, respectivamente para cada opção.

Em relação à participação em passeatas ou manifestações, ao invés de redução verificamos um aumento no número de entrevistados que declararam já ter participado. Em 1991, 39,8% dos pesquisados informaram que poderiam participar e 18,7% que já haviam tomado parte. Em 1997, o percentual daqueles que poderiam participar sofreu uma ligeira queda para 38 pontos, entretanto, o percentual daqueles que já haviam participado subiu para 24,8 pontos.

Na participação em greves ilegais, verificamos também uma redução, pois em 1991 18,7% manifestam que poderiam participar e 7,6% que já haviam participado, enquanto que em 1997 o primeiro percentual cai para 14,9 pontos e o segundo para 6,5. Por fim, em relação às ocupações, constatamos um aumento. Na primeira pesquisa 12,6% afirmaram que poderia fazer e 1,9% que já haviam feito. Na segunda esses percentuais passam para 16,1 e 2,7 pontos, respectivamente.

Em síntese, os dados nacionais indicam uma situação ambígua, na qual algumas práticas não convencionais tiveram ligeira elevação e outras reduções. Como não dispomos de séries temporais mais longas e consistentes, nos eximimos aqui de análises mais aprofundadas sobre tendências nesse tipo de ação política, até porque nosso maior interesse está na identificação do possível relacionamento entre essas variáveis e a medida de pós-materialismo.

As tabelas que seguem (46 e 47) conduzem à conclusão de que pós-materialistas manifestam maior tendência à participação em ações não convencionais em ambas as pesquisas. Ainda que ocorra uma redução nos coeficientes de associação entre os dois levantamentos, o relacionamento continua significativo e no sentido

previsto pela nossa hipótese. Como não dispomos ainda de ondas subseqüentes de modo a compor séries históricas mais prolongadas, não podemos chegar a uma conclusão nesse momento sobre o significado dessas ligeiras reduções nas medidas de associação.

TABELA 46. PÓS-MATERIALISMO E ATIVIDADE POLÍTICA NÃO-CONVENCIONAL, 1991/1997

	ATIVIDADE		MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
			Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1991	Boicote (N=1640)	Não, nunca faria	58,5	67,2	58,3	42,6	32,4	23,1
		Poderia fazer	37,4	27,2	33,4	43,2	43,4	61,5
		Já fiz	4,1	5,5	8,3	14,1	24,3	15,4
	Passeatas/ manifestações legais (N=1683)	Não, nunca faria	48,8	53,4	42,7	31,6	24,3	12,5
		Poderia fazer	36,8	37,2	40,5	44,6	41,9	37,5
		Já fiz	14,4	9,5	16,8	23,7	33,8	50,0
	Greve ilegal (N=1687)	Não, nunca faria	80,8	80,8	76,3	68,0	55,5	57,5
		Poderia fazer	16,8	12,8	17,5	21,7	29,2	35,0
		Já fiz	2,4	6,4	6,2	10,3	15,3	7,5
	Ocupações de edifícios/fábricas (N=1664)	Não, nunca faria	86,3	88,0	89,6	83,4	70,5	71,8
		Poderia fazer	11,3	10,0	9,2	14,8	25,8	25,6
		Já fiz	2,4	2,0	1,1	1,8	3,8	2,6

	ATIVIDADE		MATERIALISMO/PÓS-MATERIALISMO (%)					
			Materialista	1	2	3	4	Pós-materialista
1997	Boicote (N=1090)	Não, nunca faria	74,1	77,1	65,6	62,0	46,9	21,9
		Poderia fazer	20,4	18,6	29,7	31,9	37,5	62,5
		Já fiz	5,6	4,2	4,7	6,0	15,6	15,6
	Passeatas/ manifestações legais (N=1124)	Não, nunca faria	53,3	42,1	37,9	34,1	22,4	12,5
		Poderia fazer	26,7	40,5	42,8	37,7	27,6	37,5
		Já fiz	20,0	17,5	19,3	28,1	50,0	50,0
	Greve ilegal (N=1120)	Não, nunca faria	80,0	83,3	78,7	77,8	73,2	58,1
		Poderia fazer	15,0	12,0	17,0	15,0	13,4	22,6
		Já fiz	5,0	4,8	4,3	7,2	13,4	19,4
	Ocupações de Edifícios/fábricas (N=1109)	Não, nunca faria	89,8	79,6	82,9	82,8	70,1	68,8
		Poderia fazer	10,2	17,1	15,1	15,1	24,7	18,8
		Já fiz	,0	3,3	2,0	2,1	5,2	12,5

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

TABELA 47. CORRELAÇÕES ENTRE PÓS-MATERIALISMO E ATIVIDADES POLÍTICAS NÃO-CONVENCIONAIS, 1991/1997

	ATIVIDADE	γ	p
1991	Boicote	0,31	0,000
	Passeatas/manifestações legais	0,29	0,000
	Greve ilegal	0,25	0,000
	Ocupações de edifícios/fábricas	0,22	0,000

	ATIVIDADE	γ	p
1997	Boicote	0,29	0,000
	Passeatas/manifestações legais	0,23	0,000
	Greve ilegal	0,19	0,005
	Ocupações de edifícios/fábricas	0,10	0,063

Assim como procedemos em momentos anteriores, para analisar mais detalhadamente esse tema construímos um índice de participação política não convencional a partir dos quatro itens. Essa nova medida resultou em uma escala que vai de 0 a 8, com média de 1,84 e desvio padrão de 1,78 para a amostra de 1991 e 1,77 e 1,68 para os dados relativos a 1997.

Definindo essa medida como variável resposta em modelos de regressão simples, nos quais a variável preditora é o índice de materialismo/pós-materialismo, constatamos que apesar da equação ter um poder explicativo reduzido (7% e 4%, respectivamente para 1991 e 1997) os coeficientes Beta foram significativos e na direção esperada. Nos dados referentes a 1991 o impacto produzido pelo índice de pós-materialismo sobre a participação não convencional foi de 0,27 e em 1997 de 0,22.

Com a finalidade de testar a consistência desse efeito, na seqüência apresentamos os resultados encontrados quando inserimos as variáveis de controle já empregadas em modelos anteriores, ou seja, idade, escolaridade, renda e sexo. A seguir apresentamos esses resultados (TABELA 48).

TABELA 48. PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL, 1991/1997

VARIÁVEL	1991		1997	
	B	*BETA*	*B*	*BETA*
Índice de materialismo/pós-materialismo	0,28	0,18*	0,24	0,16*
Escolaridade	0,54	0,19*	0,41	0,17*
Sexo (indicadora)	0,07	0,02**	0,08	0,02**
Renda	0,17	0,07*	0,10	0,05**
Idade	-0,02	-0,16*	-0,01	-0,10*
R^2		16,3		9,6

Nota: * $p \leq 0{,}001$ ** $p > 0{,}05$
Método Enter.

Como podemos identificar pelos níveis de significância informados na tabela, mesmo após a inclusão das demais variáveis o índice de materialismo/pós-materialismo continua a produzir efeito sobre esse tipo de participação, ocupando inclusive a segunda posição em termos de maior impacto produzido. Assim como constatamos em relação a outros temas, aqui também a variável sexo não se mostrou importante no modelo. A escolaridade dos indivíduos, fortemente associada à priorização de objetivos pós-materialistas, continua sendo variável importante. É interessante notar os coeficientes negativos na linha correspondente à idade, indicando que elevações nessa medida provocam redução no índice de participação, ou seja, os mais jovens são ligeiramente mais dispostos ou participam dessas ações não convencionais.

O conjunto das análises apresentadas ao longo dessa seção corrobora nossa hipótese de trabalho, pois apontam a existência de associação positiva entre a priorização de valores pós-materialistas e uma postura participativa em termos de

valores, disposições e ações. Além de manifestarem maior interesse em política, pós-materialistas demonstram estarem mais dispostos a se envolverem em atividades ou organizações tradicionais e também nas chamadas modalidades de ação política não-convencionais. Essa conclusão, entretanto, contraria parcialmente as descobertas de Inglehart e seus colegas acerca de uma tendência de redução da mobilização política tradicional com a expansão dos valores pós-materialistas.

Essa divergência fica bastante clara no que diz respeito à participação em partidos políticos, uma dessas instituições tradicionais organizadas hierarquicamente que estaria perdendo respeito e confiança daqueles indivíduos que priorizam a auto-expressão. Como demonstramos anteriormente, encontramos associações positivas e significativas entre o índice de pós-materialismo e a participação nessas instituições em ambas as amostras realizadas em nosso país, contrariando essa hipótese derivada da teoria do desenvolvimento humano.

4 CONFIRMAÇÕES E PARTICULARIDADES DO CASO NACIONAL

Como discutimos no segundo capítulo dessa tese, os partidários da teoria do desenvolvimento humano defendem que a chamada síndrome de valores pós-materialistas verificada em nível mundial teria impactos importantes sobre os processos de democratização, estando associada à emergência de uma cultura política pró-democracia (INGLEHART, 1997; INGLEHART e WELZEL, 2005). Interessados em testar a pertinência desse argumento para o contexto brasileiro apresentamos no capítulo anterior análises cujos resultados serão agora discutidos. Inicialmente é preciso afirmar que o conjunto dos resultados obtidos através do cruzamento da medida de materialismo/pós-materialismo com variáveis relativas a distintas dimensões da cultura política confirma algumas das teses derivadas da teoria do desenvolvimento humano, entretanto, também revelaram interessantes especificidades que merecem alguma atenção.

No que diz respeito à chamada dimensão difusa do apoio político (EASTON, 1865) ou dimensão normativa da adesão à democracia, verificamos que pós-materialistas tendem a se distinguirem daqueles que priorizam metas ou objetivos materialistas. Os primeiros não apenas são mais propensos a elegerem a democracia como melhor forma de governo diante das demais opções existentes, mas também rejeitam com maior intensidade situações políticas que afrontam as condições necessárias ao seu funcionamento adequado, como o governo de um líder forte que não leva em consideração o poder legislativo. Da mesma forma, constatamos a existência de relacionamento positivo entre o índice de materialismo/pós-materialismo e avaliações favoráveis sobre o processo democrático levando em consideração os seus efeitos sobre a economia, a tomada de decisões e a ordem social.

Em termos gerais podemos concluir que a substituição de prioridades valorativas materialistas por metas pós-materialistas conduz à preferência pela democracia *per se* também entre os brasileiros, assim como Gibson e Duch (1994)

fizeram ao validar essa hipótese para o caso da antiga União Soviética no início da década de 1990. Essa associação, portanto, não ocorre apenas entre as nações de industrialização avançada, onde a síndrome de valores pós-materialistas se manifesta com maior intensidade. O sentimento de segurança física e econômica que conduz à priorização da auto-expressão (INGLEHART, 1990; 2002; INGLEHART e WEZEL, 2005) se mostrou também capaz de impactar positivamente a opção pró-democracia entre o público nacional.

Não podemos minimizar a importância desse achado para a configuração de nossa cultura política, descrita recorrentemente como o resultado da combinação de elementos oriundos de nosso passado como colônia ibérica e elementos estatistas e antiliberais legados pelo processo de formação do nosso Estado (MOISÉS, 1995). Como identificamos ao comparar os dados das duas pesquisas do WVS, existe uma tendência de evolução, ainda que tímida, no percentual de brasileiros que compartilham uma postura pós-materialista o que nos deixa otimistas quanto à possibilidade de consolidação da adesão normativa de nossa população à democracia como valor e forma de governo. É claro que tanto a confirmação dessa expansão pós-materialista, quanto a sua associação com uma postura pró-democracia deve continuar a ser monitorada nos próximos anos, mas os indícios aqui verificados devem ser bem recebidos por aqueles que se preocupam com as condições subjetivas necessárias ao desenvolvimento e aprofundamento dessa forma de governo em nosso país.

No que diz respeito ao interesse e à participação política os resultados também se mostraram favoráveis à validação das hipóteses da teoria do desenvolvimento humano, porém com algumas particularidades. Entre os entrevistados nas duas ondas do WVS verificamos que pós-materialistas são mais interessados, atribuem maior importância e conversam mais sobre política. Ao compararmos os coeficientes de associação das duas pesquisas notamos inclusive uma considerável elevação na intensidade do relacionamento em 1997, revelando que com o passar do tempo esse grupo tende a se diferenciar ainda mais. O destaque aqui vai para a associação entre o índice de pós-materialismo e a freqüência de conversas sobre política que passa de γ=0,18 para γ=0,34.

Sobre a participação em instituições ou atividades políticas, como partidos, grupos locais de discussão e sindicatos, identificamos maior ocorrência também entre os indivíduos que priorizam valores pós-materialistas. Gostaríamos aqui de destacar que nas duas sondagens analisadas ocorreram associações positivas entre a participação em partidos políticos e o índice de materialismo/pós-materialismo, resultado contrário à hipótese de que os valores pós-materialistas seriam acompanhados pela contestação das modalidades tradicionais de participação política que se dão por meio de instituições tradicionais de representação verticalmente estruturadas.

Apesar dos dados caminharem na direção inversa da prevista, devem ser encarados como algo positivo no contexto nacional, marcado por reduzidos níveis de participação política, em grande medida conseqüência da baixa eficácia política subjetiva de nossa população, que leva autores como Carvalho (1999) a definirem o brasileiro como um não-cidadão que sofre conformado com as decisões dos seus senhores soberanos. O simples fato dos pós-materialistas nacionais serem politicamente mais interessados e participativos nos parece algo promissor e favorável ao desenvolvimento democrático, pois indica a possibilidade de superação desse quadro de passividade e sujeição.

Essa interpretação positiva é reforçada pelos dados sobre formas de participação mais autônomas e desafiadoras. Lembramos que os defensores da teoria do desenvolvimento humano afirmam que o abandono das formas tradicionais de atuação seria acompanhado pela ampliação dos níveis de participação em ações políticas não convencionais, como passeatas, greves ilegais, boicotes e ocupações. Na maioria dos casos, com exceção da participação em ocupações na pesquisa de 1997, constatamos que o engajamento nesse tipo de atividade está relacionado com o índice de 12 itens. Desta forma, os indivíduos classificados como pós-materialistas seriam mais participativos tanto nas modalidades tradicionais, quanto nas contestatórias o que torna problemático o quadro explicativo proposto por Inglehart e exige algum esforço de interpretação (2001; 2005).

É preciso primeiramente salientar que a tendência à maior participação convencional não pode ser interpretada como indício de postura conservadora ou favorável a relações políticas hierárquicas, pois o referido grupo também se destaca na participação contestatória. Por outro lado, ao aderiram às duas modalidades de atuação esses mesmos indivíduos negam uma postura radical de superação das instituições clássicas da democracia. Essa situação nos leva a pensar em uma postura mista que apesar de buscar alternativas mais independentes de manifestação dos anseios por auto-expressão não abandona os mecanismos tradicionais de participação e representação. Apenas pesquisas futuras poderão indicar se essa particular combinação irá manter-se ao longo do tempo, mas por hora somos levadas a entendê-la como benéfica ao processo democrático nacional. Na medida em que nossa jovem democracia ainda luta para consolidar-se efetivamente e o sistema partidário ainda mostra fragilidades relevantes, essa postura mista pode ser algo positivo na medida em que pressiona o sistema político com demandas mais genuinamente participativas e desafiadoras sem reivindicar a derrubada dos mecanismos de representação formalmente estabelecidos.

Divergências em relação às hipóteses derivadas da teoria de Inglehart e seus colaboradores também surgem quando nossa atenção se volta para o apoio específico, também definido como dimensão instrumental da adesão (FUCHS, 1993) ao sistema político. Segundo os partidários dessa teoria a mudança de valores em direção à postura pós-materialista estaria associada a uma postura crítica em relação às instituições políticas tradicionais (INGLEHART, 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005), sem que isso representasse perigo para a democracia. Entre os brasileiros, porém, não identificamos diferenças estatisticamente significativas nos cruzamentos envolvendo variáveis sobre essa dimensão crítica, ou seja, indivíduos que segundo o índice de 12 itens são classificados como pós-materialistas não são mais críticos do que os materialistas. Apesar de termos encontrado alguns relacionamentos negativos válidos, como nos casos do cruzamento entre o índice e a confiança na justiça e no governo federal, no que diz respeito às principais instituições democráticas, como os partidos e o congresso, a associação não se confirmou. Pós-materialistas se mostram

mais sensíveis a questões relacionadas aos interesses atendidos pelo governo e à corrupção na administração pública, mas não se diferenciaram em termos da avaliação do sistema político concreto e do atual governo.

Isso não significa que pós-materialistas avaliam positivamente as instituições na sua atuação concreta ou o funcionamento real do sistema político, mas apenas que não existem diferenciais nessa avaliação em termos comparativos com os materialistas. Na realidade, independentemente da classificação dos entrevistados nessa escala de prioridades valorativas a desconfiança e insatisfação entre os brasileiros é bastante elevada (MOISÉS, 1995; 2006; BAQUERO, 1998; ESEB, 2002), o que torna os efeitos da mudança pós-materialistas estatisticamente insignificantes.

Apesar dessa indistinção acreditamos que a divisão entre materialistas e pós-materialistas possa suscitar importantes reflexões sobre os potenciais efeitos da permanência desse padrão de desencanto dos cidadãos, pois nos parece que o fenômeno assume feições distintas em cada um desses grupos.

O ponto de partida para a sustentação desse nosso argumento repousa sobre o debate contemporâneo acerca dos determinantes da desconfiança institucional. Estudiosos do tema têm afirmado que, com diferentes intensidades, uma verdadeira síndrome de desconfiança atinge atualmente tanto regimes consolidados, quanto aqueles que ainda lutam para estabelecer suas bases (NYE, 1997; LEVI, 1998; KLINGEMANN, 1999; WARREN, 1999, NORRIS, 1999; DALTON, 1999, 2004, CATTERBERG E MORENO, 2006). Também parece haver consenso sobre a complexidade e diversidade desse fenômeno, que tende a se manifestar de maneiras distintas em diferentes grupos de sociedades. Nas democracias que se consolidaram por volta dos meados do século passado, por exemplo, verifica-se a ocorrência de um cinismo endêmico e enraizado, explicado em grande medida por recentes escândalos relacionados à corrupção e também pela manifesta incapacidade das novas instituições para atender os anseios da população. Situação ainda mais preocupante tem ocorrido nas democracias mais antigas como os Estados Unidos, Inglaterra e França, onde o declínio tem sido dramático (NEWTON e NORRIS, 2000; DALTON, 1999; KLINGEMANN, 1999). O caso das democracias que se estabeleceram no contexto da

terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991) representa um capítulo à parte nessa agenda de pesquisas, pois a profunda diversidade de nações envolvidas nesse grande grupo conduz a situações bastante distintas que ainda merecem ser analisadas com maior cuidado.

Coerentemente com a diversidade de manifestações, as explicações propostas são também bastante variadas. Fundamentando-se em argumentos sócio-psicológicos alguns estudiosos tendem a interpretar a questão da confiança a partir dos tipos de personalidades individuais (ROSENBERG, 1957; GABRIEL, 1995). Defendendo uma abordagem culturalistas, outros explicam a sua variação a partir do complexo de valores culturais de cada uma das sociedades (FUKUYAMA, 1995; BELLAH *et. al.*, 1985; COLEMAN, 1990). Outros ainda, fundamentados em teorias racionalistas, defendem que a confiança é uma função direta da avaliação dos cidadãos em relação ao desempenho econômico de governos e elites políticas (KORNBERG E CLARKE, 1992; ANDERSON, 1995).

Em meio a essa profusão de interpretações a tese da cidadania crítica de Inglehart, já discutida anteriormente, tem alcançado bastante reconhecimento nos últimos anos ao afirmar que uma postura crítica diante das estruturas tradicionais de representação política das democracias ocidentais estaria se desenvolvendo como parte do fenômeno maior de mudanças nas prioridades valorativas individuais, longamente discutido no segundo capítulo dessa tese (INGLEHART, 1999; INGLEHART E CATTERBERG, 2002; INGLEHART E WELZEL, 2005). A desconfiança seria, a partir dessa explicação, manifestação da emergência de uma cidadania crítica em relação às instituições tradicionais, fundamentada em uma sólida opção pela participação e liberdade de expressão, portanto, potencialmente positiva ao processo de aprofundamento democrático (MISHLER E ROSE, 1997; INGLEHART, 1999).

Apesar de consistente no que diz respeito aos países de industrialização avançada, essa abordagem não pode, entretanto, ser imediatamente transposta para as jovens democracias. As condições sociais e econômicas normalmente associadas ao processo de mudança cultural pós-materialista não se verificam na imensa maioria das

sociedades envolvidas nesse grupo, de modo que outros fatores deveriam ser considerados nas análises sobre o fenômeno nesses contextos específicos. Atentos a esse tema, recentes trabalhos têm enfatizado que as respostas para a questão devem variar em razão do contexto político, econômico e social existente em cada sociedade (INGLEHART e CATTERBERG, 2002; CATTERBERG e MORENO, 2006). Assim, defendem que as causas e conseqüências da redução dos níveis de confiança política nas democracias solidamente estabelecidas seriam distintas daquelas que poderiam explicar o mesmo processo nos novos regimes. Se nas primeiras a tese da emergência da cidadania crítica faz sentido, no caso das sociedades que recentemente fizeram suas transições essa argumentação careceria de consistência. Nessas últimas, a desilusão e a insatisfação com o real funcionamento da democracia é que determinaria os níveis de confiança manifestos pelos cidadãos em relação às instituições.

Transpondo esses argumentos para a análise do caso brasileiro, deveríamos entender nossos altos índices de desconfiança como resultantes de sucessivas avaliações negativas sobre o desenvolvimento concreto da democracia, o funcionamento de suas instituições e a atuação das elites políticas. Como as condições sócio-econômicas necessárias à sofisticação política dos indivíduos e ao desenvolvimento de uma cidadania crítica ainda não se verificam de maneira consistente por aqui, a desilusão ou insatisfação com a efetividade dessa forma de governo apareceria como resposta mais adequada.

Como apontam Cattenberg e Moreno (2006) nesses contextos a dinâmica de flutuação das taxas de confiança política parece seguir um padrão semelhante ao verificado nas taxas de aprovação presidencial nos períodos pós-eleitorais, partindo de patamares elevados para gradualmente caírem contínua e sensivelmente.

Os processos de transição democrática nessas nações conduziram à formulação de altas expectativas que se manifestaram em altos níveis de aprovação e confiança no momento imediatamente posterior à mudança, configurando uma espécie de lua-de-mel com a democracia (INGLEHART E CATTERBERG, 2002). A ineficiência da maioria dos regimes implantados no atendimento dessas expectativas, sobretudo nas

áreas econômicas e sociais, levaram gradualmente ao desencanto e ceticismo em relação ao sistema político, o que aparece claramente nas atuais taxas de confiança depositadas em suas instituições fundamentais.

Assim, a desconfiança nesse amplo conjunto de nações não poderia ser considerada resultado de uma mudança cultural produzida pela emergência de gerações de indivíduos socializados em contextos sócio-econômicos mais favoráveis, mas sim efeito da desilusão em relação ao sistema político concretamente existente e, principalmente, ao desempenho de suas instituições.

Essa parece ser a situação do Brasil, no qual o estabelecimento das liberdades civis e dos direitos políticos foi acompanhado por crescente desencanto e desconfiança em relação às instituições em decorrência das enormes dificuldades dos sucessivos governos em resolver os graves problemas sociais e econômicos que atingem a nação como um todo e as classes menos favorecidas em especial (CARVALHO, 2001; MOISÉS, 2005). Apesar de salientar que não existem ainda indícios consistentes de que essa manifesta desconfiança esteja acompanhada da preferência por regimes autoritários, Moisés (2005) chama a atenção para os possíveis efeitos de longo prazo, caso esse quadro não se reverta. Defendendo uma posição que consideramos próxima da adotada por Catterberg e Moreno (2006), esse pesquisador brasileiro vê a confiança política como uma função da coerência das instituições em relação as suas justificativas normativas. Esse nível normativo geraria nos indivíduos determinadas expectativas acerca do funcionamento concreto das mesmas e do confronto entre o esperado e o verificado surgiria a satisfação ou a insatisfação, a confiança ou a desconfiança.

Em termos gerais concordamos com essa posição e acreditamos que a desconfiança manifesta pelos brasileiros em geral não pode ser vista como elemento da cidadania crítica, pois ela vem acompanhada ainda de uma opção frágil pela democracia, falta de sofisticação, baixas taxas de participação e outras características negativas. Nesse sentido a falta de confiança e a insatisfação devem sim ser tomados

como indicadores negativos que podem contribuir para a erosão do nosso reservatório de legitimidade democrática.

Entretanto, na medida em que os dados apresentados no capítulo anterior demonstram que pós-materialistas brasileiros aderem mais fortemente à democracia, rejeitam com mais intensidade modelos ou situações autoritárias, são mais interessados em política e participam mais em organizações tradicionais e de contestação, podemos supor que estejam presentes as condições para que a desconfiança entre esse grupo seja vista como sinal de uma postura crítica nos termos propostos por Inglehart. Se entre o restante da população a desconfiança pode conduzir ao desencantamento com a própria democracia no médio e longo prazo, o mesmo não pode ser dito automaticamente sobre esse grupo ainda reduzido que manifesta uma cultura política mais consistentemente democrática. Em razão dos seus atributos subjetivos é plausível supormos que tais cidadãos manifestam níveis elevados de insatisfação e desconfiança movidos pelo desejo de auto-expressão que pode conduzir ao aprofundamento democrático e não à crise.

Para finalizar, concluímos pela pertinência das hipóteses da teoria do desenvolvimento humano no contexto nacional. Ainda que algumas discordâncias tenham aparecido com a análise dos dados elas apontaram para uma direção que consideramos ainda mais favorável do que a apontada pelos pesquisadores internacionais. Os cruzamentos envolvendo o índice de materialismo/pós-materialismo proposto por Inglehart e diferentes variáveis relacionadas a distintas dimensões da cultura política nacional revelou que pós-materialistas se distinguem de materialistas, sendo mais participativos, interessados, além de manifestarem uma preferência democrática mais consistente.

Nas ciências sociais a possibilidade de previsão é bem menor do que nas chamadas ciências naturais, nas quais modelos de regressão podem predizer eventos futuros com possibilidades de acerto consideráveis. As pesquisas sobre a mudança nas prioridades valorativas realizadas desde a década de 70, em proporções bem mais modestas, têm alcançado algo parecido. Sucessivas investigações têm confirmado a tese fundamental de que a melhoria das condições materiais e física de existência dos

homens tem conduzido à adoção de metas societais e objetivos individuais relacionados ao bem-estar e a auto-expressão.

Diante da constatação de que a adesão a esses valores é também acompanhada de mudanças positivas na cultura política dos cidadãos ousamos ser otimistas, sobretudo porque passamos nos últimos anos por um período econômico favorável, com o controle da inflação e a retomada do crescimento econômico. Ainda que a distribuição desigual dos frutos do desenvolvimento ainda persista de maneira aguda, impedindo que o sentimento de segurança física e material se estabeleça entre parte considerável da população, os efeitos desse crescimento podem ser benéficos para o desenvolvimento de uma cultura política democrática entre nós, o que certamente contribuiria para a consolidação e aprofundamento de nossa democracia.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas temos assistido um movimento de valorização do que podemos chamar de abordagem culturalista nos estudos de fenômenos políticos contemporâneos, sobretudo aqueles envolvendo o tema da democracia. Com uma rápida busca nas principais bases de dados internacionais podemos localizar dezenas, senão centenas de trabalhos recentes sobre assuntos como confiança institucional, adesão normativa, valores participativas e vários outros que direta ou indiretamente nos remetem à teoria da cultura política. A tese que apresentamos pretende se vincular a essa abordagem, na medida em que parte do pressuposto fundamental de que as orientações, valores, crenças e atitudes dos cidadãos que vivem sob determinado sistema político importam.

Em meio a esse volume significativo de publicações com orientação culturalista os estudos desenvolvidos por Ronald Inglehart e seus diversos colaboradores, cuja síntese atual é a teoria do desenvolvimento humano, tem chamado a atenção pela contundência de suas afirmações. Desde as suas primeiras formulações na década de 1970 esses estudos têm conquistado inúmeros admiradores que tem procurado replicar, testar ou aprofundar seus achados para diferentes contextos sociais, econômicos e políticos ao redor do mundo. Muitas também têm sido as críticas endereçadas aos seus fundamentos e conclusões.

Incluímo-nos no primeiro grupo, pois nossa intenção ao longo desse trabalho foi testar em que medida algumas hipóteses mais diretamente relacionadas à questão dos valores e atitudes políticas seriam válidas em contextos como o nosso, com características bastante distintas daquelas existentes nos países de capitalismo desenvolvido. Nossa intenção era verificar se a adesão aos chamados valores pós-materialistas estaria acompanhada de uma postura mais democrática entre o público brasileiro, possuidor de uma cultura política permeada por elementos autoritários ou desfavoráveis ao estabelecimento de relações políticas pautadas pela horizontalidade.

Inicialmente pensávamos que tais elementos seriam dotados de tamanho poder de permanência que mesmo diante da mudança nas prioridades valorativas individuais continuariam a se manifestar, ou seja, nossa primeira hipótese de trabalho afirmava que a adesão aos valores pós-materialistas não seria acompanhada de uma cultura política pró-democracia em nossa realidade.

Assim que iniciamos os primeiros testes, entretanto, nos vimos obrigados a rever esse posicionamento, pois os resultados nos indicaram uma situação inversa. Pós-materialistas e materialistas se distinguiram em diferentes questões relativas a várias dimensões da cultura política, revelando que os primeiros são portadores de valores e atitudes relativamente mais favoráveis à democracia. Ao concluir as análises fomos levados a confirmar em termos gerais as afirmações presentes na teoria acerca dos impactos da síndrome de valores pós-materialistas sobre as orientações políticas dos indivíduos. Ainda que o número de pós-materialistas seja ainda reduzido em nosso país os resultados são animadores.

É claro que as conclusões a que chegamos não são definitivas e precisam ser confirmadas com o acompanhamento tanto do fenômeno da adesão aos valores relacionados ao bem-estar e a auto-expressão, quanto da associação entre eles e variáveis da cultura política. Até o presente momento estão disponíveis aos pesquisadores independentes apenas os dados das duas pesquisas do WVS utilizadas nessa tese. Informações de uma nova sondagem realizada entre os anos de 2005 e 2006 ainda estão restritas ao grupo de investigadores participantes do projeto internacional e se encontram em fase de tratamento. A previsão é de que em 2009 eles sejam disponibilizados. Com esses dados recentes será possível verificar se a tendência de ampliação no número de pós-materialistas identificada nessa tese se confirma efetivamente e também se o seu efeito sobre a cultura política dos brasileiros continua seguindo a trajetória que identificamos. Será particularmente interessante analisarmos acerca do tema da participação se a combinação entre ativismo tradicional e contestatório continua existindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, P; INGLEHART, R. **Value Change in Global Perspective.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

ABREU, M. P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ALBUQUERQUE, R. C. e CAVALCANTI, C.V. **Desenvolvimento regional no Brasil.** Brasília, IPEA, 1978.

ALMOND, G. Comparative Political Systems. **Journal of Politics,** v.18, n.3, p. 391-409, 1956.

___. The intelectual history of the civic culture concept. In.: Gabriel Almond & Sidney Verba (orgs.) **The Civic Culture Revisited**. London: Sage, 1989.

___. The study of political culture. In.: ___. **A Discipline Divided:** schools and sects in political science. Nova York, Sage, 1990.

ALMOND, G.;VERBA, S. **The Civic Culture:** political attitudes and democracy in five nations. Nova York: Sage, 1989.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ANDERSON, C. **Blaming the government:** citizens and the economy in five european countries. New York : M. E. Sharpe Press, 1995.

ANDERSON, L. R. Postmaterialism from a peasant perspective: political motivation in Costa Rica and Nicaragua. **Comparative Political Studies**, n.23, p. 80-113, 1990.

BACHA, E. L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia Política,** v. 14, n. 1, p. 5-17, 1994.

___. O Plano Real: uma avaliação. In.: MERCADANTE, A. (Org.) **O Brasil pós-Real.** Campinas: Unicamp, 1998

BAER, W. **A economia brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996.

BANFIELD, E. C. **The moral basis of a backward society.** Nova York: The Free Press, 1958.

BAQUERO, M. J. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil. Um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, n. 8. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

___. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In.: BAQUERO, M.; CASTRO, H. C. de O.; GONZÁLES, R. S. (Orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

___. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva.** V.15, n. 4, 2001.

BAQUERO, M. J.; CASTRO, H. C. O. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In.: BAQUERO, M. (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política.** Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1996.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

BARNES, S. *et al*. **Political Action.** Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

BARRY, B. **Sociologists, Economists, and Democracy.** Chicago: Chicago University Press, 1988.

BEAN, C.; PAPADAKIS, E. Polarized priorities or flexible alternatives? Dimensionality in the Materialism-Postmaterialism Scale. **International Journal of Public Opinion Research**, v.6, n.3, p. 264-88, 1994.

BECK, U. **Risk society**. London: Sage, 1992.

BECKER, G.C. **The economic approach to human behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1976.

BELL, D. **The coming of postindustrial society**. New York, Basic Books, 1973.

BELLAH, R. N. *et al*. **Habits of the heart:** individualism and commitment in american life. Berkeley: University of California Press, 1985.

BLALOCK, H. M. **Social Statistics**. New York, McGraw-Hill, 1979.

BOELTKEN, F.; JAGODZINSKI, W. In a environment of insecurity: postmaterialism in the European Community, 1970-1980. **Comparative Political Studies**, n.17: 453-20, 1985.

BOHRNSTEDT, G. G.; KNOKE, D. **Statistics for Social Data Analysis**. New York: Peacock, 1982.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. Paths to democracy and the political culture of Costa Rica, Mexico, and Nicaragua. In.: DIAMOND, L. **Political Culture and Democracy in Developing Countries.** London: Lynne Rienner, 1994.

BRESSER PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. **Inflação e recessão.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRIM, O. G.; KAGAN, J. **Constancy and change in human development**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

BROWN, R. D.; CARMINES, E. G. Materialism, postmaterialism, and the criteria for choice in U.S. Presidential Elections. **Journal of Politics**, n. 57, p. 483-94, 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:** 1930-1995. Campinas: Unicamp, 1998.

CAMPBELL, A. *et al*. **The American Voter**. New York: John Wiley & Sons, 1964.

CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In.: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, C. E. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? **Economia**, v. 4, n. 2, p. 283-331, jul./dez., 2003.

CARVALHO, J. M.. O motivo endêmico no imaginário social brasileiro. In.: PANDOLFI, D.C. *et al*. (orgs). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

___. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, H. C. **A democracia em cheque:** um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

CATTERBERG, G.; MORENO, A.. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research**, v.18, n.1, p. 31-48, 2006.

CLARKE, H. D. Refutations affirmed: conversations concerning the Euro-Barometer Values Battery. **Political Research Quarterly,** v. 53, n.3, p. 477-494, 2000.

CLARKE, H. D. *et al*. The effect of economic priorities on the measurement of values change: new experimental evidence. **American Political Science Review**, n.93, p. 637-47, 1999.

CLARKE, H. D.; DUTT, N. Measuring value change in western industrialized societies: the impact of unemployment. **American Political Science Review,** n.85, p. 905-20, 1991.

CLARKE, H. D.; DUTT, N.; RAPKIN, J. (Mis)Measuring value change: a brief postscript. **Political Behavior,** n. 19, p. 61-4, 1997.

CLARKE, H. D.; DUTT, N.; RAPKIN, J. Conversations in context: the (mis)measurement of value change in advanced industrial societies. **Political Behavior,** n. 19, p. 19-40, 1997.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L.G.M. Política econômica, inflexão e crise: 1974/1981. In.: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 1998.

COX, D.R.; WERMUTH, N. Some statistical aspects of causality. **European Sociological Review**, n.17, p. 65-74, 2001.

CROZIER, M; HUNTINGTON, S. H.; WATANUKI, J. **The crisis of democracy.** New York: New York University Press, 1975.

DALTON, R.J. **Citizen Politics:** public opinion and political parties in advanced industrial democracies. Chatham, NJ: Chatham House,1996.

___. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens:** global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press: 57-77, 1999.

___. **Democratic Challenges, Democratic Choices.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

___. Value change and democracy. In.: PHARR, S.J.; PUTNAM, R.D. (eds.). **Disaffected Democracies:** what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

DALTON, R.J.; SHIN, D.C. **Democratic aspirations and democratic ideals:** citizens orientations toward democracy in East Asia. Trabalho apresentado na Conferência "Citizens, Democracy and Markets around the Pacific Rim", East West Center, Honolulu, março, 2004.

DAVIS, D.W.; DAVENPORT, C. Assessing the validity of the Postmaterialism Index. **American Political Science Review,** v. 93, n.3, p. 649-64, 1999.

DAWKINS, R. **The Selfish Gene**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

DIAMOND, L. **Political Culture and Democracy in Developing Countries.** London: Lynne Rienner, 1994.

DiMAGGIO, P. Culture and economy. In.: SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. (org.), **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, Princeton University Press, 1994.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.

DUCH, R.M.; TAYLOR, M.A. Postmaterialism and the economic condition. **American Journal of Political Science**, vol. 37, n.3, p. 747-779, 1993.

___. A reply to Abramson and Inglehart's 'Education, security and postmaterialism'. **American Journal of Political Science**, vol. 38, n.3, p. 815-824, 1994.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EASTON, D. **A systems analysis of political life.** New York: Wiley, 1965.

ECKSTEIN, H.; GURR, T.R. **Patterns of Authority:** a structural basis for political inquiry. New York: Wiley-Interscience, 1975.

ERIKSON, E.H. **The life cycle completed:** a review. New York, Norton, 1982.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, n.24, 1991.

FARO, C.(Org.). **Plano Collor: Avaliação e Perspectivas.** Rio de Janeiro: LTC, 1990.

FERREIRA, A.H.B.; DINIZ, C.C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. l1. n.4, 1995.

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro e os choques do petróleo: uma notícia sobre o período 1974/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.16, n.3, 1986.

FLANAGAN, S.C. Changing values in advanced industrial societies: Inglehart's Silent Revolution from the perspective of Japanese findings. **Comparative Political Studies**, n.14, p. 403-44, 1982.

FORMISANO, R.P. The concept of political culture. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 31, n.1, p. 393-426. Massachusetts: MIT Press, 2001.

FREITAG, B. **A Teoria Crítica:** ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 7 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

FUCHS, D. Trends of political support in the Federal Republic of Germany. In: BERG-SCHLOSSER, D; RYTLEWSKI, R. (eds.). **Political Culture in Germany**. London: Macmillan, 1993.

FUKS, M; PERISSINOTO, R.M.; RIBEIRO, E. A."Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 125-145, 2003.

FUKUYAMA, F. **Trust***:* the social virtues and the creation of prosperity, London: Hamish Hamilton, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1980.

GABRIEL, O.W. Political efficacy and trust. In: VAN DETH, J.W.; SCARBROUGH, E. **The impact of values**. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 357-390.

GIBSON, J.L. Mass opposition to the Soviet Putsch of august 1991: collective action, rational choice, and democratic values. **American Political Science Review**, n. 91, p. 671-84, 1997.

GIBSON, J.L.; DUCH, R.M. Postmaterialism and the emerging soviet democracy. **Political Research Quarterly,** n.47, p.5-39,1994.

GRANATO, J.; INGLEHART, R.; LEBLANG, D. Cultural values, stable democracy, and economic development: theory, hypotheses, and some empirical tests. **American Journal of Political Science**, n.40, p. 607-31, 1996.

GURR, T. R.; JAGGERS, K. Tracking Democracy's Third Wave with the Polity III Data. **Journal of Peace** Research, n.32, p. 469-82, 1995.

HAIR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. **Multivariate data analysis**. New York: Macmillan, 1987.

HAMMOND, S.; BARRETT, P.T. The Psychometric and Practical Implications of the use of Ipsative, forced-choice format, Questionnaires. **Proceedings of the BPS Occupational Conference**. Leicester: BPS Press, p. 135-44, 1996.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda:** medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998.

HOLLANDA, S.B. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

HUNTINGTON, S. **American Politics.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

___. **The third wave:** democratization in the late twentieth century. Norman: University of Oklahoma, 1991.

___. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution.** Princeton, Princeton University Press, 1977.

___. The renaissance of political culture. **American Political Science Review,** v.82, n.4, p.1203-29, 1988.

___. **Culture shift in advanced industrial society.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

___. Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (org.). **Critical Citizens:** global support for democratic government. Oxford : Oxford University Press, 1999, p. 236-257.

___. **Modernización y posmodernización:** el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R.; ABRAMSON, P. Measuring Postmaterialism. **American Political Science Review**, n. 93, p. 665-77, 1999.

INGLEHART, R.; BAKER, W.E. Modernization, cultural change, and the persistence of tradicional values. **American Sociological** Review, n.65, p.19-51, 2000.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n, 3, p.300-16, 2002.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York, Cambridge University Press, 2005.

INKELES, A. **Exploring individual modernity.** New York, Columbia University Press, 1983.

JACKMAN, R.W.; MILLER, R. A. A renaissance of political culture? **American Journal of Political Science**, n. 40, p. 632-59, 1996.

___. Social capital and politics. **Annual Review of Political Science**, v.1, p. 47-73, 1998.

JACKSON, D.J.; ALWIN, D.F. The factor analysis of ipsative measures. **Sociological Methods and Research**, n.9, p. 218-38, 1980

KAVANAGH, D. Political culture in Great Britain: the decline of the civic culture. In.: ALMOND, G.; VERBA, S. (Orgs.) **The Civic Culture Revisited**. London: Sage, 1989.

KIM, J.; MUELLER, C.W. **Factor Analysis: Statistical Methods and Practical Issues.** Newbury Park, CA: Sage, 1990.

KLINGEMANN, H. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens:** global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press: 31-56, 1999.

KORNBERG, A; CLARKE, H.D. **Citizens and community:** political support in a representative democracy. New York: Cambridge University Press, 1992.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L.P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, n. 24, p. 227-50, 1999.

LAGO, L.A.C. A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre': 1967-1973. In: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In.: **História Geral da Civilização Brasileira**, t.3, v. 2, 1977.

___. Democracia e Reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados - Rev. de Ciências Sociais**, v. 34, n.3, 1991.

LAMOUNIER, B.; MOURA, A.R. **Política Econômica e Abertura Política no Brasil – 1973-1983**. São Paulo, IDESP, 1984.

LANE, R. Political Culture: Residual Category or General Theory? **Comparative Political Studies**, v. 25, n. 3, p. 362-387, 1992.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2007.** Corporación Latinobarómetro. Santigo de Chile, 2007.

LAVINAS, L.; GARCIA, E.H.; AMARAL, M.R. **Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica.** Rio de Janeiro, IPEA, 1997.

LEVI, M. (Org..). **Trust and governance.** New York: Russell Sage Foundation, 1998.

___. A state of trust. In: BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. **Trust and governance.** New York: Russell Sage Fundation, 1998, p. 77-101.

LIJPHART, A. The Structure of Inference. In.: ALMOND, G.; VERBA, S. (orgs.) **The Civic Culture Revisited**. London: Sage, 1989.

LIMA, M.R.S.; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores : as dimensões da democracia na visão a elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS,** nº 31, p. 83-110, 1996.

MADDISON, A. **The World Economy:** a millennial perspective. Paris: OECD, 2001.

MARQUES, M.S.B. FMI: a experiência brasileira recente. In.: BACHA, E. L.; MENDOZA, W.R. (Orgs.). **Recessão ou crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In.: ___. **Marx.** Coleção 'Os Pensadores'. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. New York: Harper & Row, 1988.

MEYER, J.W. *et al.* World Society and Nation-State. **American Journal of Sociology**, 103, p. 144-81, 1997.

MISHLER, W.; ROSE, R. Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures. **International Political Science Review,** v. 22, n. 4, p. 303-320, 2001.

MODIANO, E. **Inflação, inércia e conflito.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

___. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In.: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MOISÉS, J.A. **Os brasileiros e a democracia:** bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo, Ática, 1995.

___. A desconfiança nas instituições democráticas. In.: **Opinião Pública**, v.11, n.1, p. 33-63, 2005.

___. **A avaliação das instituições democráticas e a qualidade da democracia no Brasil**. Trabalho apresentado no 20º Congresso Mundial da IPSA, Fukuoka, 2006.

MULLER, E.N.; SELIGSON, M. Civic culture and democracy: The question of causal relationships. **American Political Science Review**, n.88, p. 635-652, 1994.

NAZZARI, R.K. **Socialização Política e Construção da Cidadania no Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

___. **Juventude Brasileira: Capital Social, Cultura e Socialização Política.** Cascavel: Edunioeste, 2006.

NEWTON, K.; NORRIS, P. Confidence in public institutions: faith, culture or performance? In: PHARR, S.J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton: Princeton University Press, 2000.

NORRIS, P. **Critical Citizens:** global support for democratic government.Oxford: Oxford University Press, 1999.

___.. **Democratic Phoenix:** political activism worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NYE, J. S. **Why people don't trust government**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

OPP, K. Postmaterialism, collective action, and political protest. **American Journal of Political Science**, n.34, p. 212-35, 1990.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da Nação.** Campinas: Unicamp, 1998.

PATEMAN, C. Political culture, political structure and political change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291-305, 1971.

___. The Civic Culture: a philosophic critique. In.: ALMOND, G.; VERBA, S. (Orgs.) **The Civic Culture Revisited**. London: Sage, 1989.

PETTIT, P. Republican theory and political trust. In.: BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. (Eds.). **Trust and governance.** New York: Russell Sage Foundation, 1998.

POWERS, D.A.; XIE, Y. **Statistical methods for categorical data analysis.** San Diego: Academic Press, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

___. **Bowling Alone:** the collapse and revival of American community. New York: Simon and Schuster, 2000.

PYE, L.W. Culture and Political Science: Problems in the Evaluation of the Concept of Political Culture. **Social Science Quarterly**, v. 53, n.2, p. 285-296, 1972.

PYE, L.W.; VERBA, S. (eds.) **Political Culture and Political Development**, Delhi: Surjeet, 1989.

REIS, E.P. Desigualdade e solidariedade – uma releitura do "familismo amoral" de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no 29, p. 35-48. São Paulo: Dumará, 1995.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB***,* n. 45, p. 71-91, 1998.

RESENDE, A.L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M.P. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ROKEACH, M. **Beliefs, attitudes, and values:** A theory of organization and change. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1968.

ROSENBERG, M. Misanthropy and attitudes toward international affairs. **Journal of Conflict Resolution**, v. 1, n.4, p. 340-345, 1957.

SALES, T. Raízes da desigualdade desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** n.25, p.26-37, 1994.

SELIGSON, M. The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy? **Comparative Politics**, v. 34, n. 3, p. 273-292, 2002.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Knopf, 1999.

SIMONSEN, M.H. **Os controles de preços na economia brasileira.** Rio de Janeiro: Consultec, 1961.

SKIDMORE, T.E. **The policies of military rule in Brazil, 1964-85.** Nova York: Oxford University Press, 1967.

SNIDERMAN, P.M. The new look in public opinion research. In.: FINIFTER, A.W. **Political Science:** the state of the discipline II. Washington, DC: American Political Science Association, 1993.

SNIDERMAN, P.M.; BRODY, R.A.; TETLOCK, P.E. **Reasoning and Choice:** explorations in political psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

STEVENSON, M. Globalization, national cultures, and cultural citizenship. **Sociological Quarterly**, n. 38, p. 41-67, 1997.

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In.: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1977.

VANHANEN, T. (Ed.). **Democratization:** a comparative analysis of 170 countries. London: Routledge, 2003.

VERSIANI, F.R.; VERSIANI, M.T. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In.: VERSIANI, F.R.; BARROS, J.R.M. **Formação econômica do Brasil:** a experiência da industrialização (orgs). São Paulo: Saraiva, 1977.

VIANA, O. **Instituições políticas brasileiras.** São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Eduf/Itatiaia, 1978.

VILELLA, A.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1989-1945.** Série Monográfica, nº 10. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

WALTON, D.N. **Lógica Informal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WARREN, M.E. **Democracy and trust**. New York : Cambridge University Press, 1999.

___. **Democracy and association.** Princeton: Princeton University Press, 2001.

WEBER, M. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

___. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

___. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1996.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. Civil society, social capital and collective action: which type of civic activity is most democratic? In: ANAIS DO ENCONTRO ANUAL DA HPSA, Chicago, 2005.

WIATR, J.J. The Civic Culture from a Marxist-Sociological Perspective. In.: ALMOND, G.; VERBA, G. (Orgs.) **The Civic Culture Revisited**. London: Sage, 1989.

ZALLER, J. **The nature and origins of mass opinion.** New York: Cambridge University Press, 1992.

ZALLER, J.; FELMAN, S. A simple theory of the survey response: answering questions vs. revealing preferences. **American Journal of Political Science**, n.36, p. 579-616, 1992.

BASES DE DADOS

ALMEIDA, Alberto. C.; CHEIBUB, Z.; LOURENÇO, Fernando.; MENEGUELLO, Raquel. (orgs.). **ESEB:** Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro/ Campinas: UFF/UNICAMP. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004.

European and World Values surveys four-wave integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006. The European Values Study Foundation and World Values Survey Association. Aggregate File Producers: ASEP/JDS, Madrid, Spain/Tilburg University, Tilburg, the Netherlands. Aggregate File Distributors: ASEP/JDS and ZA, Cologne, Germany.

World Income Inequality Database. World Institute for Development and Economic Research. WIDER WIID collects and stores information on income inequality for developed, developing, and transition countries.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LISTA DE VARIÁVEIS CONTENDO:

1. Identificação no European and World Values Surveys Four-Wave Integrated Data File, 1981-2004, v.20060423, 2006;
2. Redação das questões;
3. Codificações originais;
4. Recodificações.
5. Utilização.

1. Valores tradicionais vs. seculares-racionais
Identificação: tradrat5
Medida composta pelas pontuações individuais geradas por análise fatorial envolvendo variáveis originais sobre prioridades valorativas que opõem valores tradicionais e seculares racionais.
Codificação: variável numérica que comporta valores que vão de -1,8 a 2,6 nas amostras nacionais.
Sem recodificação. Procedemos apenas o agrupamento dos valores para a sua melhor representação gráfica.
Utilização: figura 1, p.116.

2. Importância de Deus
Identificação: F063
Redação: Qual é a importância de Deus em sua vida?
Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1=nada importante, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9 e 10=muito importante.
Sem recodificação.
Utilização: tabela 1, p. 117.

3. Respeito pela autoridade
Identificação: E018
Redação: Aqui está uma lista de mudanças que poderiam acontecer no nosso modo de vida nos próximos anos. Se cada uma dessas coisas acontecessem, o Sr.(a)/você acharia bom, ruim ou não se importaria? Que houvesse mais respeito pela autoridade.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=seria bom, 2=não me importaria e 3=seria ruim.
Sem recodificação.
Utilização: tabela 2, p.117.

4. Valores de sobrevivência vs. de auto-expressão
Identificação: survself
Medida composta pelas pontuações individuais geradas por análise fatorial envolvendo variáveis originais sobre prioridades valorativas que opõem valores de sobrevivência aos relacionados à auto-expressão.
Codificação: variável numérica que comporta valores que vão de -3,1 a 3,1 nas amostras nacionais.
Sem recodificação. Procedemos apenas o agrupamento dos valores para a sua melhor representação gráfica.
Utilização: figura 2, p.118.

5. Objetivos prioritários – 1ª Bateria (1ª opção).
Identificação: E003
Redação: Se tivesse de escolher, qual dessas coisas o Sr.(a)/você diria que é a mais importante atualmente?
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=manter a ordem no país, 2=aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo, 3=combater os aumentos dos preços e 4=Proteger a liberdade de expressão.
Sem procedimento de recodificação.
Utilização: tabela 3, p.122.

6. Objetivos prioritários – 1ª Bateria (2ª opção)
Identificação: E004
Redação: Se tivesse de escolher, qual dessas coisas o Sr.(a)/você diria que é a mais importante atualmente? E em segundo lugar?
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=manter a ordem no país, 2=Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo, 3=Combater os aumentos dos preços e 4=Proteger a liberdade de expressão.
Sem recodificação
Utilização: tabela 3, p.122.

7. Índice de materialismo/pós-materialismo de 12 itens
Identificação: Y001
Redação: Sem redação, pois a medida é obtida através da combinação de respostas aos 12 itens referentes aos objetivos prioritários.
Codificação: escala de 6 pontos, sendo 0=materialista, 1=1, 2=2, 3=3, 4=4, 5=pós-materialista.
Sem recodificação
Utilização: figura 3, p.129; tabela 7, p. 130; tabela 8, p. 132; tabela 9, p. 133; tabela 10, p. 134; tabela 11, p. 140; tabela 12, p. 142; tabela 13, p. 143; tabela 14, p. 144; tabela 15, p. 146; tabela 16, p. 148; tabela 17, p. 149; tabela 18, p. 150; tabela 19, p. 151; tabela 20, p. 152; tabela 21, p. 155; tabela 22, p. 156; tabela 23, p. 159; tabela 24, p.159; tabela 25, p. 160; tabela 26, p. 161; tabela 27, p. 162; tabela 28, p. 166; tabela 29, p. 167; tabela 30, p. 168; tabela 31, p. 169; tabela 32, p. 171; tabela 33, p. 172; tabela 34, p. 174; tabela 35, p. 175; tabela 36, p. 178; tabela 37, p. 179; tabela 38, p. 180.

8. Idade
Identificação: X003r
Codificação: escala de 6 pontos, sendo 1=15-24, 2=25-34, 3=35-44, 4=45-54, 5=55-64 e 6=65 e mais.
Sem recodificação.
Utilização: tabela 8, p. 132.

9. Renda
Identificação: X047r
Medida obtida através da recodificação de uma questão original aberta sobre a renda familiar dos entrevistados.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=baixa, 2=média e 3=alta.
Sem recodificação.
Utilização: tabela 9, p. 133.

10. Escolaridade
Identificação: X025r
Medida obtida através da recodificação de uma questão original sobre os níveis de escolaridade dos entrevistados.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=baixa, 2=média e 3=alta.
Sem recodificação.
Utilização: tabela 10, p. 134.

11. Democracia como melhor forma de governo
Identificação: E123

Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte? A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de Governo.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.
Utilização: tabela 11, p.140.

12. Aprovação de um sistema democrático
Identificação: E117
Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?
Ter um sistema democrático de governo.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.
Utilização: tabela 12, p. 142.

13. Aprovação do governo de um líder forte
Identificação: E114
Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?
Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores)
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.
Utilização: tabela 13, p. 143.

14. Aprovação do governo de técnicos
Identificação: E115
Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?
Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o País.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.
Utilização: p. 143.

15. Aprovação de um regime militar
*Identificação:*E116
Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?
Ter um regime militar.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 14, p.144.

16. Percepção sobre o relacionamento entre democracia e economia
Identificação: E120
Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?
Na democracia o sistema econômico do País funciona mal.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.
Utilização: tabela 16, p.148.

17. Percepção sobre o relacionamento entre democracia e a tomada de decisões.
Identificação: E121
Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?
Nas democracias se discute muito e se decide pouco.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.
Utilização: tabela 17, p.149.

18. Percepção sobre o relacionamento entre democracia e manutenção da ordem.
Identificação: E122
Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?
As democracias não são boas para manter a ordem.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.
Utilização: tabela 18, p.150.

19. Opção entre ordem social e liberdade individual
Identificação: E119
Redação: Se tivesse que escolher, qual deveria ser a principal responsabilidade do Governo? Manter a ordem na sociedade ou respeitar a liberdade individual?
*Codificação:*binária, sendo 1=manter a ordem e 2=liberdade individual.
Recodificação: binária, sendo 0=manter a ordem e 1=liberdade individual.
Utilização: tabela 20, p.152.

20. Avaliação do sistema político atual
Identificação: E111
Redação: As pessoas têm diferentes opiniões sobre o sistema de governar o País. Eu tenho aqui uma escala onde UM significa <u>muito mal</u> e DEZ significa <u>muito bem</u>. Em que lugar desta escala você acha que funciona o sistema político atual.

Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1=muito mal, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9 e 10=muito bem.
Recodificação: escala de 10 pontos, sendo 0=muito mal, 1=1, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8 e 9=muito bem.
Utilização: tabela 21, p.155.

21. Avaliação do regime militar
Identificação: E112
Redação: As pessoas têm diferentes opiniões sobre o sistema de governar o País. Eu tenho aqui uma escala onde UM significa muito mal e DEZ significa muito bem. Em que lugar desta escala você acha que funciona o regime militar no Brasil.
Codificação: escala de 10 pontos, sendo 1=muito mal, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8, 9=9 e 10=muito bem.
Recodificação: escala de 10 pontos, sendo 0=muito mal, 1=1, 2=2, 3=3, 4=4, 5=5, 6=6, 7=7, 8=8 e 9=muito bem.
Utilização: tabela 22, p.156.

22. Confiança no congresso
Identificação: E075
Redação: Agora, eu gostaria de saber até que ponto o Sr.(a)/você confia nestas instituições que eu vou ler. Por exemplo: o Sr.(a)/você confia inteiramente, confia em parte, confia pouco ou não confia nada no congresso/deputados/senadores.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4=não confio.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.
Utilização: p. 158.

23. Confiança no governo federal
Identificação: E079
Redação: Agora, eu gostaria de saber até que ponto o Sr.(a)/você confia nestas instituições que eu vou ler. Por exemplo: o Sr.(a)/você confia inteiramente, confia em parte, confia pouco ou não confia nada no governo em Brasília.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4=não confio.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.
Utilização: tabela 23, p.159.

24. Confiança nos partidos políticos
Identificação: E080
Redação: Agora, eu gostaria de saber até que ponto o Sr.(a)/você confia nestas instituições que eu vou ler. Por exemplo: o Sr.(a)/você confia inteiramente, confia em parte, confia pouco ou não confia nada nos partidos políticos.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4=não confio.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.
Utilização: p.158.

25. Confiança na justiça
Identificação: E085
Redação: Agora, eu gostaria de saber até que ponto o Sr.(a)/você confia nestas instituições que eu vou ler. Por exemplo: o Sr.(a)/você confia inteiramente, confia em parte, confia pouco ou não confia nada nas leis/na justiça/no sistema legal.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4=não confio.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.
Utilização: tabela 24, p.159.

26. Confiança nos serviços públicos
Identificação: E076
Redação: Agora, eu gostaria de saber até que ponto o Sr.(a)/você confia nestas instituições que eu vou ler. Por exemplo: o Sr.(a)/você confia inteiramente, confia em parte, confia pouco ou não confia nada nos serviços públicos.
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4=não confio.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.
Utilização: p.158.

27. Satisfação com o atual governo
Identificação: E125
Redação: O Sr.(a)/você está satisfeito ou insatisfeito com relação à maneira como o atual Governo está conduzindo o País? Muito ou só um pouco?
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito satisfeito, 2=pouco satisfeito, 3=um pouco insatisfeito e 4=muito insatisfeito.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=muito insatisfeito, 1=um pouco insatisfeito, 2=pouco satisfeito e 3=muito satisfeito.
Utilização: tabela 25, p.160.

28. Percepção sobre os interesses atendidos pelo governo
Identificação: E128
Redação: Falando de um modo geral, o Sr.(a)/você diria que as coisas no Brasil são feitas para atender os grandes interesses de poucas pessoas ou são feitas para beneficiar toda a população?
Codificação: binária, sendo 1=grandes interesses de poucos e 2=beneficiar toda a população.
Recodificação: binária, sendo 0=grandes interesses de poucos e 1=beneficiar toda a população.
Utilização: tabela 26, p.161.

29. Percepção sobre a extensão da corrupção
Identificação: E196
Redação: Eu vou ler algumas frases sobre corrupção na administração pública no Brasil e gostaria que me dissesse qual delas se parece mais com o que o Sr.(a)/você pensa do assunto: Praticamente não existem casos de corrupção na administração pública; existe corrupção em alguns órgãos da administração pública; existe corrupção na maioria dos órgãos da administração pública; existe corrupção em quase todos os órgãos da administração pública.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=praticamente não existem ..., 2=existe corrupção em alguns ..., 3=existe corrupção na maioria... e 4=existe corrupção em quase todos ... .
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=praticamente não existem ..., 1=existe corrupção em alguns ..., 2=existe corrupção na maioria... e 3=existe corrupção em quase todos ... .
Utilização: tabela 27, p.162.

30. Interesse por política
Identificação: E023
Redação: Em que medida o Sr.(a)/você se interessa por política: tem muito interesse, algum interesse, pouco interesse ou nenhum interesse?
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito, 2=algum, 3=pouco e 4=nenhum.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=pouco, 2=algum e 3=muito.
Utilização: tabela 28, p. 166.

31. Importância atribuída à política
Identificação: A004
Redação: O que o Sr.(a)/você considera importante em sua vida? A política, na sua vida, é muito importante, importante, pouco importante ou sem importância?
Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito importante, 2=importante, 3=pouco importante e 4=sem importância.
Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=sem importância, 1=pouco importante, 2=importante e 3=muito importante.
Utilização: tabela 29, p. 167.

32. Freqüência de conversas sobre política
Identificação: A062
Redação: Quando o Sr.(a)/você está com seus amigos, costuma conversar sobre política ou não? (SE SIM) Freqüentemente ou só às vezes?
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=freqüentemente, 2=às vezes e 3=nunca.
Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=nunca, 1=às vezes e 2=freqüentemente.
Utilização: tabela 30, p.168.

33. Participação voluntária em organização/atividade: Beneficente/caridade
Identificação: A064
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Sociedade beneficente que trabalha com idosos/doentes.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

34. Participação voluntária em organização/atividade: Igrejas/organizações religiosas
Identificação: A065
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Igrejas/organizações religiosas.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

35. Participação voluntária em organização/atividade: Educativa/artística/ cultural
Identificação: A066
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Grupos educativos/artísticos/culturais.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

36. Participação voluntária em organização/atividade: sindicatos
Identificação: A067
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Sindicatos.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

37. Participação voluntária em organização/atividade: partidos/grupos políticos
Identificação: A068
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Partidos/grupos políticos.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

38. Participação voluntária em organização/atividade: grupos locais/comunitários
Identificação: A069
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Grupos comunitários que discutem problemas.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

39. Participação voluntária em organização/atividade: grupos ecológicos
Identificação: A071
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Grupos ecológicos.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

40. Participação voluntária em organização/atividade: associações profissionais
Identificação: A072
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?

Associações profissionais.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

41. Participação voluntária em organização/atividade: Grupos esportivos/recreativos
Identificação: A074
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Grupos esportivos/recreativos.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

42. Participação voluntária em organização/atividade: Grupos de mulheres/ feministas
Identificação: A075
Redação: Por favor, leia cuidadosamente esta lista de organizações e atividades voluntárias. O Sr.(a) participa ou está ligado a alguma dessas atividades?
Grupos de mulheres/feministas.
Codificação: binária, sendo 0=não participa e 1=participa.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 23 e 33, p. 171 e 172.

43. Participação voluntária em organizações/atividades: Instituição de caridade. (1997)
Identificação: A105
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Instituição de caridade.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

44. Participação voluntária em organizações/atividades: Igreja ou organização religiosa. (1997)
Identificação: A098
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Igreja ou organização religiosa.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

45. Participação voluntária em organizações/atividades: Organização artística, cultural ou educacional. (1997)
Identificação: A100

Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Organização artística, cultural ou educacional.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

46. Participação voluntária em organizações/atividades: Sindicatos ou organizações do trabalho. (1997)
Identificação: A101
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Sindicatos ou organizações do trabalho.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

47. Participação voluntária em organizações/atividades: Partidos ou grupos políticos. (1997)
Identificação: A102
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Partidos ou grupos políticos.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

48. Participação voluntária em organizações/atividades: Organização de defesa do meio ambiente. (1997)
Identificação: A103
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Organização de defesa do meio ambiente.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

49. Participação voluntária em organizações/atividades: Associações profissionais. (1997)
Identificação: A104

Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Associações profissionais.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

50. Participação voluntária em organizações/atividades: Organização esportiva ou recreativa. (1997)
Identificação: A099
Redação: Agora vou ler uma lista de organizações e associações das quais as pessoas participam por livre e espontânea vontade. Para cada uma poderia me dizer se o Sr.(a)/você participa atualmente de cada uma delas? Participa ativamente ou só participa sem atuar?
Organização esportiva ou recreativa.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não participa, 1=participa sem atuação e 2=participa ativamente.
Sem recodificação.
Utilização: tabelas 34 e 35, p.174-5.

51. Participação em boicotes
Identificação: E026
Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.
Participar de um boicote.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.
Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.
Utilização: tabelas 36 e 37, p. 176-9.

52. Participação em passeatas ou manifestações legais
Identificação: E027
Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.
Passeatas ou manifestações legais.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.
Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.
Utilização: tabelas 36 e 37, p. 176-9.

53. Participação em greve ilegal
Identificação: E028
Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.
Greve ilegal.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.
Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.

Utilização: tabelas 36 e 37, p. 176-9.

54. Participação em ocupações de edifícios e fábricas
Identificação: E029
Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.
Ocupações de edifícios e fábricas.
Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.
Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.
Utilização: tabelas 36 e 37, p. 176-9.

APÊNDICE 2 – LISTA DE MEDIDAS E ÍNDICES CONSTRUÍDOS A PARTIR DOS DADOS ORIGINAIS DO WVS.

1. Medida 1 de materialismo/pós-materialismo

Variáveis originais:

1) Objetivos prioritários – 1ª Bateria (1ª opção)

   Identificação: E003

   Redação: Se tivesse de escolher, qual dessas coisas o Sr.(a)/você diria que é a mais importante atualmente?

   Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=manter a ordem no país, 2=aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo, 3=combater os aumentos dos preços e 4=Proteger a liberdade de expressão.

   Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0=manter ordem/combater os aumentos dos preços e 1=aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo/proteger a liberdade de expressão.

2) Objetivos prioritários – 1ª Bateria (2ª opção)

   Identificação: E004

   Redação: Se tivesse de escolher, qual dessas coisas o Sr.(a)/você diria que é a mais importante atualmente?

   Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=manter a ordem no país, 2=aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo, 3=combater os aumentos dos preços e 4=Proteger a liberdade de expressão.

   Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0=manter ordem/combater os aumentos dos preços e 1=aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo/proteger a liberdade de expressão.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Medida 1 = E003 + E004

Codificação: 0 quando na primeira e segunda opção da bateria forem escolhidos itens materialistas; 1 quando ocorrer a combinação de um item materialista com outro pós-materialista; 2 quando dois itens pós-materialistas forem selecionados nas duas escolhas de

uma bateria. Portanto, a medida possui uma escala de 3 pontos que mede a priorização de objetivos ou metas pós-materialistas.

Utilização: tabelas 4 e 5, p. 125-7.

2. Medida 2 de materialismo/pós-materialismo

Variáveis originais:

1) Objetivos prioritários – 2ª Bateria (1ª opção)

   Identificação: E001

   Redação: Fala-se muito, sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Neste cartão estão alguns objetivos: qual deles o Sr.(a)/você pessoalmente considera o mais importante? E em 2o. lugar?

   Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ter um alto nível de crescimento econômico, 2=garantir um forte sistema de defesa para o país, 3=aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e onde trabalha e 4=conservar, melhorar e embelezar nossas cidades, e todo o interior do país.

   Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0= ter um alto nível de crescimento econômico/ garantir um forte sistema de defesa para o país e 1= aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e onde trabalha/ conservar, melhorar e embelezar nossas cidades, e todo o interior do país.

2) Objetivos prioritários – 2ª Bateria (2ª opção)

   Identificação: E002

   Redação: Fala-se muito, sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Neste cartão estão alguns objetivos: qual deles o Sr.(a)/você pessoalmente considera o mais importante? E em 2o. lugar?

   Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ter um alto nível de crescimento econômico, 2=garantir um forte sistema de defesa para o país, 3=aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e onde trabalha e 4=conservar, melhorar e embelezar nossas cidades, e todo o interior do país.

   Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0= ter um alto nível de crescimento econômico/ garantir um forte

sistema de defesa para o país e 1= aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e onde trabalha/ conservar, melhorar e embelezar nossas cidades, e todo o interior do país.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Medida 1 = E001 + E002

Codificação: 0 quando na primeira e segunda opção da bateria forem escolhidos itens materialistas; 1 quando ocorrer a combinação de um item materialista com outro pós-materialista; 2 quando dois itens pós-materialistas forem selecionados nas duas escolhas de uma bateria. Portanto, a medida possui uma escala de 3 pontos que mede a priorização de objetivos ou metas pós-materialistas.

Utilização: tabelas 4 e 5, p. 125-7.

3. Medida 3 de materialismo/pós-materialismo

Variáveis originais:

1) Objetivos prioritários – 3ª Bateria (1ª opção)

   Identificação: E005

   Redação: Aqui está uma outra lista. Em sua opinião, qual destas coisas é mais importante? E em 2o. lugar?

   Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=uma economia estável, 2=uma sociedade mais humana e menos impessoal, 3=uma sociedade em que as idéias tenham mais valor que o dinheiro e 4=combater a criminalidade.

   Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0=uma economia estável/combater a criminalidade e 1=uma sociedade mais humana e menos impessoal/uma sociedade em que as idéias tenham mais valor que o dinheiro.

2) Objetivos prioritários – 3ª Bateria (2ª opção)

   Identificação: E006

   Redação: Aqui está uma outra lista. Em sua opinião, qual destas coisas é mais importante? E em 2o. lugar?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=uma economia estável, 2=uma sociedade mais humana e menos impessoal, 3=uma sociedade em que as idéias tenham mais valor que o dinheiro e 4=combater a criminalidade.

Recodificação: os valores foram recodificados para que as opções materialistas passassem a corresponder a 0 e as pós-materialistas a 1. Assim, a variável se tornou binária, sendo 0=uma economia estável/combater a criminalidade e 1=uma sociedade mais humana e menos impessoal/uma sociedade em que as idéias tenham mais valor que o dinheiro.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Medida 1 = E005 + E006

Codificação: 0 quando na primeira e segunda opção da bateria forem escolhidos itens materialistas; 1 quando ocorrer a combinação de um item materialista com outro pós-materialista; 2 quando dois itens pós-materialistas forem selecionados nas duas escolhas de uma bateria. Portanto, a medida possui uma escala de 3 pontos que mede a priorização de objetivos ou metas pós-materialistas.

Utilização: tabelas 4 e 5, p. 125-7.

4. Índice de adesão à democracia como forma de governo

Variáveis originais:

1) <u>Aprovação de um sistema democrático</u>

Identificação: E117

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um sistema democrático de governo.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

2) <u>Aprovação do governo de um líder forte</u>

Identificação: E114

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores)

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=ótimo, 1=bom, 2=ruim e 3=péssimo.

3) Aprovação do governo de técnicos

Identificação: E115

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o País.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=ótimo, 1=bom, 2=ruim e 3=péssimo

4) Aprovação de um regime militar

*Identificação:*E116

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um regime militar.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=ótimo, 1=bom, 2=ruim e 3=péssimo.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Índice de adesão à democracia = E114+E115+E116+e117

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 13 pontos, indo de 0 a 12.

Utilização: tabelas 15, p. 145-7.

5. Índice de apoio ao processo democrático

Variáveis originais:

1) Percepção sobre o relacionamento entre democracia e economia

Identificação: E120

Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?

Na democracia o sistema econômico do País funciona mal.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=concordo totalmente, 1=concordo em parte, 2=discordo em parte e 3=discordo totalmente.

2) Percepção sobre o relacionamento entre democracia e a tomada de decisões.

Identificação: E121

Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?

Nas democracias se discute muito e se decide pouco.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=concordo totalmente, 1=concordo em parte, 2=discordo em parte e 3=discordo totalmente.

3) Percepção sobre o relacionamento entre democracia e manutenção da ordem.

Identificação: E122

Redação: Vou ler algumas afirmações que algumas pessoas fazem sobre a democracia e gostaria que dissesse se concorda ou discorda? Totalmente ou só em parte?

As democracias não são boas para manter a ordem.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=concordo totalmente, 1=concordo em parte, 2=discordo em parte e 3=discordo totalmente.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Índice de apoio ao processo democrático = E120+E121+E122

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 10 pontos, indo de 0 a 9.

Utilização: tabelas 19, p. 150-1.

6. Índice de interesse por política

Variáveis originais:

1) Interesse por política

Identificação: E023

Redação: Em que medida o Sr.(a)/você se interessa por política: tem muito interesse, algum interesse, pouco interesse ou nenhum interesse?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito, 2=algum, 3=pouco e 4=nenhum.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=pouco, 2=algum e 3=muito.

2) Importância atribuída à política

Identificação: A004

Redação: O que o Sr.(a)/você considera importante em sua vida? A política, na sua vida, é muito importante, importante, pouco importante ou sem importância?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito importante, 2=importante, 3=pouco importante e 4=sem importância.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=sem importância, 1=pouco importante, 2=importante e 3=muito importante.

3) Freqüência de conversas sobre política

Identificação: A062

Redação: Quando o Sr.(a)/você está com seus amigos, costuma conversar sobre política ou não? (SE SIM) Freqüentemente ou só às vezes?

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=freqüentemente, 2=às vezes e 3=nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=nunca, 1=às vezes e 2=freqüentemente.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Índice de apoio ao processo democrático = E023+A004+A062

Codificação: como duas das variáveis comportam valores de 0 a 3 e uma delas de 0 a 2, o índice é composto por uma escala de 9 pontos, indo de 0 a 8.

Utilização: tabelas 31, p. 168-70.

7. Índice de participação política não-convencional

Variáveis originais:

1) Participação em boicotes

Identificação: A026

Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Participar de um boicote.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.

2) Participação em passeatas ou manifestações legais

Identificação: A027

Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Passeatas ou manifestações legais.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.

3) Participação em greve ilegal

Identificação: A028

Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Greve ilegal.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.

4) Participação em ocupações de edifícios e fábricas

Identificação: A029

Redação: Agora, gostaria que o Sr.(a)/você olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se

realmente já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca, de jeito nenhum.

Ocupações de edifícios e fábricas.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=já fiz, 2=poderia fazer e 3=não faria nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=não faria nunca, 1=poderia fazer e 2=já fiz.

Computação: a medida foi construída através do somatório dos valores das respostas dos entrevistados a cada uma das duas variáveis originais.

Índice de apoio ao processo democrático = A026+A027+A028+A029

Codificação: como cada variável original comporta valores de 0 a 3, o índice é composto por uma escala de 10 pontos, indo de 0 a 9.

Utilização: tabelas 38, p. 179-80.

APÊNDICE 3 – RESULTADOS DAS ANÁLISES DE REGRESSÃO (OUTPUTS SPSS)

1. Preditores do apoio a democracia

Variables Entered/Removed(b)

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter

a All requested variables entered.
b Dependent Variable: Índice de apoio a democracia como forma de governo

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,355(a)	,126	,121	2,169

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade

ANOVA(b,c)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	663,101	5	132,620	28,185	,000(a)
	Residual	4611,229	980	4,705		
	Total	5274,330	985			

a Predictors: (Constant),Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade.
b There are no valid cases in one or more split files. Statistics cannot be computed.
c Dependent Variable: Índice de apoio a democracia como forma de governo

Coefficients(a,b)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta	B	Std. Error
1	(Constant)	4,430	,282		15,721	,000
	Índice de materialismo/pós-materialismo	,307	,063	,151	4,870	,000
	Escolaridade	,811	,111	,240	7,303	,000
	Sexo Indicadora	,279	,139	,060	2,007	,045
	Renda	,208	,087	,078	2,399	,017
	Idade	,130	,052	,076	2,488	,013

a There are no valid cases in one or more split files. Statistics cannot be computed.
b Dependent Variable: Índice de apoio a democracia como forma de governo

2. Preditores do apoio ao processo democrático

Variables Entered/Removed(b)

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter

a All requested variables entered.
b Dependent Variable: Índice apoio processo democrático

Model Summary(b)

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,222(a)	,050	,045	2,34562

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade.
b There are no valid cases in one or more split files. Statistics cannot be computed.

ANOVA(b,c)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	295,998	5	59,200	10,760	,000(a)
	Residual	5683,507	1033	5,502		
	Total	5979,505	1038			

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade.
b There are no valid cases in one or more split files. Statistics cannot be computed.
c Dependent Variable: Índice apoio processo democr

Coefficients(a,b)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta	B	Std. Error
1	(Constant)	4,309	,298		14,479	,000
	Índice de materialismo/pós-materialismo	,167	,066	,078	2,469	,014
	Escolaridade	,497	,118	,141	4,226	,000
	Sexo Indicadora	,611	,146	,127	4,173	,000
	Renda	,009	,091	,003	,099	,922
	Idade	,122	,054	,079	2,239	,025

a There are no valid cases in one or more split files. Statistics cannot be computed.
b Dependent Variable: Índice apoio processo democr

3. Preditores do interesse por política

Variables Entered/Removed(b)

Wave	Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1989-1993	1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter
1994-1999	1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter

a All requested variables entered.
b Dependent Variable: Índice de Interesse por política

Model Summary(c)

Wave	Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1989-1993	1	,358(a)	,128	,126	2,292
1994-1999	1	,371(b)	,138	,134	2,116

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade
b Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade
c Dependent Variable: Índice de Interesse por política

ANOVA(c)

Wave	Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1989-1993	1	Regression	1194,128	5	238,826	45,450	,000(a)
		Residual	8102,727	1542	5,255		
		Total	9296,855	1547			
1994-1999	1	Regression	752,176	5	150,435	33,587	,000(b)
		Residual	4711,908	1052	4,479		
		Total	5464,084	1057			

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade
b Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade
c Dependent Variable: Índice de Interesse por política

Coefficients(a)

Wave	Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		
			B	Std. Error	Beta	t	Sig.
1989-1993	1	(Constant)	-,504	,316		-1,598	,110
		Índice de materialismo/pós-materialismo	,176	,053	,082	3,321	,001
		Idade	,018	,005	,092	3,633	,000
		Escolaridade	1,044	,107	,272	9,769	,000
		Renda	,345	,085	,106	4,062	,000
		Sexo	,421	,117	,086	3,596	,000
1994-1999	1	(Constant)	,462	,299		1,545	,123
		Índice de materialismo/pós-materialismo	,426	,060	,213	7,107	,000
		Idade	,008	,005	,047	1,611	,107
		Escolaridade	,811	,106	,243	7,682	,000
		Renda	,097	,082	,037	1,179	,239
		Sexo	,164	,131	,036	1,253	,210

a Dependent Variable: Índice de Interesse por política

4. Preditores da participação política não convencional

Variables Entered/Removed(b)

Wave	Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1989-1993	1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter
1994-1999	1	Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade, Sexo, Renda, Idade	.	Enter

a All requested variables entered.
b Dependent Variable: Índice de participação não convencional

Model Summary

Wave	Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1989-1993	1	,402(a)	,163	,159	1,62124
1994-1999	1	,310(b)	,096	,092	1,61002

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade
b Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade

ANOVA(c)

Wave	Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1989-1993	1	Regression	769,520	5	153,904	58,554	,000(a)
		Residual	3982,036	1515	2,628		
		Total	4751,556	1520			
1994-1999	1	Regression	283,254	5	56,651	21,855	,000(b)
		Residual	2662,161	1027	2,592		
		Total	2945,415	1032			

a Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade
b Predictors: (Constant), Índice de materialismo/pós-materialismo, Escolaridade,Sexo, Renda, Idade
c **Dependent Variable: Índice de participação não-convencional**

Coefficients(a)

Wave	Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
			B	Std. Error	Beta	B	Std. Error
1989-1993	1	(Constant)	,391	,198		1,972	,049
		Índice de materialismo/pós-materialismo	,284	,038	,184	7,636	,000
		Escolaridade	,545	,076	,194	7,245	,000
		Sexo Indicadora	,072	,083	,020	,866	,387
		Renda	,168	,061	,071	2,769	,006
		Idade	-,183	,030	-,157	-6,109	,000
1994-1999	1	(Constant)	,618	,207		2,991	,003
		Índice de materialismo/pós-materialismo	,244	,046	,164	5,320	,000
		Escolaridade	,412	,081	,166	5,099	,000
		Sexo Indicadora	,084	,101	,024	,840	,401
		Renda	,102	,063	,052	1,624	,105
		Idade	-,125	,037	-,101	-3,349	,001

a Dependent Variable: Índice de participação não-convencional